DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD N° 01/2026

1. Identificação do Requisitante:	
Unidade Administrativa Requisitante: Secretaria Municipal de Saúde - Mariana	
Responsável: Letícia da S. Moreira	Cargo/Função: Chefe de Departamento de Compras
Matrícula: 41597	E-mail e telefone do setor: (31) 3557-9800 compras.saude@mariana.mg.gov.br

2. Necessidade:

O presente Contrato de Programa tem por objeto a delegação da execução orçamentária ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Macrorregião do Vale do Piranga – CISAMAPI, para que este realize, em nome do Município de Mariana, a gestão e execução dos serviços públicos de saúde voltados ao transporte regionalizado eletivo de pacientes do SUS.

O objeto compreende a organização, gestão e operacionalização do deslocamento programado de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, residentes no Município de Mariana, para a realização de procedimentos de saúde de caráter eletivo, previamente regulados e agendados pela Secretaria Municipal de Saúde, em unidades localizadas em outros municípios da região, excluídas situações de urgência e emergência.

3. Justificativa da necessidade:

A celebração do presente Contrato de Programa tem por objetivo viabilizar a delegação da execução orçamentária à entidade consorciada CISAMAPI, para a gestão de ações e serviços públicos de saúde, especificamente no tocante ao transporte regionalizado eletivo de usuários do SUS.

A contratação justifica-se pela necessidade de garantir o deslocamento programado de pacientes do município de Mariana para realização de procedimentos eletivos previamente regulados e agendados, os quais não se enquadram como atendimentos de urgência ou emergência. Trata-se de ações de atenção programada, em que o paciente necessita se deslocar para município diverso de sua residência para obter atendimento especializado,

Recebi 05/01/26 Bárbara

conforme diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde.

A adoção desse instrumento, viabiliza o cumprimento de políticas públicas de saúde de forma regionalizada, promovendo a eficiência na utilização de recursos públicos, a racionalização de serviços e a integração entre os entes federativos por meio do consórcio público, o que confere maior capilaridade, economicidade e efetividade à prestação dos serviços de transporte sanitário eletivo.

4. Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA):

Ainda não há regulamentação do Plano Anual de Contratações do Município de Mariana. Entretanto, a contratação está prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA).

5. Previsão da data em que deve ser iniciada a execução:

A data de início da execução será após a assinatura do contrato, conforme demandas da Secretaria de Saúde.

6. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DO OBJETO A SER CONTRATADO

Item	Quant.	Unid.	Descrição
01	12 (11 → fevereiro)	Meses	Contratação de empresa legalmente constituída e tecnicamente capacitada para a execução prestação de serviços de transporte sanitário eletivo regionalizado de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Para o exercício de 2026.
02	12	Meses	Contratação de empresa legalmente constituída e tecnicamente capacitada para a execução prestação de serviços de transporte sanitário eletivo regionalizado de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Para o exercício de 2027
03	12	Meses	Contratação de empresa legalmente constituída e tecnicamente capacitada para a execução prestação de serviços de transporte sanitário eletivo regionalizado

			de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Para o exercício de 2028
04	12	Meses	Contratação de empresa legalmente constituída e tecnicamente capacitada para a execução prestação de serviços de transporte sanitário eletivo regionalizado de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Para o exercício de 2029

Obs.: Objetivando a instrução do processo, informamos que foi realizado o levantamento dos quantitativos a serem contratados pela Secretaria Municipal de Saúde.

6.1- CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

Dotação Orçamentaria: 07.01.10.0024.122.2490 317170 Fonte de Recurso 1500

07.01.10.0024.122.2490 337170 Fonte de Recurso 1500

07.01.10.0024.122.2490 447170 Fonte de Recurso 1500

(X) Recurso Próprio
( ) Recurso Vinculado Estadual
( ) Recurso Vinculado Federal
( ) Outros (quais?) _____

7. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO RESPONSAVEL PELO DFD DA AREA REQUISITANTE

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Mariana, 05 de Janeiro de 2026.

Kelem Cristina Ramos de Freitas

Coordenadora de Apoio Administrativo e Planejamento
060.222.586-85
Matrícula 11.121

8. RESPONSABILIDADE PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA N° 01/2026

Para fins do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, declaro que as despesas decorrentes da obrigação a ser contraída apresenta adequação orçamentária e financeira com o corrente orçamento aprovado pela Lei Orçamentária Anual, bem como compatibilidade com o Plano Plurianual de Ação Governamental e com a própria Lei de Responsabilidade Fiscal. Declaro, ainda, que esta Secretaria

possui disponibilidade orçamentária e financeira para cobrir as referidas despesas.

Data: 05/01/2026

Marilene Romão Gonçalves

Secretaria Municipal de Saúde

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 01/2026

1- IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

O Município de Mariana conta com estrutura própria para atendimento de ações e serviços públicos de saúde visando o atendimento da população.

Esta estrutura própria, segundo os conceitos e diretrizes estabelecidos pela Portaria GM/MS n° 4.279/2010, tem capacidade de atendimento e na atenção especializada, esta última através de atendimento de média complexidade.

A Secretaria Municipal de Saúde não possui estrutura logística e operacional suficiente para executar diretamente o serviço de transporte eletivo regionalizado com regularidade, qualidade e economicidade. Por isso, a delegação ao Consórcio Intermunicipal CISAMAPI, já estruturado e com atuação regional, revela-se a alternativa mais adequada e vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico.

Desta forma, e conforme autorizado pela Portaria GM/MS n° 2.567/2016 o Município promove a participação complementar de instituições privadas de assistência à saúde no SUS mediante celebração de contratos e/ou convênios.

A promoção desta participação complementar de instituições privadas de assistência à saúde tem por consequência imediata a necessidade de operacionalização e manutenção de transporte eletivo em saúde entre o Município e as localidades onde estão sediados estes atendimentos complementares, isto sem contar o fato de necessidade de transporte intramunicipal para atendimento dos cidadãos usuários do SUS domiciliados na zona rural ou em núcleos urbanos mais distantes do atendimento prestado pelo Município.

Contudo, a oferta de serviços especializados em determinadas áreas — exames, consultas e procedimentos específicos — não é suficiente para suprir integralmente a demanda da população local, sendo necessária a articulação com a Rede de Atenção à Saúde regionalizada, por meio do acesso a unidades de referência localizadas em outros municípios da macrorregião.

Nesse contexto, o transporte sanitário eletivo regionalizado se apresenta como condição indispensável para garantir a integralidade do cuidado, possibilitando que o usuário do SUS tenha acesso à linha de cuidado completa, conforme pactuações estabelecidas na Comissão Intergestores Regional (CIR) e no âmbito do consórcio público CISAMAPI.

2- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE E DIAGNÓSTICO ATUAL

O Município de Mariana, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, identificou a necessidade de manter e aprimorar o serviço de transporte sanitário eletivo regionalizado destinado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Tal necessidade decorre da limitação da capacidade instalada da rede própria, que, embora estruturada para a Atenção Primária à Saúde (APS) e parcialmente para a Atenção Especializada de média complexidade, não é autossuficiente para atender à totalidade da demanda por procedimentos especializados.

Atualmente, o Município não dispõe de estrutura logística, recursos humanos e frota suficientes para executar, de maneira direta e eficaz, os deslocamentos intermunicipais necessários à garantia do cuidado integral. A ausência de transporte compromete a continuidade do tratamento de diversos usuários, prejudicando desfechos clínicos e indicadores de saúde pública.

Frente a esse diagnóstico, a solução mais eficiente e segura é a delegação da execução orçamentária e da gestão do transporte sanitário eletivo ao Consórcio Intermunicipal CISAMAPI, entidade da qual o Município é consorciado, e que possui estrutura consolidada, capacidade técnica, frota adequada e experiência na operacionalização desse tipo de serviço.

O contrato de programa com o CISAMAPI viabilizará, portanto, o cumprimento das metas de atenção programada, com regularidade, economicidade e qualidade, garantindo o direito constitucional à saúde, o acesso a serviços de média complexidade e a efetiva implementação da regionalização do SUS.

- PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

No Município de Mariana ainda não há regulamentação do Plano Anual de Contratações, entretanto, a demanda está previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação deverá observar, os princípios, diretrizes e normas que regem o Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990) e das normas complementares aplicáveis.

A operacionalização e manutenção do transporte sanitário eletivo deverão respeitar os seguintes requisitos fundamentais:

I - Observância aos princípios da universalidade, integralidade, equidade, descentralização, regionalização e hierarquização dos serviços de saúde;

II - Atendimento às normas técnicas e administrativas pertinentes à execução de ações e serviços públicos de saúde;

III - Estrita conformidade com a Resolução SES/MG nº 8.439/2022, que estabelece critérios para a execução do transporte eletivo em saúde no âmbito estadual, incluindo:

- Planejamento integrado com a Secretaria Municipal de Saúde;
- Utilização de veículos adequados, regularizados e equipados segundo exigências sanitárias e de segurança;
- Manutenção de registros e relatórios dos usuários transportados;
- Garantia do retorno dos pacientes à origem, salvo justificativas documentadas;
- Cumprimento dos fluxos de regulação, conforme pactuações intermunicipais;

- Atuação em consonância com as diretrizes da Rede de Atenção à Saúde (RAS) e da Comissão Intergestores Regional (CIR).

IV - Os veículos destinados ao transporte sanitário eletivo deverão atender a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis pelo SUS (RENEM), criada por meio da Portaria GM/MS nº 3.134/2012, disponível no Sistema de Informação e Gerenciamento de Equipamentos e Materiais (SIGEM), para gerir os itens financiáveis para o SUS e padronizar suas nomenclaturas, que em sua atual competência especifica os seguintes veículos: a) Veículo de Transporte Sanitário (com acessibilidade - 1 cadeirante); b) Micro-ônibus Urbano de Transporte Sanitário; e c) Micro-ônibus Rural de Transporte Sanitário;

V - A concessão do acesso a esse transporte deve estar condicionada ao agendamento confirmado da consulta/exame ou procedimento eletivo em serviços ofertados pelo SUS;

I - Atendimento direcionado à população usuária que demanda serviços de saúde e que não apresenta risco de vida, necessidade de recursos assistenciais durante o deslocamento e que não necessite de transporte em decúbito horizontal.

Esses requisitos visam assegurar a qualidade, segurança e efetividade do serviço prestado, além de garantir que a contratação atenda aos objetivos sanitários e administrativos do município de Mariana e às normativas federais e estaduais do SUS.

5- ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO

A estimativa das quantidades a serem contratadas baseia-se na análise da demanda registrada pela Secretaria Municipal de Saúde de Mariana, nos dados de regulação de atendimentos especializados fora do domicílio, bem como nas projeções realizadas a partir dos parâmetros assistenciais pactuados na Comissão Intergestores Regional (CIR) e na Resolução SES/MG nº 8.439/2022.

Considerando os dados consolidados do último exercício e as metas previstas para o período contratual, estima-se:

- **Número médio de pacientes transportados por mês:** 572 usuários;
- **Número médio de viagens mensais programadas (ida e volta):** 22 viagens;
- **Total estimado de pacientes transportados ao longo de 12 meses:** 6.864 usuários;
- **Total estimado de viagens anuais:** 264 viagens.

Adotando o histórico de transporte eletivo em saúde no âmbito do SUS do Município apurou-se uma média mensal de 5.500 quilômetros mensais estimando-se uma quantidade total de 66.000 quilômetros anuais, apurada mediante a multiplicação da média mensal pelo período de 48 meses referente a vigência que pretende contratar neste ETP.

A prestação do serviço deverá ser flexível para atender variações na demanda mensal, conforme os agendamentos regulados pela Secretaria Municipal de Saúde, garantindo cobertura integral das necessidades assistenciais programadas, com capacidade de ajuste operacional em períodos de maior ou menor demanda.

Essas quantidades serão utilizadas como base para o dimensionamento de custos, planejamento da logística e definição da estrutura contratual mínima a ser exigida da entidade executora, neste caso, o Consórcio CISAMAPI.

Além dos valores indicados para a efetivação de objeto deste ETP, devem ser considerados os custos de gestão e remuneração do CISAMAPI na gestão associada do serviço público objeto deste ETP, conforme descrição abaixo e que estão previstos na Resolução CISAMAPI n° 046 de 29 de julho de 2025 que dispõe sobre "aprovação do planejamento, programação e organização plurianual" do consórcio CISAMAPI:

CUSTOS DE GESTÃO E DE REMUNERAÇÃO DO CISAMAPI:

- Para o exercício de 2026:
  - Despesas correntes: R$ 182.340,00 (cento e oitenta e dois mil, trezentos e quarenta reais)

- Para o exercício de 2027:
  - Despesas correntes: R$ 195.103,80 (cento e noventa e cinco mil, cento e três reais e oitenta centavos)

- Para o exercício de 2028:
  - Despesas correntes: R$ 208.761,07 (duzentos e oito mil, setecentos e sessenta e um reais e sete centavos)

- Para o exercício de 2029:
  - Despesas correntes: R$ 223.374,34 (duzentos e vinte três mil, trezentos e setenta quatro reais e trinta quatro centavos).

6- LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. Metodologia Utilizada:

A estimativa do valor da contratação foi elaborada a partir de:

- Levantamento de contratações similares em outros municípios e consórcios públicos de saúde;

- Levantamento de informações junto a prestadores de serviços privados e consórcios públicos da região, com análise técnica comparativa de modelos de prestação do transporte eletivo, custos, logística e viabilidade de atendimento.

Na prática administrativa, a celebração de Contrato de Programa para prestação de serviços de interesse público tem se consolidado como metodologia amplamente utilizada no mercado, especialmente no setor de saúde.

6.2. Critérios para Escolha da Solução:

A escolha da solução para atendimento da presente demanda baseou-se na aplicação dos critérios técnicos, administrativos, legais e operacionais, com vistas à seleção da alternativa mais eficiente, econômica e adequada ao interesse público. Os principais critérios considerados foram:

I – **Efetividade na cobertura assistencial**: A solução deveria garantir a regularidade e a continuidade do transporte eletivo de usuários do SUS, com capacidade para atender às demandas programadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Mariana, respeitando a regionalização da assistência.

II – **Adequação à estrutura do SUS**: A proposta selecionada deveria estar alinhada às diretrizes da Rede de Atenção à Saúde, conforme estabelecido pela Portaria GM/MS nº 4.279/2010 e pela Resolução SES/MG nº 8.439/2022, com integração entre os entes federados e respeito aos fluxos da regulação estadual.

III – **Capacidade técnica e operacional da entidade executora**: Foi considerada a existência de estrutura prévia, com frota adequada, equipe treinada, rotinas operacionais consolidadas e histórico positivo de execução contratual.

IV – **Economicidade e ganho de escala**: A solução deveria demonstrar melhor relação custo-benefício, considerando o aproveitamento de estruturas já existentes e a divisão de custos entre entes consorciados, conforme os princípios da eficiência administrativa.

V – **Viabilidade legal da contratação por Consórcio Público**: Optou-se por solução prevista na Lei nº 11.107/2005, por meio de Contrato de Programa com o Consórcio Intermunicipal CISAMAPI, o que dispensa a licitação, desde que cumpridos os requisitos legais, como a delegação de execução orçamentária e a formalização do contrato de rateio.

Com base nesses critérios, foi selecionada a contratação do serviço de transporte sanitário eletivo por meio de Contrato de Programa com o Consórcio CISAMAPI, por ser a alternativa que melhor atende ao interesse público, assegura a continuidade da assistência e oferece maior segurança jurídica e operacional à Administração.

6.3. Justificativa da Solução Escolhida:

A solução escolhida para atendimento da presente demanda consiste na contratação do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Macrorregião do Vale do Piranga – CISAMAPI, por meio de Contrato de Programa, com delegação da execução orçamentária e administrativa.

Tal escolha justifica-se pelas seguintes razões técnicas, legais e operacionais:

I – **Eficiência na execução do objeto**: O CISAMAPI possui estrutura própria, capacidade técnica e operacional consolidada, além de histórico de atuação eficiente no transporte eletivo regionalizado, o que assegura a regularidade do serviço e o atendimento pleno das necessidades assistenciais do município.

II – **Atendimento à diretriz da regionalização da saúde**: A solução está em conformidade com a Portaria GM/MS nº 4.279/2010 e com a Resolução SES/MG nº 8.439/2022, integrando-se à Rede de Atenção à Saúde (RAS) e à política estadual de transporte eletivo, respeitando os fluxos de regulação e pactuação regional.

III – **Dispensa de licitação autorizada**: dispensada a licitação para contratação por consórcio público, desde que haja contrato de programa e contrato de rateio formalmente instituídos, o que será devidamente atendido neste processo.

Comparação Formal entre Alternativas Não Escolhidas
Durante a fase de levantamento de soluções, foram avaliadas as seguintes alternativas, além da contratação por meio do Consórcio CISAMAPI:

a) Execução Direta pelo Município

Descrição: Estruturação e operação do transporte eletivo pela própria Secretaria Municipal de Saúde, com aquisição de veículos, contratação de motoristas e coordenação logística.

Desvantagens identificadas:

- Elevado custo inicial com aquisição de frota e contratação de pessoal;
- Ausência de equipe e estrutura logística disponíveis atualmente para execução eficiente;
- Risco de descontinuidade do serviço por fatores administrativos ou orçamentários.

Conclusão: Alternativa inviável no curto e médio prazo, por não atender ao critério de eficiência operacional e por representar maior risco administrativo e financeiro.

b) Contratação por Licitação de Empresa Privada

Descrição: Realização de procedimento licitatório para contratação de empresa especializada no transporte sanitário eletivo.

Desvantagens identificadas:

- Processo licitatório demanda tempo e recursos administrativos para elaboração de edital, análise de propostas, homologação e eventual judicialização;
- Empresas privadas geralmente operam com foco econômico, podendo apresentar dificuldades na adaptação a rotinas específicas do SUS, como regulação e pactuações regionais;
- Maior custo estimado por quilômetro rodado, sem garantia de integração com a rede regional de saúde.

Conclusão: Alternativa menos vantajosa, com maiores custos operacionais, menor integração institucional e risco de instabilidade contratual.

c) Contratação por Consórcio Público (Solução Escolhida)

Descrição: Formalização de Contrato de Programa com o CISAMAPI, delegando a execução orçamentária e operacional do transporte eletivo.

Vantagens observadas:

- Estrutura já implantada e em funcionamento, com experiência regional;
- Custo diluído entre os entes consorciados (ganho de escala);
- Dispensa de licitação, com segurança jurídica e agilidade na contratação;

Conclusão: Alternativa mais eficiente, econômica e segura, plenamente adequada aos princípios da administração pública e às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde.

- ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO

Após a realização do diagnóstico da necessidade, levantamento de mercado, análise das alternativas existentes e comparação técnica entre as possíveis soluções, concluiu-se que a celebração de Contrato de Programa com o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Macrorregião do Vale do Piranga – CISAMAPI representa a solução mais eficiente, segura e vantajosa para o Município de Mariana.
A escolha fundamenta-se nos seguintes fatores:

a) Atendimento pleno aos princípios do SUS, em especial à diretriz da regionalização e à integração da Rede de Atenção à Saúde (RAS);

b) Capacidade técnica e operacional já instalada pelo consórcio, com experiência consolidada no transporte eletivo regionalizado;

c) Dispensa de licitação amparada legalmente, com segurança jurídica na contratação e fiscalização;

d) Redução de riscos administrativos, operacionais e financeiros frente às demais alternativas analisadas.

Portanto, a contratação por meio do Consórcio CISAMAPI, mediante Contrato de Programa, é a melhor solução disponível para garantir a continuidade, regularidade e qualidade do serviço de transporte sanitário eletivo no âmbito do SUS, em benefício da população do Município de Mariana.

8- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Segue uma proposta para a seção **Estimativa do Valor da Contratação** para o serviço de transporte sanitário eletivo via CISAMAPI — considerando os dados já levantados. Os valores são estimativas, devendo ser ajustados conforme a realidade local (distâncias médias, frequência de uso, tipo de veículo, entre outros).

Parâmetros de Cálculo

Para estimar o valor, considerou-se:

- a estimativa de demanda anual já definida (ex: 6.864 transportes/usuário por ano, ou 572 viagens/ida e volta, conforme premissa anterior);
- que o transporte será realizado com veículos apropriados para transporte sanitário eletivo (econômicos, sem suporte de UTI, conforme diretrizes de transporte eletivo).
- um custo por quilômetro rodado ou por viagem, com base em referências de transporte sanitário público/privado. Por exemplo, em tabelas de remoção/ambulância é comum tarifar por km rodado ou por percurso.

Número médio de pacientes atendidos por mês	**Número médio de viagens programadas ida e volta mensal**	**Total de Pacientes Atendidos**	**Total de Viagens por ano**
572	22	6.864	264

Rota mensal	Qtde Km Dia	Qtde KM Mês	Qtde KM Anual
	250	5500	66.000

Conclusão e Recomendação

Com base nas premissas adotadas, a estimativa preliminar do valor para a contratação do transporte sanitário eletivo via CISAMAPI resulta em aproximadamente **uma média de R$ 202.394,80 por ano**. Esse valor deve ser utilizado como referência inicial para planejamento financeiro. 182.340,00

Recomendo que o contrato contemple cláusula de reajuste periódico (ou revisão de custo) e que o plano de trabalho inclua a previsão de rotas, quilometragem média e volume estimado de usuários para garantir a aderência da estimativa à realidade.

9- JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

No presente caso, opta-se pela não adoção do parcelamento do objeto, por se tratar da contratação unificada de serviço de transporte sanitário eletivo regionalizado a ser executado integralmente pelo Consórcio Intermunicipal CISAMAPI, entidade pública da qual o Município de Mariana é ente consorciado.

A natureza indivisível do objeto e a necessidade de coordenação operacional centralizada justificam a contratação de forma única, pelos seguintes fundamentos:

I – A fragmentação do objeto comprometeria a logística integrada de planejamento, roteirização, controle de passageiros, retorno e comunicação com a regulação da Secretaria Municipal de Saúde;

II – A execução unificada assegura padronização do serviço, redução de custos operacionais e aproveitamento da estrutura já existente no âmbito do consórcio, em conformidade com os princípios da eficiência e economicidade;

III – A contratação por consórcio público exige a formalização de Contrato de Programa único, não sendo cabível a divisão em lotes ou parcelas entre múltiplos fornecedores;

IV – A prestação regionalizada de transporte eletivo requer unidade de gestão, controle e fiscalização, dificultada pela divisão do objeto entre diferentes executores.

Portanto, o parcelamento do objeto não é tecnicamente recomendável nem vantajoso para a Administração, devendo o serviço ser contratado de forma global, por meio da formalização de Contrato de Programa com o CISAMAPI, nos termos da legislação vigente.

10- DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação tem como finalidade garantir a continuidade, regularidade e eficiência do serviço de transporte sanitário eletivo regionalizado, assegurando o direito de acesso da população do Município de Mariana a serviços de saúde especializados fora do domicílio, conforme pactuações do Sistema Único de Saúde (SUS) e diretrizes da regionalização da assistência.

Dentre os principais resultados esperados, destacam-se:

I – Resultados Assistenciais

- Garantir o transporte seguro, regular e programado de pacientes do SUS para a realização de consultas, exames e procedimentos eletivos em unidades de saúde situadas fora do município;
- Reduzir a ausência de usuários em atendimentos regulados por falta de meio de transporte, contribuindo para a melhoria dos indicadores de saúde;
- Promover a continuidade do cuidado em linha com as redes de atenção à saúde (RAS), conforme disposto na Portaria GM/MS nº 4.279/2010.

II – Resultados Operacionais

- Executar, por meio do consórcio público CISAMAPI, uma logística regional integrada de transporte, com melhor planejamento de rotas, racionalização de recursos e compartilhamento de estrutura com outros municípios;
- Melhorar a gestão e o controle das viagens, com registros, indicadores e prestação de contas mensais, assegurando transparência e rastreabilidade.

III – Resultados Sociais

- Ampliar o acesso à saúde da população vulnerável, especialmente usuários do SUS sem condições financeiras de custear deslocamentos intermunicipais;
- Contribuir para a equidade do sistema de saúde, garantindo que o local de moradia não seja barreira ao acesso a procedimentos especializados.

Esses resultados serão acompanhados por meio de indicadores pactuados com o CISAMAPI e fiscalizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

11-PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Para assegurar a legalidade, eficiência e segurança jurídica do procedimento de contratação por meio de Contrato de Programa, a Administração Municipal deverá adotar, previamente à celebração das seguintes providências:

a) Elaboração do Termo de Referência e Minuta de Edital: Com base neste Estudo Técnico Preliminar, deverá ser elaborado o Termo de Referência contendo as condições, requisitos, critérios de habilitação, tabelas de preços e parâmetros técnicos que regerão objeto desta contratação, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à descrição do mesmo, justificativa da contratação, condições de execução e fiscalização.

b) Estimativa de preços atualizada: Deverá ser realizada pesquisa de preços de mercado, preferencialmente com base em fontes diversas, como cotações com fornecedores locais, contratações similares em outros entes públicos, e sistemas oficiais de compras públicas, conforme disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

c) Definição clara dos critérios de habilitação e fiscalização: Estabelecer os critérios objetivos de habilitação jurídica, fiscal, técnica e sanitária que serão exigidos dos fornecedores interessados, bem como os mecanismos de controle e fiscalização da execução contratual, assegurando a qualidade e regularidade na prestação de Serviços compreendido a organização, gestão e operacionalização do deslocamento programado de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, residentes no Município de Mariana, para a realização de procedimentos de saúde de caráter eletivo, previamente regulados e agendados pela Secretaria Municipal de Saúde.

d) Análise e aprovação jurídica e técnica do processo: Submeter o processo à análise da Assessoria Jurídica do Município e das áreas técnicas competentes, a fim de garantir conformidade com a legislação vigente, clareza das condições contratuais e mitigação de riscos administrativos.

e) Constituição de equipe de fiscalização: Designar formalmente servidores responsáveis pelo acompanhamento da execução dos contratos, controle das entregas, verificação da qualidade dos produtos, análise de documentos fiscais e elaboração dos relatórios de fiscalização e atestação dos serviços prestados.

f) Reserva orçamentária e formalização dos contratos: Providenciar a reserva dos recursos orçamentários adequados à contratação, conforme previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA), e elaborar os instrumentos contratuais com os fornecedores do procedimento licitatório, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

12- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

13- DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente contratação refere-se à prestação de serviço de transporte sanitário eletivo regionalizado de pacientes do SUS, a ser executado por meio de frota veicular terrestre. Embora essencial para a garantia do acesso à saúde, a execução do objeto pode gerar impactos ambientais indiretos, especialmente relacionados ao uso de veículos automotores movidos a combustíveis.

Medidas Mitigadoras

- Manutenção preventiva regular da frota, para garantir eficiência energética e menor emissão de poluentes;
- Preferência por veículos de menor emissão (ex: diesel S10, motores com controle eletrônico, veículos mais novos).

14- CONCLUSÃO

Com base na análise técnica realizada, demonstrou-se que a contratação do serviço de transporte sanitário eletivo regionalizado, por meio de Contrato de Programa com o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Macrorregião do Vale do Piranga – CISAMAPI, é a solução mais eficiente, vantajosa e juridicamente segura para o Município de Mariana.

A contratação se justifica pela:

- Necessidade de garantir o acesso da população a serviços de saúde especializados fora do domicílio;
- Inexistência de estrutura municipal suficiente para executar diretamente o serviço;
- Comprovação de que o CISAMAPI possui capacidade técnica e estrutura operacional adequada;
- Legalidade da contratação consorciada, com dispensa de licitação;
- Atendimento aos princípios da economicidade, eficiência, continuidade do serviço público e sustentabilidade.

Dessa forma, a instrução processual está devidamente fundamentada, autorizando o prosseguimento da contratação direta com o CISAMAPI, mediante formalização de Contrato de Programa, com observância das disposições legais pertinentes.

Mariana, 05 de Janeiro de 2026.

Kelem Cristina Ramos de Freitas
Coordenadora de Apoio Administrativo e Planejamento

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Marilene Romão Gonçalves
Secretária Municipal de Saúde

CI7

TERMO DE REFERÊNCIA

1- ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.1-OBJETO

O presente Contrato de Programa tem por objeto a delegação da execução orçamentária ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Macrorregião do Vale do Piranga – CISAMAPI, para que este realize, em nome do Município de Mariana, a gestão e execução dos serviços públicos de saúde voltados ao transporte regionalizado eletivo de pacientes do SUS.

O objeto compreende a organização, gestão e operacionalização do deslocamento programado de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, residentes no Município de Mariana, para a realização de procedimentos de saúde de caráter eletivo, previamente regulados e agendados pela Secretaria Municipal de Saúde, em unidades localizadas em outros municípios da região, excluídas situações de urgência e emergência.

1.2- DEFINIÇÕES/INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

1) Trata-se de uma compra através de Dispensa de Licitação em conformidade com o Art. 28, inciso I da Lei 14.133/2021.
2) Conforme dispõe o art. 23º da CF/1988, atribui-se também ao Município a responsabilidade de cuidar da saúde da população.

2- JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Macrorregião do Vale do Piranga – CISAMAPI, mediante Contrato de Programa com delegação de execução orçamentária, justifica-se pela necessidade de garantir a prestação contínua, regular e eficiente do serviço de transporte sanitário eletivo regionalizado, destinado a usuários do SUS residentes no Município de Mariana/MG.

A estrutura atual da Secretaria Municipal de Saúde não possui capacidade logística e operacional suficiente para atender, de forma direta e autônoma, à demanda crescente por deslocamentos intermunicipais para realização de procedimentos eletivos em unidades de saúde de referência, localizadas em outros municípios da macrorregião. Esses atendimentos são regulados previamente, não se caracterizam como urgência/emergência e são fundamentais para assegurar a integralidade da atenção à saúde, nos termos da Portaria GM/MS nº 4.279/2010.

Nesse contexto, a contratação do CISAMAPI revela-se a solução mais eficiente, segura e vantajosa, por reunir:

- Capacidade operacional já estruturada para execução do transporte eletivo em âmbito regional;
- Maior economicidade, com aproveitamento da logística compartilhada entre os entes consorciados;
- Previsão legal expressa para contratação direta por meio de Contrato de Programa, dispensando licitação conforme regulamentação vigente.

C18

Adicionalmente, a contratação está alinhada à Resolução SES/MG nº 8.439/2022, que define as diretrizes operacionais para o transporte eletivo no âmbito estadual, reforçando a adequação da solução adotada aos marcos normativos do SUS.

Portanto, a presente contratação visa assegurar o direito constitucional à saúde, promover o acesso aos serviços especializados fora do domicílio, respeitar os princípios da eficiência e da continuidade do serviço público e atender, de forma plena, ao interesse público e à legislação vigente.

3- ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades a serem contratadas baseia-se na análise da demanda histórica da Secretaria Municipal de Saúde de Mariana, no volume de agendamentos regulados para procedimentos eletivos fora do domicílio e na projeção de crescimento da demanda, considerando o planejamento da atenção especializada no âmbito regional.

Essas quantidades são estimativas de referência, podendo ser ajustadas conforme variações na demanda regulada, pactuações em instâncias regionais e limites orçamentários do Município. A contratada (CISAMAPI) deverá garantir a flexibilidade operacional para atendimento integral da demanda aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde.

729.360,00

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Total
01	12 / 11	Meses	Contratação de empresa legalmente constituída e tecnicamente capacitada para a execução prestação de serviços de transporte sanitário eletivo regionalizado de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Para o exercício de 2026.	R$ 182.340,00
02	12	Meses	Contratação de empresa legalmente constituída e tecnicamente capacitada para a execução prestação de serviços de transporte sanitário eletivo regionalizado de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Para o exercício de 2027	R$ 195.103,80
03	12	Meses	Contratação de empresa legalmente constituída e tecnicamente capacitada para a execução prestação de serviços de transporte sanitário eletivo regionalizado de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Para o exercício de 2028	R$ 208.761,07
04	12	Meses	Contratação de empresa legalmente	R$ 223.374,34

			constituída e tecnicamente capacitada para a execução prestação de serviços de transporte sanitário eletivo regionalizado de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Para o exercício de 2029	

Obs.: O valor total estimado do presente contrato é de R$ 809.579,21 (oitocentos e nove mil e quinhentos e setenta e nove reais e vinte e um centavos).

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação deverá observar, os princípios, diretrizes e normas que regem o Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990) e das normas complementares aplicáveis.

A operacionalização e manutenção do transporte sanitário eletivo deverão respeitar os seguintes requisitos fundamentais:

I - Observância aos princípios da universalidade, integralidade, equidade, descentralização, regionalização e hierarquização dos serviços de saúde;

II - Atendimento às normas técnicas e administrativas pertinentes à execução de ações e serviços públicos de saúde;

III - Estrita conformidade com a Resolução SES/MG nº 8.439/2022, que estabelece critérios para a execução do transporte eletivo em saúde no âmbito estadual, incluindo:

- Planejamento integrado com a Secretaria Municipal de Saúde;
- Utilização de veículos adequados, regularizados e equipados segundo exigências sanitárias e de segurança;
- Manutenção de registros e relatórios dos usuários transportados;
- Garantia do retorno dos pacientes à origem, salvo justificativas documentadas;
- Cumprimento dos fluxos de regulação, conforme pactuações intermunicipais;
- Atuação em consonância com as diretrizes da Rede de Atenção à Saúde (RAS) e da Comissão Intergestores Regional (CIR).

IV - Os veículos destinados ao transporte sanitário eletivo deverão atender a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis pelo SUS (RENEM), criada por meio da Portaria GM/MS nº 3.134/2012, disponível no Sistema de Informação e Gerenciamento de Equipamentos e Materiais (SIGEM), para gerir os itens financiáveis para o SUS e padronizar suas nomenclaturas, que em sua atual competência especifica os seguintes veículos: a) Veículo de Transporte Sanitário (com acessibilidade - 1 cadeirante); b) Micro-ônibus Urbano de Transporte Sanitário; e c) Micro-ônibus Rural de Transporte Sanitário;

V - A concessão do acesso a esse transporte deve estar condicionada ao agendamento confirmado da consulta/exame ou procedimento eletivo em serviços ofertados pelo SUS;

VI - Atendimento direcionado à população usuária que demanda serviços de saúde e que não apresenta risco de vida, necessidade de recursos assistenciais durante o deslocamento e que não necessite de transporte em decúbito horizontal.

Esses requisitos visam assegurar a qualidade, segurança e efetividade do serviço prestado, além de garantir que a contratação atenda aos objetivos sanitários e administrativos do município de Mariana e às normativas federais e estaduais do SUS.

5- DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO / QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1 Para fins de habilitação no certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos mediante apresentação dos seguintes documentos:

I-HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Cartão CNPJ;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e última alteração relativa ao objeto e administradores, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, ou a última alteração consolidada, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

II-HABILITAÇÃO FISCAL

a) Comprovante de regularidade fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal (ou distrital) da sede do licitante;
b) Comprovante de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
c) Comprovante de regularidade com a Justiça do Trabalho, por meio de certidão emitida pelo site www.tst.gov.br.

III-HABILITAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove ter a licitante desempenhado serviços iguais, similares ou superiores ao objeto da presente licitação, com nome legível do emitente, em papel timbrado, ou em papel sem timbre com carimbo do CNPJ.

IV-QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física ou em sítio eletrônico caso a comarca da licitante disponha desta ferramenta.

V-DECLARAÇÕES

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
b) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração.
c) Declaração de cumprimento de reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitação da previdência social.

6-CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação do serviço de transporte sanitário eletivo regionalizado deverá observar as seguintes condições técnicas, operacionais, legais e administrativas:

a) Programação e Coordenação

- A execução das viagens será realizada mediante programação prévia da Secretaria Municipal de Saúde de Mariana, com base nas agendas de regulação de procedimentos eletivos;
- O CISAMAPI deverá manter canal direto de comunicação com a regulação municipal, para receber solicitações, ajustes de rota e acompanhar alterações de agendamentos.

b) Veículos e Condições de Transporte

- Os veículos utilizados deverão estar em boas condições de uso, devidamente higienizados, licenciados e adequados ao transporte sanitário eletivo, conforme normas da vigilância sanitária e exigências da Resolução SES/MG nº 8.439/2022;
- Deverão possuir acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, quando necessário, e oferecer segurança, conforto e dignidade aos usuários transportados.

b) Pessoal Envolvido

- Os motoristas devem estar regularmente habilitados, capacitados e identificados, com postura compatível com o atendimento ao público e conhecimento básico das rotas;

c) Regularidade e Pontualidade

- O serviço deverá ser prestado de forma regular, contínua e pontual, com respeito aos horários e rotas estabelecidos na programação;
- A contratada deve dispor de estrutura para reprogramações emergenciais e suporte operacional em caso de imprevistos.

d) Registro e Prestação de Contas

- Todas as viagens deverão ser devidamente registradas em sistema e/ou formulário próprio, contendo data, nome do paciente, origem e destino, motivo da viagem e quilometragem;
- A prestação de contas será mensal, acompanhada de relatório analítico contendo o quantitativo de usuários transportados, os trajetos realizados e os valores correspondentes.

e) Fiscalização e Monitoramento

- A execução do serviço será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Saúde, com base em indicadores de desempenho, cumprimento de rotas, satisfação dos usuários e regularidade da prestação.

O descumprimento das condições estabelecidas poderá implicar em advertência formal, necessidade de adequações imediatas ou outras medidas previstas no contrato de programa.

7- OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1-Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas;

7.2-Após os serviços prestados, verificar se o mesmo encontra-se de maneira adequada ao disposto neste Termo de Referência;

7.3-Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela empresa fornecedora, de acordo com os termos de sua proposta;

7.4-Emitir Autorização de Fornecimento ou qualquer outro documento equivalente, com todas as informações necessárias, por intermédio do representante da administração designado, e comunicar à empresa por meio de telefone ou e-mail da emissão da mesma;

7.5-Acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto desta contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos;

7.6-Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

7.7-Controlar e documentar as ocorrências que porventura existirem no decorrer da entrega dos produtos;

7.8-Notificar a empresa fornecedora, por falhas ou irregularidades constatadas nos serviços, para que sejam adotadas as medidas cabíveis;

7.9-O Município não responderá por qualquer incidente, que envolva danos morais ou materiais, ocorrido em razão da entrega dos produtos, seja pelos profissionais em seja em razão de terceiros, cabendo a CONTRATADA tal responsabilidade, se for o caso.

8- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1-As despesas decorrentes do contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

07.01.10.0024.122.2490 317170 Fonte de Recurso 1500

07.01.10.0024.122.2490 337170 Fonte de Recurso 1500

07.01.10.0024.122.2490 447170 Fonte de Recurso 1500

9- CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município de Mariana no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento da (s) Nota (s) fiscal (is) correspondentes aos serviços prestados,

acompanhada (s) de comprovação da manutenção das condições demonstradas para habilitação, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

10-FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

10.1 O Município de MARIANA exercerá a fiscalização, através do servidor designado, que verificará a procedência da prestação do serviço, de acordo com o objeto, comprovando a qualidade das mesmas e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à empresa contratada. Verificada a irregularidade, serão aplicadas as sanções previstas nesse Termo de Referência.

10.2 As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de MARIANA em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da empresa contratada, no que concerne à execução do objeto do contrato.

10.3 A Administração poderá realizar, a qualquer tempo, visitas técnicas, inclusive sem aviso prévio, para fins de fiscalização sanitária, técnica e contratual.

10.4 É facultado ao Município solicitar, durante a vigência da contratação de serviço, a comprovação periódica da regularidade fiscal, sanitária e trabalhista da contratada.

10.5 Eventuais reclamações ou denúncias de irregularidades deverão ser apuradas imediatamente, com instauração de processo de apuração e registro no histórico da execução contratual.

11- VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. O presente contrato terá vigência de 48 meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que em conformidade com o prazo e requisitos do artigo 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

11.3. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

12-GARANTIA CONTRATUAL

Não se aplica.

13-REAJUSTE

13.1.Por força das leis federais nº 9.069/95 e 10.192/2001, e nos termos do § 3º do artigo 92, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como do Acórdão TCU nº 1587/2023 – Plenário, o valor registrado será reajustado desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.

13.2. Decorrido o prazo acima estipulado, o índice a ser utilizado será o IPCA ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

13.3.A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do IPCA ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

13.4.O Reajuste somente será aplicado a pedido do interessado mediante requerimento protocolado ao Departamento de documentação e arquivo, sendo o mesmo destinado ao responsável pela gestão do contrato.

14-REEQUILIBRIO

14.1. Para a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá apresentar documentos fiscais somados a outros que julgar pertinentes e que comprovem a elevação dos preços de forma imprevisível e inesperada.

14.2. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Contratado será convocado pela Contratante para alteração, por aditamento do contrato.

15-SANÇÕES

15.1 - Pela inexecução total ou parcial ou, ainda, infringência do art. 155 da lei federal 14.133/2021, o Município de Mariana MG poderá aplicar, as empresas credenciadas, às seguintes penalidades:

15.1.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA – comunicação formal quanto à conduta da CONTRATADA sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

15.1.2. MULTA, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por centos) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 154 da Lei n. 14.133/21:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, limitada sua aplicação até o máximo de 30 (trinta) dias, caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços no prazo e demais condições avençadas;

b) 10% (dez por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de descumprimento de obrigação contratual;

c) 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de reincidente de descumprimento de obrigação contratual;

d) 05% (cinco por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado;

e) 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total; ou na hipótese da CONTRATADA, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão;

Atingidos os valores máximos das multas a serem aplicadas e havendo nova ocorrência ou reincidência de descumprimento de obrigação contratual, poderá ser configurada inexecução do Contrato.

15.2. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 03 (três) anos nos termos do inciso III, do artigo 155, §4° da Lei nº 14.133/21;

15.3. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

15.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

15.5 - Será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação do ato, o prazo para manifestação.

15.6 - Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

15.7 - Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito aqueles constantes no art. 393 do código civil brasileiro.

15.8- As importâncias relativas a multas poderão, a critério do Município de Mariana MG, serem descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata, podendo, entretanto, conforme o caso, ser inscritas para constituir dívida ativa, na forma da lei.

16- ASSINATURAS

Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, que corresponde ao Contrato de Programa tem por objeto a delegação da execução orçamentária ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Macrorregião do Vale do Piranga – CISAMAPI, para que este realize, em nome do Município de Mariana, a gestão e execução dos serviços públicos de saúde voltados ao transporte regionalizado eletivo de pacientes do SUS, para constar como anexo ao edital.

Mariana, 05 de Janeiro de 2026.

Kelem Cristina Ramos de Freitas
Coordenadora de Apoio Administrativo e Planejamento

026

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Marilene Romão Gonçalves
Secretária Municipal de Saúde

027

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

INTRODUÇÃO

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação.

Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência.

Classificação	Valor
Baixo	03
Médio	06
Alto	09

Tabela 1: Escala de classificação de probabilidade e impacto

Descrição dos impactos:

Baixo: Danos que não comprometem o processo/serviço. Devem ser catalogados nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.

Médio: Danos que comprometem parcialmente o processo/serviço, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.

Alto: Danos que comprometem a essência do processo/serviço, impedindo-o de seguir seu curso.

A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto, tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato.

IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS

Risco 01	Risco Probabilidade	Médio	
	Impacto	Médio	
	Dano:	Atrasos nas viagens programadas.	
	Tratamento		
	Id	**Ação Preventiva**	Responsável
	1	Monitoramento rigoroso da programação pela contratante; comunicação direta com o consórcio; exigência de planejamento logístico.	Fiscal do Contrato
	Id	**Ação de Contingência**	Responsável
	1	Substituição imediata do veículo em atraso; acionamento de transporte reserva; reprogramação com prioridade.	Fiscal do Contrato

Risco 02	Risco Probabilidade	Alto	
	Impacto	Alto	
	Dano 1:	Veículo quebrado ou indisponível no dia da viagem.	
	Tratamento		
	Id	**Ação Preventiva**	Responsável
	1	Manutenção preventiva periódica; frota reserva disponível; check-list operacional diário.	Setor solicitante
	Id	**Ação de Contingência**	Responsável
	1	Substituição por veículo reserva; acionamento de empresa terceirizada conveniada, se necessário.	Fiscal do Contrato

Risco 03	Risco Probabilidade	Médio	
	Impacto	Alto	
	Dano 1:	Falta de prestação de contas mensal.	
	Tratamento		
	Id	**Ação Preventiva**	Responsável
	1	Exigência de relatórios mensais como condição para pagamento; sistema de acompanhamento documental.	Financeiro (Fundo Municipal)
	Id	**Ação de Contingência**	Responsável
	1	Suspensão do repasse até regularização; auditoria do contrato.	Financeiro (Fundo Municipal)

Risco 04	Risco Probabilidade	Médio
	Impacto	Médio
	Dano 1:	Ausência do motorista.

	Tratamento		
	Id	**Ação Preventiva**	Responsável
	1	Escala mínima com cobertura de folgas e ausências e supervisão periódica do pessoal.	Fiscal do contrato e setor solicitante
	Id	**Ação de Contingência**	Responsável
	1	Substituição imediata do condutor; notificação ao consórcio e substituição contratual, se for recorrente.	Fiscal do Contrato

ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS

Os riscos identificados e passíveis de ações para suas medidas preventivas estão em consonância com a nova legislação. Tais riscos são inerentes aos serviços prestados à administração pública e serão acompanhados, a fim de dirimir e evitar os possíveis danos à Administração Pública. O presente documento tem como objeto Contrato de Programa por delegação da execução orçamentária ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Macrorregião do Vale do Piranga – CISAMAPI, para que este realize, em nome do Município de Mariana, a gestão e execução dos serviços públicos de saúde voltados ao transporte regionalizado eletivo de pacientes do SUS.

Mariana, 05 de Janeiro de 2026.

Kelem Cristina Ramos de Freitas
Coordenadora de Apoio Administrativo e Planejamento

Marilene Romão Gonçalves
Secretária Municipal de Saúde

DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 3.983, DE 26 DE OUTUBRO DE 2022.

Aprova as diretrizes de implantação da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG e dá outras providências.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- a Portaria nº 3.134, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a expansão e consolidação do Sistema Único

de Saúde (SUS) e cria a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS (RENEM) e o Programa de Cooperação Técnica (PROCOT) no âmbito do Ministério da Saúde;

- a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

- a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, dispõe sobre a consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde (SUS);

- a Resolução COFEN nº 588/2018, que atualiza e normatiza a atuação da equipe de Enfermagem no processo de transporte de pacientes em ambiente interno aos serviços de saúde.

- a Resolução de Consolidação CIT nº 1, de 30 de março de 2021, capítulo VI, que define as diretrizes nacionais para a elaboração da relação nacional de ações e serviços de saúde (RENASES);

- o Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010, que dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação das contas de recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde;

- a Resolução SES/MG nº 5.173, de 08 de março de 2016, que estabelece os pré-requisitos a serem observados por Consórcios Intermunicipais de Saúde (CIS) que intencionem potenciais parcerias com a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG), e dá outras providências;

- a Política Nacional de Humanização (PNH) - Brasília, 2013

- o Plano Diretor de Regionalização da saúde de Minas Gerais (PDR/MG) – 2020;

- o Plano Estadual de Saúde de Minas Gerais (PES/MG) – 2020-2023;

- a importância dos sistemas de transportes em saúde na promoção da integração dos pontos das Redes de Atenção à Saúde e a viabilização do acesso dos usuários aos serviços de saúde no Sistema Único de Saúde - SUS/MG;

- a necessidade de aprimorar o acesso aos serviços de saúde; fortalecer a integração dos pontos de atenção à saúde; otimizar os recursos existentes; aumentar a eficiência, eficácia e equidade do sistema de Transporte Eletivo em Saúde; de elaborar uma política para o Transporte Eletivo em Saúde em consonância com as demandas da população e a realidade dos municípios;

- a necessidade de atualizar as diretrizes para o Transporte Eletivo em Saúde no estado de Minas Gerais para seus usuários do SUS;

- as reuniões do Grupo de Trabalho para discussão da reestruturação do Sistema Estadual de Transporte em Saúde do Estado de Minas Gerais (SETS/MG);

- o Ofício nº 252/2022, de 25 de outubro de 2022, do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde - COSEMS/MG; e

- a aprovação *Ad Referendum* da CIB-SUS/MG, conforme disposto no art. 50 da Deliberação CIB-

SUS/MG nº 3.030, de 13 de novembro de 2019, que aprova o Regimento Interno da Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais (CIB-SUS/MG), das Comissões Intergestores Bipartite Macrorregionais (CIB Macro) e das Comissões Intergestores Bipartite Microrregionais (CIB Micro) do Estado de Minas Gerais.

DELIBERA:

Art. 1° - Ficam aprovadas as diretrizes de implantação da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG.

Art. 2° - Define-se como Transporte Eletivo em Saúde aquele destinado ao deslocamento programado de pessoas para realizar procedimentos de caráter eletivo, regulados e agendados, sem urgência, em situações previsíveis de atenção programada no próprio município de residência ou em outro município nas regiões de saúde de referência, conforme pactuado.

§ 1° - Compreende-se como Transporte Eletivo em Saúde os transportes:

a) Transporte Sanitário Eletivo: deslocamento programado de pessoas para realizar procedimentos de caráter eletivo, regulados e agendados, sem urgência, no próprio município de residência ou em outro município nas regiões de saúde de referência, por meio de veículos de transporte tipo lotação.

b) Transporte em ambulância Tipo A: deslocamento programado de pessoas, que por indicação clínica, não apresentem risco de vida, para remoção simples e de caráter eletiva, no próprio município de residência ou para outro município nas regiões de saúde de referência, que necessitem de transporte em decúbito horizontal.

§ 2° - Não compete ao escopo do Transporte Eletivo em Saúde a realização de atendimentos para:

a) Transporte de urgência ou emergência sob qualquer hipótese;

b) Práticas de atividades educacionais, culturais, esportivas, recreativas ou turísticas;

c) Transporte para clínicas e hospitais particulares, salvo em casos de liminares judiciais e/ou conveniados/contratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS);

d) Tratamento estético;

e) Perícia médica junto ao INSS e poder Judiciário;

f) Visitação em presídios, hospitais, clínicas e afins;

g) Transporte administrativo de servidores, inclusive os vinculados ao SUS.

Art. 3º - O Transporta SUS-MG possui como objetivo qualificar e ampliar o serviço de Transporte Eletivo em Saúde, viabilizando o acesso dos usuários mineiros de forma segura e equânime aos pontos de atenção da rede assistencial do Estado em tempo e local oportuno para a realização de procedimentos de caráter eletivo, no próprio município de residência ou em outro município, nas regiões de saúde de referência, conforme pactuado.

Art. 4º - São estratégias para a consecução dos objetivos da Política Transporta SUS-MG:
I - fortalecimento da capacidade municipal na organização e promoção do Transporte Eletivo em Saúde, por meio do apoio estadual no cofinanciamento dos serviços no seu território, de forma a ampliar a capacidade de atendimento dos municípios às demandas de serviço de Transporte Eletivo em Saúde;
II - promoção de arranjos intermunicipais para otimização, aumento da eficiência e ganhos de escala nos serviços de Transporte Eletivo em Saúde de forma regionalizada;
III - fomento à qualificação técnica e tecnológica das equipes responsáveis pela gestão dos transportes intramunicipais e intermunicipais de forma a garantir o aumento dos serviços ofertados.

Art. 5º - São diretrizes para o Transporte Eletivo em Saúde no âmbito do Transporta SUS-MG:
I - adotar as microrregiões e macrorregiões de saúde como a base territorial do Transporte Eletivo em Saúde, tendo como referência a organização, o planejamento e a execução das ações e serviços de saúde, por meio da Rede de Atenção à Saúde (RAS);
II - otimizar os custos dos transportes para a realização de procedimentos eletivos por meio da oferta de um serviço de transporte seguro e de qualidade, adequado às condições geográficas e de trafegabilidade das vias em zona rural e urbana;
III - incentivar a gestão municipal dos fluxos assistenciais para articulação da oferta e da demanda por serviços de Transporte Eletivo em Saúde, de forma a sistematizar o acesso de acordo com protocolos de atendimentos pré-definidos e pactuados;
IV - estimular a organização de um modelo de gestão de frota para a operacionalização do serviço, que permita controlar e otimizar os custos operacionais, custos fixos, custos variáveis, planos de manutenção, recursos humanos, capacitações e sistema de monitoramento para garantir o rastreamento e controle do fluxo dos veículos;
V - estabelecer relações de cooperação na prestação do serviço de Transporte Eletivo em Saúde, priorizando os Consórcios Intermunicipais de Saúde (CIS) que ofereçam o serviço, sempre que favorecer ganhos de escala e a melhoria de equidade e de tempo oportuno em benefício do usuário por

032

meio dos Sistemas Regionais de Transporte Eletivo em Saúde;

VI - dimensionar o serviço de Transporte Eletivo em Saúde do município a partir da observação dos parâmetros de planejamento e programação, estabelecidos em função das necessidades de saúde da população, em consonância com a oferta dos serviços intermunicipais e da rede assistencial de referência;

VII - ofertar o serviço de Transporte Eletivo em Saúde de forma humanizada em conformidade com a Política Nacional de Humanização.

Art. 6º - Na Política Transporta SUS-MG, compete à Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais – SES/MG:

I - apoiar o financiamento por meio do cofinanciamento dos serviços de transporte intramunicipal e intermunicipal, em acordo com os objetivos e diretrizes desta Deliberação;

II - acompanhar a execução da Política Transporta SUS-MG e a consecução dos objetivos estabelecidos nesta Deliberação.

Art. 7º - Na Política Transporta SUS-MG, compete às Secretarias Municipais de Saúde (SMS):

I - planejar, organizar e disponibilizar os serviços de Transporte Eletivo em Saúde no âmbito municipal, por meio do cofinanciamento de serviços próprios e/ou por meio de parcerias entre municípios operacionalizadas por meio de CIS, respeitando os objetivos e diretrizes desta Deliberação;

II - dispor sobre a oferta do serviço de Transporte Eletivo em Saúde no Plano Municipal de Saúde, na Programação Anual de Saúde e no Relatório Anual de Gestão, nos termos dos Arts. 94 a 101, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, e no Planejamento Regional Integrado, conforme estabelecido no Art. 30 da Lei Complementar nº 141/2012.

Art. 8º - Na Política do Transporta SUS-MG, os CIS poderão apoiar a execução dos serviços de transporte em saúde nas seguintes atividades:

I - gerenciamento da frota de veículos: apoio aos municípios no controle dos custos operacionais, custos fixos, custos variáveis, planos de manutenção, capacitações e sistema de monitoramento para garantir o rastreamento e controle do fluxo dos veículos;

II - organização e gerenciamento de rotas compartilhadas para o transporte eletivo em saúde, com itinerários fixos, conforme as necessidades do território para ganhos de escala e a melhoria de equidade e de tempo e local oportuno em benefício do usuário.

Art. 9º - Fica revogada a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.728, de 22 de maio de 2018, que aprova as novas diretrizes para o Sistema Estadual de Transporte em Saúde (SETS) no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Art. 10 - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 26 de outubro de 2022.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

033

DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 4.001, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022

Aprova as diretrizes para a operacionalização do transporte eletivo em saúde nos territórios e normas gerais de adesão, execução e acompanhamento do cofinanciamento estadual no âmbito da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- o Decreto Estadual nº 46.319, de 26 de setembro de 2013, que dispõe sobre as normas relativas à

transferência de recursos financeiros da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, mediante convênio de saída, e dá outras providências;

- o Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010, que dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação das contas de recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde;

- a Portaria MS/GM nº 3.134, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a expansão e consolidação do SUS e cria a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS (RENEM) e o Programa de Cooperação Técnica (PROCOT) no âmbito do Ministério da Saúde;

- a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS;

- a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, dispõe sobre a consolidação das normas sobre as redes do SUS;

- a Resolução de Consolidação CIT nº 1, de 30 de março de 2021, que consolida as Resoluções da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) do SUS;

- a Resolução SES/MG nº 5.173, de 08 de março de 2016, que estabelece os pré-requisitos a serem observados por Consórcios Intermunicipais de Saúde (CIS) que intencionem potenciais parcerias com a SES/MG, e dá outras providências;

- a Política Nacional de Humanização (PNH) - Brasília, 2013;

- o Plano Diretor de Regionalização da saúde de Minas Gerais (PDR/MG) – 2020;

- o Plano Estadual de Saúde de Minas Gerais (PES/MG) – 2020-2023;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.983, de 26 de outubro de 2022, que aprova as diretrizes de implantação da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG - e dá outras providências;

- e necessidade estabelecer as diretrizes para a operacionalização do transporte eletivo em saúde nos territórios; fomentar a ampliação da capacidade de atendimento dos municípios, fortalecer, qualificar e promover a articulação intermunicipal para otimização e ganhos de escala nos serviços de transporte eletivo em saúde por meio da transferência de recurso financeiro; e

- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 291ª Reunião Ordinária, ocorrida em 09 de novembro de 2022.

034

DELIBERA:

Art. 1º - Fica aprovada, as diretrizes para a operacionalização do transporte eletivo em saúde nos territórios e normas gerais de adesão, execução e acompanhamento do cofinanciamento estadual no âmbito da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG, nos termos do Anexo Único desta Deliberação.

Art. 2º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2022.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 4.001, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022
(disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br/cib).

RESOLUÇÃO SES/MG Nº 8.439, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022

Estabelece as diretrizes para a operacionalização do transporte eletivo em saúde nos territórios e normas gerais de adesão, execução e acompanhamento do cofinanciamento estadual no âmbito da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 46, da Lei Estadual nº 23.304, de 30 de maio de 2019 e, considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências; e

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.001, de 09 de novembro de 2022, que aprova as diretrizes para a operacionalização do transporte eletivo em saúde nos territórios e normas gerais de

adesão, execução e acompanhamento do cofinanciamento estadual no âmbito da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG.

035

RESOLVE:

Art. 1° - Estabelecer diretrizes para operacionalização do transporte eletivo em saúde nos territórios e normas gerais de adesão, execução e acompanhamento do cofinanciamento estadual no âmbito da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG.

CAPÍTULO I

DIRETRIZES PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ELETIVO EM SAÚDE NOS TERRITÓRIOS

Art. 2° - São diretrizes para o Transporte Sanitário Eletivo:

I – o Transporte Sanitário Eletivo deve ser direcionado à população usuária que demanda serviços de saúde e que não apresenta risco de vida, necessidade de recursos assistenciais durante o deslocamento e que não necessite de transporte em decúbito horizontal;

II - a concessão do acesso a esse transporte deve estar condicionada ao agendamento confirmado da consulta/exame ou procedimento eletivo em serviços ofertados pelo SUS;

III - os veículos destinados ao transporte sanitário eletivo constam na Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis pelo SUS (RENEM), criada por meio da Portaria GM/MS nº 3.134, de 17 de dezembro de 2013, disponível no Sistema de Informação e Gerenciamento de Equipamentos e Materiais (SIGEM), para gerir os itens financiáveis para o SUS e padronizar suas nomenclaturas, que em sua atual competência especifica os seguintes veículos:

a) Veículo de Transporte Sanitário (com acessibilidade - 1 cadeirante);

b) Micro-ônibus Urbano de Transporte Sanitário; e

c) Micro-ônibus Rural de Transporte Sanitário.

Art. 3° - São diretrizes para o Transporte em ambulância tipo A:

I - aplica-se ao deslocamento programado em casos de alta ou internações hospitalares eletivas e à realização de procedimentos ambulatoriais oferecidos na Rede de Atenção à Saúde, quando a condição clínica exigir transporte em decúbito horizontal;

II - a remoção do paciente deve estar condicionada ao contato/agendamento prévio com a instituição/serviço receptor/destino no âmbito do SUS;

III - as ambulâncias de transporte deverão dispor, no mínimo, dos seguintes materiais e equipamentos ou similares com eficácia equivalente:

a) sinalizador óptico e acústico;

b) equipamento de comunicação;

c) maca com rodas;

d) suporte para soro e oxigênio medicinal.

IV - as ambulâncias devem ser tripuladas por, no mínimo, 2 (dois) profissionais: 1 (um) condutor e 1 (um) Auxiliar/Técnico de Enfermagem;

V - as ambulâncias tipo A constam na RENEM, disponível no SIGEM, que em sua atual competência estão especificados os seguintes veículos:

a) Ambulância Tipo A - Simples Remoção – Furgão;

b) Ambulância Tipo A - Simples Remoção – Furgoneta; e

c) Ambulância Tipo A - Simples Remoção – Pick-up 4x4.

Art. 4º - São diretrizes comuns para o Transporte Sanitário Eletivo e Transporte em Ambulância Tipo A:

I - poderão ser utilizados em deslocamentos rotineiros ou eventuais, ponderando-se as condições clínicas do usuário e as rotas de transporte, de acordo com os protocolos de atendimento pré-definidos e pactuados:

a) o transporte rotineiro se refere à necessidade de deslocamento para tratamentos continuados, agendados previamente, que exigem presença constante por um tempo longo no próprio município de residência ou fora dele, nas regiões de saúde de referência, conforme pactuação, como os serviços de quimioterapia, radioterapia e de terapia renal substitutiva;

b) o transporte eventual se aplica ao deslocamento para um procedimento específico em um momento pontual, pré-agendado, prestado em tempos discretos, no próprio município de residência ou fora dele, nas regiões de referência, conforme pactuação.

II - é permitido o transporte de acompanhante para crianças até 15 (quinze) anos e idosos - maiores de 60 (sessenta) anos - conforme previsto na legislação pertinente, admitindo a análise de outras situações e agravos que tenham indicação do acompanhamento;

III - os veículos para os transportes em questão deverão contar com motoristas orientados quanto às práticas de direção defensiva, procedimentos básicos de condução segura e demais determinações da legislação de trânsito, urbanidade e acolhimento, de forma a proporcionar um transporte seguro e humanizado para o paciente.

Art. 5º - São diretrizes para os Sistemas Regionais de Transporte Eletivo em Saúde:

I - no âmbito dos Sistemas Regionais de Transporte Eletivo em Saúde poderão ser pactuadas ações para o gerenciamento da frota de veículos e para o estabelecimento de rotas compartilhadas, ponderando-se a caracterização do transporte, localização geográfica e vias de acesso;

II - os Sistemas Regionais de Transporte em Saúde poderão ser gerenciados, preferencialmente, por Consórcios Intermunicipais de Saúde (CIS);

III - deverá ser organizado, prioritariamente, um único Sistema Regional de Transporte Eletivo em Saúde por microrregião, admitindo-se a possibilidade de mais de um, no caso de pactuações existentes, no âmbito dos serviços de saúde, desde que sem prejuízo de ganhos de escala e favorecimento da melhoria de equidade e de tempo oportuno em benefício do usuário;

a) a formação de mais um Sistema Regional de Transporte Eletivo em Saúde por microrregião será apreciado pela equipe técnica da SES;

b) cada município poderá participar de um único Sistema Regional de Transporte Eletivo em Saúde.

IV - para a operacionalização do Sistema Regional de Transporte Eletivo em Saúde é necessário ao CIS:

a) ceder e adaptar o espaço físico para instalação da Central de Gestão do Transporte em Saúde;

b) definir em conjunto com os municípios integrantes do Sistema Regional de Transporte Eletivo em Saúde as rotas para o transporte de pacientes, a partir de estudos que levarão em conta o Plano Diretor de Regionalização (PDR) e o fluxo de pacientes referenciados na Programação Pactuada Integrada (PPI);

c) zelar pela gestão, segurança patrimonial, manutenção preventiva e corretiva dos veículos;

d) assumir os custos operacionais, custos fixos, custos variáveis, recursos humanos, capacitações e monitoramento para garantir o controle do fluxo dos veículos.

Parágrafo único - nos termos desta Resolução, define-se Central de Gestão do Transporte em Saúde, como setor dotado de equipamentos físicos e equipe para o desempenho das atividades de gestão da frota de veículos e organização do transporte no seu âmbito de atuação.

CAPÍTULO II
DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 6° - O cofinanciamento, no âmbito do Transporta SUS-MG, busca ampliar a capacidade de atendimento dos municípios, fortalecer, qualificar e promover a articulação intermunicipal para otimização e ganhos de escala nos serviços de transporte eletivo em saúde por meio da transferência de recurso financeiro para custeio do transporte eletivo em saúde no âmbito intermunicipal.

Parágrafo único - O recurso financeiro para custeio será no valor total de R$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), onerando as dotações orçamentárias n° 4291.10.302.158.4452.0001 - 334141 - 10.1 e 4291.10.302.158.4452.0001 - 334541 - 10.1.

Art. 7° - Para implantação do Transporta SUS-MG, serão aportados, excepcionalmente, recursos financeiros para:

I -Transporte Intramunicipal: recurso financeiro de custeio para fomento às ações de ampliação e qualificação do serviço de transporte eletivo em saúde no âmbito intramunicipal;

II - Transporte Intermunicipal: recurso financeiro para investimento na aquisição de veículo Micro-ônibus Urbano de Transporte Sanitário ou Micro-ônibus Rural de Transporte Sanitário.

§ 1° - O recurso financeiro para custeio a que se refere o inciso I será no valor total de R$80.000.00,00(oitenta milhões de reais) onerando as dotações orçamentárias n° 4291.10.302.158.4452.0001 - 334141 - 10.1 e 4291.10.302.158.4452.0001 - 334541 - 10.1.

§ 2° - O recurso financeiro para investimento referenciado no inciso II será de até R$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), conforme orçamentária específica.

Art. 8° - Os recursos financeiros de custeio de que tratam os arts. 6 ° e 7°, inciso I, serão repassados em parcela única aos Fundos Municipais de Saúde, com os respectivos valores, descritos no Anexo II.

§ 1° - A metodologia de cálculo dos valores para cada município está discriminada no Anexo I desta Resolução.

§ 2° - O recurso financeiro em questão depois de transferido e enquanto não utilizado na finalidade a que se destina, deverá ser aplicado conforme o art. 13 do Decreto Estadual nº 45.468/2010.

§ 3° - Os rendimentos provenientes de saldo de aplicação financeira devem ser utilizados de acordo com as disposições desta Resolução.

§ 4° - Os recursos financeiros deverão ser movimentados pelos municípios em conta específica e executados em até 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento da parcela única, facultada à SES/MG a prorrogação do prazo pelo mesmo período.

Art. 9° - Para a formalização do repasse do recurso financeiro de que tratam os art 6° e art. 7°, inciso I, desta Resolução, deverá ser assinado o Termo de Compromisso no Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde (SIG-RES) ou em outro sistema ou meio autorizado pela SES/MG.

§ 1° - O instrumento de repasse deverá ser assinado no prazo de 7 (sete) dias, a contar da data de sua disponibilização no sistema, facultada à SES/MG a prorrogação do prazo pelo mesmo período.

§ 2° - Expirado o prazo previsto no parágrafo anterior, o beneficiário deixará de fazer jus ao recurso e o instrumento ficará indisponível para assinatura, após bloqueio no sistema.

Art.10 – Os recursos previstos no inciso II do art. 7° serão destinados aos CIS para aquisição de veículo tipo Micro-ônibus Urbano de Transporte Sanitário ou Micro-ônibus Rural de Transporte Sanitário na finalidade exclusiva desta linha de ação.

§ 1° - O recurso individual para aquisição de Micro-ônibus Urbano de Transporte Sanitário será de R$424.667,00 (quatrocentos e vinte e quatro mil seiscentos e sessenta e sete reais).

§ 2° - O recurso individual para aquisição de Micro-ônibus Rural de Transporte Sanitário será de R$444.800,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e oitocentos reais).

§ 3° - Os recursos financeiros de que trata este artigo serão transferidos em uma única parcela, repassada através de conta bancária específica, após aprovação do plano de trabalho e consequente celebração de termo de convênio nos termos do Decreto Estadual nº 46.319/2013 e Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015.

§ 4° - A metodologia do quantitativo de veículos destinado a cada CIS e as orientações especificas constam no Anexo III desta Resolução.

§ 5° - As especificações dos Micro-ônibus e preços de referência constam no Anexo IV

desta Resolução.

Art. 11 - Os recursos financeiros e orçamentários de que trata esta Resolução serão revistos anualmente.

CAPÍTULO III
DO ACOMPANHAMENTO

Art. 12 - A verificação da adequada aplicação dos recursos de que trata os art 6° e art. 7°, inciso I, da referida Resolução ao fim que se destina será realizada mediante a análise do atendimento das metas e dos indicadores pactuados.

§ 1° - A relação e especificação dos indicadores e metas e a metodologia de acompanhamento constam no Anexo V desta Resolução.

§ 2° - No decurso do acompanhamento, fica facultada à SES a exigência de apresentação de documentação comprobatória das informações prestadas quanto aos indicadores, conforme nota específica a ser disponibilizada.

§ 3° - As informações dos indicadores deverão ser inseridas no SIG-RES ou outra forma definida pela SES/MG para monitoramento de metas e indicadores.

§ 4° - Caso o município não cumpra as metas dos indicadores de monitoramento em cada avaliação deverá apresentar justificativa que será analisada pela equipe técnica da SES.

§ 5° - O descumprimento dos compromissos, metas ou a rejeição da justificativa mencionada no parágrafo anterior, no fim do prazo da execução, conforme o caso, poderá ensejar a devolução do recurso ao Fundo Estadual de Saúde (FES), com os acréscimos legais ao final do período.

Art. 13 - O processo de prestação de contas deverá ser apresentado observando-se as disposições contidas no Decreto Estadual n° 45.468, de 13 de setembro de 2010, e na Resolução SES/MG n° 4.606, de 17 de dezembro de 2014, ou Regulamento (s) que vier (em) a substituí-lo (s).

§ 1° - Todas as informações prestadas para fins deste acompanhamento serão de inteira responsabilidade de seus declarantes, sujeitos às penalidades administrativas, civis e criminais, quando constatada a sua falsidade ou inverdade.

§ 2° - Anualmente, os municípios beneficiários do incentivo financeiro de que trata esta Resolução deverão inserir e validar os dados referentes à prestação de contas relativas ao ano anterior no Sistema informatizado disponibilizado pela SES, ou com Regulamento (s) que vier (em) a substituí-

lo (s). 038

§ 3° - Os municípios beneficiários deverão manter arquivados os documentos que comprovam a utilização e gestão dos recursos públicos repassados pelo FES, conforme preconiza o Art. 25 do Decreto Estadual n. ° 45.468/2010.

§ 4° - Constatadas irregularidades no cumprimento do termo, o processo será baixado em diligência pela SES, sendo fixado prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de justificativas, alegações de defesa e documentação complementar que regularize possíveis falhas detectadas ou a devolução dos recursos liberados, atualizados monetariamente, sob pena da instauração de tomada de contas especial, em atendimento ao art. 47 da Lei Complementar n° 102 de 17 de janeiro de 2008.

§ 5° - O município deverá manter os documentos relacionados ao Termo de Compromisso pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data em que foi aprovado o processo de prestação de contas.

Art. 14 - Fica assegurado à Auditoria Assistencial, à Auditoria Setorial e aos órgãos de controle externo da Administração Pública o pleno acesso aos documentos originados em decorrência da aplicação dos recursos desta Resolução, bem como a fiscalização *in loco* para averiguar a destinação dos bens adquiridos.

Art. 15 – Os consórcios, além das disposições legais pertinentes, deverão seguir as orientações e normatizações da SES/MG para a realização das ações previstas nesta Resolução e na execução dos recursos financeiros.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 - Os prazos de que trata esta Resolução serão contados em dias corridos.

Art. 17 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2022.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE

ANEXOS I, II, III, IV E V DA RESOLUÇAO SES/MG Nº 8.439, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022 (disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br).

ANEXO I DA RESOLUÇAO SES/MG Nº 8.439, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022.

Metodologia de alocação do recurso financeiro de custeio

A metodologia adotada consiste na alocação dos recursos financeiros disponíveis em cada ação, por meio da divisão per capita corrigida dos recursos com propósito de alcançar equidade na distribuição. De forma geral, são realizadas duas correções: 1) correção pelo Fator de Necessidade de Transporte Eletivo em Saúde; 2) correção pela cobertura da saúde suplementar.

Para os recursos financeiros de custeio referentes ao Transporte Intramunicipal e Transporte Intermunicipal também é feita a ponderação pelo percentual médio de atendimentos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no próprio município de residência (Linha de ação intramunicipal) e fora dele (Linha de ação intermunicipal).

1 - Fator de Necessidade para o Transporte Eletivo em Saúde

O Fator de Necessidade para o Transporte Eletivo em Saúde (FN-TES) é a média simples de quatro indicadores: Fator de Alocação (FA), Índice de Condição de Acesso na média e alta complexidade ambulatorial (ICA-AMB), Índice de Condição de Acesso na média e alta complexidade hospitalar eletiva (ICA-HOSP) e a Condição Geográfica (CG).

$$FN\text{-}TES = \frac{(FA + ICA\text{-}AMB + ICA\text{-}HOSP + CG)}{4}$$

O FA[1] considera as necessidades relativas de cuidados com a saúde e a capacidade relativa de autofinanciamento (porte econômico) do município, sendo composto pela média simples do Índice de Necessidade em Saúde (INS) e do Índice de Porte Econômico (IPE).

Tendo como referência a metodologia desenvolvida por Andrade et al. (2006)[2], foi calculado o Índice de Condições de Acesso (ICA) a partir da distância média percorrida pelos residentes de cada município, quando estes necessitam de atendimento em saúde.

Os dados de atendimento ambulatorial e hospitalar eletivo foram obtidos, respectivamente, junto ao SIA/SUS e SIH/SUS de janeiro a dezembro de 2019. A escolha deste ano justifica-se em razão do momento excepcional vivenciado pelo nosso país e consequentemente pelo nosso estado nos anos de 2020-2022 em razão da COVID-19, que alterou a dinâmica de atendimentos eletivos. Dessa forma,

---

[1] MACHADO, E.N.M. Fator de alocação de recursos financeiros para atenção à saúde. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Secretaria de Estado da Saúde, 2003.

[2] ANDRADE, Mônica Viegas et al. Metodologia de alocação equitativa de recursos estaduais para os serviços hospitalares em Minas Gerais. Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira, Belo Horizonte. Cedeplar/UFMG, 2006.

optou-se pela última série histórica anterior.

As distâncias foram obtidas a partir da matriz de Carvalho et al. (2016) Carvalho et al. (2016)[3]. A partir dessa matriz, a análise da necessidade, na perspectiva da condição de acesso, demonstra que a menor distância percorrida é determinada pela oferta de serviços ambulatoriais e hospitalares no próprio município de residência e, portanto, revela uma menor necessidade de deslocamento. Já as maiores distâncias possuem uma distância média elevada a ser percorrida pelos pacientes encaminhados para outro município para o atendimento. Dessa forma, o grau de dificuldade para receber atendimento é mais elevado. A distância média percorrida pelos pacientes foi escalonada para se obter o ICA com valores entre 1 e 2.

A Condição Geográfica foi obtida pela quantificação da tipologia rural-urbana, criada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017[4] para o recorte municipal, a partir da transformação monotônica. Por esse recurso, qualquer conjunto numérico pode ser utilizado para substituir o conjunto original de valores associados a cada categoria, desde que a ordem original das categorias seja mantida.

A definição da tipologia efetuou-se considerando os seguintes critérios: população em áreas de ocupação densa, proporção da população em áreas de ocupação densa em relação à população total e localização. Foram definidas as seguintes categorias: Urbano, Intermediário Adjacente, Intermediário Remoto, Rural Adjacente e Rural Remoto. As categorias foram ordenadas, na perspectiva de menor à maior necessidade, nos seguintes valores, respectivamente: 1; 1,25; 1,50; 1,75 e 2,0.

A média dos indicadores manteve o escalonamento entre 1 e 2, sendo que quanto maior, maior a necessidade do município em relação ao transporte eletivo em saúde.

Assim, na Figura 1 é possível identificar a classificação dos municípios mineiros quanto ao FN-TES.

Figura 1

[3] CARVALHO, Lucas Resende et al. Matrizes de distâncias entre os distritos municipais no Brasil: um procedimento metodológico. Texto para Discussão, n. 532, 2016.

[4] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil – uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2017.



Fonte: : TABWIN/DATASUS – Elaboração própria

2 - Cobertura da saúde suplementar

Para a correção da população por cobertura da saúde suplementar, foram deduzidas da população total a população coberta pela saúde suplementar. Os dados mencionados referem-se ao ano de 2019.

3 - Ponderação pelo percentual médio de atendimentos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar

O percentual médio de atendimentos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar eletivo no próprio município de residência e fora dele foram obtidos com base no quantitativo de procedimentos aprovados informados no Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA e no Sistema de Informações Hospitalares - SIH do SUS/MG no ano de 2019, observando-se para cada origem o local de atendimento.

Esclarece-se que para a distribuição de recursos na linha de financiamento referente ao transporte intramunicipal foi definido o percentual de dez por cento (10%) de atendimentos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar eletivo no próprio município de residência como valor mínimo para participação do município.

No Quadro 1, segue exemplo da aplicação das correções descritas:

Quadro 1

BENEFICIÁRIO	MÉDIA PERCENTUAL DE ATENDIMENTO SIA E SIH NO PRÓPRIO MUNICÍPIO	MÉDIA PERCENTUAL DE ATENDIMENTO SIA E SIH FORA DO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	POPULAÇÃO SUS DEPENDENTE 2019	FN-TSE	(POPULAÇÃO SUS DEPENDENTE 2019) * (FN-TSE)	(POPULAÇÃO SUS DEPENDENTE) * (FN-TSE) * (MÉDIA PERCENTUAL DE ATENDIMENTO SIA E SIH NO PRÓPRIO MUNICÍPIO)	(POPULAÇÃO SUS DEPENDENTE) * (FN-TSE) * (MÉDIA PERCENTUAL DE ATENDIMENTO SIA E SIH FORA DO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA)
MUNICÍPIO X	0,2	0,8	6.546	1,44	9.427	1.885	7.542

Nesta Resolução, os valores per capita[5] de custeio são:

a) Transporte Intramunicipal: R$ 7,61
b) Transporte Intermunicipal: R$ 15,69

[5] Os valores em questão estão arredondados em duas casas decimais. Para o cálculo dos valores descritos no Anexo I foi considerado o resultado da divisão total do recurso pela população ajustada com todas os decimais.

Manga	313930	R$ 148.556,63	R$ 76.596,36	R$ 225.152,99
Manhuaçu	313940	R$ 511.877,50	R$ 263.925,98	R$ 775.803,48
Manhumirim	313950	R$ 91.800,37	R$ 189.330,49	R$ 281.130,86
Mantena	313960	R$ 189.384,79	R$ 97.647,51	R$ 287.032,30
Mar de Espanha	313980	R$ 10.393,75	R$ 192.925,96	R$ 203.319,71
Maravilhas	313970	R$ 0,00	R$ 159.734,80	R$ 159.734,80
Maria da Fé	313990	R$ 13.424,50	R$ 249.182,09	R$ 262.606,59
Mariana	314000	R$ 211.391,56	R$ 290.651,44	R$ 502.043,00
Marilac	314010	R$ 0,00	R$ 87.028,46	R$ 87.028,46
Mário Campos	314015	R$ 0,00	R$ 220.702,90	R$ 220.702,90
Maripá de Minas	314020	R$ 0,00	R$ 57.727,26	R$ 57.727,26
Marliéria	314030	R$ 0,00	R$ 67.400,88	R$ 67.400,88
Marmelópolis	314040	R$ 0,00	R$ 61.234,83	R$ 61.234,83
Martinho Campos	314050	R$ 12.168,08	R$ 225.860,75	R$ 238.028,83
Martins Soares	314053	R$ 0,00	R$ 175.341,03	R$ 175.341,03
Mata Verde	314055	R$ 0,00	R$ 212.959,18	R$ 212.959,18
Materlândia	314060	R$ 4.888,19	R$ 90.733,38	R$ 95.621,57
Mateus Leme	314070	R$ 122.815,48	R$ 168.864,34	R$ 291.679,82
Mathias Lobato	317150	R$ 3.347,65	R$ 62.138,24	R$ 65.485,89
Matias Barbosa	314080	R$ 0,00	R$ 203.012,29	R$ 203.012,29
Matias Cardoso	314085	R$ 0,00	R$ 271.471,37	R$ 271.471,37
Matipó	314090	R$ 33.999,68	R$ 280.485,79	R$ 314.485,47
Mato Verde	314100	R$ 0,00	R$ 296.236,65	R$ 296.236,65
Matozinhos	314110	R$ 104.872,62	R$ 324.436,32	R$ 429.308,94
Matutina	314120	R$ 0,00	R$ 80.161,25	R$ 80.161,25
Medeiros	314130	R$ 8.169,23	R$ 67.393,39	R$ 75.562,62
Medina	314140	R$ 157.489,24	R$ 81.202,05	R$ 238.691,29
Mendes Pimentel	314150	R$ 0,00	R$ 143.079,16	R$ 143.079,16
Mercês	314160	R$ 10.965,15	R$ 203.532,22	R$ 214.497,37
Mesquita	314170	R$ 0,00	R$ 109.692,16	R$ 109.692,16
Minas Novas	314180	R$ 235.851,83	R$ 208.467,60	R$ 444.319,43
Minduri	314190	R$ 12.030,00	R$ 57.892,00	R$ 69.922,00
Mirabela	314200	R$ 29.548,32	R$ 243.763,59	R$ 273.311,91
Miradouro	314210	R$ 21.505,73	R$ 177.414,99	R$ 198.920,72
Miraí	314220	R$ 71.723,93	R$ 147.924,51	R$ 219.648,44
Miravânia	314225	R$ 0,00	R$ 128.653,91	R$ 128.653,91
Moeda	314230	R$ 4.182,06	R$ 77.626,35	R$ 81.808,41
Moema	314240	R$ 19.398,33	R$ 93.350,62	R$ 112.748,95
Monjolos	314250	R$ 0,00	R$ 49.528,97	R$ 49.528,97
Monsenhor Paulo	314260	R$ 25.482,67	R$ 122.630,31	R$ 148.112,98

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 4.034, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2022. 042

Aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.001, de 09 de novembro de 2022, que prova as diretrizes para a operacionalização do transporte eletivo em saúde nos territórios e normas gerais de adesão, execução e acompanhamento do cofinanciamento estadual no âmbito da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.001, de 09 de novembro de 2022, que aprova as diretrizes para a operacionalização do transporte eletivo em saúde nos territórios e normas gerais de adesão, execução e acompanhamento do cofinanciamento estadual no âmbito da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG;
- a Resolução 8.439, de 09 de novembro de 2022, que estabelece as diretrizes para a operacionalização do transporte eletivo em saúde nos territórios e normas gerais de adesão, execução e acompanhamento do cofinanciamento estadual no âmbito da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG;
- a necessidade disponibilização de prazo estendido para a adesão dos consórcios, haja visto a tempestividade para adequação de documentação necessária para a celebração de convênio;
- o Ofício nº 269/2022, de 23 de novembro de 2022 do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde - COSEMS/MG; e
- a aprovação *Ad Referendum* da CIB-SUS/MG, conforme disposto no art. 50 da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.030, de 13 de novembro de 2019, que aprova o Regimento Interno da Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais (CIB-SUS/MG), das Comissões Intergestores Bipartite Macrorregionais (CIB Macro) e das Comissões Intergestores Bipartite Microrregionais (CIB Micro) do Estado de Minas Gerais.

DELIBERA:

Art. 1° - Fica aprovada a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG n° 4.001, de 09 de novembro de 2022, que prova as diretrizes para a operacionalização do transporte eletivo em saúde nos territórios e normas gerais de adesão, execução e acompanhamento do cofinanciamento estadual no âmbito da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG, nos termos do Anexo Único desta Deliberação.

Art. 2° – Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 23 de novembro de 2022.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 4.034, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2022 (disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br/cib).

049

RESOLUÇÃO SES/MG Nº 8.477, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2022.

Altera o Anexo III da Resolução SES/MG nº 8.439, de 09 de novembro de 2022, que estabelece as diretrizes para a operacionalização do transporte eletivo em saúde nos territórios e normas gerais de adesão, execução e acompanhamento do cofinanciamento estadual no âmbito da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 46, da Lei Estadual nº 23.304, de 30 de maio de 2019 e, considerando:

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.034, de 23 de novembro de 2022, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.001, de 09 de novembro de 2022, que prova as diretrizes para a operacionalização do transporte eletivo em saúde nos territórios e normas gerais de adesão, execução e acompanhamento do cofinanciamento estadual no âmbito da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG.

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o item 2 do Anexo III da Resolução SES/MG nº 8.439, de 09 de novembro de 2022, que passa a vigorar nos termos do Anexo Único desta Resolução.

Art. 2 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 23 de novembro de 2022.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 8.477, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2022
(disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br).

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 8.477, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2022.

"ANEXO III DA RESOLUÇAO SES/MG Nº 8.439, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022

(...)

2. Da adesão

Poderá participar dos Sistemas Regionais de Transporte Eletivo em Saúde, o CIS adequado à Lei nº 11.107/2005 e que já possua Central de Gestão do Transporte em Saúde.

Os CIS deverão formalizar convênio para repasse dos recursos e formalização da adesão aos Sistemas Regionais de Transporte Eletivo em Saúde. Pondera-se que para os CIS não relacionados no banco de dados da DTA, constituirá ato precedente a manifestação de interesse.

O CIS constante no Quadro 1 deverá enviar, no prazo máximo de 13 (treze) dias após a publicação desta Resolução, documentação necessária conforme Checklist constante no Sistema de Gestão de Convênios e Parcerias - SIGCON (https://sigconsaida.mg.gov.br/checklists/), identificado como Consórcios Públicos, na condição de convenente.

Deve ser realizado o cadastro de usuário no SIGCON do representante legal, no módulo de convênio de saída para envio da documentação necessária. É de responsabilidade única e exclusiva das instituições, a realização do cadastro no SIGCON (https://sigconsaida.mg.gov.br/suporte-novo-usuario/). (...)" (nr)

044

DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 4.196, DE 16 DE MAIO DE 2023.

Aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.001, de 09 de novembro de 2022, que prova as diretrizes para a operacionalização do transporte eletivo em saúde nos territórios e normas gerais de adesão, execução e acompanhamento do cofinanciamento estadual no âmbito da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.001, de 09 de novembro de 2022, que aprova as diretrizes para a operacionalização do transporte eletivo em saúde nos territórios e normas gerais de adesão, execução e acompanhamento do cofinanciamento estadual no âmbito da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG;

- a necessidade de ajuste dos preços e especificações de referência dos veículos tipo micro-ônibus de transporte sanitário urbano e rural, conforme referenciados na Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS (RENEM) em 2023, e adequação das perguntas do Formulário Eletrônico que comporão o Indicador 02 para fins de monitoramento, conforme aperfeiçoamento do Transporta SUSMG e correção de erro material; e
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 296ª Reunião Ordinária, ocorrida em 16 de maio de 2023.

DELIBERA:

Art. 1° - Fica aprovada a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG n° 4.001, de 09 de novembro de 2022, que prova as diretrizes para a operacionalização do transporte eletivo em saúde nos territórios e normas gerais de adesão, execução e acompanhamento do cofinanciamento estadual no âmbito da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG, nos termos do Anexo Único desta Deliberação.

Art. 2° - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 16 de maio de 2023.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG N° 4.196, DE 16 DE MAIO DE 2023
(disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br/cib).

RESOLUÇÃO SES/MG Nº 8.764, DE 16 DE MAIO DE 2023.

Altera os Anexos IV e V da Resolução SES/MG nº 8.439, de 09 de novembro de 2022, que estabelece as diretrizes para a operacionalização do transporte eletivo em saúde nos territórios e normas gerais de adesão, execução e acompanhamento do cofinanciamento estadual no âmbito da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 46, da Lei Estadual nº 23.304, de 30 de maio de 2019 e, considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências; e

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.196, de 16 de maio de 2023, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.001, de 09 de novembro de 2022, que prova as diretrizes para a operacionalização do transporte eletivo em saúde nos territórios e normas gerais de

adesão, execução e acompanhamento do cofinanciamento estadual no âmbito da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG.

RESOLVE:

Art. 1° - Alterar o Anexo IV da Resolução SES/MG n° 8.439, de 09 de novembro de 2022, para adequação dos preços e especificações de referências do Micro-ônibus Urbano de Transporte Sanitário e do Micro-ônibus Rural de Transporte Sanitário, passando a vigorar nos termos do Anexo I desta Resolução.

§ 1° - Os preços de referência citados no caput para cada tipo de micro-ônibus passam a vigorar com os seguintes valores:

I - Micro-ônibus Urbano de Transporte Sanitário: R$ 611.000,00; e

II - Micro-ônibus Rural de Transporte Sanitário: R$ 587.667,00.

§ 2° - As especificações de referência dos Micro-ônibus Urbano de Transporte Sanitário e do Micro-ônibus Rural de Transporte Sanitário estão em conformidade com a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS (RENEM) em 2023.

Art. 2° - Alterar o Anexo V da Resolução SES/MG n° 8.439, de 09 de novembro de 2022, passando a vigorar nos termos do Anexo II desta Resolução.

Parágrafo único - A alteração de que trata o caput deste artigo refere-se:

I - às perguntas do Formulário Eletrônico que comporão o Indicador 02 para fins de monitoramento;

II - correção de erro material: Onde se lê: "A verificação da adequada aplicação dos recursos de que trata os art 6° e art. 7°, inciso II", leia-se "A verificação da adequada aplicação dos recursos de que trata os art 6° e art. 7°, inciso I".

Art. 3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 16 de maio de 2023.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE

ANEXOS I E II DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 8.764, DE 16 DE MAIO DE 2023 (disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br).

ANEXO I DA RESOLUÇÃO SES/MG 8.764 DE 16 DE MAIO DE 2023.

Especificações dos Micro-ônibus

Micro-ônibus Urbano de Transporte Sanitário

Especificação sugerida: Micro-ônibus fretamento de Transporte Sanitário 0km adaptado para o transporte de passageiros com deficiência tipo cadeirante e dificuldade de locomoção, de acordo com a resolução CONTRAN 959/2022, (capacidade de 20 a 24 passageiros, 01 (um) cadeirante e o motorista); ar condicionado, sistema de TV visível para todos com Kit Multimídia, porta pacote; porta lado direito para embarque; equipamento de acessibilidade em acordo com a ABNT NBR 15.320 com certificação INMETRO; janelas com vidros móveis com guarnição; poltrona para motorista com deslocamento lateral; cinto de segurança abdominal para todas as poltronas; tomada de ar no teto com saída de emergência acoplada; vidro vigia na traseira; iluminação interna; motor diesel com no mínimo de 150cv de potência e torque mínimo de 450Nm (kgf.m); injeção eletrônica; mínimo 5 marchas a frente e 01 a ré; direção hidráulica ou elétrica ; tacógrafo original de fábrica; freio a ar com ABS; Suspensão dianteira e traseira com mola parabólica ou trapezoidais e amortecedores telescópicos; Suspensão traseira com mola parabólica ou trapezoidais e amortecedores telescópicos; PBT mínimo de 8 toneladas; tanque com capacidade mínima de 150 litros. (Informação completa disponível em: https://consultafns.saude.gov.br/#/equipamento/detalhar-equipamento)

Preço de referência: R$ 611.000,00

Micro-ônibus Rural de Transporte Sanitário

Especificação sugerida: Micro-ônibus Rural de Transporte Sanitário Rodoviário 0km adaptado para o transporte de passageiros com deficiência tipo cadeirante e dificuldade de locomoção, de acordo com a resolução CONTRAN 959/2022, (capacidade de 24 a 28 passageiros, já incluso 01 (um) cadeirante e o motorista); ar condicionado, sistema de TV visível para todos com Kit Multimídia, porta pacote ; porta lado direito para embarque; equipamento de acessibilidade em acordo com a ABNT NBR 15.320 37 GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE com certificação INMETRO; janelas com vidros móveis com guarnição; poltrona para motorista com deslocamento lateral; cinto de segurança abdominal para todas as poltronas; tomada de ar no teto com

saída de emergência acoplada; vidro vigia na traseira; iluminação interna; motor diesel com no mínimo de 150 cv de potência e torque mínimo de 450Nm (kgf.m); injeção eletrônica; mínimo 5 marchas a frente e 01 a ré; direção hidráulica ou elétrica; tacógrafo original de fábrica; freio a ar com ABS; Suspensão dianteira e traseira com mola parabólica ou trapezoidais e amortecedores telescópicos; Bloqueio de Diferencial; pneus misto; ângulo de entrada mínimo de 21 graus e ângulo de saída mínimo 16 graus; para-choque traseiro retrátil; PBT mínimo de 8 toneladas; tanque com capacidade mínima de 150 litros. (Informação completa disponível em: https://consultafns.saude.gov.br/#/equipamento/detalhar-equipamento).

Preço de referência: R$ 587.667,00

ANEXO II DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 8.764, DE 16 DE MAIO DE 2023.

1. Metodologia de acompanhamento

A verificação da adequada aplicação dos recursos de que trata os art 6º e art. 7º, inciso I, da referida Resolução ao fim que se destina será realizada mediante a análise do atendimento das metas e dos indicadores pactuados.

O processo de acompanhamento dar-se-á em duas etapas, conforme o cronograma a seguir:

Cronograma de acompanhamento

Avaliações	Período avaliado (meses)	Mês de avaliação
1º avaliação	Janeiro a junho	setembro
2º avaliação	Julho a Dezembro	março

Os indicadores e metas a serem monitorados estão relacionados e especificados no item 2 deste anexo.

O indicador 01 - "Percentual de registros de transporte eletivo em Saúde no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA)" será aplicado exclusivamente aos beneficiários do financiamento de recurso de custeio- Transporte Intermunicipal.

O Indicador 02 - "Número de Relatórios Gerenciais do Transporte Eletivo em Saúde" será aplicado aos beneficiários do financiamento de recurso de custeio Transporte Intramunicipal e Transporte Intermunicipal.

O Relatório Gerencial do Transporte Eletivo em Saúde será preenchimento por meio de formulário eletrônico pelos Municípios no link a ser criado pela SES-MG e disponibilizado aos Municípios por meio de nota específica;

As perguntas que compõem o Relatório Gerencial do Transporte Eletivo em Saúde estão detalhadas neste Anexo, mas poderão ser modificadas a qualquer tempo conforme atualização do Transporta SUS -MG.

2- Indicadores e Metas

INDICADOR 01: Percentual de registros de transporte eletivo em Saúde no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA).

1.1 DESCRIÇÃO DO INDICADOR: Mensura o número de registros de deslocamentos de pacientes e acompanhantes (a cada 50km) em relação ao total de unidades de deslocamentos (a cada 50 km) realizados pelo município.

1.2 MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\frac{\textit{Número de registros no SIA de deslocamento de pacientes e acompanhantes (cada 50km), no período}}{\textit{Número de serviços executados em uniddaes de deslocamentos cada 50km, no mesmoperíodo}}$$

1.3 **DEFINIÇÃO DOS TERMOS:** Número de registros no SIA nos procedimentos 08.03.01.012-5 – Unidade de remuneração para deslocamento de paciente por transporte terrestre (a cada 50 km de distância); e 08.03.01.010-9 – Unidade de remuneração para deslocamento de acompanhante por transporte terrestre (a cada 50 km de distância). Número de serviços executados em unidades de deslocamentos (a cada 50 km) refere-se aos registros municipais de transportes terrestres de pacientes e acompanhantes no período.

FONTE: Registro municipal e Sistema SIA/SUS

UNIDADE DE MEDIDA: Percentual

POLARIDADE: Maior melhor

META: 100%

PERÍODOS DE MONITORAMENTO E APURAÇÃO DOS RESULTADOS: semestral

INDICADOR 02: Número de Relatórios Gerenciais do Transporte Eletivo em Saúde adequadamente preenchidos.

2.1 **DESCRIÇÃO DO INDICADOR:** Mensura a entrega de relatórios gerenciais do Transporte Eletivo em Saúde adequadamente preenchidos.

2.2 MÉTODO DE CÁLCULO: Número de relatório gerenciais entregues, no período.

2.3 DEFINIÇÃO DOS TERMOS: Deslocamento programado de pessoas para realizar procedimentos de caráter eletivo no próprio município de residência compreendendo o transporte sanitário eletivo e o transporte em ambulância tipo A.

FONTE: Registro municipal

UNIDADE DE MEDIDA: Número absoluto

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

POLARIDADE: Maior melhor

META: 1 (um) documento declaratório por avaliação

PERÍODOS DE MONITORAMENTO E APURAÇÃO DOS RESULTADOS: semestral

PERGUNTAS DO FORMULÁRIO ELETRÔNICO QUE COMPORÃO O INDICADOR 02 PARA FINS DE MONITORAMENTO

Considerando as informações pertinentes apenas ao semestre em avaliação, responda:

I - Qualidade do serviço ofertado

1 - A equipe responsável pelo transporte eletivo em saúde no município atuou no desenvolvimento e implementação de ações de melhoria do fluxo e da qualidade do serviço ofertado?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em planejamento

Se sim, descrever a ação: _____.

2 - Houve realização de capacitação da equipe atuante nos serviços de transporte eletivo em saúde?

( ) Sim, realizado parcialmente ( ) Sim, realizado totalmente ( ) Não ( ) Em planejamento

3 - No âmbito do serviço de ouvidoria ou serviço equivalente do município, qual a quantidade de manifestações referentes ao transporte eletivo em saúde que foram respondidas/resolvidas? _____.

4 - Houve atendimento aos pacientes residentes na zona rural?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica

II - Quantitativo e custos dos serviços ofertados

5 - Quantidade total de pacientes atendidos com o serviço de transporte eletivo em saúde rotineiro: _____.

6 - Quantidade total de pacientes atendidos com o serviço de transporte eletivo em saúde eventual: _____.

7 - Quantidade de pacientes e acompanhantes atendidos com o serviço de transporte eletivo em saúde no próprio domicílio (município de residência): _____.

8 - Quantidade de pacientes e acompanhantes atendidos com o serviço de transporte eletivo em saúde para atendimento fora do domicílio com veículos próprios do município: _____.

9 - Quantidade de pacientes e acompanhantes atendidos com o serviço de transporte eletivo em saúde para atendimento fora do domicílio com veículos do consórcio: _____.

10 - Quantidade de pacientes que não compareceram à consulta, exame ou tratamento devido à falta de transporte: _____.

11 - Qual o valor total gasto pelo município na oferta do serviço de transporte eletivo em saúde no próprio município de residência (combustível/manutenção dos veículos/terceirização e outros)? _____.

12 - Qual o valor total gasto pelo município na oferta do serviço de transporte eletivo em saúde para atendimento fora do domicílio utilizando veículos próprios (combustível/manutenção dos veículos/terceirização e outros)? _____.

13 - Qual o valor gasto pelo município na oferta do serviço de transporte eletivo em saúde para atendimento fora do domicílio por meio do consórcio? _____.

14- Indique abaixo as atividades ou ações desenvolvidas/custeadas com recursos do Transporta SUS-MG no período avaliado:

a) ( ) Ações que favoreçam a gestão municipal dos fluxos assistenciais para articulação da oferta e da demanda;

b) ( ) Ações que garantam a segurança do transporte ofertado;

c) ( ) Melhoria na gestão da frota de veículos;

d) ( ) Execução de plano de manutenção da frota de veículos;

e) ( ) Capacitações da equipe de transporte eletivo em saúde;

f) ( ) Serviço de monitoramento para garantir o rastreamento e controle do fluxo dos veículos;

g) ( ) Abastecimento dos veículos de transporte eletivo em saúde;

h) ( ) Locação de veículo;

i) ( ) Demais despesas com material de consumo;

j) ( ) Outros serviços de terceiros de pessoa física ou jurídica;

k) ( ) Custeio de transporte eletivo por meio do Consórcio;

l) ( ) Outro:_____.

049

DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 4.392, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023.

Aprova a instituição do Grupo de Trabalho para discussão da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS -MG.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências;

- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

- a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS;

- a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, dispõe sobre a consolidação das normas sobre as redes do SUS;

- a Resolução de Consolidação CIT n° 1, de 30 de março de 2021, que consolida as Resoluções da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) do SUS;

- a Deliberação CIB-SUS/MG n° 3.983, de 26 de outubro de 2022, que aprova as diretrizes de implantação da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG - e dá outras providências;

- Deliberação CIB-SUS/MG n° 4.001, de 09 de novembro de 2022, que aprova as diretrizes para a operacionalização do transporte eletivo em saúde nos territórios e normas gerais de adesão, execução e acompanhamento do cofinanciamento estadual no âmbito da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG;

- Deliberação CIB-SUS/MG n° 4.165, de 19 de abril de 2023, que aprova a expansão dos Sistemas Regionais de Transporte Eletivo em Saúde e normas gerais de adesão e participação de consórcios públicos de saúde, no âmbito da Política Transporta SUS-MG;

-Deliberação CIB-SUS/MG n° 4.277 de 25 de julho de 2023, que aprova diretrizes complementares, lista dos beneficiários com adesões contempladas, o recurso financeiro, as regras de execução, monitoramento e prestação de contas da Expansão dos Sistemas Regionais de Transporte Eletivo em Saúde, no âmbito da Política Transporta SUS-MG.

- a Resolução CES/MG n° 072, de 04 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre aprovação do Plano Estadual de Saúde de Minas Gerais para o quadriênio 2020-2023 e dá outras providências;

- a importância do transporte eletivo em saúde na promoção da integração dos pontos de atenção à saúde e viabilização do acesso dos usuários aos serviços de saúde no Sistema Único de Saúde e a necessidade de aprimorar a política Transporta SUS-MG; e

- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 301ª Reunião Ordinária, ocorrida em 18 de outubro de 2023.

DELIBERA:

Art. 1° - Fica aprovada a instituição do Grupo de Trabalho para discussão da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS/MG, nos termos do anexo único desta Deliberação.

§ 1° – O Grupo de Trabalho para discussão do Transporta SUS é grupo temático, instituído nas Comissões Intergestores, para discussão de políticas públicas de saúde, que conta com a participação de gestores municipais e represente da Secretaria de Estado de Saúde;

§ 2° – As discussões realizadas pelo Grupo têm como objetivo o aprimoramento da Política Transporta SUS-MG, de forma a qualificar as diretrizes para o transporte eletivo em saúde, viabilizando o acesso dos usuários mineiros aos pontos de atenção da rede assistencial em tempo oportuno e de forma equânime.

Art. 2° O Grupo de Trabalho para a discussão do Transporta SUS-MG será composto por membros titulares das seguintes unidades administrativas da SES e entidades:

I – da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais – SES-MG:

a) 02 (dois) representantes da Diretoria de Estratégias em Regulação Eletiva;

b) 01 (um) representante da Diretoria de Articulação Regional de Políticas de Saúde;

c) 02 (dois) representantes da Subsecretaria de Redes de Atenção à Saúde;

d) 02 (dois) representantes das Unidades Regionais de Saúde.

II – 04 (quatro) representantes do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais – COSEMS/MG.

§ 1° – Para cada membro titular listado acima deverá ser indicado um suplente.

§ 2° – Os membros titulares e suplentes, que comporão o Grupo de Trabalho deverão ser indicados, formalmente, pelos dirigentes dos respectivos órgãos/entidade, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de publicação desta Resolução.

§ 3° – Os membros do Grupo de Trabalho poderão convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicas e privadas, sempre que entenderem necessária a sua colaboração para o pleno alcance dos objetivos definidos nesta Resolução.

§ 4° – Os membros, titulares e suplentes, que comporão o Grupo de Trabalho, não receberão remuneração excepcional por esta atividade.

§ 5° – O membro titular deverá comparecer assiduamente às reuniões e, no seu impedimento, deverá convocar seu suplente.

Art. 3° – O Grupo de Trabalho será coordenado pela Diretoria de Estratégias em Regulação Eletiva.

Parágrafo único – A Coordenação do Grupo de Trabalho deverá convocar reuniões, em horário e local previamente comunicados aos seus componentes.

Art. 4º – O Grupo de trabalho terá duração permanente.

Art. 5º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 18 de outubro de 2023.

FABIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 4.468, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023.

051

Aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.001, de 09 de novembro de 2022, que aprova as diretrizes para a operacionalização do transporte eletivo em saúde nos territórios e normas gerais de adesão, execução e acompanhamento do cofinanciamento estadual no âmbito da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.983, de 26 de outubro de 2022, que aprova as diretrizes de implantação da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS/MG - e dá outras providências;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.001, de 09 de novembro de 2022, que aprova as diretrizes para a operacionalização do transporte eletivo em saúde nos territórios e normas gerais de adesão, execução e acompanhamento do cofinanciamento estadual no âmbito da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS/MG;
- a necessidade de prorrogação do prazo de execução dos recursos de custeio tendo em vista a fase atual de implementação da política, o tempo necessário para organização dos municípios quanto ao cumprimento das diretrizes na prestação dos serviços de transporte eletivo em saúde e o compromisso da SES/MG no acompanhamento e monitoramento dos indicadores;
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 302ª Reunião Ordinária, ocorrida em 22 de novembro de 2023.

DELIBERA:

Art. 1° - Fica aprovada a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.001, de 09 de novembro de 2022, que aprova as diretrizes para a operacionalização do transporte eletivo em saúde nos territórios e normas gerais de adesão, execução e acompanhamento do cofinanciamento estadual no âmbito da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS/MG, nos termos do Anexo Único desta Deliberação.

Art. 2° - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2023

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 4.468, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023. (Disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br/cib).

RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.150, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023.

052

Altera o parágrafo 4º do Art.8º da Resolução SES/MG nº 8.439, de 09 de novembro de 2022, que estabelece as diretrizes para a operacionalização do transporte eletivo em saúde nos territórios e normas gerais de adesão, execução e acompanhamento do cofinanciamento estadual no âmbito da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 46, da Lei Estadual nº 23.304, de 30 de maio de 2019 e, considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências; e

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.468, de 22 de novembro de 2023, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.001, de 09 de novembro de 2022, que aprova as diretrizes para a operacionalização do transporte eletivo em saúde nos territórios e normas

gerais de adesão, execução e acompanhamento do cofinanciamento estadual no âmbito da Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de Minas Gerais - Transporta SUS-MG.

RESOLVE:

Art. 1° - Alterar o § 4° do Art.8° da Resolução SES/MG n° 8.439, de 09 de novembro de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8° (...)

§ 4° - Os recursos financeiros deverão ser movimentados pelos municípios em conta específica e executados em até 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do recebimento da parcela única."(nr)

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2023.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE

Resolução n° 30 de 09 de agosto de 2024.

Dispõe sobre o transporte eletivo em saúde no âmbito do CISAMAPI e dá outras providências.

O Presidente do CISAMAPI no exercício das atribuições legais que lhe confere a cláusula 20ª, §1°, inciso IX do contrato consolidado de consórcio público do CISAMAPI faz expedir a presente resolução:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta resolução dispõe sobre o sistema regional de transporte eletivo em saúde de pessoas no âmbito do CISAMAPI.

Art. 2° Na execução do transporte eletivo em saúde deverão ser observadas as normas constantes deste regulamento e também dos seguintes atos normativos:

I – Portaria GM/MS n° 2.563/2017;
II – Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.983/2022;
III - Deliberação CIB-SUS/MG Nº 4.001/2022;
IV - Deliberação CIB-SUS/MG Nº 4.034/2022;
V – Deliberação CIB-SUS/MG Nº 4.165/2023;
VI - Deliberação CIB-SUS/MG N° 4.196/2023;
VII - Deliberação CIB-SUS/MG N° 4.277/2023;
IX - Deliberação CIB-SUS/MG N° 4.386/2023;
X - Deliberação CIB-SUS/MG Nº 4.468/2023;
XI – Deliberação CIB-SUS/MG Nº 4.751/2024;

Seção I
Finalidades

Art. 3º O sistema regional de transporte eletivo em saúde é aquele destinado ao deslocamento programado de pessoas para realizar procedimentos de caráter eletivo, regulados e agendados, sem urgência, em situações previsíveis de atenção programada, mediante transporte em município diverso da residência do usuário do SUS por deslocamento terrestre entre os Municípios do Estado de Minas Gerais observadas as seguintes premissas:

I – Deve ser utilizado em situações previsíveis de atenção programada com a realização de procedimentos regulados e agendados, sem urgência, realizado por veículos tipo lotação;

II – Destina-se à população usuária que demanda serviços de saúde e que não apresentam risco de vida, necessidade de recursos assistenciais durante o deslocamento e/ou de transporte em decúbito horizontal;

III – Deve priorizar a racionalização de custos com transporte de usuários para a realização de procedimentos eletivos por meio da oferta de um serviço de

transporte seguro e de qualidade, adequado às condições de trafegabilidade das vias;

IV – Deverá adotar a definição de rotas do transporte eletivo em saúde a partir de estudo do fluxo de usuários referenciados e definição do público-alvo, podendo ser traçadas rotas individuais e compartilhadas entre municípios de menor porte populacional, dependendo do número de procedimentos programados e regulados, da localização geográfica e vias de transporte.

V – Deverá adotar modelo de gestão da frota para a operacionalização do serviço visando controlar os custos operacionais, custos fixos, custos variáveis, planos de manutenção, recursos humanos, capacitações e sistema de monitoramento para garantir o rastreamento e controle do fluxo dos veículos.

Parágrafo único. O dimensionamento do serviço de transporte eletivo em saúde deverá observar as necessidades e especificidades do território do CISAMAPI, e aplicar os parâmetros de planejamento e programação estabelecidos em função das necessidades de saúde da população e de acordo com a oferta de serviços.

Art. 4° O serviço de transporte eletivo em saúde é destinado as pacientes dos Entes consorciados ao CISAMAPI que necessitam de transporte para procedimentos realizados no âmbito da gestão associada de serviços de saúde promovida pelo CISAMAPI, notadamente:

I - Pré-agendados para pacientes eventuais cadastrados no serviço:

a)Exames clínicos;

b)Internação cirúrgica;

c)Consultas e avaliações médicas;

d)Internação clínica especializada/mental/dependência química.

II - Pré-agendados para pacientes permanentes;

III - Agendados pela unidade de saúde ou solicitados pelos hospitais da rede em razão de alta hospitalar.

IV – Demais hipóteses de prestação de serviço de transporte eletivo em saúde intermunicipal, de forma a complementar o serviço do próprio Município consorciado, desde que não enquadrado nas hipóteses de vedação do art. 5°.

Seção II
Vedações

Art. 5° O Serviço de Transporte eletivo em saúde não realiza atendimento para:

I - Transporte de urgência ou emergência, de competência do SAMU ou dos Municípios consorciados;

II - Prática de atividades educacionais, culturais, esportivas, recreativas ou turísticas;

III - Transporte para clínicas e hospitais particulares, salvo em casos de liminares judiciais ou se o mesmo foi contratualizado/encaminhado pelo Município, hipótese em que será enquadrado como serviço do SUS

IV - Tratamento estético;

V - Perícia médica junto ao INSS e Poder Judiciário;

VI - Visitação em presídios, hospitais, clínicas e afins;

VII - Transporte administrativo de servidores, inclusive os vinculados ao SUS

Parágrafo único. É vedada a utilização do serviço de transporte eletivo em saúde para a realização de qualquer fim que não seja o de tratamento de saúde, observado o disposto no art. 2° deste regulamento.

Seção III
Premissas e Diretrizes

Art. 6° O serviço de transporte eletivo em saúde observará as seguintes premissas:

I - O número do cartão nacional de saúde (CNS) é o identificador do paciente junto ao serviço e deverá ser informado pelo paciente/responsável sempre que solicitado;

II - Os pacientes deverão manter os dados do Cadastro Municipal e do CNS atualizados junto a Secretaria Municipal de Saúde do seu município de origem;

III - O agendamento do transporte aprovado garante o direito ao atendimento desde observado a respectiva data, horário e local de destino agendado;

IV - Quaisquer intercorrências que impossibilitem a ida do paciente no dia e horário agendado deverão ser obrigatoriamente comunicadas;

V - O paciente/responsável deverá solicitar, por telefone ou pessoalmente o cancelamento da viagem junto ao setor de agendamento do Município;

VI - O cancelamento tem efeito imediato e definitivo, sem possibilidade de reversão;

VII – As crianças de até dez anos de idade serão acomodadas nos bancos traseiros dos veículos, usando individualmente cinto de segurança ou equivalente e na hipótese de necessidade de cadeirinha, deverá ser apresentada pelos pais ou responsável Conforme Resolução n° 277, de 28 de maio de 2008 (Contran), em seu Art. 1°

Art. 7° A realização de sistema regional de transporte eletivo em saúde pelo CISAMAPI atende as seguintes diretrizes:

I - otimizar os custos dos transportes para a realização de procedimentos eletivos por meio da oferta de um serviço de transporte seguro e de qualidade, adequado às condições geográficas e de trafegabilidade das vias em zona rural e urbana;

II - estimular a organização de um modelo de gestão de frota para a operacionalização do serviço, que permita controlar e otimizar os custos operacionais, custos fixos, custos variáveis, planos de manutenção, recursos humanos, capacitações e sistema de monitoramento para garantir o rastreamento e controle do fluxo dos veículos;

III - ofertar o serviço de Transporte Eletivo em Saúde de forma humanizada em conformidade com a Política Nacional de Humanização

CAPÍTULO II
COMPETÊNCIAS

Art. 8° Compete ao CISAMAPI a gestão associada da política regional de transporte eletivo em saúde dos Municípios consorciados participantes mediante a execução:

I – Do gerenciamento da frota de veículos realizando o apoio aos municípios no controle dos custos operacionais, custos fixos, custos variáveis, planos de manutenção, capacitações e sistema de monitoramento para garantir o rastreamento e controle do fluxo dos veículos, compreendidas as seguintes competências:

a) Ceder e adaptar o espaço físico para instalação de central de gestão do transporte em saúde, datada de equipamentos físicos, equipe para o desempenho das atividades de gestão da frota de veículos, organização do transporte no seu âmbito de atuação, disponibilizando sistema informatizado de agendamento e mapa de viagem, bem como empregado público que responda pela gestão da frota de veículos e organização do transporte;

b) zelar pela gestão, segurança patrimonial, manutenção preventiva e corretiva dos veículos;

c) receber e executar a gestão de recursos financeiros transferidos pelos Municípios consorciados participante visando o pagamento:

1. dos custos operacionais, custos fixos, custos variáveis, capacitações e monitoramento para garantir o controle do fluxo dos veículos;

2. recursos humanos, excepcionados os motoristas dos veículos;

3. despesas administrativas, taxas, emplacamento, documentação do veículo, seguro contra sinistro, sistema de gestão, limpeza, rastreamento e as despesas relativas ao custo por quilômetro rodados, entre outras que envolvam o regular funcionamento do veículo;

d) observar as normas técnicas e dispositivos legais que regem a matéria do transporte intermunicipal;

II – Da organização e gerenciamento de rotas compartilhadas para o transporte eletivo em saúde, com itinerários fixos, conforme as necessidades do território para ganhos de escala e a melhoria de equidade e de tempo e local oportuno em benefício do usuário, definir as rotas para o transporte de pacientes, a partir de estudos que levarão em conta o Plano Diretor de Regionalização (PDR) e o fluxo de pacientes referenciados.

Art. 9° Compete aos Municípios consorciados participantes:

I – Formalizar termo de contrato de programa com a finalidade de participação do Ente consorciado no sistema regional de transporte eletivo em saúde;

II – Promover o cumprimento das obrigações mutuamente estabelecidas no contrato de programa, efetivando as transferências financeiras necessárias à execução do transporte;

III – Ceder, servidor público efetivo na função de motorista com a atribuição de realizar a condução do veículo e, servidor adicional para auxiliar e monitorar as necessidades dos usuários do SUS durante a realização do transporte, suportando o pagamento de sua remuneração, férias, décimo terceiro salário e demais parcelas que eventualmente componham a remuneração do servidor cedido conforme a legislação do próprio Município.

§1° O ônus financeiro a ser suportado pelo Município englobará o pagamento de vale-alimentação, ajuda de custo para alimentação ou congênere, vedada o pagamento acumulado para a mesma finalidade no âmbito do CISAMAPI, facultado ao município optar por efetuar o referido pagamento através de inclusão do custo no contrato de programa.

§2° Fica estabelecido que os atuais servidores públicos cedidos ao CISAMAPI serão mantidos nas respectivas funções, visando o atendimento do inciso III do *caput* deste artigo mediante expedição de portaria ou ato administrativo pelo Município consorciado indicando o nome do servidor, a sua condição como servidor efetivo e respectiva função, e a cessão com ônus para o consorciado, nos termos deste artigo.

CAPÍTULO IV
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 10 O acompanhamento do sistema regional de transporte eletivo em saúde será realizado quadrimestralmente mediante análise dos seguintes indicadores:

I – Quociente de utilização dos assentos dos veículos do transporte, que representa a quantidade de assentos ocupados no período avaliado em razão da quantidade total de assentos de referência dos veículos no sistema regional de transporte, no mesmo período, indicando a utilização de assentos para atendimento dos usuários;

II – Taxa de ocupação dos veículos, que expressa a quantidade de assentos ocupados no período avaliado em razão da quantidade total de assentos disponíveis nos veículos no mesmo período, indicando a parcela de assentos utilizada para atendimento dos usuários;

III – Satisfação do usuário, indicando a porcentagem de usuários satisfeitos com o serviço de transporte eletivo em saúde ofertado pelo CISAMAPI no período avaliado em uma escala de 0 a 10 nos seguintes aspectos do transporte:

a) Cumprimento do horário estabelecido para a viagem;

b) Cordialidade e atenção do motorista;

c) Grau de conservação do veículo (segurança, limpeza etc).

IV – Satisfação do gestor municipal de saúde, indicando a porcentagem de gestores satisfeitos com o serviço de transporte eletivo em saúde oferto pelo

CISAMAPI no período avaliado em uma escala de 0 a 10 nos seguintes aspectos do transporte:

a) Disponibilização do veículo em perfeitas condições de uso,

b)Prestação de contas dos gastos,

c)Comunicação e transparência.

V – Número de relatórios gerenciais do sistema regional de transporte eletivo corretamente preenchido, mediante a mensuração da entrega de relatórios gerenciais do transporte eletivo adequadamente preenchido e entregue no período avaliado.

§1° As avaliações serão realizadas considerando os seguintes períodos:

Quadrimestre	Mês de Apuração
Junho a Setembro	Outubro
Outubro a Janeiro	Fevereiro
Fevereiro a Maio	Junho

§2° Excepcionalmente, no ano de implementação desta resolução, serão avaliados os períodos somente após a efetiva implementação das disposições deste artigo, mediante treinamento dos agentes públicos envolvidos e instalação de equipamentos e sistemas tecnológicos necessários à sua execução.

§3° Visando dar efetividade ao acompanhamento e fiscalização dos indicadores constantes deste artigo, deverá ser expedido ato conjunto pela Secretaria Executiva e Gerência de Transporte visando estabelecer procedimento de apuração, e eventual aplicação de penalidade pecuniária em desfavor do Município consorciado que concorrer de forma omissiva ou comissiva para o não atendimento dos critérios de qualidade ou descumprimento das normas do sistema de transporte regional.

CAPÍTULO V
EXECUÇÃO DO TRANSPORTE

Seção I
Motoristas

Art. 11 São atribuições do motorista no desempenho de suas funções:

I - Conduzir o veículo de forma segura e eficiente durante o transporte dos pacientes, observando todas as regras e leis de trânsito, inclusive não trafegando em locais de difícil acesso ou prejudicados por eventos naturais como chuva forte que impossibilitem o movimento seguro do veículo e seu estacionamento;

II - Observar rigorosamente os horários de embarque/desembarque de cada paciente, conforme definidos no roteiro de viagem, devendo apontar antecipadamente a central de agendamentos qualquer circunstância que possa dificultar e/ou impedir o seu cumprimento;

III - Definir o trajeto mais adequado para atendimento a determinado grupo de pacientes, na ida ou retorno de seu tratamento de saúde, com o objetivo de tornar rápido, confortável e seguro o transporte dos usuários.

IV - Quando da ausência do usuário, o motorista deve comunicar de imediato a central de agendamentos ou o controle operacional e relatar o fato.

Seção II
Ações em Acidentes de Trânsito

Art. 12 O condutor de veículo do transporte eletivo em saúde, que se envolver em acidente de trânsito, deverá providenciar o registro da ocorrência junto à Polícia Civil ou Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG, mesmo que o outro veículo envolvido possua cobertura de seguro de responsabilidade civil facultativo ou que seu condutor se declare culpado pelo acidente e, quando houver vítima, deverá solicitar a perícia junto à Polícia Civil, e, ainda, em qualquer caso, deverá observar as medidas descritas no art. 13 deste regulamento e, de forma complementar, os demais procedimentos estabelecidos pelo CISAMAPI e pela assessoria jurídica do consórcio.

§1° Em caso de dano causado a terceiro, por negligência ou imprudência do condutor de veículo oficial, sem prejuízo da ação disciplinar cabível, responderá o motorista e o respectivo Município consorciado responsável pelo motorista, perante o Consórcio, em ação regressiva, proposta depois de transitar em julgado a decisão de última instância que houver condenado o Consórcio a indenizar o terceiro prejudicado.

§2° O disposto no §1° deste artigo se aplica, também, à hipóteses de ressarcimento realizadas a terceiros, de forma administrativa.

§3° Todo acidente com veículo do Consórcio deverá ser objeto de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, visando apurar causas, efeitos e responsabilidades, mesmo que dele resultem, unicamente, danos materiais.

Ar. 13 Os condutores de veículos do Consórcio, quando envolvidos em colisões, acidentes de trânsito ou pane, deverão adotar as seguintes medidas:

I - colocar o triângulo de segurança e acionar luzes de advertência, bem como utilizar de outros recursos de sinalização, de modo a alertar outros veículos sobre a situação ocorrida e evitar novos acidentes;

II - comunicar imediatamente a ocorrência do sinistro ao responsável pela gerência do transporte eletivo em saúde;

III - fazer constar, no boletim de ocorrência, a admissão de culpa do outro condutor, quando for o caso;

IV - abster-se de assinar qualquer acordo, limitando-se a fazer constar no boletim de ocorrência esta circunstância;

V - fazer anotar nomes, endereços, números de RG e CPF e o depoimento de testemunhas no boletim de ocorrências, e demais dados importantes para o processo de apuração do acidente;

VI - em caso de fuga do condutor do outro veículo envolvido, dirigir-se à Delegacia de Polícia, narrando o ocorrido, fornecendo, se possível, o número de placa em fuga e indicar testemunhas;

VII - se, nas situações de acidentes ou colisões, a autoridade de trânsito determinar a retirada do veículo do local, deverá ser solicitado o registro deste fato no boletim de ocorrência;

VIII - não poderá abandonar o veículo sob sua responsabilidade a menos que encontre um local adequado para estacionar e adote os procedimentos de sinalização necessários;

IX - não havendo comparecimento da autoridade de trânsito ao local do acidente/colisão sem vítima, deverá deslocar-se, de forma conjunta com os demais envolvidos, até à Delegacia ou Batalhão mais próximo para que seja lavrado o boletim de ocorrência;

X - havendo a necessidade de remoção de vítimas para serviço médico, se possível utilizar outro veículo que não esteja envolvido no sinistro, evitando, assim, retirar do local o veículo acidentado.

Seção III
Da Apuração de Responsabilidade

Ar. 14 A gestão do sistema regional de transporte eletivo em saúde deverá encaminhar à Comissão Processante/Sindicante os seguintes documentos, para instrução do Processo Administrativo Disciplinar instaurado para a apuração de responsabilidades:

I - Boletim de Ocorrência e/ou representação lavrada pela autoridade competente;

II - a situação funcional do servidor envolvido no acidente;

III - os antecedentes, no uso e manejo de veículos oficiais e, especialmente, os que figurarem do assentamento individual do servidor;

IV - o laudo da perícia técnica, caso existente;

V - orçamentos da reparação dos danos do veículo oficial acidentado, ou documentos relativos à recuperação do veículo oficial, se já realizada;

VI - dados sobre a apólice de seguro obrigatório e de responsabilidade civil;

VII - relatório elaborado pelo motorista responsável pela viatura oficial, com indicação das pessoas que se encontravam no veículo no momento da ocorrência;

VIII - relato sucinto da ocorrência e dos dados encaminhados, acompanhado de cópia da autorização emitida para a realização de serviço quando ocorreu o acidente.

IX - sempre que possível, croqui e fotografias e outros documentos que se fizerem necessários.

§1° Se do acidente resultarem danos a terceiros, estes somente poderão ser indenizados, pelo Consórcio, após o término das medidas previstas no caput deste artigo, em que seja apurada a responsabilidade do acidente pelo veículo do Consórcio.

§2° O conserto de bens de terceiros somente poderá ser realizado às expensas do Consórcio quando atendidas as condições estabelecidas neste artigo.

§3° Efetuada a indenização, será instruída ação regressiva contra o servidor que não assumiu a culpa pelo acidente e que não tenha ou esteja repondo os valores ao erário.

§4° O responsável pelos danos causados a veículo oficial indenizará o Consórcio pelo custo de sua recuperação ou, sendo esta inexequível ou inconveniente, pelo preço de sua avaliação.

§5° Se o custo do conserto do veículo do transporte eletivo em saúde exceder ao seu valor venal (de mercado), ele não deverá ser recuperado, mas alienado, ficando a cargo do responsável pelo acidente a indenização da diferença entre o valor apurado na alienação e o valor de mercado.

§6° Não havendo responsabilidade pessoal do servidor envolvido no acidente apurado, o prejuízo referente ao veículo será imputado ao Consórcio.

§7° Havendo reconhecimento de culpa por parte do motorista, servidor de Ente consorciado, esta será configurada mediante preenchimento e assinatura de termos próprios.

§8° A vistoria nos bens danificados deve ser acompanhada, quando possível, pelo motorista que na ocasião conduzia o veículo oficial.

§9° No caso de bens de terceiros, o proprietário deverá ser notificado para também acompanhar a vistoria, pessoalmente ou por meio de representante.

§10 As disposições deste artigo deverão ser aplicado de forma conjunta com as normas gerais do regulamento de pessoal do CISAMAPI, naquilo que couber.

Seção IV
Circulação dos Veículos do Transporte

Art. 15 É proibida a circulação de veículos do transporte eletivo em saúde que não atendam aos requisitos de segurança, que não disponham dos equipamentos obrigatórios e que não estejam em perfeito estado de funcionamento.

Parágrafo único. Observadas as disposições legais, estarão sujeitos à punição:

I - o responsável pela manutenção do veículo que haja contribuído para o não cumprimento do disposto neste artigo;

II - o motorista ou responsável pelo veículo que deixar de comunicar a quem de direito, as falhas a que se refere este artigo;

III - quem autorizar o uso do veículo, salvo ser caso de força maior.

Art. 16 O motorista é responsável pelo veículo, inclusive acessórios e sobressalente, desde o momento em que receber a chave até a devolução da mesma ao responsável por sua guarda.

Parágrafo único. Ao receber a chave o condutor deverá verificar os dados e proceder a uma adequada inspeção no veículo.

Seção V
Multas de Trânsito

Art. 17 A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.

§1º Será de responsabilidade do gestor do sistema de transporte eletivo em saúde, manter atualizada e comunicar ao superior hierárquico e ao ordenador de despesa, sob pena de responsabilidade solidária, qualquer irregularidade na frota de veículos, inclusive na hipótese de existência de multas de trânsito não pagas e a circulação de veículos com licenciamento e seguro obrigatório vencido.

§2º Recebida a notificação, o responsável pela gerência de transportes, encaminhará a multa, formalmente, para o motorista infrator, informando-o que, no prazo estipulado para tal, deverá apresentar defesa prévia junto ao Órgão de Trânsito ou, alternativamente, efetuar o pagamento da multa, encaminhando, posteriormente, cópia devidamente autenticada pelo agente arrecadador.

§3º Indeferido o recurso apresentado, o motorista infrator deve ser novamente notificado para pagá-la.

§4º Ocorrendo qualquer evento que impossibilite ou dificulte a identificação do condutor do veículo no momento da infração, caberá ao responsável pela gerência do transporte, sob pena de responsabilidade solidária, tomar todas as medidas administrativas possíveis, e, em último caso, encaminhar os autos para instauração de tomada de contas especial, para fins de identificação do responsável pela infração ou pela deficiência dos controles internos que a impossibilitaram, o qual será declarado responsável pelo pagamento da multa, devendo ser notificado formalmente para recolhê-los aos cofres públicos.

§5º Caso o notificado se abstenha de recolher o valor de seu débito no interregno aprazado, o responsável pela gerência do transporte, ex offício, encaminhará solicitação ao órgão jurídico do Consórcio para adoção das providências cabíveis no ressarcimento ao consórcio.

§6º Excepcionalmente, quando for compelido, poderá ser realizado o pagamento da multa para regularização do licenciamento do veículo no interesse do serviço público, devendo, nesse caso, a autoridade competente adotar as medidas previstas no §4º e §5º deste artigo, devendo ser observada a determinação de que os veículos não circulem com os documentos vencidos, em função da existência de multa cuja responsabilidade esteja em apuração.

§7º Na hipótese de pagamento da multa com recursos do consórcio para regularização do licenciamento do veículo no interesse do serviço público, enquanto não apurada o responsável pela infração em tomada de contas especial, deverá ser realizado o registro contábil Ativo Realizável - Diversos Responsáveis em nome do Ordenador da Despesa.

§8º Apurado o responsável pela infração, o registro contábil em nome do Ordenador de Despesa deverá ser transferido para o mesmo.

§9º Efetuado o pagamento ou ajuizada a ação judicial visando o ressarcimento do erário, o Setor de Contabilidade deverá ser notificado para efetuar a respectiva baixa da responsabilidade.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 O sistema regionalizado de transporte eletivo em saúde será implementado pelo CISAMAPI mediante a utilização de veículos já existentes, de propriedade do consórcio e dos Entes consorciados que manifestem o interesse de incorporação ao sistema, além de veículos futuros que venham a ser adquiridos pelo CISAMAPI mediante doação ou aquisição.

Art. 19 A formalização de contrato de programa estabelecerá as demais condições necessárias à execução do sistema regulamentado por esta resolução, devendo ser observado os custos referentes às transferências financeiras a serem arcadas pelos Municípios participantes conforme arts. 8° e 9° desta resolução.

Art. 20 A Secretaria Executiva poderá expedir atos e regulamentos complementares que se fizerem necessários à execução do disposto nesta resolução.

Art. 21 Fica estabelecido um prazo de 120 (cento e vinte) dias para adequação do atual sistema de transporte eletivo mantido pelo CISAMAPI às normas constantes desta resolução.

Art. 22 Revogadas as disposições em contrário, esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ponte Nova, 09 de agosto de 2024.

Wagner Mol Guimarães
Prefeito Municipal de Ponte Nova
Presidente do CISAMAPI

MARIANA	2026		2027		2028		2029	
TRANSPORTA SUS	VALOR ANUAL	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	VALOR MENSAL
Despesas Correntes	R$ 182.340,00	R$ 15.195,00	R$ 195.103,80	R$ 16.258,65	R$ 208.761,07	R$ 17.396,76	R$ 223.374,34	R$ 18.614,53

R$ 809.579,21

UTILIZANDO O VALOR ATUALIZADO DO EXERCICI

	2026	2027	2028	2029
ENTRE OS EXERCÍCIOS	0	7,0000004	6,9999994	7,000000
AUMENTO ANUAL PREVISTO	0	R$ 12.763,80	R$ 13.657,26	R$ 14.613,27
AUMENTO MENSAL PREVISTO	0	R$ 1.063,65	R$ 1.138,11	R$ 1.217,77

Valor total do contrato previsto (PPA)	R$ 809.579,21

	2026		2027		2028	
	VALOR ANUAL	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	VALOR MENSAL
5.1 - Gastos/ressarcimento de despesas dos custos fixos	R$ 14.232,00	R$ 1.186,00	R$ 15.228,24	R$ 1.269,02	R$ 16.294,22	R$ 1.357,85
5.1.2 O valor total estimado conforme histórico (variável)	R$ 168.108,00	R$ 14.009,00	R$ 179.875,56	R$ 14.989,63	R$ 192.466,85	R$ 16.038,90
Total por exercicio	R$ 182.340,00		R$ 195.103,80		R$ 208.761,07	

R$ 0,22

659

R$ 809.579,21

IO ANTERIOR

2029		TOTAL
VALOR ANUAL	VALOR MENSAL	
R$ 17.434,81	R$ 1.452,90	R$ 63.189,27
R$ 205.939,53	R$ 17.161,63	R$ 746.389,94
R$ 223.374,34		R$ 809.579,21

090

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA

CISAMAPI

ROTA PARA 2025

061

MACRO LESTE SUL / MICRO PONTE NOVA					
A - PLANILHA DE CUSTOS VARIÁVEIS: R$ / KM					
Município de Origem: PONTE NOVA					
Município de Parada: PONTE NOVA				**Km Total :**	278
Tempo do percurso (Somente ida) : 02:00					
Município de Referência: MURIAÉ					
Veículo Micro Ônibus					
I T E M		QTDE.	PREÇO	COEF.CONS.	Valor/ Km
A.1 - COMBUSTÍVEL (L)					
ÓLEO DIESEL S10			R$ 7,01	0,2439	R$ 1,71
ARLA 32			R$ 4,82	0,0040	R$ 0,02
T O T A L A1					R$ 1,73
A.2 - LUBRIFICANTES					
1 - ÓLEO DE MOTOR (L)			26,59	0,0011	R$ 0,0292
2 - ÓLEO DE CAIXA (L)				0,0001	R$ -
3 - ÓLEO DE DIFERENCIAL (L)				0,0001	R$ -
4 - ÓLEO DE EMBREAGEM (L)				0,0001	R$ -
5 - ÓLEO SETOR HIDRAULICO (L)				0,0001	R$ -
T O T A L A2					R$ 0,0292
A-3 - RODAGEM	Coef.Utilização				
1 - PNEU		2	1.497,82	0,00005000	R$ 0,1498
2 -ALINHAMENTO/BALANCEAMENTO/MONTAGEM E REFORMA		10	59,40	0,00005000	R$ 0,0297
T O T A L A3					R$ 0,1795
A.4 - PEÇAS / ACESSORIOS			438.073,26	0,00000111	R$ 0,4867
A.5 - TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS					R$ 2,4245

MACRO LESTE SUL / MICRO PONTE NOVA					
B - PLANILHA CUSTOS FIXOS R$/Km					
Veículo Micro Ônibus					
I T E M					Valor/mês
	Coef.Utilização		R$ 12.604,7400	coef.deprec	
B.1 - DEPRECIAÇÃO		Manutenção ar condic ,	6106,45000		
1.FROTA	0	96	180.000,00	0,010416667	R$ -
2.INSTALAÇÃO/EQUIP.	0	96	4.500,00		R$ -
T O T A L B1		Manutenção Informátic.	1000		R$ -
B.2 -REMUNERAÇÃO DE CAPITAL		% / MÊS	valor		R$ -
1 - FROTA	0	0,01	10.800,00		R$ -
2 - INSTALAÇÕES/EQUIP.	0	0,01	12.264,66		R$ -
3 - ALMOXARIFADO	0	0,5	-		R$ -
T O T A L B2					R$ -
B-3 - PESSOAL		quantidade	salário	encargos	
1 - MOTORISTA		0			R$ -
2 - AUXILIAR		0			R$ -
3 - ALIMENTAÇÃO		1	28,5727556		R$ 628,60
TOTAL B3					R$ 628,60
B4 -DESPESAS GERAIS					
1. SEGUROS (Contra terceiros)					R$ 75,00
2. DPVAT / Licenciamento					R$ 6,00
3.DESPESAS ADMINISTRATIVAS					R$ 1.100,00
T O T A L B4					R$ 1.181,00
B.5 - TOTAL DOS CUSTOS FIXOS/VEÍCULO/MÊS					R$ 1.809,60

MACRO LESTE SUL / MICRO PONTE NOVA					
C - CÁLCULO DE CUSTO PARA RATEIO					
C.1 - FREQUÊNCIA (Dias por semana)					2
C.2 - QUILOMETRAGEM DA ROTA (IDA E VOLTA)					278
C.3 - CUSTO VARIÁVEL/ KM					R$ 2,4245
C.4 - TOTAL DO CUSTO VARIÁVEL					R$ 4.448,47
C.5 - CUSTO FIXO/ KM					R$ 1.809,60
C.6 - TOTAL DO CUSTO FIXO					R$ 36,47
C.7 - CUSTO TOTAL POR USUÁRIO					R$ 6.258,07
C.8 - CUSTO TOTAL DA ROTA MENSAL					
KM DIA				KM MÊS	KM ANO
278				1.835	22.017,60
VIAGENS POR MÊS					7
Data: / /					
Ass. Secretário:					

KM DIA	KM MÊS	KM ANO
R$ 8,13	R$ 53,67	R$ 643,99

KM DIA	KM MÊS	KM ANO
R$ 41,64	R$ 274,82	R$ 3.297,84
R$ 8,26	R$ 54,49	R$ 653,92
KM DIA	**KM MÊS**	**KM ANO**
R$ 135,32	R$ 893,09	R$ 10.717,02
R$ 8,13	**R$ 53,67**	**R$ 643,99**

CISAMAPI

1Doc

062

Memorando 959/2024

De: Jéssica S. - SE-DJUR

Para: SE - Secretaria Executiva

Data: 04/11/2024 às 11:00:20

Setores envolvidos:

SE, SE-DJUR

ESTATUTO ASSINATURA

Segue estatuto para assinatura.

Jéssica Alvarenga Soares
DIRETOR JURÍDICO

Anexos:
ESTATUTO_31_10_2024.pdf

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO PIRANGA - CISAMAPI

Este instrumento de consolidação, ora denominado "Estatuto Consolidado do CISAMAPI", complementa a consolidação de contrato de consórcio público do CISAMAPI aprovado pela Assembleia Geral do CISAMAPI em 22 de dezembro de 2021.

O CISAMAPI foi originalmente constituído nos termos da Lei Estadual n° 11.618 de 04 de outubro de 1994 e na forma das Leis Municipais abaixo relacionadas:

Município Consorciado	Lei Municipal
Abre Campo	n° 1.012 de 06 junho de 1995
Acaiaca	n° 203 de 22 maio de 1996
Alvinópolis	n° 1.493 de 03 abril de 1997
Amparo Serra	n° 455 de 02 junho de 1997
Barra Longa	n° 857 de 13 junho de 1995
Diogo de Vasconcelos	n° 350 de 12 de janeiro de 1996
Dom Silvério	n° 1.307 de11 de abril de 1997
Guaraciaba	n° 776 de 24 de fevereiro de 1997
Jequeri	n° 2.391 de 14 de março de 1997
Oratórios	n° 021 de 18 de março de 1997
Piedade de Ponte Nova	n° 677 de 21 de maio de 1997
Ponte Nova	n° 2.036 de 19 de setembro de 1995
Raul Soares	n° 1.590 de 12 janeiro de 1996
Rio Casca	n° 1.366 de 11 de janeiro de 1996
Rio Doce	n° 600 de 10 de maio de 1996
Santa Cruz do Escalvado	n° 355 de maio de 1995
Santo Antônio do Grama	n° 05 de maio de 1996
São Pedro dos Ferros	n° 129 de 16 fevereiro de 1996
Sem Peixe	n° 011 de 31 de março de 1997
Urucânia	n° 01 de18 de janeiro de 1996

Com a vigência da Lei n° 11.107/2005 e o Decreto n° 6.017/2007 o CISAMAPI foi transformado em consórcio público de direito público na forma de associação pública, tendo sido formalizado o protocolo de intenções, subscrito em 03 de junho de 2009, adquirindo personalidade jurídica de direito público mediante a vigência das seguintes leis municipais de ratificação do protocolo de intenções, ato constitutivo do CISAMAPI:

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

Município	Lei Municipal
Abre Campo	n° 1.382 de 16 abril de 2010
Acaiaca	n° 561 de 26 março de 2010
Alvinópolis	n° 1.810 de 28 abril de 2010
Amparo Serra	n° 722 de 25 de maio de 2010
Barra Longa	n° 1.072 de 12 abril de 2010
Diogo de Vasconcelos	n° 608 de 27 maio de 2010
Dom Silvério	n° 1.552 de 04 de maio de 2010
Guaraciaba	n° 1.091 de 14 de maio de 2010
Jequeri	n° 49 de 11 de maio de 2010
Oratórios	n° 357 de 11 maio de 2010
Piedade de Ponte Nova	n° 1.033 de 06 de maio de 2010
Ponte Nova	n° 3.459 de 1 ° julho 2010
Raul Soares	n° 022 de 29 de abril de 2010
Rio Casca	n° 1.732 de 20 de maio de 2010
Rio Doce	n° 858 de 30 de abril de 2010
Santa Cruz do Escalvado	n° 823 de 12 abril de 2010
Santo Antônio do Grama	n° 415 de 19 de maio de 2010
São José do Goiabal	n° 990 de maio de 2010
São Pedro dos Ferros	n° 28 de 30 abril de 2010
Sem Peixe	n° 211 de 12 de maio de 2010
Urucânia	n° 107 de 05 de abril de 2010

O CISAMAPI foi constituído e instalado como pessoa jurídica de direito público interno, na forma de associação pública e de natureza autárquica na data de 17 de maio de 2010 conforme ato publicado na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, edição do dia 18 de maio de 2010, caderno 1, página 63, fundamentado no art. 4°, §5° e art. 6°, *caput,* inciso I e §1° da Lei n° 11.107/2005 c/c o art. 47 do Decreto n° 6.107/2007.

Posteriormente, o Município de Mariana ingressou como Ente Consorciado ao CISAMAPI através da Lei Municipal n° 3.229 de 25 de junho de 2018.

Por fim, em dezembro de 2021, foi aprovada a consolidação do contrato de consórcio público do Consórcio CISAMAPI, ato de constituição do Consórcio CISAMAPI, que é complementado pelas normas do Estatuto na forma da redação ora consolidada.

Desta forma, os Municípios qualificados na cláusula primeira do instrumento de consolidação, reunidos em assembleia, resolvem formalizar a presente **CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE**

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

SAÚDE DO VALE DO PIRANGA - CISAMAPI devidamente constituído como pessoa jurídica de direito público interno, do tipo associação pública, de natureza autárquica interfederativa, que tem por finalidade a consecução dos objetivos delineados neste instrumento, com observância da Lei 11.107/2005 e demais normativos pertinentes, com a finalidade de realizar a execução e a gestão associada de ações e serviços públicos de saúde.

Ponte Nova, 25 agosto de 2022.

Wagner Mol Guimarães
Prefeito Municipal de Ponte Nova
Presidente do CISAMAPI

Marleyde de Paula Mucida
Prefeita Municipal de Rio Casca
Vice-Presidente do CISAMAPI

Marco Aurélio Raminho
Prefeito Municipal de Santo Antônio do Grama
Secretário-Geral do CISAMAPI

Maria Regina de Carvalho Martins
Secretária Executiva do CISAMAPI

Jéssica Alvarenga Soares
Assessora Jurídica do CISAMAPI

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

Reunidos em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de agosto de 2022, os representantes dos Municípios, membros do CISAMAPI, compreendendo quórum qualificado dos Entes Consorciados, resolveram alterar o seu Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação consolidada:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇOES PRELIMINARES

CAPÍTULO I
DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO PIRANGA - CISAMAPI - é integrado pelos Municípios consorciados subscritores desta consolidação do contrato de consórcio público a seguir indicados:

I. Município de Abre Campo, CNPJ n°18.837.278/0001-83;
II. Município de Acaiaca, CNPJ n°18.295.287/0001-90;
III. Município de Alvinópolis, CNPJ n°16.725.392/0001-96;
IV. Município de Amparo do Serra, CNPJ n°18.316.174/0001-23;
V. Município de Barra Longa, CNPJ n° 18.316.182/0001-70;
VI. Município de Diogo de Vasconcelos, CNPJ n°18.295.311/0001-90;
VII. Município de Dom Silvério, CNPJ n°18.297.226/0001-61;
VIII. Município de Guaraciaba, CNPJ n°19.382.647/0001-53;
IX. Município de Jequeri, CNPJ n°18.316.166/0001-87;
X. Município de Mariana, CNPJ n°18.295.303/0001-14;
XI. Município de Oratórios CNPJ n°01.616.836/0001-88;
XII. Município de Piedade de Ponte Nova, CNPJ n° 18.316.257/0001-12;
XIII. Município de Ponte Nova, CNPJ n°23.804.149/0001-29;
XIV. Município de Raul Soares, CNPJ n°18.836.965/0001-84;
XV. Município de Rio Casca, CNPJ n°18.836.957/0001-38;
XVI. Município de Rio Doce, CNPJ n°18.316.265/0001-69;
XVII. Município de Santa Cruz do Escalvado, CNPJ n°18.316.273/0001-05;
XVIII. Município de Santo Antônio do Grama, CNPJ n°18.836.973/0001-20;
XIX. Município de São José do Goiabal CNPJ n° 18.402.552/0001-91;
XX. Município de São Pedro dos Ferros, CNPJ n°19.243.500/0001-82;
XXI. Município de Sem Peixe, no CNPJ n° 01.625.189/0001-70;
XXII. Município de Urucânia, CNPJ n°18.316.281/0001-51;

Art. 2°A presente Consolidação do Estatuto do CISAMAPI entrará em vigor após a sua publicação, adotando-se a denominação de "Estatuto Consolidado do CISAMAPI ", documento regido pelas normas de direito público.

§ 1º O Ente da Federação não indicado no art. 1° poderá integrar o Consórcio mediante o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

I - Aprovação pela Assembleia Geral do Consórcio; e

II - Lei de ratificação do contrato consolidado do consórcio público CISAMAPI expedida pelo próprio Município que ingressar, que poderá ser expedida na forma de lei de simples autorização para o ingresso em consórcio público, hipótese em que se estará compreendida a ratificação integral do contrato consolidado do consórcio público CISAMAPI; e

§2° A deliberação da Assembleia Geral que aprovar o ingresso de Município não subscritor deste instrumento deverá dispor sobre as obrigações para a sua admissão especialmente quanto ao patrimônio do Consórcio na forma da Cláusula 39ª do contrato consolidado do consórcio CISAMAPI.

§3° A lei autorizadora, que ratificar contrato consolidado do consórcio público CISAMAPI poderá prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do presente instrumento, sendo que, nessa hipótese, o consorciamento dependerá de aprovação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO II
DA DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE

Art. 3° O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA - CISAMAPI é pessoa jurídica de direito público interno, do tipo associação pública, de natureza autárquica e interfederativa, com personalidade jurídica de direito público e integrará a administração indireta de todos os entes consorciados.

Art. 4° O Consorcio vigerá por prazo indeterminado, sendo assegurado, pelos consorciados, o cumprimento das responsabilidades assumidas em relação aos financiamentos concedidos durante a vigência do Consórcio.

Art. 5° A sede do Consórcio é no endereço sito à Avenida Ernesto Trivellato, nº 120, bairro Triângulo, Ponte Nova, Estado de Minas Gerais.

§1° Além da sede administrativa e assistencial indicada no caput, e observado o disposto neste artigo, integra o consórcio o polo administrativo e assistencial existente e em funcionamento no Município de Rio Casca, podendo ser estabelecidos novos polos administrativos e de assistência à saúde em Municípios consorciados desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – Proposta de criação de iniciativa da maioria absoluta do Conselho de Secretários;

II – Aprovação por quórum qualificado de 2/3 (dois terços) dos Entes Consorciados;

III – Inclusão do novo polo no Estatuto do Consórcio, prescindindo de ratificação por lei dos Municípios consorciados.

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

§2°A área de atuação do CISAMAPI será formada pelo território dos Municípios consorciados, constituindo-se em uma unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades às quais se submete, podendo prestar atendimento e desenvolver atividades em escritórios, laboratórios, clínicas, unidades de saúde dos Municípios Consorciados e, de forma complementar, da iniciativa privada, conforme deliberado no Estatuto do CISAMAPI.

§3° A Assembleia Geral do Consórcio, mediante decisão de 2/3(dois terços) dos consorciados, poderá alterar a sede, dispensada a ratificação desta alteração por lei dos Municípios consorciados.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS

Art. 6° Conforme estabelecido no Contrato do Consórcio, a finalidade geral do CISAMAPI é realizar o desenvolvimento de ações e serviços de saúde em conjunto dos Entes Federados que aderirem ao Consórcio, em caráter complementar e obedecidos os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde - SUS, atuando nas diversas esferas da saúde, realizando a gestão e a execução de ações e serviços de saúde, assegurado o acesso universal e igualitário da população atendida pelos Municípios consorciados.

PARÁGRAFO ÚNICO. São objetivos do Consórcio:

I - Garantir a implantação das diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS nos Municípios associados, conforme estipulado nos artigos 196 a 200 da Constituição Federal e pela Lei Complementar n° 141, de 13 de janeiro de 2012.

II – Representação institucional dos Municípios que o integram, em assuntos de interesse comum, na área da saúde pública, perante quaisquer órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

III - Planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas a promover a Saúde dos habitantes da região e implantar os serviços afins, tendo como esteio as regras e condições previstas pela Lei Federal nº. 11.107/2005 e Decreto nº 6.017/2007;

IV – Assegurar, indistintamente, a prestação de serviços de saúde à população dos Municípios consorciados, de forma eficiente e eficaz, quer através de programas de atuação própria ou por originários de outras esferas governamentais;

V - Otimizar o uso dos recursos humanos e materiais colocados à disposição do CISAMAPI;

VI - Promover o fortalecimento e a complementação da prestação dos serviços básicos e de especialidades de saúde existentes nos Municípios consorciados;

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

VII - Estimular e propiciar a integração das diversas instituições públicas e privadas, para eficazmente atingir a excelência na operacionalização das atividades de saúde;

VIII - Incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde nos Municípios consorciados, objetivando a uniformidade de atendimento médico e de auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidosatravés do CISAMAPI;

IX – Instituir mecanismos de controle, acompanhamento e avaliação dos procedimentos inerentes à prestação direta e indireta de serviços de saúde à população regional;

X – Adotar medidas e procedimentos destinados à promoção da saúde aos habitantes dos Municípios associados, em especial apoiando serviços e campanhas do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde e das Secretarias de Saúde dos Entes consorciados;

XI - Viabilizar a existência de infraestrutura de saúde regional na área territorial do CISAMAPI;

XII - Organizar, promover e executar sistemas de registro de preços na forma estabelecida pelo caput do art. 86 da Lei n° 14.133/2021 referente à insumos, materiais, equipamentos e serviços destinados à área de saúde para atendimento dos Entes Consorciados, tais como nas áreas farmacêutica, equipamentos de proteção individual e médico hospitalares, sem prejuízo de outras.

XIII – Exercer as autorizações, delegações e deliberações da Assembleia Geral quanto a competências privativas ou comuns constitucionalmente, legalmente ou contratualmente pertencentes e/ou estabelecidas aos Municípios consorciados quanto a ações e serviços públicos de saúde e atividades afins, correlatas, suplementares, complementares ou intermediárias àquelas competências previstas nos incisos anteriores;

§1° A participação de Município como Ente consorciado estará condicionada à ratificação da Consolidação do Contrato de Consórcio por lei, sendo expressamente vedada a ratificação com ressalvas ou ainda a desincumbência de cláusulas que sejam de caráter comum a todos os Entes consorciados.

§2° Para o desenvolvimento de seus objetivos, o CISAMAPI poderávaler-se dos seguintes instrumentos:

I - Firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber, auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outrasentidades e órgãos de governo, inclusive com municípios que não tenham sido subscritores da presente Consolidação do Contrato de Consórcio Público;

II - Promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público;

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

III - Ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação nos casos em que a legislação permitir e respeitando o presente instrumento;

IV - Estabelecer contrato de programa, contrato de rateio, termos de parceria e contratos de gestão para a execução das ações e a prestação dos serviços públicos fixados neste instrumento;

V - Contratar operação de crédito observados os limites e condições estabelecidas na legislação pertinente.

VI – Promover licitações e contratações públicas para os fins estabelecidos neste artigo, especialmente nos incisos XII e XIV do caput.

§3º O CISAMAPI poderá emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por ele administrado ou, mediante autorização específica, pelo ente consorciado, ficando, inclusive, autorizado a realizar atuar como prestador de serviços no âmbito do SUS, podendo emitir fatura e/ou nota fiscal;

§4º O CISAMAPI poderá outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos de sua competência ou contratar com terceiros, nos termos da legislação federal em vigor, a execução de atividades intermediárias e prestação de serviços mediante autorização prevista nos termos da Consolidação do Contrato de Consórcio Público, e de contrato de programa, observada a legislação e normas gerais pertinentes.

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÔES GERAIS

Art. 7° O contrato consolidado de consórcio público do CISAMAPI é o ato constitutivo do CISAMAPI, cabendo ao Estatuto, de forma complementar, as disposições de organização, atuação e funcionamento do Consórcio cujas disposições deverão atender a todas as cláusulas da consolidação do contrato de consórcio público do CISAMAPI.

CAPÍTULO II
DOS ORGÃOS

Art. 8° O Consórcio é composto dos seguintes órgãos:

I – Assembleia Geral;

II- Presidência;

III - Conselho de Secretários;

IV - Secretaria Executiva;

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

V – Diretoria Administrativa e Assistencial;
VI – Diretoria Técnica;
VIII – Diretoria Jurídica;
VII – Diretoria de Contabilidade;
IX – Diretoria de Controle;
X – Gerência de Transporte;
XI – Diretoria de Licitações, Contratações e Compras Públicas. (**Incluído pela Resolução n° 011 de 11 de agosto e 2023**).

§ 1º A Secretaria Executiva poderá instituir órgãos singulares ou colegiados, de natureza transitória.

§ 2º O regulamento de pessoal definirá a correlação e a hierarquia mantidas em relação a esses órgãos pelos empregados do Consórcio.

CAPÍTULO III
DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 9° A Assembleia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos Prefeitos de cada um dos Municípios Consorciados.

PARÁGRAFO ÚNICO. Ninguém poderá representar dois Municípios consorciados na mesma Assembleia Geral.

Art. 10 A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano, nos meses de julho e dezembro, e extraordinariamente sempre que convocada.

§1° A convocação das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias será feita por meio de edital afixado na sede do Consórcio, publicação no diário oficial eletrônico do consórcio e, ainda, mediante expedição de comunicação eletrônica por aplicativo de mensagens ou outro meio eletrônico dirigida a cada um dos Municípios Consorciados, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

§2° O prazo de cinco dias úteis poderá, a critério da Presidência, ser reduzido para:

I – um dia nas hipóteses de alegada urgência;

II – seis horas nas hipóteses de emergência e/ou calamidade pública de saúde.

§3° As reuniões da Assembleia Geral, bem como dos demais órgãos do Consórcio, poderá ser realizada presencialmente ou de forma virtual por meios tecnológicos de comunicação.

Art. 11 Cada consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

§ 1º O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que há aplicação de penalidade a empregados do Consórcio ou Ente consorciado.

§ 2º O Presidente do Consórcio, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quórum qualificado, votará apenas na hipótese de empate na respectiva votação.

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

§ 3° Havendo consenso entre os membros, às eleições e as deliberações poderão ser adotadas por aclamação.

Art. 12 A Assembleia Geral será instalada:

I – Em primeira convocação com a presença de entes consorciados que representem metade mais um dos votos totais do Consórcio;

II – Em segunda convocação, trinta minutos após a primeira convocação quando não obtido o quórum, desde que presentes pelo menos 1/3 dos Municípios consorciados.

§1° A assembleia poderá deliberar por maioria simples sobre todas as matérias de competência do Consórcio, ressalvadas as hipóteses em que seja exigido o quórum qualificado.

§2° Aprovação e/ou alteração do estatuto deverá ser aprovada por quórum qualificado de maioria absoluta dos votos dos Entes consorciados.

Art. 13 Compete à Assembleia Geral:

I - Homologar o ingresso no Consórcio de ente ou federativo que tenha ratificado a Consolidação do Contrato de Consórcio Público ou que apresente autorização legal para compor o Consórcio através de Lei municipal;

II - Aplicar a pena de exclusão do quadro de consorciados;

III - Aprovar o estatuto e suas alterações;

IV - Eleger ou destituir o Presidente, para mandato de 02 (anos), permitida a reeleição para um único período subsequente;

V - Ratificar ou recusar a nomeação ou destituir o Secretário Executivo;

VI - Aprovar:

a) o plano plurianual de investimento do CISAMAPI;

b) o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio e/ou contrato de programa;

c) A realização de operação de crédito;

d) A fixação, a revisão e o reajuste de taxas, tarifas e outros preços públicos do consórcio;

e) Alienação e gravação de ônus de bens do consórcio

f) Aceitar a cessão de servidores por ente federativo consorciado ou conveniado ao consórcio, bem como autorizar ainda a cessão de empregado público do Consórcio a qualquer que seja o município consorciado;

VII - Aprovar planos e regulamentos;

VIII - Apreciar e sugerir medidas sobre:

a) a melhoria dos serviços prestados pelo consórcio:

b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos e entidades e empresas privadas.

IX – Tomar e julgar a prestação de contas anual do Consórcio até o último dia útil do mês de março do ano seguinte àquele em se referir a prestação de contas;

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

X - Instituir através do Estatuto do Consórcio deliberação sobre a descrição, quantidade, forma de provimento, número de vagas, lotação e jornada de trabalho dos empregados públicos, sobre o regime, sobre as atribuições, sobre as funções gratificadas e as gratificações, bem como sobre quaisquer outros assuntos relacionados aos empregados públicos do CISAMAPI.

XI – Deliberar sobre outros assuntos de atuação e de interesse do CISAMAPI.

§ 1º Somente será aceita a cessão dos servidores com ônus para o Consórcio mediante decisão da maioria absoluta dos Municípios membros do CISAMAPI, proferida em Assembleia Geral convocada para este fim específico.

§ 2º As competências arroladas neste artigo não prejudicam outras sejam reconhecidas por este Estatuto, pelo regulamento de pessoal ou outroato normativo do CISAMAPI.

Art. 14 O Presidente será eleito em assembleia especialmente convocada, podendo ser apresentada candidatura nos primeiros trinta minutos.

§1º Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de ente consorciado.

§2º O presidente será eleito mediante voto público e nominal dos representantes dos consorciados, sejam Prefeitos Municipais, sejam representantes legalmente designados.

§3º O presidente poderá ser eleito mediante aclamação, na hipótese de candidatura única.

§4º Será considerado eleito o candidato que obtiver o maior número dos votos válidos, não podendo ocorrer a eleição sem a presença de pelo menos a maioria absoluta dos Municípios consorciados.

§5° Havendo empate serão realizados novos escrutínios até que um dos candidatos obtenha a maioria dos votos válidos.

§6º O processo de eleição para Presidente do Consórcio deverá ocorrer no mínimo trinta dias antes do término do mandato do Presidente em exercício, observado o disposto no §7°.

§7º Em ano de eleição municipal, em que ocorra coincidência com a eleição de novo Presidente do Consórcio, serão aplicáveis as seguintes disposições:

I – Terão direito de candidatar-se e de votar somente os Prefeitos eleitos dos Municípios consorciados e que tenham sido diplomados pela Justiça Eleitoral.

II – A eleição para Presidente do Consórcio somente poderá ocorrer em data posterior à data-limite de diplomação dos eleitos, estabelecida pelo calendário expedido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

Art. 15 Proclamado eleito o Presidente, a ele será dada a palavra para que caso queira, se manifeste sobre a substituição ou permanência do Secretário Executivo.

§1º Ocorrendo a hipótese de o Presidente eleito manifestar intenção de substituição do Secretário Executivo, será observado o seguinte rito:

I – Indicação do nome proposto para ocupar a Secretaria Executiva, com justificativa verbal do Presidente Eleito quanto a sua escolha;

II – A indicação do novo Secretário Executivo deverá ser ratificada, em ato contínuo, pela Assembleia Geral mediante aprovação pelo quórum qualificado de maioria absoluta dos Municípios consorciados, observado o disposto no §4º do art. 14.

III - Caso haja recusa do indicado, deverá haver nova indicação por parte do Presidente eleito até que o novo nome seja aprovado.

§ 2º A não indicação de novo Secretário Executivo por parte do Presidente eleito, importará expressamente na manutenção do Secretário Executivo em exercício, hipótese em que ficará dispensada a ratificação pela Assembleia Geral.

§ 3º O Secretário Executivo deverá, necessariamente, atender um dos seguintes requisitos:

I - Possuir curso superior; ou

II - Notória experiência:

a) em administração pública; ou

b) na área de saúde pública ou privada.

Art. 16 Em Assembleia Geral poderá ser destituído o Presidente do Consórcio ou o Secretário Executivo, devendo haver clara indicação do motivo mediante apresentação de moção de censura e aprovação de quórum qualificado de 2/3 (dois terços) dos Municípios consorciados.

§1º Caso aprovada moção de censura do Presidente do Consórcio ou do Secretário Executivo, estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma assembleia, à eleição do Presidente ou indicação de novo Secretário Executivo, conforme o caso, para completar o período remanescente de mandato.

§ 2º Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, será designado Presidente *pro tempore* por maioria simples dos votos presentes, o qual exercerá as funções até a próxima Assembleia Geral, a se realizar no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos.

§ 3º Rejeitada a moção de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada pela Assembleia Geral nos 180 (cento e oitenta) dias corridos seguintes.

Art. 17 As atas da Assembleia Geral serão registradas:

I - Por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembleia Geral, indicado o nome do representante.

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

II - de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral:

III - A íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia bem como a proclamação de resultados.

§ 1º No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado de votação.

§ 2º Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada pela metade mais um, dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

§ 3º A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que lavrou, por quem presidiu e pelos entes consorciados com direito a voto na Assembleia Geral.

§4° Na hipótese de reunião virtual, mediante utilização de aplicativo eletrônico de videoconferência e/ou similar, será expedida ata em meio eletrônico que será firmada:

I – Pelo Presidente na hipótese de reunião virtual da assembleia e da Presidência;

II – Pelo Secretário Executivo nas demais hipóteses de reuniões virtuais dos Órgãos do Consórcio.

§5° A ata expedida na forma do §4° será firmada por assinatura eletrônica qualificada, em conformidade com o disposto no art. 10, §1° da MP 2.200-2/2001 c/c o art. 4°, *caput,* inciso III da Lei n° 14.063/2020 e, após a certificação de sua publicação em sítio eletrônico mantido pelo Consórcio, gozará de plena eficácia aplicável aos documentos públicos.

Art. 18 Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até dez dias, publicada em sítio eletrônico do CISAMAPI e, ainda, no Diário Oficial Eletrônico do CISAMAPI.

Art. 19 Mediante o pagamento das despesas de reprodução, cópia da ata será fornecida para qualquer cidadão, independentemente da demonstração de interesse.

CAPÍTULO IV
DA PRESIDÊNCIA

Art. 20 A Presidência do CISAMAPI é composta pelos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário-Geral eleitos dentre os Chefes doPoder Executivo pela Assembleia Geral.

§1º Compete ao Presidente do CISAMAPI, sem prejuízo de outras disposições do contrato de consórcio público do CISAMAPI e deste Estatuto:

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

I - Autorizar o Consórcio a ingressar em juízo;

II - Convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral;

III - Representar judicial e extrajudicialmente o CISAMAPI, cabendo ao Vice-Presidente, substituí-lo em seus impedimentos e suspeições;

IV - Movimentar em conjunto com o Secretário Executivo as contas bancárias e recursos do CISAMAPI, autorizada a delegação desta atribuição;

V - Dar posse aos empregados públicos concursados do CISAMAPI, bem como nomear os empregados públicos em comissão de livre nomeação e exoneração;

VI - Ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

VII - Convocar reuniões com a Secretaria Executiva e Conselho de Secretários;

VIII - Homologar e adjudicar as licitações realizadas pelo Consórcio;

IX - Expedir resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Secretários para dar força normativa às decisões estabelecidas nesses colegiados;

X - Expedir portarias e decretos para dar força normativa às decisões monocráticas de competência do Presidente do CISAMAPI;

XI - Delegar atribuições e designar tarefas para as unidades do CISAMAPI;

XII - Julgar, em última instância, recursos relativos à:

a) Homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

b) Impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação, homologação e adjudicação;

c) decisões proferidas pelo Secretário Executivo na aplicação de penalidades a empregados do Consórcio.

d) demais decisões proferidas pelos órgãos do Consórcio, excluídas as deliberações da Assembleia Geral

XIII - Zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas pela Consolidação do Contrato de Consórcio Público ou por este Estatuto a outro órgão do Consórcio.

XIV – Aprovar para posterior deliberação da Assembleia Geral:

a) Plano Plurianual de Investimentos;

b) Orçamento Anual do exercício seguinte, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de Contrato de Rateio;

XV - Planejar todas as ações de natureza administrativa do CISAMAPI, fiscalizando a Secretaria Executiva na sua execução;

XVI - Elaborar e propor a Assembleia Geral alterações no quadro de pessoal do CISAMAPI;

XVII - Aprovar a celebração dos instrumentos de gestão, contratos e congêneres previstos neste instrumento;

XVIII - Propor o Plano de Carreira dos funcionários do Consórcio;

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

XIX - Aprovar previamente a contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos previsto neste instrumento;

XX - Elaborar e promover alteração e/ou revisão do Estatuto do CISAMAPI, com auxílio da Secretaria Executiva, submetendo tal proposição à aprovação da Assembleia Geral;

XXI - Solicitar a cessão de servidores dos entes consorciados;

XXII - Propor à Assembleia Geral a alteração deste instrumento;

XXIII - Definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de investimento do CISAMAPI;

XXIV – Decidir, em única instância administrativa, sobre aplicação de penalidade de demissão de empregado do CISAMAPI;

XXV – Decidir sobre revisão geral anual dos vencimentos dos empregados do Consórcio, observada a existência de previsão no orçamento do CISAMAPI.

XXVI - Deliberar sobre outras matérias de natureza administrativa do CISAMAPI não atribuídas à competência da Assembleia Geral e não elencadas neste artigo.

§2º Em assuntos de interesse comum ou de maior repercussão para as atividades do Consórcio Público, fica autorizado o Presidente a representar os Municípios consorciados perante outras esferas de governo, inclusive com o objetivo de celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, defender as causas municipalistas e/ou regionais, dentre outros assuntos.

§3º As competências previstas neste artigo poderão ser delegadas mediante Portaria específica expedida pela Presidência.

§4º Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Secretário Executivo poderá praticar atos ad referendum do Presidente.

§5º O Presidente, Vice-Presidente e Secretário-Geral serão eleitos para exercer mandato de dois anos, permitida uma única reeleição para o mandato subsequente.

§6° Em caso de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente será realizada a eleição para o seu preenchimento, no prazo de até 60 (sessenta) dias e enquanto não realizada a eleição à Presidência e Vice-Presidência serão exercidas pelos Prefeitos mais idosos sucessivamente.

Art. 21 Compete ao Vice-Presidente do CISAMAPI:

I - Substituir e representar o Presidente em todas suas ausências e impedimentos;

II - Assessorar o Presidente e exercer as funções que lhe forem delegadas;

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

III - Assumir interinamente a Presidência do CISAMAPI, no caso de vacância, quando esta ocorrer na segunda metade do mandato, exercendo-a até seu término;

IV - Convocar assembleia extraordinária em até 15 (quinze) dias para eleição de novo Presidente do CISAMAPI, no caso de a vacância ocorrer na primeira metade do mandato, quando o eleito presidirá o Consórcio até fim do mandato original, podendo, se reeleito, ser conduzido ao mandato seguinte.

§1° Para fins de aplicação do disposto nos incisos III e IV do caput, será considerada hipótese de vacância aquela que ocorra de forma definitiva em relação ao titular da Presidência, decorrente de falecimento ou renúncia. **(Incluído pela Resolução n° 013 de 16 de outubro de 2023)**

§2° Não sendo hipótese de vacância definitiva na forma do §1°, deverá o Vice-Presidente assumir e exercer a Presidência nas seguintes hipóteses: **(Incluído pela Resolução n° 013 de 16 de outubro de 2023)**

I – Pelo período correspondente a afastamento provisório do Presidente decorrente de impedimento, suspeição ou licença, esta última por motivos de foro íntimo ou para tratamento de saúde; **(Incluído pela Resolução n° 013 de 16 de outubro de 2023)**

II – Pelo período correspondente até o término do mandato, independente da data em que ocorreu o afastamento do titular, quando não ocorrer uma das hipóteses de afastamento provisório indicados no inciso I. **(Incluído pela Resolução n° 013 de 16 de outubro de 2023)**

§3° Nas hipóteses do §2°, desde que não se trata de vacância na forma do §1°, será assegurado ao Presidente afastado retomar o exercício de suas atribuições na Presidência, quando cessar os motivos que ensejaram o seu afastamento. **(Incluído pela Resolução n° 013 de 16 de outubro de 2023)**

Art. 22 Compete ao Secretário-Geral do CISAMAPI:

I - Representar o Presidente e o Vice-Presidente em todas suas ausências;

II - Assessorar o Presidente e exercer as funções que lhe forem delegadas;

III – Exercer as demais atribuições que venham a ser estabelecidas neste Estatuto.

CAPÍTULO V
DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 23 A Secretaria Executiva será exercida pelo Secretário Executivo, observado o Estatuto quanto as disposições de nomeação e procedimentos para a sua posse e exercício, observadas as disposições deste instrumento.

Parágrafo único. Além do previsto neste Estatuto compete à Secretaria Executiva:

I - Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, incluídas àquelas de representação junto a órgãos públicos federais, estaduais e municipais, podendo

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

firmar requerimentos, solicitações e quaisquer documentos em nome do Consórcio;

II – Proferir decisão sobre:

a) Homologação de inscrição e de resultado de concursos públicos;

b) Impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à revogação e/ou anulação, adjudicação e homologação de seu objeto;

c) Aplicação de advertência e da penalidade de suspensão a empregados do consórcio;

III – Efetivar, mediante prévia autorização da Presidência, a dispensa ou exoneração de empregados públicos em comissão e de empregado públicos temporários.

IV – Estabelecer, orientar e supervisionar todos e quaisquer procedimentos técnicos, administrativos e operacionais no âmbito do Consórcio, fornecendo, inclusive, subsídios para as declarações e ações do Consórcio;

V – Formalizar termo de convênio e termo de compromisso de estágio no âmbito da Lei n° 11.788/2008;

– Exercer atribuições delegadas pelo Presidente do Consórcio, tais como a ordenação de despesas do consórcio e respectiva responsabilidade pelas prestações de contas.

CAPÍTULO VI
DO CONSELHO DE SECRETÁRIOS

Art. 24 O Conselho de Secretários é órgão normatizador do Consórcio, sendo composto pelos Secretários Municipais de Saúde dos entes consorciados, ou cargo congênere.

§1° Será de competência do Conselho de Secretários:

I - Exercer competências estabelecidas neste instrumento;

II - Elaborar o plano de atividades e as propostas orçamentárias anuais a serem submetidas à Assembleia Geral;

III – Aprovar e alterar tabela oficial de procedimentos e respectivospreços vinculados à gestão de associada de serviços públicos de saúde a ser implementada pelo CISAMPI.

§2° O Conselho de Secretários reunir-se-á extraordinariamente, por convocação de 1/3 dos seus membros ou por iniciativa do Secretário Executivo ou ordinariamente em periodicidade bimestral.

CAPÍTULO IX
DAS DIRETORIAS E DEMAIS ÓRGÃOS

Art. 25 A Diretoria de Contabilidade será exercida pelo Diretor de Contabilidade e será responsável pelas seguintes áreas do CISAMAPI:

I – Contabilidade;

II – Tesouraria;

III – Patrimônio;

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

IV – Recursos humanos;

V – Contratos de rateio, contratos de programa, convênios e demais instrumentos congêneres.

Art. 26 A Diretoria Administrativa e Assistencial será exercida pelo Diretor Administrativo e Assistencial que será responsável pelas seguintes áreas do CISAMAPI:

I – Serviços administrativos do consórcio;

II – Zeladoria e limpeza;

III - Serviços e ações em saúde realizadas pelo CISAMAPI de forma direta e indireta;

IV – Agendamento de procedimentos, consultas, exames e demais serviços de saúde;

V - Atendimento a pacientes, incluídos os serviços de arquivamento de informações dos tratamentos;

Art. 27 A Diretoria Técnica será exercida pelo Diretor Técnico do CISAMAPI e terá por atribuição supervisionar e promover a responsabilidade técnica dos serviços médicos prestados por intermédio do CISAMAPI.

Art. 28 Compete à Diretoria Jurídica:

I – Prestar assessoria jurídica aos órgãos superiores do Consórcio, constituídos pela Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Presidência;

II – Prestar assessoria e consultoria jurídica aos demais órgãos e unidades do Consórcio;

III – Realizar a representação do Consórcio perante o Poder Judiciário;

Art. 29 Compete à Diretoria de Controle:

I - Analisar as alterações verificadas nas previsões do orçamento anual e plurianual de investimentos e propor os ajustamentos necessários;

II - Cumprir e fazer cumprir as normas vigentes na administração pública;

III - Desenvolver atividades de atendimento e informação ao público e autoridades:

a) sistematizar as normas de controle;

b) orientar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Consórcio, com vistas à regular e racional utilização dos recursos e bens públicos;

c) orientar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a gestão administrativa, no tocante à administração de pessoal do Consórcio;

d) orientar, aconselhar, fiscalizar e avaliar os setores competentes, responsáveis por licitações e compras, administração da frota de veículos e máquinas e administração patrimonial, estabelecendo os mecanismos do controle interno destes setores;

e) executar os trabalhos de fiscalização da execução contábil e financeira, administrativa e operacional junto aos órgãos do Consórcio;

f) verificar e certificar as contas dos responsáveis pela aplicação, utilização ou guarda de bens e valores públicos e de todo aquele que, por ação

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

ou omissão, der causa à perda, subtração de valores, bens materiais de propriedade ou responsabilidade do Consórcio;

g) emitir relatório, por ocasião do encerramento do exercício, sobre as contas e balanço geral do Consórcio;

h) organizar e manter atualizado o cadastro dos responsáveis por dinheiro, valores e bens públicos, assim como dos órgãos e entidades sujeitos a auditoria pelo Tribunal de Contas do Estado;

i) estabelecer normas de prevenção e controle interno de todos os atos do Consórcio, nas áreas administrativa, financeira, patrimonial e de custos;

h) exercer outras atividades correlatas relacionadas a coordenação da fiscalização, auditoria, controle e conformidade dos atos da gestão fiscal, financeira, orçamentária, patrimonial, recursos humanos, licitações e contratações públicas do CISAMAPI.

Art. 29-A A Diretoria de Licitações, Contratações e Compras Públicas será responsável pela execução do planejamento e da gestão das seguintes áreas do Consórcio: (**Incluído pela Resolução n° 011 de 11 de agosto e 2023**).

I – Central de Compras, nos termos do art. 181, *caput* e parágrafo único da Lei n° 14.133/2021; (**Incluído pela Resolução n° 011 de 11 de agosto e 2023**).

II – Realização de licitações, procedimentos auxiliares de licitação e contratações diretas na forma prevista na Lei n° 14.133/2021; (**Incluído pela Resolução n° 011 de 11 de agosto e 2023**).

III – Realização de licitações e contratações diretas na forma prevista pela Lei n° 8.666/1993 e/ou Lei n° 10.520 pelo período correspondente determinado no art. 3° da Lei Complementar n° 198/2023; (**Incluído pela Resolução n° 011 de 11 de agosto e 2023**).

IV – Gestão de contratos; (**Incluído pela Resolução n° 011 de 11 de agosto e 2023**).

V – Compras; (**Incluído pela Resolução n° 011 de 11 de agosto e 2023**).

Parágrafo único. A unidade administrativa do almoxarifado e as respectivas atribuições e competências ficam transferidas da Diretoria de Contabilidade passando a integrar a Diretoria de Licitações, Contratações e Compras Públicas. (**Incluído pela Resolução n° 011 de 11 de agosto e 2023**).

Art. 30 Gerência de Transportes, responsável pela coordenação da frota do CISAMAPI e pelo sistema de transporte em saúde de pacientes dos Entes consorciados.

Art. 31 Os órgãos indicados nos arts. 25 a 30 observarão a estrutura, composição de empregados, atribuições e competência complementares que venham a ser dispostas no regulamento de pessoal.

TÍTULO III
DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

CAPÍTULO I
DOS EMPREGADOS PÚBLICOS

Art. 32 Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio os empregados concursados e os contratados temporariamente para empregos públicos previstos no contrato de consórcio público do CISAMAPI e/ou neste instrumento, os nomeados para exercício de emprego público em comissão também previstos no contrato de consórcio, servidores cedidos pelos entes consorciados ou conveniados, e os prestadores de serviços contratados na forma estabelecida pela Lei n° 14.133/2021.

§1° As atividades de Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral, membro do conselho de Secretários bem como a participação dos representantes dos Entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado serviço público relevante.

§2° Os empregados do Consórcio, nomeados em razão de concurso público, os contratados temporariamente e os nomeados para exercerempregos em comissão serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT.

§3° A Assembleia Geral deverá aprovar o regulamento próprio de pessoal, respeitadas as disposições previstas na CLT, bem como aspeculiaridades do Consórcio Público.

§4° Observadas as disposições deste instrumento e do contrato de consórcio público do CISAMAPI, sem prejuízo de estabelecimento de outras disposições, o regulamento de pessoal do Consórcio deverá dispor sobre:

I – Hipóteses e condições de provimento, substituição e vacância;
II – Nomeação, posse e exercício;
III – Avaliação de desempenho;
IV – Reabilitação profissional;
V – Direitos e vantagens;
VI – Hipóteses e condições de concessão de férias;
VII – Jornada de trabalho, compensação e banco de horas;
VIII – Licenças e afastamentos;
IX – Direito de petição;
X – Deveres, vedações e responsabilidades;
XI – Processo administrativo disciplinar;
XII – Hipóteses de aplicação de advertência e das penalidades de suspensão e/ou demissão.

Art. 33 Os agentes públicos do CISAMAPI serão nomeados para o exercício dos empregos públicos:

I - Em caráter permanente:

a) Instituídos no âmbito do CISAMAPI na data da expedição da consolidação do contrato de consórcio;

b) Que venham a ser instituídos em caráter permanente e de forma complementar através deste Estatuto;

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

II - Em caráter temporário, que venham a ser instituídos:

a) Por deliberação da Assembleia Geral para atendimento de programa criado ou estabelecido pela União, pelo Estado de Minas Gerais, pelo Consórcio ou termo de convênio e instrumentos congêneres a ser desenvolvido pelo CISAMAPI;

b) Constantes de contrato de programa que venha a ser firmado pelo CISAMAPI.

§1° Os empregos públicos já instituídos no âmbito do CISAMAPI se encontram indicados no Anexo I da consolidação de contrato de consórcio público do CISAMAPI e reproduzidos em anexo deste instrumento.

§2° O Estatuto do CISAMAPI, mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá dispor sobre novos empregos públicos que eventualmente venham a ser demandados em caráter permanente pelo Consórcio, hipóteseem que deverá tratar da descrição, forma de provimento, número de vagas, lotação, jornada de trabalho e atribuições, ficando autorizada a criação, prescindindo de nova ratificação legislativa, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - Estejam vinculados a órgão permanente do CISAMAPI;

II - Observem a estrutura de vencimentos constantes do Anexo III do contrato de consórcio público do CISAMAPI e respectivas atualizações, reproduzido em anexo deste instrumento;

III - Contenham atribuições e pré-requisitos compatíveis com as funções a serem desempenhadas, respeitadas os parâmetros de orientação constantes de norma brasileira de ocupações de abrangência nacional e das respectivas leis de caráter nacional regulamentadoras da profissão acaso existente;

IV - Seja previamente justificada a criação do emprego público, demonstrando-se:

a) a motivação do ato;

b) a origem dos recursos financeiros e a disponibilidade orçamentária que serão utilizados para cobertura dos gastos;

V - Atendam aos parâmetros da área de atuação do Consórcio.

§3° O CISAMAPI, mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá dispor no Estatuto do Consórcio, sobre vantagens de caráter temporário ou permanente vinculadas à concessão de gratificações, bem como de funções gratificadas ou funções de confiança, desde que observadas as condições estabelecidas nos §§2° e 3° deste artigo, dispensada a ratificação por lei dos Entes Consorciados.

§4° O provimento dos empregos, a designação para as funções gratificadas, a concessão de gratificações, de que trata este artigo serão feitos de forma escalonada e condicionada à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária e financeira suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, conforme disposto no §1° do art. 169 da Constituição da República de 1988.

§5° Visando atendimento das hipóteses do inciso II do caput desta deste artigo, fica autorizada a criação de empregos públicos temporários, vinculados à vigência de programa temporário desenvolvido pelo CISAMAPI e/ou da vigência do contato de programa que lhe deu origem, atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

I - Sejam objeto de deliberação da Assembleia Geral na hipótese da alínea "a" do inciso II do *caput* desta deste artigo ou estejam expressamente previstos em contrato na hipótese da alínea "b" do inciso II do *caput* deste artigo;

II - Contenham atribuições e pré-requisitos compatíveis com as funções a serem desempenhadas, respeitadas os parâmetros de orientação constantes de norma brasileira de ocupações de abrangência nacional e das respectivas leis de caráter nacional regulamentadoras da profissão acaso existente;

III - Estejam vinculados ao objeto do programa temporário desenvolvido pelo CISAMAPI e/ou do contrato de programa, no qual deverão constar as condições, atribuições, denominação, vencimento e demais especificações necessárias para a consecução do seu respectivo objeto;

IV - Observem os padrões de vencimento do Anexo III, permitida a utilização de valores distintos quando, comprovadamente, sejam necessários para equiparar àqueles praticados no mercado ou determinado por norma específica.

§6° Os vencimentos constantes do Anexo III deste instrumento observarão a revisão geral anual a ser efetivada por iniciativa do Presidente do Consórcio desde que exista previsão orçamentária suficiente para atendimento da despesa, prescindindo de deliberação da Assembleia Geral.

§7° Efetivada a revisão geral anual, deverá ser expedido Decreto contendo o valor atualizado e consolidado do Anexo III.

Art. 34 Por ato do Presidente do CISAMAPI, respeitada a concordância do empregado público, poderá ser feita alteração definitiva ou provisória, do número de horas da jornada de trabalho, de ofício, em razão do interesse público, especialmente de adequação financeira orçamentária sendo admitido, inclusive, a ampliação de sua jornada de trabalho, desde que respeitadas as disposições expressas em lei.

Art. 35 A dispensa de empregados públicos, ressalvados as hipóteses de empregos públicos em comissão de livre nomeação e exoneração, dependerá da observância do devido processo legal na forma do regulamento de pessoal.

Parágrafo único. Em se tratando de Empregados Concursados deverá ser instaurado Procedimento Administrativo onde seja assegurado direito aampla defesa e ao contraditório para a demissão.

Art. 36 Será permitido aos empregados públicos concursados o afastamento para o exercício de emprego em comissão no âmbito do CISAMAPI nos termos do que prever o regulamento pessoal.

§1° Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos salvo na hipótese de cessão para exercício de cargo em comissão perante os Municípios consorciados desde que ocorra afastamento não remunerado nos termos do que prever o regulamento pessoal.

§2º Na hipótese de encerramento e extinção do Consórcio, todos os empregados serão demitidos.

§3º Será objeto de regulamentação outras possibilidades de afastamento em normativo próprio de pessoal do Consórcio.

CAPÍTULO II
DO QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

Art. 37 O quadro de pessoal do Consórcio, observados os anexos da consolidação do contrato de consórcio público do CISAMAPI, será composto:

I - Pelos empregos públicos permanentes descritos no Anexo I deste instrumento e, ainda, de forma complementar, aqueles que venham a ser tratados por intermédio deste Estatuto e eventuais alterações;

II - Pelos empregos públicos temporários na forma que dispuser contrato de programa que venha a ser firmado.

§ 1º Os Anexos II e III deste Instrumento fixam os parâmetros a serem observados na instituição de novos empregos públicos através do Estatuto do CISAMAPI, observado, em qualquer caso, de forma cumulativa, as disposições constantes do art. 33 deste instrumento.

§ 2º O Anexo III fixa a tabela oficial de vencimentos de empregados públicos do CISAMAPI, distribuídos entre as diversas naturezas dos empregos públicos, quais sejam:

I - Empregos do quadro permanente sujeitos à concurso público;

II - Empregos em comissão, de livre nomeação e exoneração;

III – Empregos temporários sujeitos a processo seletivo;

IV - As funções gratificadas.

§3° As funções gratificadas somente poderão ser pagas aos empregados integrantes do quadro permanente do Consórcio e serão calculadas mediante aplicação dos percentuais constantes do Anexo III tendo por base de cálculo o valor do menor vencimento do CISAMAPI correspondente ao nível de vencimento 01 (um).

§4° Ressalvada a hipótese de participação em comissão temporária, e observada a restrição de eventual incompatibilidade, é vedado o pagamento cumulativo simultâneo de função gratificada aos empregados do Consórcio, sendo autorizado, no caso de acúmulo de funções, o pagamento de maior valor.

§5° A gratificação de função deverá ser exercida pelos empregados do Consórcio sem prejuízo do exercício das atribuições do emprego de origem, exceto quanto ao exercício da função gratificada de atividade de Controlador Geral (FGCG) e o exercício da função gratificada de atribuições de Agente de Contratação (FGAC) que serão de dedicação exclusiva, no âmbito do Consórcio, permitido o exercício de atividades privadas que não gerem incompatibilidade ou conflito com as atribuições exercidas pelo Consórcio.

§6° Os ocupantes de empregos em comissão, de livre nomeação e exoneração, poderão, eventualmente, realizar atribuições típicas das funções gratificadas, vedado, contudo, o pagamento de qualquer adicional em razão deste exercício.

§7º Na hipótese de indisponibilidade orçamentária e financeira para o custeio das despesas de pessoal, deverão ser tomadas as seguintes medidas:

I - Redução de 100% de despesas com Gratificações e Funções Gratificadas.

II – Se o estabelecido no inciso I não for suficiente deverá ser feita redução de no mínimo 20% de despesas com empregos em comissão.

III – Se o estabelecido nos incisos I e II não for suficiente deverá ser feita redução de no mínimo 50% de despesas dos contratados temporários.

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

IV – Se o estabelecido nos incisos I, II, e III não for suficiente poderá ser feita a dispensa de empregados concursados.

§8º O disposto no inciso IV deverá observar o disposto no art. 35.

CAPÍTULO III
DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 38. Os empregados do Consórcio somente ingressarão mediante contratação celebrada após concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto:

I - Nas hipóteses de nomeação para exercício de emprego público em comissão, de livre nomeação e exoneração;

II - Para atendimento de demandas temporárias

III - Para atendimento de termos de contrato de programa, gestão, parceria, convênio ou instrumento congênere que venha a ser firmado pelo CISAMAPI.

§ 1º Os editais de concurso público, após aprovados pela Secretaria Executiva, deverão ser subscritos pelo Presidente do Consórcio.

§ 2º Após o Presidente do CISAMAPI subscrever o Edital de Concurso Público, o mesmo deverá ser submetido à Assembleia Geral para ciência.

CAPÍTULO IV
DAS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS

Art. 39. A contratação por tempo determinado será efetivada para:

I - A atender necessidade temporária de excepcional interesse público na hipótese de preenchimento de emprego público vago, até o seu provimento por meio de concurso público;

II - Atendimento aos termos de contrato de programa, convênio, parceria ou congênere que venha a ser firmado pelo CISAMAPI.

§ 1º As contratações serão realizadas mediante processo seletivo que deverá atender ao seguinte procedimento:

I - Edital de chamamento, publicado na imprensa oficial em que se defira aos candidatos no mínimo cinco dias úteis para inscrição;

II - Seleção mediante aplicação de critérios objetivos previamente estabelecidos no edital de chamamento, circunscritos à titulação acadêmica e adoção alternativa de um dos seguintes critérios:

a) Aplicação de prova escrita; ou

b) Experiência profissional relacionada com a função a ser exercida no Consórcio.

§2° Prescindirá de processo seletivo as contratações que venham a ser realizadas pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, hipótese em que observarão o seguinte procedimento:

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

I - Edital de chamamento, publicado no sítio eletrônico do Consórcio e fisicamente em local próprio na Sede do Consórcio, em que se defira aos candidatos no mínimo dois dias úteis para inscrição;

II - Seleção mediante aplicação de critérios objetivos, circunscritos à titulação acadêmica e/ou à experiência profissional relacionadas com a função a ser exercida no Consórcio, previamente estabelecidos no edital de chamamento.

§3º Os contratados temporários exercerão as funções do emprego público vago e perceberão a remuneração para ele prevista.

Art. 40 As contratações temporárias terão prazo de:

I - Até 12 (doze) meses, podendo haver renovação desde que o período total da contratação não ultrapasse o período de 24 (vinte e quatro) meses na hipótese prevista no inciso I do *caput* do art. 39;

II - Pelo prazo correspondente à vigência do contrato de programa, convênio, parceria ou congênere na hipótese prevista no inciso II do *caput* do art. 39.

CAPÍTULO V
DOS CONTRATOS, PARCERIAS E OUTROS AJUSTES

Seção I
Normas Gerais

Art. 41 Todas as contratações do Consórcio obedecerão aos ditames da legislação nacional de regência das contratações públicas, do prescrito na consolidação de contrato de consórcio público do CISAMPI, no presente instrumento de Estatuto e das normas e regulamentos que o Consórcio vier a adotar.

Seção II
Do Contrato de Rateio

Art. 42 Será formalizado ao final de cada exercício financeiro para vigorar no exercício seguinte, contrato de rateio, com previsão de aportes a serem cobertos no exercício, com recursos advindos dos Municípios Consorciados destinado à realização de despesas administrativas e da execução da gestão associada de serviços públicos destinados aos usuários do SUS dos Entes consorciados.

Art. 43 Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio para o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Contrato do Consórcio, e neste instrumento, devidamente especificados mediante a celebração de Contrato de Rateio.

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

Art. 44 O repasse dos valores observará o cronograma desembolso estabelecido no contrato de rateio, sendo que os recursos corresponderão às respectivas dotações orçamentárias do Município Consorciado, que constituirá receita do CISAMAPI e, ainda, pelas dotações orçamentárias do Consórcio, que constituirá a despesa do CISAMAPI.

Seção III
Do Contrato de Programa

Art. 45 Ao Consórcio é permitido celebrar contrato de programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou por meio de terceiros, sob sua gestão administrativa ou contratual.

§1° O disposto neste artigo permite que, nos contratos de programa celebrados pelo Consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

§2° O Consórcio também poderá celebrar Contrato de Programa com:

I - Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração direta ou indireta dos Entes consorciados;

II – A administração e indireta de outros Entes públicos da Federação, mesmo que não consorciados, atendidas as finalidades do Consórcio descritas no art. 6°.

§3° São cláusulas necessárias do Contrato de Programa celebrado pelo Consórcio Público, observando-se necessariamente a legislação correspondente, as que estabeleçam:

I - O objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II - O modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III - Os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

IV - O cálculo de tarifas, taxas e de outros preços públicos na conformidade da regulação dos serviços a serem prestados;

V - Procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

VI – Possibilidade de emissão de documento de cobrança e de exercício da atividade de arrecadação de tarifas e preços públicos;

VII - Os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

VIII - Os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços;

IX - A forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

órgãos competentes para exercê-las;

X - As penalidades e sua forma de aplicação;

XI - Os casos de extinção;

XII - Os bens reversíveis;

XIII - Os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

XIV - A obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio ao titular dos serviços;

XV - A periodicidade em que o Consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XVI – O foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

Art. 46 No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - Os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - As penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - O momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV - A indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - A identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - O procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas de tarifas ou outras emergentes da prestação dos serviços.

Art. 47 Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio pelo período em que vigorar o Contrato de Programa.

Art. 48 Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

Art. 49 Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operação de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

Art. 50 A extinção do Contrato de Programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou de escopo.

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

Parágrafo único. O Contrato de Programa continuará vigente nos casos de:

I - O titular se retirar do Consórcio ou da gestão associada;
II - Extinção do Consórcio.

Art. 51 Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimento previstos na legislação de regência.

Art. 52 No caso de desempenho de serviços públicos pelo Consórcio a regulação e fiscalização não poderá ser exercida por ele mesmo.

Seção IV
Dos Convênios, Parcerias e Outros Ajustes

Art. 53 Fica autorizado ao Consórcio firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, convênio de cooperação para os fins do art. 31 doDecreto n° 6.017/2007, parcerias, contrato de gestão, protocolos e outros ajustes congéneres, junto a entidades governamentais ou privadas nacionais ou estrangeiras.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Consórcio poderá comparecer como interveniente em convênios e outros ajustes celebrados por entes consorciados ou terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, inclusive para os fins do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 6.017/2007.

Seção V
Das Licitações e Contratações Públicas

Art. 54 As licitações, contratações e alienações públicas observarão a legislação nacional de regência através da Lei n° 14.133/2021, observada as disposições transitórias de aplicação das leis n° 8666/1993 e n° 10.520/2002, observadas as normas constantes da consolidação de contrato de consórcio público do CISAMPI, no presente instrumento de Estatuto e das normas e regulamentos que o Consórcio vier a adotar.

§1° Todos os editais de licitação deverão ser publicados em sítio eletrônico mantido pelo CISAMAPI, no portal nacional de contratação públicas e no Diário Oficial Eletrônico do CISAMAPI, prescindindo de publicação no Diário Oficial Eletrônico do CISAMAPI na hipótese de dispensas formalizadas em razão do valor.

§2° Por deliberação da Assembleia, mediante a expedição de norma específica, poderão ser adotados outros meios de publicidade das licitações e contratos do CISAMAPI.

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

Art. 55 O CISAMAPI atuará como órgão gerenciador de procedimento auxiliar de registro de preços que tenham por objeto a participação dos Entes Consorciados voltados à formalização de atas de registros de preços nas finalidades descritas no art. 6° deste estatuto.

Parágrafo único. O procedimento previsto neste artigo observará o disposto no art. 86 da Lei n° 14.133/2021 na forma de regulamento a ser expedido.

TÍTULO IV
DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 56 A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

§1° Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste instrumento devidamente especificados mediante a celebração de Contrato de Rateio

§2° O Consórcio, a critério da Secretaria Executiva e dos Municípios integrantes, poderá firmar contrato de programa, a ser disciplinado em ato próprio.

§3° O Consórcio estará sujeito a fiscalização contábil, operacional e patrimonial, pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, inclusive quanto a legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

CAPÍTULO II
DOS FUNDOS DE NATUREZA CONTÁBIL

Art. 57 Fica criado Fundo de Investimentos do CISAMAPI, de natureza jurídica exclusivamente contábil nos termos do art. 71 da Lei n° 4.320/1964, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados às despesas de capital voltadas para a realização de investimentos de planos, programas, projetos e ações voltadas ao cumprimento das finalidades e objetivos do CISAMAPI.

§1° Constituirão receitas do Fundo de Investimentos do CISAMAPI:

I - Recursos provenientes do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF decorrentes de retenções realizadas pelos CISAMAPI nos pagamentos de serviços prestados por terceiros ao CISAMAPI e transferidos ao CISAMAPI pelos Entes consorciados através de contrato de rateio;

II – Recursos oriundos dos Municípios Consorciados consignados em lei orçamentária e seus créditos adicionais previstos em contrato de rateio

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

destinados a:

a) Manutenção de custos administrativos do CISAMAPI que, ao final do exercício, após a realização de apuração financeira e orçamentária, não estejam compromissados com empenhos processados e/ou não processados, ficando autorizada a sua transferência e vinculação ao Fundo de Investimento do CISAMAPI;

b) Manutenção de custos com ações e serviços públicos de saúde, transporte sanitário e outras destinações previstas pelo contrato de rateio, ficando condicionada a sua transferência e vinculação ao Fundo de Investimento do CISAMAPI mediante previa aprovação pela Assembleia Geral.

III - As resultantes das doações do setor privado, pessoas físicas ou jurídicas;

IV - Rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

V - As advindas de acordos, convênios e termos de parceria;

VI - Transferências de outros Fundos Especiais;

VII - Quaisquer outros recursos lícitos que forem destinados.

VIII - Outras receitas previstas em lei ou destinadas ao Fundo de Investimento CISAMAPI.

§2° Os recursos do Fundo de Investimento do CISAMAPI serão aplicados no financiamento de despesas de capital vinculadas à aquisição de bens móveis, imóveis, equipamentos e obras civis, desde que vinculados às finalidades e objetivos do CISAMAPI.

§3° Fica expressamente vedada a utilização de recursos da Conta Investimento CISAMAPI para a manutenção de quaisquer outras atividades, que não sejam as destinadas unicamente às ações previstas neste artigo,exceto na hipótese de aprovação pela maioria absoluta da Assembleia doCISAMAPI.

§4° O Fundo de Investimento ficará vinculado diretamente à Secretaria Executiva do CISAMAPI, tendo sua destinação autorizada por meio de projetos, programas e atividades aprovados pelo Conselho de Secretários.

§5º Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Investimento CISAMAPI", para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, elaborando-se, mensalmente, balancete demonstrativo da receita e da despesa, sujeito a análise e fiscalização da Assembleia Geral do CISAMAPI e, ainda, às normas de consolidação das contas públicas.

§6º Caberá à Secretaria Executiva a Conta Investimento, sob a orientação e controle do Conselho de Secretários do CISAMAPI, cabendo ao Secretário Executivo:

I - Solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho de Secretários;

II - Realizar a ordenação e liquidação das despesas;

III - Realizar, de forma conjunta com o Presidente do CISAMAPI, a assinatura de cheques e quaisquer outras movimentações, presencial ou eletrônica, junto às instituições bancárias de recursos vinculados ao Fundo de Investimento do CISAMAPI;

IV - Exercer demais atividades necessárias ao gerenciamento da

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

Conta Investimento.

Art. 58 Mediante proposta da Presidência, e aprovação da maioria absoluta da Assembleia Geral do CISAMAPI, poderão ser criados, através de resolução, outros fundos de natureza contábil no âmbito do CISAMAPI conforme previsto no art. 71 da Lei n° 4.320/64.

CAPÍTULO III
DA CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO

Art. 59 Todas as demonstrações financeiras serão publicadas na internet, em sítio eletrônico mantido pelo Consórcio.

§ 1° Os entes da Federação que forem admitidos após o Consórcio ter integrado bens a seu patrimônio, terão que também contribuir a este patrimônio na proporção e quantias a serem definidas em instrumento específico, que poderá se dar pela doação de bens ou de serviços.

§ 2° A critério da Assembleia Geral os Entes da Federação que forem admitidos após o Consórcio ter integrado bens a seu patrimônio poderão, mediante deliberação de quórum qualificado de maioria absoluta, ser admitidos sem a contribuição de que trata o § 1° deste artigo, mas os mesmos só farão jus à parcela de patrimônio adquirido após o seu ingresso, observado o disposto no §4° deste artigo.

§ 3° O atual patrimônio do Consórcio é considerado de posse igualitária a todos os municípios que subscreveram o protocolo de intenções do CISAMAPI em 03 de junho de 2009.

§4° Os Municípios que venham a integrar o Consórcio, não enquadrados na situação do §3°, farão jus ao patrimônio do CISAMAPI na proporção da contribuição para a sua formação.

Art. 60 Constituem patrimônio do Consórcio:

I - Os bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - Os bens e direitos que lhe forem doados por entidades públicas, privadas e por particulares.

III – O saldo dos Fundos de natureza contábil nos termos dos arts. 57 e 58.

§ 1° A Alienação, aquisição e oneração dos bens que integram o patrimônio do Consórcio será submetida à apreciação da Assembleia Geral, que a aprovará pelo voto da maioria absoluta dos Municípios consorciados.

§ 2° A alienação de bens móveis inservíveis dependerá apenas de aprovação por maioria simples da Assembleia Geral.

Art. 61 Constituem recursos financeiros do Consórcio:

I – As transferências financeiras mensais dos Municípios consorciados aprovadas pela Assembleia Geral, expressas em contrato de rateio, de acordo com a Lei Federal no 11.107, de 06 de abril de 2005;

II - As tarifas provenientes dos serviços prestados e os preços públicos

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

decorrentes do uso de bens do Consórcio;

III - Os valores decorrentes da emissão de documentos de cobrança e exercício de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por ele administrados ou, mediante autorização específica, pelo ente consorciado;

IV - Os valores destinados a custear as despesas de administração e planejamento;

V - A remuneração de outros serviços prestados pelo Consórcio aos Municípios consorciados ou a outros Entes da Federação, inclusive na forma de fatura/nota fiscal;

VI - A remuneração advinda de contratos firmados e outros instrumentos congêneres;

VII - Os auxílios, contribuições, subvenções e demais recursos de natureza voluntária concedidas por entidades públicas ou privadas em razão de convênios, contratos de repasse, ajustes, termos de cooperação, termos de parcerias ou outros instrumentos congêneres;

VIII - Os saldos do exercício vinculados aos custos de manutenção da administração do Consórcio, desde que destinados a fundo de natureza contábil mediante expressa e prévia autorização da Assembleia Geral;

IX - As doações e legados;

X – O produto de alienação de seus bens livres;

XI - O produto de operações de crédito;

XII - As rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

XIII - Os créditos e ações;

XIV - O produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título;

XV – Outros rendimentos que lhe caibam por disposição legal ou contratual ou por decisão judicial;

XVI – Outros rendimentos que venham a ser instituídos no Estatuto, além daqueles previstos neste artigo.

§ 1° Os Entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

I - Para o cumprimento dos objetivos estabelecidos no contrato consolidado de consórcio público do CISAMAPI ou neste instrumento;

II - Quando tenham formalizado contrato de rateio ou contrato de programa;

III - Na hipótese de formalização de contrato de gestão, termo de parceria ou contratação formalizada conforme art. 2°, §1°, inciso III da Lei n° 11.107/2005.

§ 2° É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de contrato de rateio, inclusive oriundos de transferências, operação de crédito e outras operações, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas:

§3° Entende-se por despesa genérica aquela em que a execução orçamentária se faz com modalidade de aplicação indefinida, não sendo considerada como genérica as despesas de administração e planejamento, desde que previamente classificadas por meio de aplicação das normas de contabilidade pública.

§4° Os contratos de programa e os contratos a que se refere o inciso III do

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

§1° poderão incluir dotações que extrapolem o respectivo exercício financeiro.

CAPÍTULO IV
DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

Art. 62 Os entes Consorciados respondem subsidiariamente obrigações do Consórcio.

Parágrafo único. Os dirigentes do consórcio público responderão pessoalmente pelas obrigações por ele contraídas caso pratiquem atos em desconformidade com a lei, com o contrato consolidado de consórcio público do CISAMAPI, pelo estatuto ou decisão da assembleia geral.

TÍTULO V
DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

CAPÍTULO I
DA AUTORIZAÇÃO PARA A GESTÃO ASSOCIADA

Art. 63 Fica autorizada a gestão associada dos serviços públicos que constituem os objetivos previstos no art. 6°.

§1° O disposto no *caput* compreende a gestão da contratação e execução dos serviços públicos a que se refere o art. 6°, observado o disposto no §2° deste artigo.

§2° A gestão associada prevista no caput poderá compreender, sem prejuízo do previsto no §1°, a delegação dos serviços públicos serviços previstos no art. 6°, hipótese em que a delegação deverá ser aprovada pela maioria absoluta da Assembleia Geral e posterior efetivação mediante a formalização de contrato de programa, nos termos das normas de contratação de consórcios públicos e do presente instrumento.

§ 2° A gestão associada poderá ainda compreender, no que couber:

I - O exercício das atividades de planejamento, regulação e fiscalização de serviços desde que os serviços não sejam prestados pelo próprio Consórcio, conforme determinado pelo §3° do art. 13 da Lei n° 11.107/2005;

II - A transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, nos termos de contrato de programa.

III – A gestão da contratação de ações e serviços públicos de saúde descritos no art. 6°

§ 3° A gestão associada abrangerá somente os serviços prestados nos territórios dos Entes consorciados.

§ 4° Fica o Consórcio autorizado a licitar e contratar concessão, permissão ou autorizar a prestação dos serviços públicos objeto de gestão associada.

§ 5° A instituição e cobrança de tarifas, preços públicos e taxas, bem como as metas de desempenho observarão, conforme a natureza do serviço e sem prejuízo daqueles definidos na correspondente lei de regência, os seguintes

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

critérios:

I - Definição de investimentos necessários e as correspondentes taxas de depreciação anual;

II - Remuneração do custo de oportunidade, operacional, ambiental e administrativo;

III - Tributos incidentes e encargos financeiros;

IV - Fundo de melhoramento, ampliação e modernização para melhoria do processo;

V - Ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

VII - Geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço

VIII - Recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

IX- Remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

X - Estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

XI - Incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 6° A revisão das tarifas, taxas e dos preços públicos compreenderá a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas ou taxas praticadas e poderá ser:

I - Periódica, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;

II - Extraordinária, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

III - Os fatores de produtividade poderão ser definidos com base em indicadores de outras empresas do setor.

§ 7° Os reajustes de tarifas e taxas de serviços públicos serão realizados observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 64 Na gestão associada dos serviços públicos fica autorizada:

I – O gerenciamento de procedimento auxiliar de registro de preços na forma do art. 86 da Lei n° 14.133/2021 desde que as contratações tenham por objeto as áreas específicas de atuação e objetivos do CISAMAPI;

II - A realização de programas de compras compartilhadas em que a licitações, contratações e compras possam ser realizadas de forma centralizada no CISAMAPI e/ou compartilhada entre os Entes Consorciados;

III – A prestação de serviços, a execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos Entes consorciados;

IV - Aquisição ou administração dos bens para o uso compartilhado dos Municípios consorciados;

V - Outras competências transferidas pelo Município consorciado ao Consórcio mediante formalização de contrato.

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

Art. 65 No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

Parágrafo Único. Sem prejuízo da realização das prestações de contas previstas na legislação nacional e nas normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I - o investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais saldos de cada Município;

II - a situação patrimonial, especialmente quais bens cada Município adquiriu isoladamente ou em conjunto para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

Art.66 No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeirade cada serviço em relação a cada um de seus titulares:

§1° Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

a) o investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

b) a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

§2° Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 o Consórcio fornecerá as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas nas contas dos entes consorciados, todas as receitas e despesas realizadas, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente consorciado na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CAPÍTULO II
DO USO DE BENS E SERVIÇOS

Art. 67 Terão acesso ao uso dos bens e serviços do Consórcio os entes consorciados que contribuíram para sua aquisição e promoção.

Parágrafo único. O acesso disposto no caput dependerá da situação deadimplência com o Consórcio.

Art. 68 Observadas as legislações de cada Município, os Entes consorciados poderão ceder ao Consórcio bens de seu próprio patrimônio e os serviços de suas administrações, para uso comum.

TÍTULO VI
DO DIÁRIO ELETRÔNICO

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

Art. 69 Fica instituído o Diário Oficial Eletrônico do Consórcio ou simplesmente D.O.E.C, meio oficial de divulgação dos seus atos.

§1° O D.O.E.C. será veiculado, sem custos, no portal do CISAMAPI na internet, no endereço eletrônico www.cisamapi.mg.gov.br.

§2° O endereço eletrônico indicado no §1° poderá ser alterado por ato expedido pelo Presidente do CISAMAPI, hipótese em que eventual novo endereço eletrônico do portal estará sujeito a ampla divulgação.

§3° O D.O.E.C. poderá ser consultado sem custos e independentemente de cadastramento.

§4° Para fins de aplicação do disposto nos §§1° e 2° do art. 54 da Lei n° 14.133/2021 deverá ser expedido ato regulamentador específico estabelecendo o Ente consorciado de maior nível.

§5° É facultada, em caráter complementar ao D.O.E.C, a publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Minas Gerais mantido pela Associação Mineira de Municípios.

§6° Por deliberação da Assembleia poderão ser adotados outros meios de publicidade pelo Consórcio.

Art. 70 Serão publicados no D.O.E.C:

I – Licitações e contratações públicas, incluídos:

a) Avisos, extratos, retificações e demais comunicações referentes aos editais de licitação;

b) Extratos dos procedimentos auxiliares da licitação previstos no art. 78 da Lei n° 14.133/2021;

c) Interposição de recursos, impugnações, pedidos de reconsideração e respectivas decisões;

d) Extratos de atas;

e) Adjudicações;

f) Homologações;

g) Extratos de contratos e termos aditivos;

h) Contratações diretas realizadas na forma de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação;

i) Demais divulgações em sítio eletrônico oficial previstas nos arts. 54, 94 e 174 da Lei n° 14.133/2021.

II – Demais atos administrativos e atos oficiais do Consórcio conforme regulamento a ser expedido.

§1° As publicações a que ser refere o inciso I do caput, excepcionadas as alíneas "b" e 'i", são aplicáveis no âmbito das Lei n° 14.133/2021, Lei n° 8.666/1993 e Lei n° 10.520/2002, observado o disposto no art. 191 da Lei n° 14.133/2021.

§2° Os avisos contendo os extratos dos editais serão publicados D.O.E.C e, de forma cumulativa:

I - no Diário Oficial da União, exclusivamente quando se tratar de objeto custeado parcial ou totalmente com recursos federais advindos de convênios, transferências voluntárias e outros ajustes;

II - no Diário Oficial do Estado quando se tratar de objeto custeado parcial ou totalmente com recursos do Estado de Minas Gerais advindos de convênios,

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

transferências voluntárias e outros ajustes;

III – Em jornal diário de grande circulação nas hipóteses de licitações e contratações públicas formalizadas com fundamento na Lei n° 14.133/2021, observado o disposto no caput do art. 176 da referida Lei n° 14.133/2021.

IV – No portal nacional de contratações públicas (PNCP).

§3° A implantação do D.O.E.C deverá ser precedida de divulgação por meio de afixação no quadro de avisos e no portal da internet do Consórcio durante os 10 (dez) dias que a anteceder.

§4° Os direitos autorais dos atos oficiais publicados no Diário Eletrônico são reservados ao Consórcio ou ao respectivo Ente consorciado solicitante da publicação.

§5° As edições do D.O.E.C serão realizadas de segunda a sexta, ressalvadas as hipóteses de feriados e pontos facultativos, sendo que os atos cadastrados e assinados pela autoridade competente após o horário das 17:00 horas serão publicados na edição do dia útil subsequente.

§6° Poderão ser expedidas edições extras do D.O.E.C, inclusive, em caráter excepcional, em dias e/ou horários distintos daqueles indicados no §6° deste artigo.

§7° O D.O.E.C atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da infraestrutura de chaves públicas brasileira - ICP Brasil.

§8° Competirá à Secretaria Executiva designar as pessoas responsáveis pelas assinaturas do D.O.E.C.

§9° Os atos, após serem publicados no Diário Eletrônico, não poderão sofrer modificações ou supressões, ressalvadas as hipóteses de retificações, mediante nova publicação.

§10 Os programas, obras, serviços e campanhas promovidos pelo Consórcio serão comunicados e divulgados à população através de meios de comunicação local e regional, inclusive aqueles mantidos por associações de Municípios.

§11 É facultado aos Entes consorciados a utilização do D.O.E.C. desde que observadas as disposições deste instrumento e demais normas e regulamentos que eventualmente venham a ser expedidos referentes ao D.O.E.C.

TÍTULO VII
DOS ENTES CONSORCIADOS

CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 71 O Ente consorciado tem direito a:

I – Tomar parte nas deliberações, obedecidas as disposições deste Estatuto e do Contrato do Consórcio, discutindo e votando os assuntos nelas tratados;

II – Propor ao Presidente do Consórcio ou a quem de direito medidas de interesse do Consórcio;

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

III – Votar e ser votado para ocupar cargos nos órgãos do Consórcio ou integrá-los;

IV – Solicitar por escrito, a qualquer tempo quaisquer informações sobre os negócios e/ou ações do Consórcio;

V – Desligar-se do Consórcio, obedecidas as condições estabelecidas neste Estatuto e na consolidação de contrato de consórcio público do CISAMAPI.

Art. 72 O Ente consorciado tem o dever e obrigação de:

I – Cumprir as disposições da Lei, da consolidação de contrato de consórcio público do CISAMAPI, do Estatuto, das resoluções, atos e regulamentos expedidos no âmbito do Consórcio;

II – Satisfazer pontualmente seus compromissos para com o Consórcio;

III – Prestar ao Consórcio esclarecimentos sobre as atividades desenvolvidas por si que sejam objetos das atividades do Consórcio;

IV – Trabalhar em prol dos objetivos do Consórcio, respeitando os dispositivos estatutários, zelando pelo bom nome do Consórcio, pelo patrimônio deste e pela integração de seus membros.

CAPÍTULO II
DA SAÍDA DO CONSÓRCIO

Seção I
Da Retirada

Art. 73 A retirada do membro do consórcio dependerá, cumulativamente, de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, acompanhado de autorização legislativa emanada de o respectivo Poder Legislativo Municipal.

§1° Para fins de apuração de obrigações, direitos e deveres, será considerada como data de retirada de Município o primeiro dia útil seguinte aquele em que se der, de forma cumulativa, os requisitos constantes do *caput* deste artigo.

§2° O Município que promover a retirada do Consórcio será responsável pelo pagamento das despesas de rateio até a data a que se refere o §1° deste artigo.

Art. 74 A retirada não prejudicará as obrigações constituídas entre o Consórcio e consorciado que se retira.

§ 1° Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de;

I - Decisão de 2/3 (dois terços) dos entes federativos consorciados do Consórcio, manifestada em Assembleia Geral.

II – Expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III – Reserva da lei de ratificação que tenha sido regulamente aprovada pela Assembleia Geral.

§ 2° Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira, e não revertidos ou retrocedidos, como previsto no § 1°, ficarão automaticamente incorporados ao patrimônio do Consórcio.

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

Seção II
Da Exclusão

Art. 75 São Hipóteses de exclusão do Ente consorciado;

I – A não inclusão pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotação suficiente para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;

II – A subscrição de protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidade igual, assemelhada ou incompatível sem a prévia autorização da Assembleia Geral;

III – A existência de motivos graves, reconhecidos em deliberação fundamentada da Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

§ 1º A exclusão prevista no inciso I do caput somente ocorrerá após prévia suspensão, pelo período de noventa dias, período em que o Ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º Poderão ser previstas outras hipóteses de exclusão, bem como de outras espécies de pena a serem aplicadas a Ente consorciado mediante deliberação da Assembleia Geral.

Art. 76 O procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão observará o direito a ampla defesa e ao contraditório conforme regulamento específico a ser expedido.

§ 1º A aplicação da pena de exclusão dar-se á por meio de decisão da Assembleia Geral exigindo 2/3 (dois terços) dos votos da totalidade dos membros do consórcio.

§ 2º Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto pela Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ou as disposições da Lei que vier a substituí-la.

§ 3º Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido a Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, interposto no prazo de 15(quinze) dias contados do dia útil seguinte da publicação da decisão na imprensa oficial.

TÍTULO VIII
DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO

CAPÍTULO I
DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 77 A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral por maioria qualificada de 2/3 dos Municípios consorciados, ratificado mediante lei dos respectivos Municípios.

§ 1º A Assembleia Geral deliberará sobre a destinação dos bens, podendo

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

ser doados a qualquer entidade pública de objetivos iguais ou semelhantes ao Consórcio ou, ainda alienados onerosamente para rateio deseu valor entre os consorciados na proporção também definida em Assembleia Geral.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os Entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantindo o direito de regresso em face dos beneficiários ou dos que deram causa a obrigação.

§3º Com a extinção, o pessoal cedido ao Consórcio retornará aos seus órgãos de origem e os empregos públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho com o consórcio.

CAPÍTULO II
DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO E DO ESTATUTO

Art. 78 A alteração do contrato de consórcio público será definida em assembleia, mediante aprovação da maioria absoluta do Entes consorciados, condicionado a ratificação por lei municipal da maioria absoluta dos Municípios consorciados.

Art. 79 A alteração do Estatuto deverá ser aprovada por quórum qualificado da maioria absoluta dos votos dos Entes consorciados.

TÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 80 O Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 06 de abril 2005, pelo Decreto n° 6.107/2007, pela consolidação do contrato de consórcio público do consórcio CISAMAPI, pelas leis de ratificações, as quais se aplicam somente aos entes federativos que as emanaram, pelo presente instrumento, pelo regulamento de pessoal e pelos demais atos, normas e regulamentos do Consórcio.

Art. 81 A interpretação do disposto neste instrumento deverá ser compatível com os seguintes princípios;

I – Respeito à autonomia dos Entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II - Solidariedade, em razão da qual os Entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio;

III – Eletividade de todos os órgãos dirigentes do Consórcio;

IV – Transparência, pelo que não poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de Ente Federativo consorciado tenha acesso a qualquer reuniãoou documento do Consórcio;

V – Eficiência, que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explicita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

economicidade.

Parágrafo único. Os entes Consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

Art. 82 Quando adimplente com suas obrigações, qualquer Ente consorciado é parte legitima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas no contrato de Consórcio Público.

Art. 83 O Consórcio, no âmbito de sua atuação, por intermédio de seus Órgãos, emitirá os seguintes atos oficiais:

I – Resoluções, de caráter normativo, com efeitos e abrangência interna e externa ao Consórcio, referente às deliberações colegiadas da Assembleia Geral e/ou Conselho de Secretários;

II – Decretos, de caráter normativo e/ou executório, e efeitos internos e externos, referente a ato administrativo praticado pelo Presidente do Consórcio;

III – Portarias, de caráter normativo e/ou executório, e efeitos internos, referente a ato administrativo praticado pelo Presidente do Consórcio.

IV – Instruções normativas referentes a atos praticados pela Secretaria Executiva e/ou Diretorias do Consórcio visando da expedição de normas e regulamentos internos de processos administrativos do Consórcio;

V – Ofícios, destinados à comunicação oficial no âmbito externo do Consórcio;

VI – Memorandos, destinados à comunicação oficial no âmbito interno do Consórcio.

§1° A partir da vigência deste instrumento, fica estabelecido um prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a adequação e/ou consolidação dos atos expedidos no âmbito do Consórcio que possuam eficácia na atuação interna e/ou externa do Consórcio.

§2° Os atos a que se referem este artigo serão numerados sequencialmente, em ordem crescente e de forma única por tipo de ato a ser expedido.

§3° Os ofícios, memorandos e portarias terão a numeração reiniciada anualmente, no primeiro dia útil de cada exercício financeiro, sendo que nas demais hipóteses a numeração será contínua, independentemente do exercício financeiro.

Art. 84 As deliberações dos órgãos colegiados do Consórcio serão adotadas mediante aprovação da maioria simples, ressalvadas as hipóteses de quórum qualificado expressamente indicados na consolidação de contrato de consórcio público do consórcio CISAMAPI e no presente instrumento.

TÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 85 Os órgãos permanentes indicados no art. 8° ficarão automaticamente instituídos com a vigência da presente consolidação, observadas as atribuições

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

dos respectivos titulares dos órgãos na forma disposta nos Anexos deste instrumento e, de forma complementar, com o que venha ser disposto no regulamento de pessoal a ser instituído e aprovado pela Assembleia Geral.

Art. 86 O atual plano de Empregos e Salários permanecerá até que seja elaborado o regulamento de pessoal de que trata o presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO: Na elaboração do regulamento de pessoal de que trata este instrumento, deverão ser os atuais empregos públicos do CISAMAPI readequados as normais da consolidação de contrato de consórcio público do consórcio CISAMAPI e deste Estatuto, respeitado o art. 468 da Consolidação das leis do trabalho.

Art. 87 O Regulamento de Pessoal deverá ser instituído e aprovado em até 180 (cento e oitenta) dias após a aprovação desta Consolidação.

Art. 88 Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, da Lei n° 14.133/2021 fica o Consórcio expressamente autorizado a optar por licitar ou contratar de acordo com as normas da citada Lei n° 14.133/2021 ou de acordo com a lei n° 8.666/93 e lei n° 10.520/02.

§1° O edital e/ou o contrato, conforme o caso, deverá indicar de forma expressa e formal a lei que regula o respectivo procedimento e/ou instrumento, devendo ser observado, em qualquer das hipóteses, o disposto no art. 191, *caput in fine* e parágrafo único da Lei n° 14.133/2021.

§2° Fica autorizada a manutenção das atuais estruturas administrativas, financeira e de pessoal do Consórcio responsáveis pela execução da lei n° 8666/93 e lei n° 10.520/02 até o decurso do prazo previsto no inciso II do *caput* do art. 193 da Lei n° 14.133/2021.

§3° O Consórcio deverá expedir regulamentação de aplicação da Lei n° 14.133/2021.

§4° A partir do decurso do prazo de que trata o inciso II do *caput* do art. 193 da Lei n° 14.133/2021, eventuais referências à Lei n° 8.666/93 e lei n° 10.520/02 em normas e regulamentos do Consórcio será aplicado o disposto noart. 189 e parágrafo único do art. 191, ambos da Lei n° 14.133/2021.

Art. 89 Durante toda a vigência do exercício financeiro de 2022, a função gratificada de atividade de controlador geral (FGCG) e a função gratificada de atribuições de Agente de Contratação (FGAC) observarão o percentual de 50% (cinquenta por cento), vigorando a partir de 2023 conforme previsto no Anexo I deste instrumento.

Art. 90 Ficam declarados em extinção os empregos públicos de:

I - Técnico em Eletroencefalograma.

II – Enfermeiro com carga horária semanal de trinta horas, lotação Ponte Nova e Polo Rio Casca.

Parágrafo único. Os atuais empregados titulares dos empregos públicosem extinção ficarão mantidos no exercício de suas atribuições até a vacância dos respectivos empregos públicos, quando então serão declarados extintos de forma definitiva.

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

Art. 91 Esta Consolidação de Estatuto do CISAMAPI é integrada pelos seguintes complementos na forma de anexos:

I – Anexo I contendo o quadro de empregos e funções gratificadas;

II – Anexo II contendo as atribuições e requisitos dos empregos e funções gratificadas;

III – Anexo III contendo os níveis de vencimentos dos empregos;

IV – Anexo IV contendo o organograma do Consórcio.

Art. 92 O presente instrumento é formalizado por assinatura eletrônica qualificada dos representantes legais dos Municípios Consorciados, subscritores desta consolidação, em conformidade com o disposto no art. 10, §1° da MP 2.200-2/2001 c/c o art. 4°, *caput,* inciso III da Lei n° 14.063/2020.

Parágrafo único. Para fins de divulgação e vigência deverá ser providenciada a publicação desta consolidação:

I – Em versão resumida, através de extrato na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, contendo o endereço eletrônico onde poderá ser obtida cópia integral da consolidação do contrato do Consórcio;

II – Na íntegra, através de publicação eletrônica no Diário Oficial dos Municípios Mineiros e em sítio na rede mundial de computadores denominada "internet" mantido pelo Consórcio.

Art. 93 Para dirimir eventuais controvérsias desta Consolidação de Estatuto, fica eleito o Foro da Comarca de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais.

Art. 94 O presente Estatuto aprovado pela Assembleia Geral entra em vigor nesta data, observado o disposto no parágrafo único do art. 92.

Ponte Nova, 25 de agosto de 2022.

ASSINATURAS ELETRÔNICAS DOS REPRESENTANTES
LEGAIS DOS ENTES CONSORCIADOS

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

CISAMAPI

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

ANEXO I
EMPREGOS PÚBLICOS

Denominação	Provimento	Nível Vencimento	Vagas	Lotação	Carga Horária Semanal
Secretário Executivo	Livre nomeação e/ou exoneração e recrutamento amplo	60	01	Ponte Nova	30H
Diretor Jurídico	Livre nomeação e/ou exoneração e recrutamento amplo	49	01	Ponte Nova	20H
Diretor de Contabilidade	Livre nomeação e/ou exoneração e recrutamento amplo	48	01	Ponte Nova	40H
Diretor Administrativo e Assistencial	Livre nomeação e/ou exoneração e recrutamento amplo	48	01	Ponte Nova	40H
Diretor de Licitações, Contratações e Compras Públicas*	Livre nomeação e/ou exoneração e recrutamento amplo	48	01	Ponte Nova	40H
Gerente Transporte	Livre nomeação e/ou exoneração e recrutamento amplo	34	01	Ponte Nova	40H
Gestor de Contratos	Livre nomeação e/ou exoneração e recrutamento amplo	33	01	Ponte Nova	40H
Chefe Serviço Tesouraria	Livre nomeação e/ou exoneração e recrutamento amplo	32	01	Ponte Nova	40H
Farmacêutico	Vinculado a um programa e seleção pública por processo seletivo simplificado	30	01	Ponte Nova	24H
Enfermeiro	Concurso público	24	01	Ponte Nova	30H
			01	Polo Rio Casca	
		33	02	Ponte Nova	40H
			01	Polo Rio Casca	40H
Diretor Técnico	Livre nomeação e/ou exoneração e recrutamento amplo	23	01	Ponte Nova	08H
Técnico em Contabilidade	Concurso público	17	02	Ponte Nova	40H
Técnico em Eletroencefalograma	Concurso público	17	01	Ponte Nova	20H
Assistente Administrativo	Concurso público	16	10	Ponte Nova	40H
			01	Polo Rio Casca	
Auxiliar de Administração	Concurso público	08	20	Ponte Nova	40H
			03	Polo Rio Casca	
			05	Ponte Nova	

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

Faxineiro	Concurso público	02	02	Polo Rio Casca	40H
Técnico de Enfermagem	Concurso público	01	15	Ponte Nova	24H
			04	Polo Rio Casca	

FUNÇÕES GRATIFICADAS

Denominação	SIGLA	Percentual	Vagas	Carga Horária Semanal
Função gratificada de exercício de atividade de nível superior na Diretoria de Contabilidade *	FGANS	120%	01	40H
Função gratificada atividades de controlador	FGCGI	100%	01	40H
Função gratificada atividades de compras	FGC	25%	01	40H
Função gratificada atividades de almoxarifado	FGAP	25%	01	40H
Função gratificada atividade de patrimônio	FGAP	25%	01	40H
Função gratificada atividades de Presidente da CPL	FGCPL	50%	01	40H
Função gratificada atividades de Pregoeiro	FGPRG	50%	01	40H
Função gratificada atribuições Agente de Contratação	FGAC	100%	02	40H
Função gratificada atribuições de equipe apoio agente de contratação	FGEA	25%	03	40H
Função gratificada atribuições de membro CPL	FGMCPL	25%	02	40H
Função gratificada atribuições temporárias	FGT	25%	03	40H

Obs.: (**Anexo I alterado pela Resolução n° 003 de 16 de dezembro de 2022; pela Resolução n° 011 de 11 de agosto e 2023 e pela Resolução n° 17 de 18 de dezembro de 2023**).

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS DE EMPREGOS PÚBLICOS

1. Secretário Executivo
   1.1. Regime Jurídico: CLT
   1.2. Provimento: livre nomeação e exoneração
   1.3. Recrutamento: amplo
   1.4. Requisitos:
      1.4.1. Formação completa em curso de nível superior ou possuir notória experiência em administração pública ou notória experiência na área de saúde pública ou privada
   1.5. Atribuições:
      1.5.1. Exercer as atribuições previstas no Contrato do consórcio e no Estatuto do Consórcio;
      1.5.2. Assessorar a Presidência no desempenho de suas funções;
      1.5.3. Gerenciar informações, auxiliando na execução de suas tarefas administrativas e em reuniões;
      1.5.4. Coordenar e controlar equipes e atividades;
      1.5.5. Coordenar a operacionalização das atividades exercidas pelos Órgãos e empregados do Consórcio;
      1.5.6. Implementar e gerir as diretrizes, programas de trabalho e demais deliberações definidas pela Assembleia Geral, praticando todos os atos que não tenham sido atribuídos formalmente ao Presidente do Consórcio;
      1.5.7. Exercer, por delegação, atribuições de competência doPresidente.

2. Diretor Administrativo e Assistencial
   2.1. Regime Jurídico: CLT
   2.2. Provimento: em comissão de livre nomeação e exoneração
   2.3. Recrutamento: amplo
   2.4. Requisitos: Formação completa em curso de nível superior em uma das seguintes áreas:
      2.4.1. Contabilidade; ou
      2.4.2. Direito; ou
      2.4.3. Economia; ou
      2.4.4. Administração de empresas; ou
      2.4.5. Administração/Gestão Pública.
   2.5. Atribuições
      2.5.1. Realizar as atividades de chefia dos serviços administrativos do CISAMAPI;
      2.5.2. Dirigir as atividades administrativas do Consórcio;

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

2.5.3. Realizar as atividades de chefia dos serviços prestados pelo Consórcio em sua atividade fim, especialmente quanto aos serviços e ações de saúde;
2.5.4. Dirigir os serviços de agendamento de procedimentos, consultas, exames e demais serviços de saúde;
2.5.5. Coordenar o atendimento a pacientes, incluídos os serviços de arquivamento de informações dos tratamentos;
2.5.6. Dirigir os serviços que envolvam as áreas de zeladoria e limpeza;
2.5.7. Prestar as informações que forem solicitadas pela Assembleia Geral, pela Presidência e pela Secretaria Executiva;
2.5.8. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
2.5.9. Exercer outras atividades correlatas.

3. Diretor Técnico
3.1. Regime Jurídico: CLT
3.2. Provimento: em comissão de livre nomeação e exoneração
3.3. Recrutamento: amplo
3.4. Requisitos: Formação completa em curso de nível superior em medicina e inscrição regular perante o Conselho Regional de Medicina
3.5. Atribuições:
3.5.1. Exercer a articulação, coordenação, controle funcional e assistencial da execução de ações e serviços na área de medicina do CISAMAPI;
3.5.2. Garantir a universalidade, atenção integral e equidade de acesso e aprimoramento da qualidade no desempenho dos serviços de Saúde;
3.5.3. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
3.5.4. Exercer outras atividades correlatas.

4. Diretor Jurídico
4.1. Regime Jurídico: CLT
4.2. Provimento: livre nomeação e exoneração
4.3. Recrutamento: amplo, sendo permitido ao ocupante exercer outras atividades afetas ao exercício da advocacia, constantes do artigo 1° da Lei 8.906, de 1994, desde que sejam compatíveis com as atribuições exercidas no CISAMAPI e que não incorra em acúmulo de cargo ou emprego público vedado pelo art. 37, inciso XVI da Constituição da República de 1988;
4.4. Requisitos: Formação completa em curso de nível superior em direito e inscrição regular perante a Ordem dos Advogados do Brasil;
4.5. Atribuições:
4.5.1. Realizar os atos de assessoramento jurídico aos Órgãos do CISAMAPI;
4.5.2. Cumprir e fazer cumprir as normas vigentes do CISAMAPI;

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

4.5.3. Propor convênios, contratos, acordos, ajustes e outras medidas que se recomendem para a consecução dos objetivos do CISAMAPI;
4.5.4. Planejar, executar, coordenar e controlar as atividades relativas ao desenvolvimento e aplicação das atividades jurídicas do CISAMAPI;
4.5.5. Planejar, coordenar, controlar e executar contratos e atos preparatórios, bem como anteprojetos de instruções, portarias, decretos quando solicitados;
4.5.6. Emitir pareceres, sob o aspecto legal, em questões várias decaráter econômico, financeiro, social ou administrativo, principalmente naquelas inerentes a convênios estabelecidos pelo CISAMAPI com pessoas naturais ou jurídicas de direito privado oupúblico;
4.5.7. Elaborar minutas de decretos, portarias, contratos e outros;
4.5.8. Assessorar e representar o Presidente do CISAMAPI, quando designado;
4.5.9. Executar outras tarefas de assessoramento previstas no art. 1° da Lei n° 8.906, de 1994, que sejam afins as atividades do CISAMAPI;
4.5.10. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
4.5.11. Exercer suas atribuições em conformidade com o disposto no art. 20 da Lei n° 8.906/1994;
4.5.12. Exercer outras atividades correlatas.

5. Diretor de Contabilidade
5.1. Regime Jurídico: CLT
5.2. Provimento: livre nomeação e exoneração
5.3. Recrutamento: amplo
5.4. Requisitos: Formação completa em curso de nível superior em contabilidade e inscrição regular perante o Conselho Regional de Contabilidade;
5.5. Atribuições:
5.5.1. Realizar todas as funções de direção e chefia dos serviços de contabilidade, tesouraria, patrimônio e almoxarifado, recursos humanos do CISAMAPI;
5.5.2. Realizar as funções de direção, coordenação e gestão dos contratos de programas, contratos de rateio, convênios e parcerias no âmbito do CISAMAPI;
5.5.3. Realizar as atividades de assessoramento contábil à Presidência e demais Órgãos do CISAMAPI;
5.5.4. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
5.5.5. Exercer outras atividades correlatas.

6. Diretor de Licitações, Contratações e Compras Públicas
6.1 Carga horária: 40 (quarenta) horas semanais, em regime dedicação exclusiva, permitido o desenvolvimento de atividades na esfera

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

privada desde que não importem em prejuízo ao exercício das atribuições do emprego público no âmbito do CISAMAPI

6.2 Provimento: livre nomeação e exoneração

6.3 Recrutamento: amplo

6.4 Número de vagas: 01 (um)

6.5 Classificação Brasileira de Ocupações: 1210-05;

6.5 Pré-requisito:

6.6.1 requisitos gerais: inerentes aos empregados públicos relativos a:

6.6.1.1 Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou gozar das prerrogativas previstas no artigo 12 da Constituição Federal e demais disposições legais, no caso de estrangeiro;

6.6.1.2 Ter, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos na data do provimento;

6.6.1.3 Estar quite como Serviço Militar, para candidatos do sexo masculino;

6.6.1.4 Estar em gozo dos seus direitos civis e políticos;

6.6.1.5 Estar quite com a Justiça Eleitoral;

6.6.1.6 Não registrar antecedentes criminais, por meio de sentença transitada em julgado;

6.6.1.7 Não ter sido exonerado a bem do serviço público ou por justa causa (Federal, Estadual ou Municipal) em consequência de processo administrativo;

6.6.2 formação completa em curso de nível superior em uma das seguintes áreas (alternativo não cumulativo):

6.6.2.1 direito

6.6.2.2 contabilidade

6.6.2.3 administração de empresas

6.6.2.4 gestão pública

6.6.2.5 economia

6.6.3 Objetivo Geral (atribuições):

6.6.3.1 Promover a direção dos serviços de planejamento, gestão e execução de licitações, contratações, compras, almoxarifado do Consórcio, incluindo as seguintes atividades:

6.6.3.1.1 Estabelecer estratégias operacionais

6.6.3.1.2 Realizar análise de tendências de políticas públicas aplicáveis ao Consórcio e aos Entes Consorciados;

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

6.6.3.1.3 Fixar metas;

6.6.3.1.4 Realizar o planejamento e a direção dos trabalhos de elaboração do plano anual de contratações do Consórcio;

6.6.3.2 Promover todos os atos de direção da área de gestão de contratos administrativos do Consórcio, incluindo as seguintes atividades;

6.6.3.2.1 Avaliar e submeter à autoridade superior do setor requisitante os relatórios sobre a execução dos contratos elaborados pelos fiscais do contrato;

6.6.3.2.2 Adotar as medidas que antecedem ao envio da solicitação de prorrogação do contrato;

6.6.3.2.2 Exercer outras atividades correlatas previstas em regulamentos.

6.6.3.3 Exercer as demais atividades compatíveis com a CBO ou que lhe forem delegadas por autoridade superior.

7. Gerente Transporte
   7.1. Regime Jurídico: CLT
   7.2. Provimento: em comissão de livre nomeação e exoneração
   7.3. Recrutamento: amplo
   7.4. Requisitos: Formação completa em curso de nível superior
   7.5. Atribuições:
      7.5.1. Exercer a direção e o planejamento das atividades operacionais de transporte, e de logística.
      7.5.2. Chefiar equipes, gerenciar recursos materiais e financeiros daárea de transporte;
      7.5.3. Controlar o processo operacional e avaliar seus resultados;
      7.5.4. Providenciar meios para que as atividades sejam desenvolvidas em conformidade com as normas e procedimentos técnicos, de qualidade, segurança, meio ambiente e saúde;
      7.5.5. Buscar novas tecnologias e assessorar a diretoria e setores da empresa;
      7.5.6. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
      7.5.7. Exercer outras atividades correlatas.

8. Gestor de Contratos
   8.1 Carga horária: 40 (quarenta) horas semanais

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

8.2 Provimento: livre nomeação e exoneração
8.3 Recrutamento: amplo
8.4 Número de vagas: 01
8.5 Pré-requisito:
8.6.1 requisitos gerais inerentes aos empregados públicos do Consórcio CISAMAPI;
8.6.2 formação completa mínima em nível superior completo;
8.7Objetivo Geral (atribuições):

8.7.1 exercer a coordenação das atividades de acompanhamento e fiscalização, com o auxílio, se for o caso, da equipe de fiscais designados, bem como responsabilizar-se pelos atos preparatórios à instrução do processo e encaminhamento de demandas aos setores competentes, visando à formalização, dentre outros, dos procedimentos de prorrogação, alteração, reequilíbrio econômico-financeiro, reajuste, repactuação, pagamento, aplicação de sanções e extinção de contratos;

8.7.2 promover reunião inicial, sempre que a natureza da prestação do serviço ou do fornecimento de bens a exigir, para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros, observando as disposições previstas em edital e em normativos incidentes;

8.7.3 registrar em termo específico os assuntos tratados na reunião inicial, devendo estar presentes o gestor, os fiscais ou equipe responsável pela fiscalização do contrato, o representante legal e/ou o preposto da empresa e, se for o caso, o servidor ou a equipe de Planejamento da Contratação;

8.7.4 realizar reuniões periódicas com o preposto, em conjunto com os fiscais ou equipe responsável pela fiscalização do contrato, de modo a garantir a qualidade da execução e os resultados previstos para a execução do objeto;

8.7.5 manter o histórico de gestão do contrato, que conterá os registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem cronológica;

8.7.6 encaminhar as demandas de correção à contratada, podendo delegar essa competência ao fiscal técnico do contrato;

8.7.8 definir a periodicidade, de acordo com as particularidades do objeto, para a realização de pesquisa de mercado a ser realizada pelo fiscal para fins de comprovação da vantajosidade dos preços registrados e contratados;

8.7.9 propor, sempre que cabível, medidas que visem à revisão de preços registrados e contratados, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que possibilite a racionalização de gastos;

8.7.10 acompanhar a execução do contrato, inclusive em sistema eletrônico, em especial, quanto ao prazo da vigência, à garantia contratual, aos aspectos orçamentários e financeiros e ao encerramento do instrumento contratual, adotando, tempestivamente, medidas para evitar o risco de solução de

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

continuidade na prestação de serviços ou no fornecimento de bens e suas respectivas coberturas;

8.7.11 coordenar a atualização contínua do Mapa de Gerenciamento de Riscos durante a fase de gestão do contrato, executando as ações preventivas e de contingência, juntamente com os demais membros da equipe de fiscalização;

8.7.12 avaliar e submeter à autoridade superior do setor requisitante os relatórios sobre a execução dos contratos elaborados pelos fiscais do contrato;

8.7.13 adotar as medidas que antecedem ao envio da solicitação de prorrogação do contrato;

8.7.14 adotar as medidas que envolvam a alteração do contrato por aditamento da vigência do prazo ou descrição qualitativa e/ou quantitativa do objeto do contrato, incluídas as hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro;

8.7.15 realizar negociação perante as empresas por ocasião da prorrogação contratual;

8.7.16 encaminhar o processo ao setor de contratos, devidamente instruído com a documentação e justificativa necessárias, quando houver necessidade de providências relativas: à alteração contratual, qualitativa ou quantitativa, para melhor adequar seus termos às necessidades do órgão; à rescisão do contrato, quando houver conveniência para o Consórcio ou quando ocorrerem quaisquer dos motivos legalmente previstos; e aos reajustes, repactuações e reequilíbrios econômico-financeiros, juntamente com a documentação pertinente, devidamente conferida, nos termos da legislação vigente;

8.7.18 avaliar e submeter à autoridade competente, devidamente justificados, os requerimentos da contratada, em caráter excepcional, de alteração do prazo inicial da prestação de serviços ou do início das etapas de execução, de conclusão e de entrega, cumpridas as formalidades exigidas na legislação;

8.7.19 realizar o recebimento definitivo, juntamente com o fiscal nos contratos de obras, em termo circunstanciado, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços e/ou do fornecimento dos bens, caso a atribuição não seja de comissão especialmente constituída para essa finalidade, com base na análise dos relatórios e de toda documentação apresentada pela fiscalização;

8.7.20 avaliar e decidir a respeito da indicação de glosas, de pagamentos proporcionais ou redutores resultantes da aplicação de indicadores de níveis mínimos de desempenho, e de eventual retenção de pagamento legalmente permitida, recomendados pelos fiscais do contrato em relatório fundamentado;

8.7.21 comunicar à empresa, quando houver glosa parcial, para que emita nota fiscal ou fatura com valor exato dimensionado, evitando assim, efeitos tributários sobre o valor glosado pelo Consórcio;

8.7.22 autorizar a emissão da nota fiscal ou fatura, por meio de notificação ao preposto da contratada ou por outro meio juridicamente idôneo, para que emita com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado, se for o caso, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções, caso haja irregularidade que

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

impeça a liquidação e o pagamento da despesa, indicando as cláusulas contratuais pertinentes;

8.7.23 encaminhar para o setor de execução orçamentária e financeira o processo de pagamento devidamente instruído, observando o prazo previsto no instrumento contratual, e o prazo para recolhimento dos tributos, se houver, com a nota fiscal ou fatura e demais documentos comprobatórios da prestação do serviço ou do fornecimento do bem, juntados pelos fiscais de contrato e devidamente conferidos e assinados, desde que não haja necessidade de manifestação prévia da autoridade competente;

8.7.24 notificar à contratada, por escrito, para adoção de medidas pertinentes, quando detectadas falhas ou defeitos na execução do contrato, fixando prazo para a regularização;

8.7.25 notificar à contratada, por escrito, para, dentro do prazo legal, apresentar defesa prévia quanto ao descumprimento de obrigação contratual e aos registros de ocorrência que não forem sanados pela contratada no âmbito da gestão e fiscalização, indicando os fatos que configuram o descumprimento e as cláusulas ou dispositivos legais descumpridos;

8.7.26 encaminhar à autoridade competente, por intermédio da autoridade superior do setor requisitante, o processo administrativo específico de apuração de descumprimento de obrigação contratual, devidamente instruído, após as ocorrências descritas no inciso anterior, com toda a documentação pertinente, manifestando-se, em conjunto com o fiscal, se for o caso, acerca da análise da defesa porventura apresentada pela contratada, com a sugestão da penalidade, se houver;

8.7.28 solicitar ao setor de execução orçamentária e financeira a liberação da garantia contratual em favor da contratada, após o encerramento do contrato, desde que não haja qualquer pendência contratual e, nos casos de contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, mediante documentação comprobatória de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação;

8.7.29 elaborar relatório com registros das ocorrências, incluindo análise de riscos, sobre a prestação dos serviços e soluções referentes ao período de sua atuação, na hipótese de desligamento ou afastamento definitivo das funções de gestor;

8.7.30 providenciar a expedição pela autoridade municipal competente, visando atendimento de solicitação, atestado de capacidade técnica ou documento equivalente, com base em avaliação do fiscal técnico, acerca da execução do objeto contratado;

9. Chefe Serviço Tesouraria
   9.1. Regime Jurídico: CLT
   9.2. Provimento: em comissão de livre nomeação e exoneração
   9.3. Recrutamento: amplo
   9.4. Requisitos: Formação completa em curso de nível superior em uma das seguintes áreas:
      9.4.1. Contabilidade; ou
      9.4.2. Economia; ou

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

9.4.3. Administração de empresas; ou
9.4.4. Administração/Gestão Pública.
9.5. Formação completa em curso de nível superior
9.6. Atribuições
9.6.1. Exercer as atividades de classificação e lançamentos de receitas;
9.6.2. Realizar o controle de movimentação diária de numerário;
9.6.3. Promover conciliação bancária;
9.6.4. Promover lançamentos de baixa de pagamentos;
9.6.5. Realizar movimentações financeiras física, presenciais e eletrônicas perante instituições bancárias;
9.6.6. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
9.6.7. Exercer outras atividades correlatas.

10. Farmacêutico
10.1. Regime Jurídico: CLT
10.2. Provimento: seleção pública mediante processo seletivo simplificado
10.3. Requisitos: Formação completa de curso de nível superior em farmáciae inscrição regular perante Conselho Regional de Farmácia;
10.4. Atribuições
10.4.1. Exercer a gestão do processo de assistência farmacêutica e promover o acesso a medicamentos de qualidade;
10.4.2. Orientar a prática clínica em relação à utilização do medicamento, voltadas principalmente para assistência à doença glaucoma, dando suporte à prescrição e dispensação; contribuir para a efetividade do tratamento;
10.4.3. Garantir a utilização correta de medicamentos e a obtenção de resultados terapêuticos positivos.
10.4.4. Realizar ações técnico-gerenciais participando do planejamento, estruturação e organização da assistência farmacêutica no CISAMAPI;
10.4.5. Coordenar e elaborar o planejamento anual de compras para o CISAMAPI de forma a manter a regularidade no abastecimento de medicamentos;
10.4.6. Executar, acompanhar e assegurar a aquisição dos medicamentos; receber e armazenar adequadamente os medicamentos;
10.4.7. Promover a correta distribuição de medicamentos para os setores do CISAMAPI;
10.4.8. Elaborar, em conjunto com outros profissionais, informes técnicos, protocolos terapêuticos e materiais informativos sobre assistência farmacêutica e medicamentos, bem como promover sua divulgação;
10.4.9. Elaborar, junto à equipe multiprofissional, protocolos e regulações relativas ao fornecimento de medicamentos aos usuários e à dispensação de medicamentos;
10.4.10. Promover e intermediar, junto aos profissionais de saúde,

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

açõesque disciplinem a prescrição e a dispensação;
10.4.11. Participar da elaboração de propostas de ações que visem àgestão do risco em saúde;
10.4.12. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e noEstatuto do Consórcio;
10.4.13. Exercer outras atividades correlatas.

11. Enfermeiro
11.1. Regime Jurídico: CLT
11.2. Provimento: concurso público
11.3. Requisitos: Formação completa em curso de nível superior em enfermagem e inscrição regular perante o Conselho Regional de Enfermagem
11.4. Atribuições
11.4.1. Direção, organização, planejamento, coordenação, execução e avaliação dos serviços de enfermagem;
11.4.2. Supervisão e coordenação das atividades dos técnicos em enfermagem do Consórcio com vistas ao desempenho de suas funções;
11.4.3. Realizar o controle de estoque de material, insumos e medicamentos necessários para o adequado funcionamento da unidade;
11.4.4. Realizar atividades de educação permanente e reuniões mensais com a equipe de enfermagem;
11.4.5. Realizar a escala diária e mensal da equipe de enfermagem;
11.4.6. Verificar a necessidade de manutenção dos equipamentos do setor;
11.4.7. Realizar a avaliação técnica dos profissionais de Enfermagem e formalizar o arquivamento da avaliação no mínimo uma vez ao ano;
11.4.8. Promover a adequação e o aprimoramento permanente de manual e normas e rotinas, protocolos e fazer a divulgação e orientação aos colaboradores; coordenar, qualificar e supervisionar todo o cuidado ao paciente;
11.4.9. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
11.4.10. Exercer outras atividades correlatas.

12. Técnico em Contabilidade
12.1. Regime Jurídico: CLT
12.2. Provimento: concurso público
12.3. Requisitos: Formação completa em curso de nível médio em contabilidade e inscrição regular perante o Conselho Regional de Contabilidade
12.4. Atribuições:
12.4.1. Realizar atividades inerentes à contabilidade do consórcio;
12.4.2. Identificar documentos e informações, atender à fiscalização e

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

proceder consultoria;

12.4.3. Executar a contabilidade geral, operacionalizar a contabilidade de custos e efetuar contabilidade gerencial;

12.4.4. Promover os atos de execução orçamentária do Consórcio;

12.4.5. Elaborar proposta orçamentária e plano plurianual;

12.4.6. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;

12.4.7. Exercer outras atividades correlatas.

13. Técnico em Eletroencefalograma
    13.1. Regime Jurídico: CLT
    13.2. Provimento: concurso público
    13.3. Requisitos:
        13.3.1. Formação completa em curso de nível médio;
        13.3.2. Formação completa para exercício das atribuições de técnico em eletroencefalograma;
    13.4. Atribuições:
        13.4.1. Preparar materiais e equipamentos para operar o aparelho eletroencefalógrafo para produzir imagens e gráficos funcionais como recurso auxiliar ao diagnóstico. Preparar pacientes e realizar os exames de eletroencefalograma segundo boas práticas, normas e procedimento de biossegurança e código de conduta;
        13.4.2. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
        13.4.3. Exercer outras atividades correlatas.

14. Assistente Administrativo
    14.1. Regime Jurídico: CLT
    14.2. Provimento: concurso público
    14.3. Requisitos:
        14.3.1. Formação completa em curso de nível de médio;
        14.3.2. Conhecimento avançado de informática;
    14.4. Atribuições:
        14.4.1. Executar serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística;
        14.4.2. Atender fornecedores e clientes, fornecer e receber informações os serviços;
        14.4.3. Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos;
        14.4.4. Preparar relatórios e planilhas; executar serviços gerais de escritórios;
        14.4.5. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
        14.4.6. Exercer outras atividades correlatas.

15. Auxiliar de Administração

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

15.1. Regime Jurídico: CLT
15.2. Provimento: concurso público
15.3. Requisitos:
  15.3.1. Formação completa em curso de nível de médio;
  15.3.2. Conhecimento básico de informática;
15.4. Atribuições:
  15.4.1. Executar serviços de apoio nas áreas de administração, estoque, compras, atendimento e faturamento;
  15.4.2. Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos;
  15.4.3. Preparar relatórios e planilhas;
  15.4.4. Executar serviços gerais de escritórios;
  15.4.5. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
  15.4.6. Exercer outras atividades correlatas.

16. Faxineiro
16.1. Regime Jurídico: CLT
16.2. Provimento: concurso público
16.3. Requisitos: Formação incompleta de curso de nível fundamental (alfabetizado)
16.4. Atribuições:
  16.4.1. Executar serviços de limpeza e manutenção das áreas internas e externas do consórcio;
  16.4.2. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente;
  16.4.3. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
  16.4.4. Exercer outras atividades correlatas.

17. Técnico de Enfermagem
17.1. Regime Jurídico: CLT
17.2. Provimento: concurso público
17.3. Requisitos: Formação completa em curso de nível médio de enfermagem e inscrição regular perante o Conselho Regional de Enfermagem
17.4. Atribuições:
  17.4.1. Desempenhar atividades técnicas de enfermagem nas unidades do CISMAPI;
  17.4.2. Prestar assistência ao paciente, atuando sob supervisão do diretor técnico;
  17.4.3. Desempenhar tarefas de auxiliar o médico em exames deapoio diagnóstico, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental utilizado;
  17.4.4. Organizar o ambiente de trabalho;

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

CISAMAPI
Consórcio Intermunicipal de Saúde
da Microrregião do Vale do Piranga

17.4.5. Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança;
17.4.6. Realizar registros e elaborar relatórios técnicos;
17.4.7. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
17.4.8. Exercer outras atividades correlatas.

ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS DE FUNÇÕES GRATIFICADAS

18. Função Gratificada Atividades de Controlador – (FGCI)
18.1. Provimento: livre nomeação e exoneração
18.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado
18.3. Requisitos:
18.3.1. Formação completa em curso de nível superior em uma das seguintes áreas:
18.3.1.1. Contabilidade; ou
18.3.1.2. Direito; ou
18.3.1.3. Economia; ou
18.3.1.4. Administração de empresas; ou
18.3.1.5. Administração/Gestão Pública.
18.4. Atribuições:
18.4.1. Avaliar o cumprimento das metas previstas no orçamento do Consorcio, auxiliando em sua elaboração e fiscalizando sua execução;
18.4.2. Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal, nos órgãos e entidades da administração do consórcio, bem como da aplicação das subvenções e dos recursos públicos, por entidades de direito privado;
18.4.3. Exercer o controle das operações de crédito e garantias, bem como dos direitos e haveres do Consorcio;
18.4.4. Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional; fiscalizar o cumprimento do disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
18.4.5. Dar ciência ao Presidente do Consórcio e da Secretaria Executiva, e ao Tribunal de Contas de qualquer irregularidade que tomar conhecimento;
18.4.6. Emitir Relatório sobre as contas do Consórcio, que deverá ser assinado pelo Controlador Interno, assinando igualmente as demais peças que integram os relatórios de Gestão Fiscal e de contas, juntamente com o Presidente do Consórcio e o

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

Contador;

18.4.7. Emitir relatório de análise de gestão, semestralmente, devendo o mesmo ser de responsabilidade exclusiva do Controle Interno;
18.4.8. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
18.4.9. Exercer outras atividades correlatas.

19. Função Gratificada Atividades de Compras – (FGC)
    19.1. Provimento: livre nomeação e exoneração
    19.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado
    19.3. Requisitos:
        19.3.1. Formação completa em curso de nível médio.
    19.4. Atribuições:
        19.4.1. Realizar todas as atividades de compras do Consórcio, incluídas as atividades de cotações de preços, emissão de ordens de serviço e ordens de fornecimento;
        19.4.2. Executar as atividades em conformidade com o regulamento geral de licitações, contratações e compras do Consórcio;
        19.4.3. Exercer as atividades da função gratificada sem prejuízo do exercício das funções do vínculo de origem no Consórcio;
        19.4.4. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
        19.4.5. Exercer outras atividades correlatas.

20. Função Gratificada Atividades de Almoxarifado e Patrimônio – (FGAP)
    20.1. Provimento: livre nomeação e exoneração
    20.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado
    20.3. Requisitos:
        20.3.1. Formação completa em curso de nível médio
    20.4. Atribuições:
        20.4.1. Realizar todas as atividades de controle de almoxarifado e patrimônio do Consórcio;
        20.4.2. Executar as atividades em conformidade com o regulamento geral de almoxarifado e de patrimônio do Consórcio;
        20.4.3. Exercer as atividades da função gratificada sem prejuízo do exercício das funções do vínculo de origem no Consórcio;
        20.4.4. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
        20.4.5. Exercer outras atividades correlatas.

21. Função Gratificada Atividades de Presidente da CPL – (FGCPL)
    21.1. Provimento: livre nomeação e exoneração
    21.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado
    21.3. Requisitos:

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

21.3.1. Formação completa em curso de nível superior

21.4. Atribuições:

21.4.1. Realizar todas as atividades de presidência da comissão permanente de licitações do Consórcio;

21.4.2. Executar as atividades em conformidade com o regulamento geral de licitações, contratações e compras públicas do Consórcio;

21.4.3. Exercer as atividades da função gratificada sem prejuízo do exercício das funções do vínculo de origem no Consórcio;

21.4.4. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;

21.4.5. Exercer outras atividades correlatas.

22. Função Gratificada Atividades de Pregoeiro – (FGPRG)

22.1. Provimento: livre nomeação e exoneração

22.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado

22.3. Requisitos:

22.3.1. Formação completa em curso de nível superior

22.4. Atribuições:

22.4.1. Realizar todas as atividades de pregoeiro em conformidade com a Lei n° 10.520/02 e normas regulamentares do pregão;

22.4.2. Executar as atividades em conformidade com o regulamento geral de licitações, contratações e compras públicas do Consórcio;

22.4.3. Exercer as atividades da função gratificada sem prejuízo do exercício das funções do vínculo de origem no Consórcio;

22.4.4. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;

22.4.5. Exercer outras atividades correlatas.

23. Função Gratificada Atribuições Agente de Contratação – (FGAC)

23.1. Provimento: livre nomeação e exoneração

23.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado

23.3. Requisitos:

23.3.1. Formação completa em curso de nível superior.

23.4. Atribuições:

23.4.1. Realizar todas as atividades de agente de contratação em conformidade com a Lei n° 14.133/2021 e normas regulamentares do pregão;

23.4.2. Coordenar as atividades da Central de Compras em conformidade com as disposições da Lei n° 14.133/2021;

23.4.3. Executar as atividades em conformidade com o regulamento geral de licitações, contratações e compras públicas do Consórcio;

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

23.4.4. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
23.4.5. Exercer outras atividades correlatas.

24. Função Gratificada Atribuições Equipe de Apoio do Agente de Contratação – (FGEA)
24.1. Provimento: livre nomeação e exoneração
24.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado
24.3. Requisitos:
24.3.1. Formação completa em curso de nível médio
24.4. Atribuições:
24.4.1. Realizar todas as atividades de equipe de apoio ao agente de contratação em conformidade com a Lei n° 14.133/2021 e normas regulamentares do pregão;
24.4.2. Executar as atividades em conformidade com o regulamento geral de licitações, contratações e compras públicas do Consórcio;
24.4.3. Exercer as atividades da função gratificada sem prejuízo do exercício das funções do vínculo de origem no Consórcio;
24.4.4. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
24.4.5. Exercer outras atividades correlatas.

25. Função Gratificada Atribuições Membro da CPL – (FGMCPL)
25.1. Provimento: livre nomeação e exoneração
25.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado
25.3. Requisitos:
25.3.1. Formação completa em curso de nível médio
25.4. Atribuições:
25.4.1. Realizar todas as atividades de membro da comissão permanente de licitações em conformidade com a Lei n° 10.520/02;
25.4.2. Atuar, em regime de cooperação com o pregoeiro, nos processos administrativos de licitações realizados com fundamento na Lei n° 10.520/02 e normas regulamentares do pregão;
25.4.3. Executar as atividades em conformidade com o regulamento geral de licitações, contratações e compras públicas do Consórcio;
25.4.4. Exercer as atividades da função gratificada sem prejuízo do exercício das funções do vínculo de origem no Consórcio;
25.4.5. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
25.4.6. Exercer outras atividades correlatas.

26. Função Gratificada Atribuições Temporárias – (FGT)
26.1. Provimento: livre nomeação e exoneração

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

26.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado
26.3. Requisitos:
26.3.1. Formação completa em curso de nível médio
26.4. Atribuições:
26.4.1. Exercer atribuição de membro de comissão temporária pelo período correspondente à constituição e vigência da comissão;
26.4.2. Realizar todas as atividades no âmbito da comissão constituída de forma temporária, observando as finalidades da constituição da comissão e o regulamento quanto ao procedimento a ser adotado;
26.4.3. Executar as atividades em conformidade com o regulamento geral de procedimentos administrativos do Consórcio;
26.4.4. Exercer as atividades da função gratificada sem prejuízo do exercício das funções do vínculo de origem no Consórcio;
26.4.5. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
26.4.6. Exercer outras atividades correlatas.

25. Função Gratificada de Exercício de Atividade de Nível Superior na Diretoria de Contabilidade (FGANS)
25.1 Provimento: livre nomeação e exoneração
25.2 Recrutamento: restrito a empregado público concursado
25.3 Requisitos:
25.3.1. Formação completa em curso de nível superior em contabilidade;
25.3.2. Registro regular perante Conselho de Classe Competente
25.3.3 Exercício das atividades da função gratificada exclusivamente no âmbito da Diretoria de Contabilidade
25.4 Atribuições:
25.4.1 Promover a direção dos serviços de planejamento, gestão e execução das atividades vinculadas a contabilidade do CISAMAPI, incluindo as seguintes atividades:
25.4.1.1 Estabelecer estratégias operacionais
25.4.1.2 Realizar análise de tendências de políticas públicas aplicáveis ao Consórcio e aos Entes Consorciados;
25.4.1.3 Fixar metas;
25.4.1.4 Realizar o planejamento e a direção dos trabalhos de elaboração de proposta orçamentária e sua respectiva execução;
25.4.1.5 Realizar o planejamento da gestão fiscal e patrimonial do CISAMAPI;
25.4.2 Promover, por meio de vínculo de fidúcia, a coordenação de programas de políticas públicas ou de equipes de servidores, realizando a coordenação, avaliação e o planejamento;
25.4.3 Prestar assessoramento à Diretoria de Contabilidade

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

atuandoinclusive nas hipóteses de impedimento, suspeição ou ausência do seu titular;

25.4.4 Executar outros trabalhos compatíveis com suas atribuições de coordenação que forem determinados pela autoridade nomeante, ao qual se vincula por confiança e cujas instruções deverá observar;

25.4.5 Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;

25.4.6 Exercer outras atividades correlatas.

Obs.: (**Anexo II alterado pela Resolução n° 003 de 16 de dezembro de 2022; pela Resolução n° 011 de 11 de agosto e 2023 e pela Resolução n° 17 de 18 de dezembro de 2023**).

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

CISAMAPI

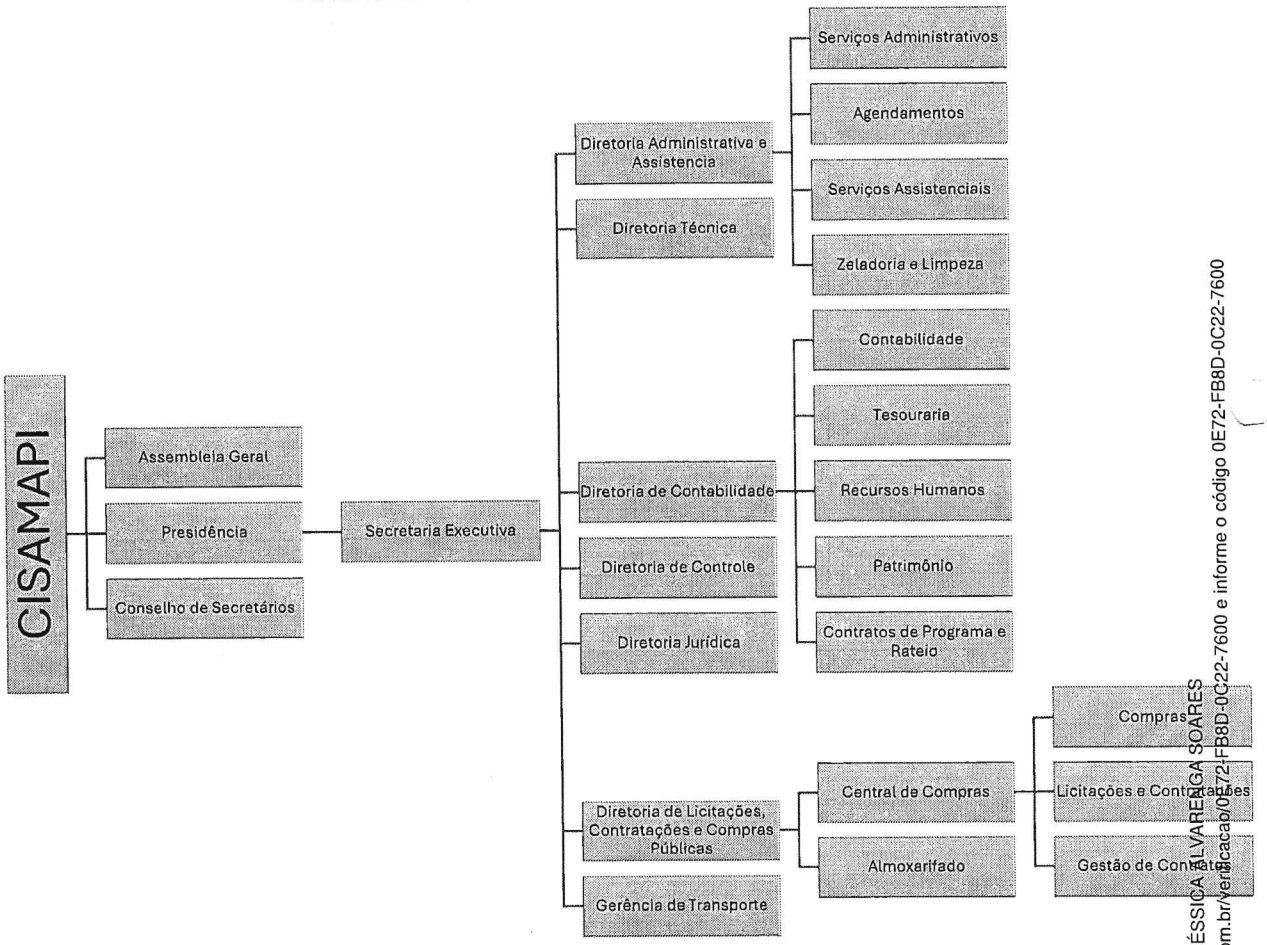
Consórcio Intermunicipal de Saúde
da Microrregião do Vale do Piranga

ANEXO III
TABELA DE NÍVEIS SALARIAIS E VENCIMENTOS

Nível	Valor		Nível	Valor
01	R$ 1.351,07		31	R$ 2.294,73
02	R$ 1.377,84		32	R$ 3.322,76
03	R$ 1.400,12		33	R$ 3.444,56
04	R$ 1.450,94		34	R$ 3.456,08
05	R$ 1.503,62		35	R$ 3.538,27
06	R$ 1.558,20		36	R$ 3.666,70
07	R$ 1.614,76		37	R$ 3.799,80
08	R$ 1.645,81		38	R$ 3.937,73
09	R$ 1.673,38		39	R$ 4.080,67
10	R$ 1.734,13		40	R$ 4.228,79
11	R$ 1.797,08		41	R$ 4.382,30
12	R$ 1.862,32		42	R$ 4.541,37
13	R$ 1.929,91		43	R$ 4.706,22
14	R$ 1.999,97		44	R$ 4.877,06
15	R$ 2.072,57		45	R$ 5.054,10
16	R$ 2.116,47		46	R$ 5.092,65
17	R$ 2.145,78		47	R$ 5.237,56
18	R$ 2.225,77		48	R$ 5.296,36
19	R$ 2.306,56		49	R$ 5.404,26
20	R$ 2.390,29		50	R$ 5.427,69
21	R$ 2.477,05		51	R$ 5.624,71
22	R$ 2.566,97		52	R$ 5.828,89
23	R$ 2.576,43		53	R$ 6.040,48
24	R$ 2.583,51		54	R$ 6.259,76
25	R$ 2.660,15		55	R$ 6.486,98
26	R$ 2.756,71		56	R$ 6.722,45
27	R$ 2.856,78		57	R$ 6.966,48
28	R$ 2.960,49		58	R$ 7.219,36
29	R$ 3.067,96		59	R$ 7.481,43
30	R$ 3.212,10		60	R$ 7.745,47

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

Anexo IV - ORGANOGRAMA



Obs.: (**Anexo IV alterado pela Resolução n° 011 de 11 de agosto e 2023**).

Assinado por 2 pessoas: MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS e JÉSSICA ALVARENGA SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600 e informe o código 0E72-FB8D-0C22-7600

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 0E72-FB8D-0C22-7600

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS (CPF 231.XXX.XXX-34) em 04/11/2024 11:05:42 (GMT-03:00)
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- JÉSSICA ALVARENGA SOARES (CPF 099.XXX.XXX-07) em 04/11/2024 11:12:07 (GMT-03:00)
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/0E72-FB8D-0C22-7600

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTE NOVA
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

096

ALVARÁ SANITÁRIO

Exercício: 2024/2025

Alvará Número: MED-151
Validade: 12 MESES

O Secretário Municipal de Saúde de Ponte Nova de acordo com a Legislação vigente N° 1944/94 e 2040/95, em que é (são) interessado (s) CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA MICROREGIAO DO VALE DO PIRANGA - CIS/AMAPI

CNPJ/CPF: 01.095.667/0001-88

Resolve Conceder-lhe (s) RENOVAÇÃO DO ALVARÁ SANITÁRIO

para o corrente exercício, que o (s) habilita (m) a manter: Atividade (s) Licenciada (s):

86.50-0-99 - ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

86.30-5-02 - ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES

86.30-5-03 - ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS

86.40-2-08 - SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR REGISTRO GRÁFICO – ECG, EEG E OUTROS EXAMES ANÁLOGOS

em Ponte Nova à AV. ERNESTO TRIVELLATO

N° 120, Bairro TRIÂNGULO

Sob Responsabilidade Técnica do (s) JOSE SLAVADOR DE ASSIS - CRM/MG 10191

Ponte Nova – MG 11, DEZEMBRO de 2024.

Wendell Gomes Pereira
M 8.672-798
Coordenador da Vigilância
Sanitária - SEMSA / PN

COORDENADOR DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

OBSERVAÇÕES
1. A taxa de expediente devida foi recolhida por meio de GAM no valor de R$ 15 em 11 em ____/____/20____.
2. Este documento deverá ser afixado no estabelecimento, em local visível ao público.
3. O presente alvará deverá ser renovado anualmente.
4. O presente documento poder a qualquer momento, por irregularidades no estabelecimento.

Oficio de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica de Ponte Nova Mg

Oficial Titular: Káthia França Silva

Avenida Caetano Marinho, 238 - Altos - Centro

Tel.: (31) 38818777 - Email: cartoriotdpjpontenova@gmail.com

097

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA EM RELAÇÃO A TERCEIROS

Nº 499 de 16/01/2025

Certifico e dou fé que o documento eletrônico anexo, contendo **13 (treze) páginas**, foi apresentado em 16/01/2025, o qual foi protocolado sob nº 43177, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **499** no Livro B deste Oficio de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica de Ponte Nova Mg na presente data.

Apresentante
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA MICRORREGIAO DO VALE DO PIRANGA

Natureza
Documento - Outros > Documento - Outros

Código de Segurança: **9523919580216807**

Certifico, ainda, que consta no documento eletrônico registrado as seguintes assinaturas digitais:

Marcio Pessoa Moreira Victor:070.090.866-80 (Padrão: ICP-Brasil), Luiz Alberto Pereira:688.618.776-72 (Padrão: ICP-Brasil), Lindouro Modesto Gomes:124.523.196-00 (Padrão: ICP-Brasil), José Eduardo Barbosa Couto:300.355.976-15 (Padrão: ICP-Brasil), Bruno Oliveira de Andrade:088.813.266-20 (Padrão: ICP-Brasil), Carlos Jose de Oliveira:037.799.386-77 (Padrão: ICP-Brasil), Elson Aparecida de Oliviera:065.327.336-36 (Padrão: ICP-Brasil), Geraldo Nobre Neto:890.183.386-72 (Padrão: ICP-Brasil), João Claudio de Souza:072.546.338-42 (Padrão: ICP-Brasil), José Bráulio Aleixo:756.722.006-72 (Padrão: ICP-Brasil), Juliano Vasconcelos Gonçalves:050.801.306-28 (Padrão: ICP-Brasil), Luiz Antonio Resende Soares:795.072.556-72 (Padrão: ICP-Brasil), Ailton Geraldo dos Santos:703.108.746-53 (Padrão: ICP-Brasil), Danilo Caldarele Dias :079.916.276-08 (Padrão: ICP-Brasil), Eder Eloi Alves Pena:105.447.386-24 (Padrão: ICP-Brasil), Gilmar de Paula Lima :697.293.526-15 (Padrão: ICP-Brasil), Marco Aurélio Raminho:559.327.897-00 (Padrão: ICP-Brasil), Milton Teodoro Irias Junior:071.610.087-86 (Padrão: ICP-Brasil), Raimundo Alberto Gomes:254.114.206-44 (Padrão: ICP-Brasil), Sergio Luiz de Albuquerque:688.623.776-49 (Padrão: ICP-Brasil), Silverio Joaquim Aparecido da Luz:013.482.466-00 (Padrão: ICP-Brasil), Silvio Cláudio Silveira:526.712.836-87 (Padrão: ICP-Brasil),

Ponte Nova - MG, 16 de janeiro de 2025

Assinado eletronicamente

KATHIA FRANCA DA SILVA
Oficial de Registro

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Registro Civil	Tribunal de Justiça	ISS	Condução
R$ 659,55	R$ 39,52	R$ 230,22	R$ 19,84	R$ 0,00
Outras Despesas	Total			
R$ 0,00	R$ 949,13			

Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:
rtdbrasil.org.br/certidaoregistro
e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qrcode.

499

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:
selos.tjmg.jus.br

Selo Digital
GPC58265

Página 000001/000013	Protocolo nº 43177 de 16/01/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 499 em 16/01/2025 deste Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica de Ponte Nova Mg. Assinado digitalmente por KATHIA FRANCA DA SILVA - Oficial de Registro.								
Registro Nº 499 16/01/2025	Emolumentos	Registro Civil	Tribunal de Justiça	ISS	Condução	Outras Despesas	Total		
	R$ 659,55	R$ 39,52	R$ 230,22	R$ 19,84	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 949,13		

098

CISAMAPI

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

ATA Nº 007-2024

ELEIÇÃO E POSSE CISAMAPI BIÊNIO 2025-2026

Aos dezenove dias do mês do dezembro de 2024, às 13:30, reuniram-se em Assembleia Geral os Prefeitos eleitos e diplomados dos municípios consorciados ao CISAMAPI e representantes legalmente designados com a finalidade de eleição da Presidência para o biênio 2025/2026, composta pelos cargos Presidente, Vice-Presidente e Secretário Geral, e ainda, indicação do Secretário Executivo. A assembleia foi aberta às 13:30 horas, no salão de reuniões da sede do CIMVALPI, situada a Rua Jaime Pereira, 127, Bairro Progresso, Ponte Nova, Estado de Minas Gerais. Sendo esclarecido que a assembleia seria realizada de forma híbrida através de aplicativo de videoconferência "teams" tendo sido disponibilizado a todos o link https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NTFlOTImNGEtY2I4ZS00MTQxLTk4NTMtMmI2NDAwZjQ5Yzdl%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22dacb0db0-ed86-41db-9987-cb1dedde933a%22%2c%22Oid%22%3a%22dad5d888-7ba8-4d6f-bbe6-5110c6a852af%22%7d.

Feita a chamada, apurou-se a presença de quórum conforme estabelecido no contrato do consórcio. A Assembleia foi aberta pelo Presidente do CISAMAPI e os trabalhos foram conduzidos por ele. Após a explanação dos trabalhos que foram executados em sua gestão e a necessidade das ações consorciadas para dar continuidade aos feitos na microrregião, o atual Presidente informou que houve a inscrição de uma única chapa e a eleição foi consolidada através de voto nominal e aberto por cada um dos presentes sendo eleito como Presidente Sr. Eder Eloi Alves Pena - Prefeito do Município de Sem Peixe, Vice-Presidente Sr. Carlos José de Oliveira - Prefeito de Oratórios, Secretário Geral Sr. Milton Teodoro Irias Junior - Prefeito de Ponte Nova. Vários prefeitos presentes manifestaram seu apoio a chapa eleita e agradeceram e parabenizaram Wagner pela sua gestão, reconhecendo todos os seus feitos a favor da saúde da Microrregião, bem como agradeceram a gestão de Maria Regina como secretaria executiva, e à toda equipe do CISAMAPI. Foi dada a palavra ao Presidente, ao Vice Presidente e ao Secretário Geral eleito, que agradeceram a confiança de todos. Ato contínuo, o Presidente eleito declarou a permanência da Sra. Maria Regina de Carvalho Martins como secretária executiva do CISAMAPI, o que foi ratificado por todos. **Por fim, a assembleia deliberou que em razão de inúmeros compromissos de início de ano, o Presidente eleito (Eder Eloi Alves Pena – Sem Peixe), o Vice-Presidente eleito (Carlos José de Oliveira – Oratórios) e Secretário Geral (Milton Teodoro Irias Junior – Ponte Nova), ficarão automaticamente empossados, servindo a presente ata como termo de posse, dispensada a formalização de ato em separado, consignando-se que os eleitos nesta assembleia passarão a exercer plenamente suas atribuições a partir de 1º de janeiro de 2025.** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que foi lida e aprovada, sendo assinada pelos Prefeito eleitos representantes dos Municípios abaixo qualificados e demais presentes à reunião.

Marcio Pessoa Moreira Victor
Prefeito de Abre Campo

Lindouro Modesto Gomes
Prefeito de Alvinópolis

Marco Aurélio Raminho
Prefeito de Santo Antônio do Grama

Maria Aparecida Morais Silva
Representante do Prefeito de Diogo de Vasconcelos

Assinado por 26 pessoas: SECRETARIA DE SAUDE DE DIOGO DE VASCONCELOS, VINICIUS CORDEIRO DE OLIVEIRA, JESSICA ALVARENGA SOARES, FERNANDA RODRIGUES HERMENEGILDO, GERALDO NOBRE NETO, LUIZ ANTONIO RESENDE SOARES, SILVERIO DA LUZ, JOSE EDINARDO BARBOSA COUTO, PREFEITURA DE ORATORIOS, EDER ELOI ALVES PENA, LINDOURO MODESTO GOMES e + 15
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://validar.iti.gov.br e utilize o número 6d33-f05b-4d31-f7f7 e informe o código 2602-CC08-0402-F7F7

CISAMAPI

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

Bruno Oliveira de Andrade
Prefeito de Guaraciaba

Danilo Caldarole Dias
Prefeito de São Pedro dos Ferros

Luiz Antônio Resende Soares
Prefeito de Jaquari

Geraldo Nobre Neto
Prefeito de Piedade de Ponte Nova

Carlos José de Oliveira
Prefeito de Oratórios

Milton Teodoro Irias Junior
Prefeito de Ponte Nova

Sílvio Cláudio Silveira
Prefeito de Raul Soares

Raimundo Alberto Gomes
Prefeito de Rio Casca

Silvério Joaquim Aparecido da Luz
Prefeito de Rio Doce

Gilmar de Paula Lima
Prefeito de Santa Cruz do Escalvado

Eder Boi Alves Pena
Prefeito de Sem Peixe

Sérgio Luiz de Albuquerque
Prefeito de Urucânia

Luiz Alberto Pereira
Prefeito de Acaiaca

Maria Regina de Carvalho Martins
Secretaria Executiva

Viviane Cordeiro de Oliveira
Diretora Administrativa Assistencial

Fernanda Rodrigues Hemenegildo
Diretora de Licitações

Jéssica Alvarenga Soares
Diretora Jurídica

Assinado por 26 pessoas: SECRETARIA DE SAUDE DE SIGNO DE VASCONCELOS, VIVIANE CORDEIRO DE OLIVEIRA, JESSICA ALVARENGA SOARES, FERNANDA RODRIGUES HERMENEGILDO, GERALDO NOBRE NETO, LUIZ ANTONIO RESENDE SOARES, SILVERIO DA LUZ, JOSE EDINARDO SARGOA COUTO, PREFEITURA DE ORATORIOS, EDER ELOI ALVES PENA, LINDOLFO NOGUEIRA GOMES e + 15
Para verificar as validade das assinaturas, acesse https://verificador.iti.gov.br com o código 2602-5000-9437-F717

Página 000003/000013	Protocolo nº 43177 de 16/01/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 499 em 16/01/2025 deste Oficio de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica de Ponte Nova Mg. Assinado digitalmente por KATHIA FRANCA DA SILVA - Oficial de Registro.								
Registro Nº 499 16/01/2025	Emolumentos	Registro Civil	Tribunal de Justiça	ISS	Condução	Outras Despesas	Total		
	R$ 659,55	R$ 39,52	R$ 230,22	R$ 19,84	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 949,13		

100

CISAMAPI

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

LISTA DE PRESENÇA DA ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DO CISAMAPI 2025-2026 COM A ASSEMBLEIA DE PREFEITOS, REALIZADA NO CIMVALPI 19-12-24 13:30h00h

ABRE CAMPO

MÁRCIO MOREIRA VITOR

ACAIACA

LUIZ ALBERTO PEREIRA

ALVINÓPOLIS

LINDOURO MODESTO GOMES

AMPARO DO SERRA

JOSÉ EDUARDO BARBOSA COUTO

BARRA LONGA

ELSON APARECIDO DE OLIVEIRA

DIOGO DE VASCONCELOS

JOÃO CLAUDIO DE SOUZA

DOM SILVÉRIO

JOSÉ BRÁULIO ALEIXO

GUARACIABA

BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE

Avenida Ernesto Trivellato-120 - Bairro Triângulo – Ponte Nova - MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.099.667/0001-68 – Telefone: 31-3819-8810 / 3819-8817 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

Assinado por 26 pessoas: SECRETARIA DE SAÚDE DE DIOGO DE VASCONCELOS, VIVIANE CORDEIRO DE OLIVEIRA, JESSICA ALVARENGA SOARES FERNANDA RODRIGUES HERMENEGILDO GERALDO ROMEU NETO, LUIZ ANTONIO SEGADE SOARES, SILVÉRIO GALUZ, JOSE EDUARDO BARBOSA COUTO, PREFEITURA DE CANAÃ/MG, EDER DIAS ALVES PENA e mais 18.
Para verificar a validade das assinaturas acesse https://validar.iti.gov.br e informe o código 26E2.EC2D.0437.F737

Página 000004/000013	Protocolo nº 43177 de 16/01/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 499 em 16/01/2025 deste Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica de Ponte Nova Mg. Assinado digitalmente por KATHIA FRANCA DA SILVA - Oficial de Registro.								
Registro Nº 499 16/01/2025	Emolumentos	Registro Civil	Tribunal de Justiça	ISS	Condução	Outras Despesas	Total		
	R$ 659,55	R$ 39,52	R$ 230,22	R$ 19,84	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 949,13		

101

CISAMAPI
JEQUERI

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

LUIZ ANTONIO RESENDE SOARES

ORATÓRIOS

CARLOS ROBERTO DE LIMA

PIEDADE DE PONTE NOVA

GERALDO NOBRE NETO

PONTE NOVA

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR

RAUL SOARES

SÍLVIO CLÁUDIO SILVEIRA

RIO CASCA

RAIMUNDO ALBERTO GOMES

RIO DOCE

SILVÉRIO JOAQUIM APARECIDO DA LUZ

SANTA CRUZ DO ESCALVADO

GILMAR DE PAULA LIMA

SANTO ANTONIO DO GRAMA

Avenida Ernesto Trivellato-120 - Bairro Triângulo – Ponte Nova - MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 - Telefone: 31-3819-8810 / 3819-8817 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

Assinado por 2 pessoas: SECRETÁRIA DE SAÚDE DE DOIS DE VASCONCELOS, VIVIANE CORDEIRO DE OLIVEIRA, JÉSSICA ALVARENGA SOARES, FERNANDA RODRIGUES HERVENEGILDO, GERALDO NOBRE NETO, LUIZ ANTONIO RESENDE SOARES, SILVÉRIO DA LUZ, JOSE EDUARDO BARBOSA COUTO, PREFEITURA DE ORATÓRIOS, EDER ELOI ALVES SENA e 15
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://validar.iti.gov.br e utilize o código 2BB3-EED0-0437-F737

Página 000005/000013	Protocolo nº 43177 de 16/01/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 499 em 16/01/2025 deste Oficio de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica de Ponte Nova Mg. Assinado digitalmente por KATHIA FRANCA DA SILVA - Oficial de Registro.								
Registro Nº 499 16/01/2025	Emolumentos	Registro Civil	Tribunal de Justiça	ISS	Condução	Outras Despesas	Total		
	R$ 659,55	R$ 39,52	R$ 230,22	R$ 19,84	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 949,13		

CISAMAPI
MARCO AURÉLIO RAMINHO

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

SÃO JOSÉ DO GOIABAL

AILTON GERALDO DOS SANTOS

SÃO PEDRO DOS FERROS

DANILO CALDARELE DIAS

SEM PEIXE

EDER ELÓI ALVES PENA

URUCÂNIA

SERGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE

CISAMAPI

Maria Regina C Martins Viviane C Oliveira Jessica Alvarenga Fernanda Rodrigues

Avenida Ernesto Trivellato-120 - Bairro Triângulo – Ponte Nova - MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-68 – Telefone: 31-3819-8810 / 3819-8817 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

Assinado por 24 pessoas: SECRETARIA DE SAUDE DE DIOGO DE VASCONCELOS, VIVIANE CORDEIRO DE OLIVEIRA, JESSICA ALVARENGA SOARES, FERNANDA RODRIGUES HENRIQUES, GERALDO AGNESE NETO, LUIZ ANTONIO SEABRA DE SOARES, SANDRO DA LUZ JOSE COLUNDO BARBOSA COUTO, PREFEITURA DE URUCANIA, EDER ELOI ALVES PENA e mais 16
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://validar.iti.gov.br e utilize a senha 3683.EC20.0437.7737

Página 000006/000013	Protocolo nº 43177 de 16/01/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 499 em 16/01/2025 deste Oficio de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica de Ponte Nova Mg. Assinado digitalmente por KATHIA FRANCA DA SILVA - Oficial de Registro.								
Registro Nº 499 16/01/2025	Emolumentos	Registro Civil	Tribunal de Justiça	ISS	Condução	Outras Despesas	Total		
	R$ 659,55	R$ 39,52	R$ 230,22	R$ 19,84	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 949,13		

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 36D3-ECD0-0437-F737

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- SECRETARIA DE SAÚDE DE DIOGO DE VASCONCELOS (CNPJ 182.XXX.XXX-00190) em 03/01/2025 08:48:18 (GMT-03:00)
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- VIVIANE CORDEIRO DE OLIVEIRA (CPF 016.XXX.XXX-83) em 03/01/2025 08:57:18 (GMT-03:00)
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- JÉSSICA ALVARENGA SOARES (CPF 099.XXX.XXX-07) em 03/01/2025 10:15:46 (GMT-03:00)
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- FERNANDA RODRIGUES HERMENEGILDO (CPF 049.XXX.XXX-01) em 03/01/2025 11:52:52 (GMT-03:00)
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- GERALDO NOBRE NETO (CPF 890.XXX.XXX-72) em 03/01/2025 15:51:58 (GMT-03:00)
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- LUIZ ANTONIO RESENDE SOARES (CPF 705.XXX.XXX-72) em 04/01/2025 16:31:11 (GMT-03:00)
  Papel: Parte
  Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

- SILVÉRIO DA LUZ (CPF 013.XXX.XXX-00) em 04/01/2025 19:54:37 (GMT-03:00)
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- JOSE EDUARDO BARBOSA COUTO (CPF 300.XXX.XXX-15) em 06/01/2025 09:52:40 (GMT-03:00)
  Papel: Parte
  Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Página 000007/000013	Protocolo nº 43177 de 16/01/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 499 em 16/01/2025 deste Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica de Ponte Nova Mg. Assinado digitalmente por KATHIA FRANCA DA SILVA - Oficial de Registro.									
Registro Nº 499 16/01/2025	Emolumentos	Registro Civil	Tribunal de Justiça	ISS	Condução	Outras Despesas	Total			
	R$ 659,55	R$ 39,52	R$ 230,22	R$ 19,84	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 949,13			

104

JOSE EDUARDO BARBOSA COUTO (CPF 300.XXX.XXX-15) em 06/01/2025 09:53:56 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

PREFEITURA DE ORATÓRIOS (CNPJ 016.XXX.XXX-0001/86) em 06/01/2025 09:57:54 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

GERALDO NOBRE NETO (CPF 890.XXX.XXX-72) em 06/01/2025 16:19:10 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

EDER ELOI ALVES PENA (CPF 105.XXX.XXX-24) em 06/01/2025 16:27:04 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

LINDOURO MODESTO GOMES (CPF 124.XXX.XXX-00) em 06/01/2025 22:40:44 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC SyngularID Multipla << AC SyngularID << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

SÉRGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE (CPF 698.XXX.XXX-49) em 07/01/2025 09:14:39 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

DANILO CALDARELE DIAS (CPF 079.XXX.XXX-08) em 07/01/2025 10:30:57 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS (CPF 231.XXX.XXX-34) em 07/01/2025 10:45:40 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

LUIZ ALBERTO PEREIRA (CPF 698.XXX.XXX-72) em 07/01/2025 15:56:48 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE (CPF 068.XXX.XXX-20) em 07/01/2025 16:23:27 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Página 000008/000013	Protocolo nº 43177 de 16/01/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 499 em 16/01/2025 deste Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica de Ponte Nova Mg. Assinado digitalmente por KATHIA FRANCA DA SILVA - Oficial de Registro.									
Registro Nº 499 16/01/2025	Emolumentos	Registro Civil	Tribunal de Justiça	ISS	Condução	Outras Despesas	Total			
	R$ 659,55	R$ 39,52	R$ 230,22	R$ 19,84	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 949,13			

MARCIO PESSOA MOREIRA VICTOR (CPF 070.XXX.XXX-80) em 06/01/2025 09:50:26 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR (CPF 071.XXX.XXX-86) em 08/01/2025 13:28:21 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

SÍLVIO CLÁUDIO SILVEIRA (CPF 526.XXX.XXX-87) em 08/01/2025 15:07:01 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

ELSON APARECIDO DE OLIVEIRA (CPF 065.XXX.XXX-35) em 08/01/2025 15:20:26 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

MARCO AURÉLIO RAMINHO (CPF 559.XXX.XXX-00) em 09/01/2025 10:04:29 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

GILMAR DE PAULA LIMA (CPF 697.XXX.XXX-15) em 09/01/2025 16:34:16 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

RAIMUNDO ALBERTO GOMES (CPF 254.XXX.XXX-44) em 10/01/2025 08:30:33 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

SILVIO CLAUDIO SILVEIRA (CPF 526.XXX.XXX-87) em 10/01/2025 14:06:14 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC SyngularID Multipla << AC SyngularID << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

CARLOS JOSE DE OLIVEIRA (CPF 037.XXX.XXX-77) em 10/01/2025 15:35:17 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

MARIA APARECIDA MORAIS SILVA (CPF 505.XXX.XXX-20) em 13/01/2025 14:33:31 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Página 000009/000013 Registro Nº 499 16/01/2025	Protocolo nº 43177 de 16/01/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 499 em 16/01/2025 deste Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica de Ponte Nova Mg. Assinado digitalmente por KATHIA FRANCA DA SILVA - Oficial de Registro.

Emolumentos	Registro Civil	Tribunal de Justiça	ISS	Condução	Outras Despesas	Total			
R$ 659,55	R$ 39,52	R$ 230,22	R$ 19,84	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 949,13			

106

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cisarnapi.1doc.com.br/verificacao/36D3-ECD0-0437-F737

Página 000010/000013	Protocolo nº 43177 de 16/01/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 499 em 16/01/2025 deste Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica de Ponte Nova Mg. Assinado digitalmente por KATHIA FRANCA DA SILVA - Oficial de Registro.									
Registro Nº 499 16/01/2025	Emolumentos	Registro Civil	Tribunal de Justiça	ISS	Condução	Outras Despesas	Total			
	R$ 659,55	R$ 39,52	R$ 230,22	R$ 19,84	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 949,13			

107

PROCURAÇÃO

O Prefeito eleito e diplomado do Município de Diogo de Vasconcelos, Minas Gerais, João Claudio de Souza, portador do CPF nº 072.546.338-42, cédula de identidade nº 19175099, residente e domiciliado na Praça Coronel Vicente Ferreira nº 55 centro de Diogo de Vasconcelos- MG, nomeia e constitui seu bastante procurador o Senhor(a) Maria Aparecida Morais Silva, Secretária Municipal, portador do CPF nº 505.149.116-20, cédula de identidade nº 3530257, a quem lhe confere poderes para representar o Município de Diogo de Vasconcelos município integrante do CISAMAPI na Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 19/12/2024, às 13:30 horas, na sede do CIMVALPI, podendo, para tanto, prestar declarações, exercer direito de voto, assinar e preencher papeis e documentos firmados, requerer, alegar, praticar enfim todos os demais atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Diogo de Vasconcelos 19 de dezembro de 2024

João Claudio de Souza
Prefeito de Diogo de Vasconcelos

Scanned with CamScanner

Página 000011/000013	Protocolo nº 43177 de 16/01/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 499 em 16/01/2025 deste Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica de Ponte Nova Mg. Assinado digitalmente por KATHIA FRANCA DA SILVA - Oficial de Registro.									
Registro Nº 499 16/01/2025	Emolumentos	Registro Civil	Tribunal de Justiça	ISS	Condução	Outras Despesas	Total			
	R$ 659,55	R$ 39,52	R$ 230,22	R$ 19,84	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 949,13			

108

CISAMAPI

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DE DIRETORIA E CONSELHO FISCAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA -CISAMAPI

Eu, EDER ELOI ALVES PENA, representante legal do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga, venho por meio desta declarar a qualificação completa da diretoria eleita e empossada no dia 01/01/2025, com mandato de 01/01/2025 até 31/12/2026.

Presidente: Eder Eloi Alves Pena
RG: MG 16.396.472 **CPF:** 105.447.386.24 **Nacionalidade:** Brasileiro **Profissão:** Funcionário publico **Estado Civil:** Solteiro **Data de nascimento:** 15/04/1989 **Endereço:** Rua Jose Ribeiro Ferreira , 436 Centro Sem Peixe MG CEP: 35.441.000

Vice-presidente: Carlos José de Oliveira
RG: MG 10.772.992 **CPF:** 037.799.386.77 **Nacionalidade:** Brasileiro **Profissão:** Comerciante **Estado Civil:** Casado **Data de nascimento:** 03/05/1978 **Endereço:** Rua são João, 19 Centro Oratorios –MG.

Secretário Geral: Dr. Milton Teodoro Irias Junior
RG: MG 6.694.854 **CPF:** 07161008786 **Nacionalidade:** Brasileiro **Profissão:** Médico **Estado Civil:** Casado **Data de Nascimento:** 14/09/1976 **Endereço:** Avenida Dr José Mariano 411/1103 Palmeiras Ponte Nova CEP:35.430.228.

Ponte Nova, 08 de Janeiro de 2025.

Eder Eloi Alves Pena
CPF: 037.799.386.77
Presidente do CISAMAPI

Assinado por 1 pessoa: EDER ELOI ALVES PENA
Para verificar a autenticidade acesse https://validar.iti.gov.br e informe o código 8874-4B40-4B45-4B0C

Página	Protocolo nº 43177 de 16/01/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 499 em 16/01/2025 deste Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica de Ponte Nova Mg. Assinado digitalmente por KATHIA FRANCA DA SILVA - Oficial de Registro.
000012/000013	
Registro Nº	
499	
16/01/2025	

Emolumentos	Registro Civil	Tribunal de Justiça	ISS	Condução	Outras Despesas	Total			
R$ 659,55	R$ 39,52	R$ 230,22	R$ 19,84	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 949,13			

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 88F4-AB4D-40A9-4BDC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✔ EDER ELOI ALVES PENA (CPF 105.XXX.XXX-24) em 09/01/2025 13:51:51 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cisamapi.1doc.com.br/verificacao/88F4-AB4D-40A9-4BDC

Página 000013/000013	Protocolo nº 43177 de 16/01/2025: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 499 em 16/01/2025 deste Oficio de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica de Ponte Nova Mg. Assinado digitalmente por KATHIA FRANCA DA SILVA - Oficial de Registro.									
Registro Nº 499 16/01/2025	Emolumentos	Registro Civil	Tribunal de Justiça	ISS	Condução	Outras Despesas	Total			
	R$ 659,55	R$ 39,52	R$ 230,22	R$ 19,84	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 949,13			

110

CISAMAPI

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ponte Nova /MG, 27 de novembro de 2024.

O presidente do CISAMAPI, Wagner Mol Guimarães, no uso de suas atribuições que lhe confere a Cláusula 20, § 1º inciso II, do Contrato de Consórcio Público e art. 20, § 1º, inciso II do Estatuto do Consórcio, CONVOCA os Senhores Prefeitos eleitos e diplomados para a gestão 2025/2028, dos municípios integrantes do CISAMAPI, para Assembleia Geral Ordinária, **a ocorrer no dia 19/12/2024, às 13:30** na Sede do CIMVALPI (Rua Jaime Pereira, 127 – Progresso, Ponte Nova-MG)

A Assembleia será realizada de forma hibrida, possibilitando participação virtual.

Na impossibilidade do comparecimento do prefeito(a) eleito(a), fineza enviar representante, através de procuração, para ter direito a voto.

PAUTA A DELIBERAR

- Eleição da Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga – CISAMAPI, para exercício do biênio 2025/2026.

Wagner Mol Guimarães
Presidente do CISAMAPI
Prefeito de Ponte Nova

ADVERTÊNCIA
Este texto n&#65533;o substitui o publicado no Diário Oficial da União

111

Ministério da Saúde
Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 419, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Torna pública a relação de estabelecimentos de saúde incluídos no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde para o tratamento medicamentoso do glaucoma no âmbito da Política Nacional de Atenção Oftalmológica.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 288/SAS/MS, de 19 de maio de 2008, que define os critérios para a credenciamento e habilitação das Unidades de Atenção Especializada e dos Centros de Referência em Oftalmologia no Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria 2.065/SAS/MS, de 16 de dezembro de 2016, que mantém as habilitações em Saúde Ocular dos estabelecimentos de saúde incluídos no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e estabelece que, para a inclusão de novos estabelecimentos, os gestores estadual, distrital e municipais do SUS deverão seguir todos os requisitos estabelecidos na Portaria nº 288/SAS/MS, de 19 de maio de 2008, e ficam sujeitas à aprovação da Comissão Intergestores Tripartite (CIT);

Considerando a necessidade de se tornar pública a relação dos estabelecimentos de saúde constantes no SCNES, sob o código 0506 - Tratamento do Glaucoma com Medicamentos, no âmbito da Política Nacional de Atenção Oftalmológica; e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET) e do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle (DRAC), da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), resolve:

Art. 1º Ficam mantidos, no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), sob o código 0506 - Tratamento do Glaucoma com Medicamentos no âmbito da Política Nacional de Atenção Oftalmológica, os estabelecimentos de saúde constantes no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. As competências iniciais já registradas deverão ser mantidas, para fins de histórico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ESTABELECIMENTOS HABILITADOS PARA REALIZAÇÃO DE TRATAMENTO DO GLAUCOMA COM MEDICAMENTOS NO ÂMBITO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO OFTALMOLÓGICA (05.06)

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	CNES	NOME DO ESTABELECIMENTO	CNPJ
AL	ARAPIRACA	2005417	Chama	047102100001-24
AL	ARAPIRACA	6593984	Centro da Visão e Audição	057284460001-50
AL	ARAPIRACA	5480299	IOFAL	058261300003-63
AL	ARAPIRACA	5660416	Centro Alagoano da Visão	092439520001-00
AL	ARAPIRACA	6768458	ININS	114837950001-52

112

AL	MACEIO	2006979	Instituto de Olhos de Maceió	001222560001-71
AL	MACEIO	3025330	IOFAL	058261300001-00
AL	MACEIO	6516718	CERVI	114574730001-39
AL	MACEIO	2006944	Hospital de Olhos Santa Luzia	123053710001-60
AL	MACEIO	5222931	Saúde Integrada	182169730001-28
AL	MACEIO	3531449	SEOMA	699779080001-56
AL	MACEIO	2006499	Instituto da Visão	700140300001-32
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	3818152	Pró Visão	009239780001-25
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	3719839	Centro Avançado da Visão	078172290001-62
AL	PENEDO	5269415	IOFAL	093140390001-58
AL	SANTANA DO IPANEMA	7007035	Hospital de Olhos HOPI	144175320001-33
AL	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	2010151	Santa Casa de Misericórdia de São Miguel dos Campos	127376800001-00
AL	UNIAO DOS PALMARES	6849814	Hospital União	093140390004-09
AM	MANAUS	3499359	Vision Clínica	070800500001-75
BA	ALAGOINHAS	2487322	Santa Casa de Misericórdia de Alagoinhas	161307830001-68
BA	BARREIRAS	7218613	ISOB	173410470002-00
BA	BRUMADO	7172141	Instituto da Visão	173655180001-21
BA	CONDEUBA	6752357	Instituto Multi Saúde	128381090001-81
BA	EUNAPOLIS	3017826	Day HORC Eunápolis	059423070001-25
BA	FEIRA DE SANTANA	2402025	SOS Serviço de Olhos Santana	022796320001-61
BA	FEIRA DE SANTANA	3220214	Clihon Hospital de Olhos de Feira de Santana	024461590001-60
BA	FEIRA DE SANTANA	4025423	Instituto de Oftalmologia de Feira de Santana	034564670001-39
BA	FEIRA DE SANTANA	5398398	CEOP	039576380001-03
BA	FEIRA DE SANTANA	3050637	H COE Hospital de Olhos	058193760001-46
BA	FEIRA DE SANTANA	2772620	Oftalmed	46021580001-92
BA	GUANAMBI	7276877	IOBA	141683570002-79
BA	ILHEUS	6043607	Hospital de Olhos de Ilhéus	096013120001-25
BA	ILHEUS	6671993	CENOE	129689750001-97

BA	ILHEUS	2415933	Elclin	130096670001-05
BA	IRECE	6790445	Clínica de Oftalmodiagnóstico LTDA	000818760003-71
BA	IRECE	2533162	Hospital Geral Santa Luzia	037127380001-70
BA	IRECE	2532751	Hospital Geral São Paulo	342586650001-11
BA	ITABUNA	2470357	Day HORC	131883700001-46
BA	ITABUNA	2698218	Hospital de Olhos Beira Rio	967922540001-69
BA	ITAPETINGA	2415739	CEOQ	050893790001-71
BA	JEQUIE	2444801	Oftalmos	343244910001-48
BA	JUAZEIRO	2786176	Fundação Banco de Olhos Vale do São Francisco LTDA	053145630006-82
BA	JUAZEIRO	2598086	Clínica de Olhos Santa Clara	132325410001-97
BA	MURITIBA	2506114	Cliom LTDA Clínica de Olhos de Muritiba	405149600001-94
BA	PARIPIRANGA	7553811	Policlínica Moisés Andrade	128381090002-62
BA	PAULO AFONSO	2549905	Hospital Paulo Afonso	139371310068-59
BA	PORTO SEGURO	3547248	IOB Instituto de Olhos da Bahia	007242090001-06
BA	PORTO SEGURO	7957319	CENOE Porto Seguro	129689750003-59
BA	SALVADOR	2466562	Oftalmodiagnose Hospital de Olhos	000818760001-00
BA	SALVADOR	2804913	Núcleo Médico Ocular	000820800001-71
BA	SALVADOR	6688	CDTO	007934900001-20
BA	SALVADOR	7188	CLIOPI	034013810001-09
BA	SALVADOR	20893	IMEP	071561380001-23
BA	SALVADOR	3859	Hospital Geral Roberto Santos	139371310053-72
BA	SALVADOR	7288603	IOBA Roma	141683570003-50
BA	SALVADOR	4960	Hospital Santa Luzia	151758390001-38
BA	SALVADOR	3816	Hospital Universitário Professor Edgard Santos	151807140002-87
BA	SALVADOR	6157	Hospital Humberto Castro Lima	152009670001-94
BA	SALVADOR	5932	Clínica Oftalmológica Urbano Sampaio Filho	161600120001-13
BA	SALVADOR	3542998	Alclin Itaigara	339214950004-93
BA	SALVADOR	4031229	Pró Oftalmo	339671670001-85

BA	SALVADOR	3356124	Kátia Freitas Oftalmologia	343770440001-57
BA	SALVADOR	3575497	Clivan Instituto de Oftalmologia	869474620002-17
BA	SALVADOR	6556	CLOC	967780970001-37
BA	SANTALUZ	6689876	Adrivana Oliveira Cunha e Cia LTDA	060472580001-20
BA	SANTA MARIA DA VITORIA	7282656	ISOB	173410470004-64
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	7474369	ISOB	173410470005-45
BA	VITORIA DA CONQUISTA	5635233	CEOQ	050893790002-52
BA	VITORIA DA CONQUISTA	5995841	HOC	092910540001-28
CE	ACARAU	2724022	Clínica de Oftalmologia Acaraú	042402210001-98
CE	ARACATI	2372967	Hospital Municipal Dr. Eduardo Dias	076847560001-46
CE	BARBALHA	2611570	Instituto de Olhos de Barbalha	030680810001-50
CE	BARBALHA	2564211	Hospital Maternidade São Vicente de Paulo	032845050001-13
CE	BATURITE	6273181	Clínica Oftalmológica LP LTDA	106734760001-47
CE	BREJO SANTO	2480697	Hospital de Olhos do Ceará	122212480001-61
CE	BREJO SANTO	6965849	Clinoft	139687290001-06
CE	CAMOCIM	3058409	Clínica de Olhos de Camocim	052545790001-32
CE	CANINDE	2527413	Hospital e Maternidade Regional São Francisco	071135580001-22
CE	CASCAVEL	2514710	Hospital e Maternidade Nossa Senhora das Graças	071269980006-29
CE	CAUCAIA	8014825	Policlínica de Caucaia	076161620001-06
CE	CEDRO	7227205	CIAR	107488010002-74
CE	CRATEUS	2481103	Oftalmoclínica Dr. Luiz Humberto de Mendonça	020845430001-60
CE	CRATEUS	5793041	CINCO	030004650002-11
CE	CRATO	6967906	Centro Especializado Retina e Catarata	052880280002-70
CE	CRATO	2415534	Centro de Oftalmologia do Cariri	056207450001-77
CE	CRATO	2415240	Centro de Saúde Teodorico Teles	075879750001-07
CE	CRATO	2415488	Hospital e Maternidade São Francisco de Assis	609757370054-63
CE	FORTALEZA	3030849	IOF	010704800001-20
CE	FORTALEZA	3051803	CCO Centro Cearense de Oftalmologia	025727260001-24

115

CE	FORTALEZA	7000154	CCO Centro Cearense de Oftalmologia	025727260002-05
CE	FORTALEZA	3488578	Bioclínica	031727900001-80
CE	FORTALEZA	5121957	Escola Cearense de Oftalmologia	070503530001-45
CE	FORTALEZA	2561492	Hospital Universitário Walter Cantídio	072726360002-12
CE	FORTALEZA	2497654	HGF Hospital Geral de Fortaleza	079545710014-29
CE	FORTALEZA	6655947	Instituto de Olhos José Lucena da Rocha	105771180001-30
CE	FORTALEZA	2561484	Hospital de Olhos Neusa Rocha	416548640001-04
CE	ICO	6852483	Centro de Diagnóstico Senhor do Bonfim	109998240001-70
CE	ICO	2611309	Hospital Regional de Icó Prefeito Walfrido Monteiro Sobrinho	118967770001-00
CE	IGUATU	2675633	Hospital de Olhos Dr. Rene Barreira	040036340001-59
CE	IGUATU	2675560	Hospital Regional de Iguatu	413392010001-03
CE	INDEPENDENCIA	2723913	Centro Integrado de Cirurgia Oftalmocinco	030004650001-30
CE	IPU	2552612	Clínica de Olhos Luiz H Mendonça	006232820001-83
CE	ITAPAGE	6580130	Instituto de Oftalmologia de Itapajé	120399450001-04
CE	ITAPIPOCA	2426420	Clínica Dr. Márcio Moreira	237284960001-10
CE	ITAPIPOCA	6578497	Clínica Visão de Itapipoca	737848600001-37
CE	JUAZEIRO DO NORTE	3416690	Centro Especializado em Retina e Catarata	052880280001-90
CE	JUAZEIRO DO NORTE	5117364	Instituto de Olhos do Cariri	081772420001-67
CE	LIMOEIRO DO NORTE	2563614	Instituto de Olhos do Vale do Jaguaribe	007015550001-60
CE	MARACANAU	2372193	HOMA	415740470001-46
CE	MARANGUAPE	7015224	Bioclínica	146745740001-50
CE	MORADA NOVA	2327996	Santa Casa de Morada Nova	076772630001-89
CE	PACAJUS	6741452	Centro de Excelência Médica	132432700001-75
CE	PARACURU	2561905	Centro de Saúde Iracema Braga Sanders	075922980001-15
CE	QUIXADA	2328402	Hospital Municipal Dr. Eudásio Barroso HMEB	070592800011-24
CE	QUIXADA	3741583	Clínica de Especialidade Médica CEM Quixadá	234447480001-89
CE	QUIXERAMOBIM	2328380	Hospital Regional Dr. Pontes Neto	077443030001-68
CE	QUIXERAMOBIM	6125972	Policlínica de Quixeramobim	077443030001-68

CE	REDENCAO	2664666	Hospital e Maternidade Paulo Sarasate	077569270001-03
CE	RUSSAS	2328011	Hospital e Maternidade Divina Providência de Russas	006552670001-17
CE	SAO BENEDITO	8006407	Oftalmoclínica Ibiapaba	038933120001-60
CE	SAO GONCALO DO AMARANTE	2427125	Hospital Geral Luíza Alcântara Silva	075336560001-19
CE	SENADOR POMPEU	2798425	Clínica de Olhos e Ouvidos Dr. Miguel Franco	723134300001-74
CE	SOBRAL	2424533	Clínica de Olhos de Sobral	035857320001-89
CE	SOBRAL	3021114	Santa Casa de Misericórdia de Sobral	078183130001-09
CE	SOBRAL	2424592	Oftalmoclínica Sobralense	234600660001-60
CE	TAUA	7066848	Clínica de Olhos Santa Tereza	154628840001-73
CE	TIANGUA	3019446	Clínica de Oftalmologia Santa Luzia	048830730001-20
ES	VILA VELHA	2494442	Hospital Evangélico de Vila Velha	281279260001-61
ES	VITORIA	4044916	Hospital das Clínicas	324791640001-30
GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	3122468	Instituto de Olhos Águas Lindas	058897710001-03
GO	ANAPOLIS	2569809	HOA	004674440001-31
GO	APARECIDA DE GOIANIA	3225143	Hospital de Olhos de Aparecida	061551070001-95
GO	GOIANIA	2659832	Centro de Referência em Oftalmologia UFG	015676010001-43
GO	GOIANIA	2338424	Hospital das Clínicas	015676010002-24
GO	GOIANIA	2338386	Fundação Banco de Olhos de Goiás	026007400001-94
GO	GOIANIA	7002777	Cliame	032915310001-79
MA	GRAJAU	2462745	Centro de Especialidades Ambulatoriais Dr. Itamar Guará	063770630001-48
MA	IMPERATRIZ	5371198	Clínica de Olhos Dr. Jose Afrânio	079009810001-72
MA	IMPERATRIZ	6897525	CAV Centro Avançado da Visão	142863580001-37
MA	PACO DO LUMIAR	6970060	Hospital do Olho Paco do Lumiar	028245080001-30
MA	PARNARAMA	6360645	Policlínica 1 De Maio	061151170001-05
MA	PRESIDENTE DUTRA	6141994	Centro de Olhos de Presidente Dutra	351671050001-14
MA	SAO LUIS	3549097	Oftalmo Day Clinic	046782510001-80
MA	SAO LUIS	6649270	Centro de Olhos Maranhense	061765990001-03
MA	SAO LUIS	2726653	Hospital Universitário HUUFMA	062791030002-08

116

MG	ALMENARA	2108992	Hospital Deraldo Guimarães	201806340001-80
MG	ARACUAI	5824591	CISMEJE	007459320001-63
MG	BELO HORIZONTE	2695049	Nm Núcleo Médico LTDA	045903350001-68
MG	BELO HORIZONTE	4034236	Hospital Universitário Ciências Médicas	171782030006-80
MG	BELO HORIZONTE	27014	Santa Casa de Belo Horizonte	172098910001-93
MG	BELO HORIZONTE	26808	Hospital Evangélico de Belo Horizonte	172147430001-67
MG	BELO HORIZONTE	27049	Hospital das Clínicas da UFMG	172179850034-72
MG	BELO HORIZONTE	26719	Centro Oftalmológico de Minas Gerais	173576410001-09
MG	BELO HORIZONTE	3265846	Centro Municipal de Oftalmologia de Belo Horizonte	187153830001-40
MG	BELO HORIZONTE	2200414	Fundação Hilton Rocha	226699150019-56
MG	BETIM	3476014	CISMEP	058028770001-10
MG	BETIM	2125943	Centro R E Especialidades Divino Ferreira Braga	187153910001-96
MG	CONTAGEM	2188937	Eldorado Clínica Oftalmológica LTDA	011126650001-50
MG	CONTAGEM	2154676	IMOC Instituto Mineiro de Olhos Contagem LTDA	084087230001-36
MG	CONTAGEM	7221029	CEOC Centro Especializado em Oftalmologia de Contagem	176414310001-30
MG	CONTAGEM	2189941	Centro de Consultas Especializadas Iria Diniz CCE Iria Diniz	182120840001-92
MG	DIVINOPOLIS	2159252	Hospital São Joao De Deus	201460640001-02
MG	GOVERNADOR VALADARES	2222159	CROS Centro de Referência em Oftalmologia Social	206228900001-80
MG	GOVERNADOR VALADARES	2118661	Hospital Bom Samaritano	227091090002-16
MG	GUANHAES	2144530	Hospital Regional Imaculada Conceição	207243570001-20
MG	IBIRITE	2197715	Centro de Especialidades de Ibirité	187154900001-78
MG	IPATINGA	3404382	Núcleo Avançado em Oftalmologia	030026210002-83
MG	IPATINGA	2805421	Hospital de Olhos Vale do Aço LTDA	050111790001-04
MG	ITABIRA	2218690	Hospital Municipal Carlos Chagas	198784040027-40
MG	ITANHANDU	2764792	Casa de Caridade de Itanhandu	212042760001-61
MG	ITUIUTABA	2200902	Hospital São Jose	213200640001-40
MG	JANAUBA	2764032	Centro Oftalmológico de Janaúba	045486270001-32
MG	JUIZ DE FORA	3154920	ACISPES	012034850001-83

117

MG	JUIZ DE FORA	2153742	Associação dos Cegos em Juiz de Fora	215935200001-25
MG	MIRAI	2161702	Casa de Caridade São Vicente De Paulo	225323110001-34
MG	MONTES CLAROS	2149990	Hospital Santa Casa de Montes Claros	226699310001-10
MG	MURIAE	4042085	Casa de Caridade de Muriaé Hospital São Paulo	227804980001-95
MG	PASSOS	2775999	Santa Casa de Misericórdia de Passos	232788980001-60
MG	PATROCINIO	2152991	Hospital das Clínicas de Patrocínio LTDA	033756100001-68
MG	PIRAPORA	2119528	Hospital Dr. Moisés Magalhães Freire	091523450001-35
MG	PIUMHI	2172887	Serviço de Diagnóstico por Imagem e Exames Laboratoriais	167813460001-04
MG	PONTE NOVA	2099497	CISAMAPI	010956670001-88
MG	UBA	2195437	Hospital Santa Isabel	253358030001-28
MG	UBERABA	2206595	Hospital de Clínicas da UFTM	254374840002-42
MG	UBERLANDIA	2146339	Ambulatório Amélio Marques	256483870001-18
MG	VICOSA	2128047	CISMIV	023263650001-36
MS	CAMPO GRANDE	9733	Hospital São Julião Cedami Casa Vovó Túlia	032738850001-90
MS	CAMPO GRANDE	9717	Santa Casa	032765240001-06
MS	CAMPO GRANDE	21784	CEM Centro Especializado Municipal Pres. Jânio Quadros	035015090001-06
MS	CAMPO GRANDE	9709	Ebserh Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian	151264370018-91
MS	FATIMA DO SUL	2558610	Hospital da SIAS	019511770001-36
MS	PONTA PORA	6499929	Centro Regional de Especialidade Dr. João Kayatt	034347920001-09
MS	SAO GABRIEL DO OESTE	6452116	Centro de Especialidades Médicas	153895880001-94
MS	SIDROLANDIA	3510409	Clínica de Especialidades Médicas	035015740001-31
MT	ALTO PARAGUAI	2768143	ESF II Hélio Correa da Costa	036485320001-28
MT	BARRA DO GARCAS	2395762	Centro de Referência Regional de Especialidade em Saúde	034392390001-50
MT	CACERES	2534460	Hospital Regional Dr. Antonio Fontes	044413890001-61
MT	CACERES	3771393	COC Centro Oftalmológico de Cáceres	071720790001-87
MT	CUIABA	2473062	Hospital de Olhos de Cuiabá	001085580001-95
MT	CUIABA	2659107	Hospital Geral	034684850001-30
MT	CUIABA	2534436	Instituto Lions da Visão	039846240001-89

119

MT	CUIABA	4069463	Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso	044413890001-61
MT	CUIABA	6331378	Centro Cuiabano de Excelência em Oftalmologia LTDA	096445780001-55
MT	CUIABA	2495015	Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá	150843380001-46
MT	CUIABA	2655411	Hospital Universitário Júlio Muller	330045400001-00
MT	JUINA	4069803	Hospital Municipal de Juína	153592010001-57
MT	MIRASSOL D'OESTE	2395231	Centro de Saúde de Mirassol D´Oeste	037554770001-75
MT	NOVA MUTUM	2398664	Centro de Saúde Rural	247721620001-06
MT	PRIMAVERA DO LESTE	2397552	Centro de Especialidade Médica Osvaldo Cruz	019740880001-05
MT	RONDONOPOLIS	2396807	CEADAS Centro de Especialidades Apoio e Diagnóstico Albert Sabin	033471010001-21
MT	RONDONOPOLIS	2604434	Hospital Regional Irmã Elza Giovanella	044413890001-61
MT	SINOP	6292313	CEM Centro de Especialidades Médicas de Sinop	150240030001-32
MT	SORRISO	2533871	AME Ambulatório Multiprofissional de Especialidades	032390760001-62
MT	SORRISO	2795469	Centro de Reabilitação Renascer	032390760001-62
MT	VARZEA GRANDE	2390833	Centro Especializado em Saúde CES	035075480001-10
PA	ANANINDEUA	2328844	Clínica de Olhos São Lucas	007360390001-71
PA	ANANINDEUA	6250564	Hospital Modelo de Ananindeua	106787900001-12
PA	ANANINDEUA	7278853	HOF Ananindeua	108471150002-50
PA	ANANINDEUA	7283423	Clínica Dr. Galileu	183942750001-12
PA	BELEM	5022517	HOF Hospital Oftalmológico Dra. Cynthia Charone	077742110001-20
PA	BELEM	2694751	Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza	346217480001-23
PA	CASTANHAL	3314391	Hospital Oftalmológico Dra. Cynthia Charone HOF	063134760001-69
PA	PARAUAPEBAS	7371586	Policlínica Municipal de Parauapebas	229809990001-15
PB	CAMPINA GRANDE	2363194	Oftalmoclínica Saulo Freire LTDA	005182510001-62
PB	CAMPINA GRANDE	2363054	Clinica de Olhos Francisco Pinto	093791570001-44
PB	JOAO PESSOA	5842026	Oftalmoclínica Saulo Freire LTDA	005182510002-43
PB	JOAO PESSOA	2357402	Centro Medico Audiovisual LTDA	039151580001-80
PB	JOAO PESSOA	2755785	Memorial Santa Luzia LTDA	044086730001-36
PB	JOAO PESSOA	6442862	Centro de Olhos da Paraíba	114814580001-26

120

PB	POMBAL	2592088	Centro de Saúde Avelino Queiroga	089486970001-39
PB	SOUSA	7329555	Sistema de Assistência Social e de Saúde SAS	076789500003-80
PE	AGRESTINA	2433877	Hospital Geral Amélia Gueiros Leite	100752320001-62
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	24244	GOPE	021609610001-99
PE	CARUARU	3719278	Clínica de Olhos Caruaru	044821400001-02
PE	CARUARU	5309859	Clínica de Olhos Harley Street	070227200001-05
PE	GARANHUNS	7237715	Oftalmo PE	128690110001-91
PE	GOIANA	8013233	Hospital da Visão de Goiana	026018250001-97
PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	6528791	IMOP	119213330001-70
PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	3650413	SEOPE 3	354705740004-50
PE	LIMOEIRO	5408563	IOP Instituto de Olhos de Pernambuco	086687450001-35
PE	OLINDA	7642288	IMEPE	138828070001-47
PE	OLINDA	2345196	CLINOPE	353159930002-56
PE	OLINDA	2571528	SEOPE 2	354705740002-99
PE	PAULISTA	7283601	CEVIPE	134369620001-30
PE	PETROLINA	5332575	FBOVSF	053145630004-10
PE	RECIFE	884	PCO	104553500001-04
PE	RECIFE	558	US 217 Centro Médico Sen. José Ermírio de Moraes	105650000001-92
PE	RECIFE	485	Fundação Altino Ventura	106678140001-38
PE	RECIFE	2777460	Hospital Santo Amaro	108697820004-04
PE	RECIFE	1961	Oftalmo	108967850003-48
PE	RECIFE	2319187	IOR	109700770001-48
PE	RECIFE	477	Hospital Oswaldo Cruz	110225970013-25
PE	RECIFE	396	Hospital das Clínicas	241344880002-99
PE	RECIFE	795	CLINOPE	353159930003-37
PE	RECIFE	2354942	SEOPE	354705740001-08
PE	RECIFE	2354888	Hospital de Olhos Santa Luzia	410440090001-81
PI	TERESINA	2726971	Hospital Getúlio Vargas	065535640104-43

121

PR	CAMPO LARGO	3477940	Clínica de Olhos de Curitiba Instituto de Córnea e Catarata SC LTDA	005292930002-80
PR	CASCAVEL	2737493	Clínica de Olhos Dr. Romeu Tolentino	024093210001-70
PR	CASCAVEL	2738384	Instituto da Visão	025512360001-41
PR	CORNELIO PROCOPIO	6602789	Hospital de Olhos de Cornélio Procópio	123424830001-91
PR	CURITIBA	2384299	Hospital de Clínicas	750956790002-20
PR	CURITIBA	15636	Hospital de Olhos do Paraná	761040580001-47
PR	CURITIBA	15245	Hospital Universitário Evangélico de Curitiba HUEC	765756040002-09
PR	CURITIBA	15563	Hospital Infantil Pequeno Príncipe	765915690001-30
PR	CURITIBA	16209	Oftalmoclínica Curitiba	807648890001-12
PR	FRANCISCO BELTRAO	6424341	Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecoits F B	764168660045-60
PR	GUARAPUAVA	2741687	CIS Centro Oeste	036015190001-13
PR	JACAREZINHO	3647153	Hospital de Olhos Norte Pioneiro	074424790001-65
PR	LONDRINA	2578506	HOFTALON Hospital De Olhos	071943410001-94
PR	MARINGA	3477304	Instituto do Ver Vítreo e Retina	056841550001-08
PR	MARINGA	6466265	Hospital da Visão do Paraná	101437370001-17
PR	PARANAGUA	2683083	Clínica de Olhos	776330060001-20
PR	PARANAVAI	2753685	Clinica de Olhos Paranavai LTDA	769537020001-51
PR	PARANAVAI	2754738	Santa Casa de Paranavaí	797244230001-04
PR	PATO BRANCO	5371902	Clinica de Olhos Granzotto	087228240001-87
PR	UMUARAMA	5757711	Hospital de Olhos de Umuarama	083120790001-06
PR	UMUARAMA	2594471	Clinica Oftalmológica Umuarama	808968060001-49
RJ	BELFORD ROXO	2296764	Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora da Glória	307925270001-67
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	2287250	Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campos	289610840001-49
RJ	DUQUE DE CAXIAS	2277549	Serviço de Assistência Social Evangélico SASE	339741060004-98
RJ	ITAPERUNA	2278855	Hospital São Jose do Avaí	296406120001-20
RJ	MESQUITA	6224806	Walgland de Freitas Bodrim Castro	105330520001-87
RJ	NITEROI	12505	Hospital Universitário Antonio Pedro	285232150003-78
RJ	NITEROI	12610	Hospital de Olhos Santa Beatriz	300792220001-02

RJ	NOVA IGUACU	2281988	Clínica Central	425992580001-04
RJ	PETROPOLIS	3148130	Clínica de Olhos Dr. Tannure	365371730001-90
RJ	PIRAI	2267187	Hospital Flávio Leal	314242450001-70
RJ	RIO BONITO	2296241	Hospital Regional Darcy Vargas	315174930001-65
RJ	RIO DE JANEIRO	2269880	MS HGB Hospital Geral de Bonsucesso	003945440202-91
RJ	RIO DE JANEIRO	2273659	MS Hospital Federal da Lagoa	003945440204-53
RJ	RIO DE JANEIRO	2269988	MS HSE Hospital dos Servidores do Estado	003945440211-82
RJ	RIO DE JANEIRO	2269481	SMS Hospital Municipal da Piedade Ap 32	033903450001-97
RJ	RIO DE JANEIRO	2270102	Centro Medico Darke	294174580001-22
RJ	RIO DE JANEIRO	2269783	UERJ Hospital Universitário Pedro Ernesto	335400140017-14
RJ	RIO DE JANEIRO	2280167	UFRJ Hospital Universitário Clementino Fraga Filho	336636830053-47
RJ	RIO DE JANEIRO	2295415	Hospital Universitário Gaffrée e Guinle	340230770002-80
RJ	RIO DE JANEIRO	2270498	CEPOA Clinica de Oftalmologia	421613070001-14
RJ	RIO DE JANEIRO	2270099	CAME	735212960001-60
RJ	SAO GONCALO	2291525	Oftalmoclínica São Gonçalo	395224040001-80
RJ	VALENCA	2295075	Hospital Gustavo Monteiro Júnior	323528090001-79
RJ	VOLTA REDONDA	25143	Hospital Municipal Dr. Munir Rafful	032726990001-37
RN	ACU	2410532	Hospital Geral de Oftalmologia	024218280001-49
RN	ALEXANDRIA	2407566	Hospital Maternidade Joaquina Queiroz	080211230001-10
RN	ALEXANDRIA	6081347	Complexo Hospitalar e Centro de Imagem Elizabete Dantas	101403240001-89
RN	CAICO	3733114	Instituto de Olhos do Serido IOS	063485900001-24
RN	CAICO	6733581	Clínica de Olhos Dr. Salvador Santos	133019290001-00
RN	PARNAMIRIM	2473402	CRO	356527830001-72
RN	GOIANINHA	6855512	Prontoclínica	015027460002-47
RN	JOAO CAMARA	5886368	Hospital Clínica Visão	036875430001-17
RN	MOSSORO	2389088	Hospital Geral de Oftalmologia	010122010001-71
RN	MOSSORO	2371685	Clínica de Otorrinos	245210560001-50
RN	NATAL	3931943	Centro Avançado de Oftalmologia	015027460001-66

RN	NATAL	3665216	Visão Clinica	036949110001-54
RN	NATAL	3052338	Instituto da Visão	044578360001-70
RN	NATAL	6505546	Clínica de Olhos Los Angeles	092901940001-81
RN	NATAL	2409178	Oftalmoclínica Natal	241947220001-92
RN	PAU DOS FERROS	2687895	Instituto de Oftalmologia de Pau dos Ferros	036309590001-07
RN	SANTA CRUZ	6514995	OFTALMED Hospital de Olhos	107221980001-70
RN	SANTO ANTONIO	7172176	Update	027668750004-77
RN	SAO GONCALO DO AMARANTE	7174527	Hospital de Olhos da Zona Norte	157516500001-46
RS	CAXIAS DO SUL	2223538	Hospital Geral	886487610018-43
RS	ERECHIM	2707918	Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim	894212590001-10
RS	FARROUPILHA	6631908	Clinica Oftalmofar LTDA	034556740001-79
RS	FAXINAL DO SOTURNO	2244101	Hospital de Caridade São Roque	898913370001-40
RS	IJUI	2261057	Hospital de Caridade de Ijuí	907305080001-38
RS	PASSO FUNDO	2244969	Hospital de Olhos Lions Passo Fundo	007653840001-33
RS	PELOTAS	2253046	UCPEL Hospital Universitário São Francisco de Paula	922389140002-94
RS	PORTAO	2232170	Hospital de Portão	882636860001-54
RS	PORTO ALEGRE	2693801	Associação Hospitalar Vila Nova	049944180001-12
RS	PORTO ALEGRE	2237601	Hospital de Clínicas	870205170001-20
RS	PORTO ALEGRE	2237571	Hospital Nossa Senhora da Conceição	927871180001-20
RS	PORTO ALEGRE	2237253	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	928150000001-68
RS	PORTO ALEGRE	5026253	Hospital Porto Alegre	928311630002-15
RS	PORTO ALEGRE	2237881	Hospital Banco de Olhos de Porto Alegre	929628690020-06
RS	SANTO ANGELO	2259907	Hospital Santo Ângelo	962104710001-01
RS	TENENTE PORTELA	5384117	Hospital Santo Antônio Tenente Portela	085791640001-27
RS	TRES DE MAIO	2250837	Hospital São Vicente De Paulo	929628690007-20
RS	TRES PASSOS	2265664	Oftalmoclínica Três Passos LTDA	000636170001-56
SC	ARARANGUA	3251411	Clínica de Olhos São Jose	056991580002-04
SC	BLUMENAU	3533778	Clínica de Olhos Santa Isabel	073986400001-40

SC	CHAPECO	2537443	Clínica de Olhos Dr. Delso Bonfante SC LTDA	007534930001-30
SC	CHAPECO	6361315	Secretaria Municipal de Saúde	830218080001-82
SC	FLORIANOPOLIS	3321452	HOF Hospital de Olhos de Florianópolis	021459080001-19
SC	FLORIANOPOLIS	6292224	Instituto de Olhos de Florianópolis II	818662380002-87
SC	FLORIANOPOLIS	2691841	Hospital Governador Celso Ramos	829512450008-35
SC	FLORIANOPOLIS	3157245	Hospital Universitário	838995260001-82
SC	ITAJAI	2522691	Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen	601949900022-00
SC	SAO JOSE	2555646	Hospital Regional de São José Drhomero Miranda Gomes	829512450010-50
SE	ARACAJU	6644155	IOSE	109744060002-00
SE	ARACAJU	2240	CEMAR Augusto Franco	131287800001-00
SE	ESTANCIA	6755941	IOSE	109744060004-71
SE	ITABAIANA	6312454	IOSE	109744060001-29
SE	LAGARTO	7081685	IOSE	109744060005-52
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	6671322	IOSE	109744060003-90
SE	PROPRIA	7253958	IOSE	109744060006-33
SE	PROPRIA	6813437	Medical Vision Clinica de Olhos	137687120001-05
SP	ARARAQUARA	2082527	Santa Casa de Araraquara	439649310001-12
SP	ARARAQUARA	7221967	CRESEP Hospital de Olhos	563587810001-45
SP	BARIRI	2791676	Organização Social Vitale Saúde	446902380001-61
SP	BARUERI	6095666	Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran	465230150008-01
SP	BRAGANCA PAULISTA	2704900	Hospital Universitário São Francisco na Providência de Deus	532212550051-00
SP	BURITAMA	2079461	Santa Casa de Misericórdia São Francisco Buritama	444354510001-27
SP	CAFELANDIA	2791684	Santa Casa de Cafelândia	459236870001-75
SP	CARAGUATATUBA	2056860	CEM Dra. Zilda Arns Neumann Caraguatatuba	464828400001-39
SP	CARDOSO	2082071	Santa Casa de Cardoso	563638070001-43
SP	CATANDUVA	2058618	Hospital da Visão Chimello	045059740001-88
SP	CATANDUVA	2089327	Hospital Padre Albino Catanduva	470748510008-19
SP	CATANDUVA	2089335	Hospital Escola Emílio Carlos Catanduva	470748510009-08

SP	GUARATINGUETA	2031027	Assistência Médica Especializada	466805000001-12
SP	HERCULANDIA	2080281	Hospital São José de Herculândia	725517990001-15
SP	IBIRA	2082551	Santa Casa de Ibirá	483210380001-92
SP	ITU	3322629	Ambulatório de Especialidades Médicas	466344400001-00
SP	JACAREI	2084937	Serviço Integrado de Medicina	466941390001-83
SP	JUNDIAI	2701561	Instituto Jundiaiense Luiz Braille Unidade I	509588590001-86
SP	LENCOIS PAULISTA	2077582	Hospital Nossa Senhora da Piedade	514251060001-78
SP	PALMEIRA D'OESTE	2079291	Santa Casa de Palmeira D´Oeste	505707530001-00
SP	RANCHARIA	2081873	Hospital e Maternidade de Rancharia	556867860001-34
SP	SANTA BARBARA D'OESTE	6212581	AME Ambulatório Médico de Especialidades Santa Bárbara D´Oeste	463745000265-84
SP	SANTA BARBARA D'OESTE	2066637	Centro de Especialidade	464224080001-52
SP	SANTA BARBARA D'OESTE	2079232	Hospital Santa Bárbara	567253850001-09
SP	SAO CARLOS	2080931	Santa Casa de São Carlos	596103940001-42
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	6056148	AME Ambulatório Médico de Especialidades de São José do Rio Preto	463745000187-27
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	2091305	H O Redentora Hospital de Olhos	499756000001-64
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	2097656	HORP Hospital do Olho Rio Preto	518468710001-61
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	2077396	Hospital de Base de São José do Rio Preto	600037610001-29
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	2085577	Hospital Argia Provisão	516199060002-00
SP	SAO PAULO	2091550	Instituto CEMA de Oftalmologia e Otorrinolaringologia	034563040001-56
SP	SAO PAULO	2688638	Instituto Suel Abujamra	050954740001-88
SP	SAO PAULO	2075962	Hospital da Santa Casa de Santoo Amaro	570389520001-11
SP	SAO PAULO	2077485	Hospital São Paulo Hospital De Ensino da UNIFESP São Paulo	616995670001-92
SP	SAO VICENTE	3518108	IBV Instituto Brasileiro de Visão São Vicente	048278270001-24
SP	SOROCABA	2078813	Hospital Oftalmológico de Sorocaba	507955660002-06
SP	SUMARE	2083981	Hospital Estadual Sumaré	463745000137-68
SP	TAQUARITINGA	2747308	Hospital de Olhos Lions Manoel Dante Buscardi	014212190001-27
SP	TAUBATE	3126838	Hospital Regional do Vale do Paraíba	609757370072-45
TO	ARAGUAINA	6216420	Ambulatório de Especialidades	018307930001-

			Araguaína	39
TO	AUGUSTINOPOLIS	2468972	Hospital Regional de Augustinópolis	250531170051-23
TO	DIANOPOLIS	2786095	Hospital Regional de Dianópolis	250531170031-80
TO	GURUPI	2786109	Hospital Regional de Gurupi	250531170056-38
TO	PORTO NACIONAL	2468778	Centro Oftalmológico de Porto Nacional	373158840001-83
TO	PALMAS	7024010	Vision Laser	133514120001-18

RICARDO BARROS

Saúde Legis - Sistema de Legislação da Saúde

127

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
01.095.667/0001-88 **MATRIZ**		**11/03/1996**

NOME EMPRESARIAL
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA MICROREGIAO DO VALE DO PIRANGA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CIS/AMAPI	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
86.50-0-99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
84.11-6-00 - Administração pública em geral
86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares
86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas
86.30-5-06 - Serviços de vacinação e imunização humana
86.40-2-05 - Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia
86.40-2-07 - Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética
86.40-2-08 - Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
121-0 - Consórcio Público de Direito Público (Associação Pública)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV ERNESTO TRIVELLATO	**120**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
35.430-141	**TRIANGULO**	**PONTE NOVA**	**MG**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CISAMAPI@CONTABILIDADE.MG.GOV.BR	**(31) 3819-8806/ (31) 3819-8810**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
MUNICÍPIO DE PONTE NOVA

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**03/11/2005**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **02/12/2025** às **08:05:14** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO PIRANGA - CISAMAPI

Este instrumento de consolidação, ora denominado "Estatuto Consolidado do CISAMAPI", complementa a consolidação de contrato de consórcio público do CISAMAPI aprovado pela Assembleia Geral do CISAMAPI em 22 de dezembro de 2021.

O CISAMAPI foi originalmente constituído nos termos da Lei Estadual n° 11.618 de 04 de outubro de 1994 e na forma das Leis Municipais abaixo relacionadas:

Município Consorciado	Lei Municipal
Abre Campo	n° 1.012 de 06 junho de 1995
Acaiaca	n° 203 de 22 maio de 1996
Alvinópolis	n° 1.493 de 03 abril de 1997
Amparo Serra	n° 455 de 02 junho de 1997
Barra Longa	n° 857 de 13 junho de 1995
Diogo de Vasconcelos	n° 350 de 12 de janeiro de 1996
Dom Silvério	n° 1.307 de11 de abril de 1997
Guaraciaba	n° 776 de 24 de fevereiro de 1997
Jequeri	n° 2.391 de 14 de março de 1997
Oratórios	n° 021 de 18 de março de 1997
Piedade de Ponte Nova	n° 677 de 21 de maio de 1997
Ponte Nova	n° 2.036 de 19 de setembro de 1995
Raul Soares	n° 1.590 de 12 janeiro de 1996
Rio Casca	n° 1.366 de 11 de janeiro de 1996
Rio Doce	n° 600 de 10 de maio de 1996
Santa Cruz do Escalvado	n° 355 de maio de 1995
Santo Antônio do Grama	n° 05 de maio de 1996
São Pedro dos Ferros	n° 129 de 16 fevereiro de 1996
Sem Peixe	n° 011 de 31 de março de 1997
Urucânia	n° 01 de18 de janeiro de 1996

Com a vigência da Lei n° 11.107/2005 e o Decreto n° 6.017/2007 o CISAMAPI foi transformado em consórcio público de direito público na forma de associação pública, tendo sido formalizado o protocolo de intenções, subscrito em 03 de junho de 2009, adquirindo personalidade jurídica de direito público mediante a vigência das seguintes leis municipais de ratificação do protocolo de intenções, ato constitutivo do CISAMAPI:

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Abeixo, Jose Roberto Geriff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

Município	Lei Municipal
Abre Campo	n° 1.382 de 16 abril de 2010
Acaiaca	n° 561 de 26 março de 2010
Alvinópolis	n° 1.310 de 28 abril de 2010
Amparo Serra	n° 722 de 25 de maio de 2010
Barra Longa	n° 1.072 de 12 abril de 2010
Diogo de Vasconcelos	n° 608 de 27 maio de 2010
Dom Silvério	n° 1.552 de 04 de maio de 2010
Guaraciaba	n° 1.091 de 14 de maio de 2010
Jequeri	n° 49 de 11 de maio de 2010
Oratórios	n° 357 de 11 maio de 2010
Piedade de Ponte Nova	n° 1.033 de 06 de maio de 2010
Ponte Nova	n° 3.459 de 1 ° julho 2010
Raul Soares	n° 022 de 29 de abril de 2010
Rio Casca	n° 1.732 de 20 de maio de 2010
Rio Doce	n° 858 de 30 de abril de 2010
Santa Cruz do Escalvado	n° 823 de 12 abril de 2010
Santo Antônio do Grama	n° 415 de 19 de maio de 2010
São José do Goiabal	n° 990 de maio de 2010
São Pedro dos Ferros	n° 28 de 30 abril de 2010
Sem Peixe	n° 211 de 12 de maio de 2010
Urucânia	n° 107 de 05 de abril de 2010

O CISAMAPI foi constituído e instalado como pessoa jurídica de direito público interno, na forma de associação pública e de natureza autárquica na data de 17 de maio de 2010 conforme ato publicado na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, edição do dia 18 de maio de 2010, caderno 1, página 63, fundamentado no art. 4°, §5° e art. 6°, *caput,* inciso I e §1° da Lei n° 11.107/2005 c/c o art. 47 do Decreto n° 6.107/2007.

Posteriormente, o Município de Mariana ingressou como Ente Consorciado ao CISAMAPI através da Lei Municipal n° 3.229 de 25 de junho de 2018.

Por fim, em dezembro de 2021, foi aprovada a consolidação do contrato de consórcio público do Consórcio CISAMAPI, ato de constituição do Consórcio CISAMAPI, que é complementado pelas normas do Estatuto na forma da redação ora consolidada.

Desta forma, os Municípios qualificados na cláusula primeira do instrumento de consolidação, reunidos em assembleia, resolvem formalizar a presente **CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE**

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maytink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F939.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

SAÚDE DO VALE DO PIRANGA - CISAMAPI devidamente constituído como pessoa jurídica de direito público interno, do tipo associação pública, de natureza autárquica interfederativa, que tem por finalidade a consecução dos objetivos delineados neste instrumento, com observância da Lei 11.107/2005 e demais normativos pertinentes, com a finalidade de realizar a execução e a gestão associada de ações e serviços públicos de saúde.

Ponte Nova, 25 agosto de 2022.

Wagner Mol Guimarães
Prefeito Municipal de Ponte Nova
Presidente do CISAMAPI

Marleyde de Paula Mucida
Prefeita Municipal de Rio Casca
Vice-Presidente do CISAMAPI

Marco Aurélio Raminho
Prefeito Municipal de Santo Antônio do Grama
Secretário-Geral do CISAMAPI

Maria Regina de Carvalho Martins
Secretária Executiva do CISAMAPI

Jéssica Alvarenga Soares
Assessora Jurídica do CISAMAPI

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Berto, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, America De Almeida Cezar, Jose Braulio Alexo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

Reunidos em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de agosto de 2022, os representantes dos Municípios, membros do CISAMAPI, compreendendo quórum qualificado dos Entes Consorciados, resolveram alterar o seu Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação consolidada:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇOES PRELIMINARES

CAPÍTULO I
DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO PIRANGA - CISAMAPI - é integrado pelos Municípios consorciados subscritores desta consolidação do contrato de consórcio público a seguir indicados:

I. Município de Abre Campo, CNPJ n°18.837.278/0001-83;
II. Município de Acaiaca, CNPJ n°18.295.287/0001-90;
III. Município de Alvinópolis, CNPJ n°16.725.392/0001-96;
IV. Município de Amparo do Serra, CNPJ n°18.316.174/0001-23;
V. Município de Barra Longa, CNPJ n° 18.316.182/0001-70;
VI. Município de Diogo de Vasconcelos, CNPJ n°18.295.311/0001-90;
VII. Município de Dom Silvério, CNPJ n°18.297.226/0001-61;
VIII. Município de Guaraciaba, CNPJ n°19.382.647/0001-53;
IX. Município de Jequeri, CNPJ n°18.316.166/0001-87;
X. Município de Mariana, CNPJ n°18.295.303/0001-14;
XI. Município de Oratórios CNPJ n°01.616.836/0001-88;
XII. Município de Piedade de Ponte Nova, CNPJ n° 18.316.257/0001-12;
XIII. Município de Ponte Nova, CNPJ n°23.804.149/0001-29;
XIV. Município de Raul Soares, CNPJ n°18.836.965/0001-84;
XV. Município de Rio Casca, CNPJ n°18.836.957/0001-38;
XVI. Município de Rio Doce, CNPJ n°18.316.265/0001-69;
XVII. Município de Santa Cruz do Escalvado, CNPJ n°18.316.273/0001-05;
XVIII. Município de Santo Antônio do Grama, CNPJ n°18.836.973/0001-20;
XIX. Município de São José do Goiabal CNPJ n° 18.402.552/0001-91;
XX. Município de São Pedro dos Ferros, CNPJ n°19.243.500/0001-82;
XXI. Município de Sem Peixe, no CNPJ n° 01.625.189/0001-70;
XXII. Município de Urucânia, CNPJ n°18.316.281/0001-51;

Art. 2°A presente Consolidação do Estatuto do CISAMAPI entrará em vigor após a sua publicação, adotando-se a denominação de "Estatuto Consolidado do CISAMAPI ", documento regido pelas normas de direito público.

§ 1º O Ente da Federação não indicado no art. 1° poderá integrar o Consórcio mediante o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maytink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Alexo, Jose Roberto Genif Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

I - Aprovação pela Assembleia Geral do Consórcio; e

II - Lei de ratificação do contrato consolidado do consórcio público CISAMAPI expedida pelo próprio Município que ingressar, que poderá ser expedida na forma de lei de simples autorização para o ingresso em consórcio público, hipótese em que se estará compreendida a ratificação integral do contrato consolidado do consórcio público CISAMAPI; e

§2° A deliberação da Assembleia Geral que aprovar o ingresso de Município não subscritor deste instrumento deverá dispor sobre as obrigações para a sua admissão especialmente quanto ao patrimônio do Consórcio na forma da Cláusula 39ª do contrato consolidado do consórcio CISAMAPI.

§3° A lei autorizadora, que ratificar contrato consolidado do consórcio público CISAMAPI poderá prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do presente instrumento, sendo que, nessa hipótese, o consorciamento dependerá de aprovação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO II
DA DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE

Art. 3° O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA - CISAMAPI é pessoa jurídica de direito público interno, do tipo associação pública, de natureza autárquica e interfederativa, com personalidade jurídica de direito público e integrará a administração indireta de todos os entes consorciados.

Art. 4° O Consorcio vigerá por prazo indeterminado, sendo assegurado, pelos consorciados, o cumprimento das responsabilidades assumidas em relação aos financiamentos concedidos durante a vigência do Consórcio.

Art. 5° A sede do Consórcio é no endereço sito à Avenida Ernesto Trivellato, nº 120, bairro Triângulo, Ponte Nova, Estado de Minas Gerais.

§1° Além da sede administrativa e assistencial indicada no caput, e observado o disposto neste artigo, integra o consórcio o polo administrativo e assistencial existente e em funcionamento no Município de Rio Casca, podendo ser estabelecidos novos polos administrativos e de assistência à saúde em Municípios consorciados desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – Proposta de criação de iniciativa da maioria absoluta do Conselho de Secretários;

II – Aprovação por quórum qualificado de 2/3 (dois terços) dos Entes Consorciados;

III – Inclusão do novo polo no Estatuto do Consórcio, prescindindo de ratificação por lei dos Municípios consorciados.

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cazar, Jose Braulio Alexo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

§2°A área de atuação do CISAMAPI será formada pelo território dos Municípios consorciados, constituindo-se em uma unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades às quais se submete, podendo prestar atendimento e desenvolver atividades em escritórios, laboratórios, clínicas, unidades de saúde dos Municípios Consorciados e, de forma complementar, da iniciativa privada, conforme deliberado no Estatuto do CISAMAPI.

§3° A Assembleia Geral do Consórcio, mediante decisão de 2/3(dois terços) dos consorciados, poderá alterar a sede, dispensada a ratificação desta alteração por lei dos Municípios consorciados.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS

Art. 6° Conforme estabelecido no Contrato do Consórcio, a finalidade geral do CISAMAPI é realizar o desenvolvimento de ações e serviços de saúde em conjunto dos Entes Federados que aderirem ao Consórcio, em caráter complementar e obedecidos os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde - SUS, atuando nas diversas esferas da saúde, realizando a gestão e a execução de ações e serviços de saúde, assegurado o acesso universal e igualitário da população atendida pelos Municípios consorciados.

PARÁGRAFO ÚNICO. São objetivos do Consórcio:

I - Garantir a implantação das diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS nos Municípios associados, conforme estipulado nos artigos 196 a 200 da Constituição Federal e pela Lei Complementar n° 141, de 13 de janeiro de 2012.

II – Representação institucional dos Municípios que o integram, em assuntos de interesse comum, na área da saúde pública, perante quaisquer órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

III - Planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas a promover a Saúde dos habitantes da região e implantar os serviços afins, tendo como esteio as regras e condições previstas pela Lei Federal nº. 11.107/2005 e Decreto nº 6.017/2007;

IV – Assegurar, indistintamente, a prestação de serviços de saúde à população dos Municípios consorciados, de forma eficiente e eficaz, quer através de programas de atuação própria ou por originários de outras esferas governamentais;

V - Otimizar o uso dos recursos humanos e materiais colocados à disposição do CISAMAPI;

VI - Promover o fortalecimento e a complementação da prestação dos serviços básicos e de especialidades de saúde existentes nos Municípios consorciados;

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maynink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Maileyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

VII - Estimular e propiciar a integração das diversas instituições públicas e privadas, para eficazmente atingir a excelência na operacionalização das atividades de saúde;

VIII - Incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde nos Municípios consorciados, objetivando a uniformidade de atendimento médico e de auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos através do CISAMAPI;

IX – Instituir mecanismos de controle, acompanhamento e avaliação dos procedimentos inerentes à prestação direta e indireta de serviços de saúde à população regional;

X – Adotar medidas e procedimentos destinados à promoção da saúde aos habitantes dos Municípios associados, em especial apoiando serviços e campanhas do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde e das Secretarias de Saúde dos Entes consorciados;

XI - Viabilizar a existência de infraestrutura de saúde regional na área territorial do CISAMAPI;

XII - Organizar, promover e executar sistemas de registro de preços na forma estabelecida pelo caput do art. 86 da Lei n° 14.133/2021 referente à insumos, materiais, equipamentos e serviços destinados à área de saúde para atendimento dos Entes Consorciados, tais como nas áreas farmacêutica, equipamentos de proteção individual e médico hospitalares, sem prejuízo de outras.

XIII – Exercer as autorizações, delegações e deliberações da Assembleia Geral quanto a competências privativas ou comuns constitucionalmente, legalmente ou contratualmente pertencentes e/ou estabelecidas aos Municípios consorciados quanto a ações e serviços públicos de saúde e atividades afins, correlatas, suplementares, complementares ou intermediárias àquelas competências previstas nos incisos anteriores;

§1° A participação de Município como Ente consorciado estará condicionada à ratificação da Consolidação do Contrato de Consórcio por lei, sendo expressamente vedada a ratificação com ressalvas ou ainda a desincumbência de cláusulas que sejam de caráter comum a todos os Entes consorciados.

§2° Para o desenvolvimento de seus objetivos, o CISAMAPI poderá valer-se dos seguintes instrumentos:

I - Firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber, auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos de governo, inclusive com municípios que não tenham sido subscritores da presente Consolidação do Contrato de Consórcio Público;

II - Promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público;

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maytink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Mauricsan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cazar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Garriff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

III - Ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação nos casos em que a legislação permitir e respeitando o presente instrumento;

IV - Estabelecer contrato de programa, contrato de rateio, termos de parceria e contratos de gestão para a execução das ações e a prestação dos serviços públicos fixados neste instrumento;

V - Contratar operação de crédito observados os limites e condições estabelecidas na legislação pertinente.

VI – Promover licitações e contratações públicas para os fins estabelecidos neste artigo, especialmente nos incisos XII e XIV do caput.

§3° O CISAMAPI poderá emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por ele administrado ou, mediante autorização específica, pelo ente consorciado, ficando, inclusive, autorizado a realizar atuar como prestador de serviços no âmbito do SUS, podendo emitir fatura e/ou nota fiscal;

§4° O CISAMAPI poderá outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos de sua competência ou contratar com terceiros, nos termos da legislação federal em vigor, a execução de atividades intermediárias e prestação de serviços mediante autorização prevista nos termos da Consolidação do Contrato de Consórcio Público, e de contrato de programa, observada a legislação e normas gerais pertinentes.

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7° O contrato consolidado de consórcio público do CISAMAPI é o ato constitutivo do CISAMAPI, cabendo ao Estatuto, de forma complementar, as disposições de organização, atuação e funcionamento do Consórcio cujas disposições deverão atender a todas as cláusulas da consolidação do contrato de consórcio público do CISAMAPI.

CAPÍTULO II
DOS ORGÃOS

Art. 8° O Consórcio é composto dos seguintes órgãos:

I – Assembleia Geral;

II- Presidência;

III - Conselho de Secretários;

IV - Secretaria Executiva;

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maytink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Csorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

V – Diretoria Administrativa e Assistencial;
VI – Diretoria Técnica;
VIII – Diretoria Jurídica;
VII – Diretoria de Contabilidade;
IX – Diretoria de Controle;
X – Gerência de Transporte.

§ 1º A Secretaria Executiva poderá instituir órgãos singulares ou colegiados, de natureza transitória.

§ 2º O regulamento de pessoal definirá a correlação e a hierarquia mantidas em relação a esses órgãos pelos empregados do Consórcio.

CAPÍTULO III
DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 9° A Assembleia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos Prefeitos de cada um dos Municípios Consorciados.

PARÁGRAFO ÚNICO. Ninguém poderá representar dois Municípios consorciados na mesma Assembleia Geral.

Art. 10 A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano, nos meses de julho e dezembro, e extraordinariamente sempre que convocada.

§1° A convocação das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias será feita por meio de edital afixado na sede do Consórcio, publicação no diário oficial eletrônico do consórcio e, ainda, mediante expedição de comunicação eletrônica por aplicativo de mensagens ou outro meio eletrônico dirigida a cada um dos Municípios Consorciados, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

§2° O prazo de cinco dias úteis poderá, a critério da Presidência, ser reduzido para:

I – um dia nas hipóteses de alegada urgência;

II – seis horas nas hipóteses de emergência e/ou calamidade pública de saúde.

§3° As reuniões da Assembleia Geral, bem como dos demais órgãos do Consórcio, poderá ser realizada presencialmente ou de forma virtual por meios tecnológicos de comunicação.

Art. 11 Cada consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

§ 1º O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que há aplicação de penalidade a empregados do Consórcio ou Ente consorciado.

§ 2º O Presidente do Consórcio, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quórum qualificado, votará apenas na hipótese de empate na respectiva votação.

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maynink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

§ 3° Havendo consenso entre os membros, às eleições e as deliberações poderão ser adotadas por aclamação.

Art. 12 A Assembleia Geral será instalada:

I – Em primeira convocação com a presença de entes consorciados que representem metade mais um dos votos totais do Consórcio;

II – Em segunda convocação, trinta minutos após a primeira convocação quando não obtido o quórum, desde que presentes pelo menos 1/3 dos Municípios consorciados.

§1° A assembleia poderá deliberar por maioria simples sobre todas as matérias de competência do Consórcio, ressalvadas as hipóteses em que seja exigido o quórum qualificado.

§2° Aprovação e/ou alteração do estatuto deverá ser aprovada por quórum qualificado de maioria absoluta dos votos dos Entes consorciados.

Art. 13 Compete à Assembleia Geral:

I - Homologar o ingresso no Consórcio de ente ou federativo que tenha ratificado a Consolidação do Contrato de Consórcio Público ou que apresente autorização legal para compor o Consórcio através de Lei municipal;

II - Aplicar a pena de exclusão do quadro de consorciados;

III - Aprovar o estatuto e suas alterações;

IV - Eleger ou destituir o Presidente, para mandato de 02 (anos), permitida a reeleição para um único período subsequente;

V - Ratificar ou recusar a nomeação ou destituir o Secretário Executivo;

VI - Aprovar:

a) o plano plurianual de investimento do CISAMAPI;

b) o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio e/ou contrato de programa;

c) A realização de operação de crédito;

d) A fixação, a revisão e o reajuste de taxas, tarifas e outros preços públicos do consórcio;

e) Alienação e gravação de ônus de bens do consórcio

f) Aceitar a cessão de servidores por ente federativo consorciado ou conveniado ao consórcio, bem como autorizar ainda a cessão de empregado público do Consórcio a qualquer que seja o município consorciado;

VII - Aprovar planos e regulamentos;

VIII - Apreciar e sugerir medidas sobre:

a) a melhoria dos serviços prestados pelo consórcio:

b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos e entidades e empresas privadas.

IX – Tomar e julgar a prestação de contas anual do Consórcio até o último dia útil do mês de março do ano seguinte àquele em se referir a prestação de contas;

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maynink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

X - Instituir através do Estatuto do Consórcio deliberação sobre a descrição, quantidade, forma de provimento, número de vagas, lotação e jornada de trabalho dos empregados públicos, sobre o regime, sobre as atribuições, sobre as funções gratificadas e as gratificações, bem como sobre quaisquer outros assuntos relacionados aos empregados públicos do CISAMAPI.

XI – Deliberar sobre outros assuntos de atuação e de interesse do CISAMAPI.

§ 1º Somente será aceita a cessão dos servidores com ônus para o Consórcio mediante decisão da maioria absoluta dos Municípios membros do CISAMAPI, proferida em Assembleia Geral convocada para este fim específico.

§ 2º As competências arroladas neste artigo não prejudicam outras sejam reconhecidas por este Estatuto, pelo regulamento de pessoal ou outro ato normativo do CISAMAPI.

Art. 14 O Presidente será eleito em assembleia especialmente convocada, podendo ser apresentada candidatura nos primeiros trinta minutos.

§1º Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de ente consorciado.

§2º O presidente será eleito mediante voto público e nominal dos representantes dos consorciados, sejam Prefeitos Municipais, sejam representantes legalmente designados.

§3º O presidente poderá ser eleito mediante aclamação, na hipótese de candidatura única.

§4º Será considerado eleito o candidato que obtiver o maior número dos votos válidos, não podendo ocorrer a eleição sem a presença de pelo menos a maioria absoluta dos Municípios consorciados.

§5º Havendo empate serão realizados novos escrutínios até que um dos candidatos obtenha a maioria dos votos válidos.

§6º O processo de eleição para Presidente do Consórcio deverá ocorrer no mínimo trinta dias antes do término do mandato do Presidente em exercício, observado o disposto no §7º.

§7º Em ano de eleição municipal, em que ocorra coincidência com a eleição de novo Presidente do Consórcio, serão aplicáveis as seguintes disposições:

I – Terão direito de candidatar-se e de votar somente os Prefeitos eleitos dos Municípios consorciados e que tenham sido diplomados pela Justiça Eleitoral.

II – A eleição para Presidente do Consórcio somente poderá ocorrer em data posterior à data-limite de diplomação dos eleitos, estabelecida pelo calendário expedido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilnar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Abeixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

Art. 15 Proclamado eleito o Presidente, a ele será dada a palavra para que caso queira, se manifeste sobre a substituição ou permanência do Secretário Executivo.

§1° Ocorrendo a hipótese de o Presidente eleito manifestar intenção de substituição do Secretário Executivo, será observado o seguinte rito:

I – Indicação do nome proposto para ocupar a Secretaria Executiva, com justificativa verbal do Presidente Eleito quanto a sua escolha;

II – A indicação do novo Secretário Executivo deverá ser ratificada, em ato contínuo, pela Assembleia Geral mediante aprovação pelo quórum qualificado de maioria absoluta dos Municípios consorciados, observado o disposto no §4° do art. 14.

III - Caso haja recusa do indicado, deverá haver nova indicação por parte do Presidente eleito até que o novo nome seja aprovado.

§ 2° A não indicação de novo Secretário Executivo por parte do Presidente eleito, importará expressamente na manutenção do Secretário Executivo em exercício, hipótese em que ficará dispensada a ratificação pela Assembleia Geral.

§ 3° O Secretário Executivo deverá, necessariamente, atender um dos seguintes requisitos:

I - Possuir curso superior; ou

II - Notória experiência:

a) em administração pública; ou

b) na área de saúde pública ou privada.

Art. 16 Em Assembleia Geral poderá ser destituído o Presidente do Consórcio ou o Secretário Executivo, devendo haver clara indicação do motivo mediante apresentação de moção de censura e aprovação de quórum qualificado de 2/3 (dois terços) dos Municípios consorciados.

§1° Caso aprovada moção de censura do Presidente do Consórcio ou do Secretário Executivo, estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma assembleia, à eleição do Presidente ou indicação de novo Secretário Executivo, conforme o caso, para completar o período remanescente de mandato.

§ 2° Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, será designado Presidente *pro tempore* por maioria simples dos votos presentes, o qual exercerá as funções até a próxima Assembleia Geral, a se realizar no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos.

§ 3° Rejeitada a moção de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada pela Assembleia Geral nos 180 (cento e oitenta) dias corridos seguintes.

Art. 17 As atas da Assembleia Geral serão registradas:

I - Por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembleia Geral, indicado o nome do representante.

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

II - de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral:

III - A íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia bem como a proclamação de resultados.

§ 1º No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado de votação.

§ 2º Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada pela metade mais um, dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

§ 3º A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que lavrou, por quem presidiu e pelos entes consorciados com direito a voto na Assembleia Geral.

§4° Na hipótese de reunião virtual, mediante utilização de aplicativo eletrônico de videoconferência e/ou similar, será expedida ata em meio eletrônico que será firmada:

I – Pelo Presidente na hipótese de reunião virtual da assembleia e da Presidência;

II – Pelo Secretário Executivo nas demais hipóteses de reuniões virtuais dos Órgãos do Consórcio.

§5° A ata expedida na forma do §4° será firmada por assinatura eletrônica qualificada, em conformidade com o disposto no art. 10, §1° da MP 2.200-2/2001 c/c o art. 4°, *caput,* inciso III da Lei n° 14.063/2020 e, após a certificação de sua publicação em sítio eletrônico mantido pelo Consórcio, gozará de plena eficácia aplicável aos documentos públicos.

Art. 18 Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até dez dias, publicada em sítio eletrônico do CISAMAPI e, ainda, no Diário Oficial Eletrônico do CISAMAPI.

Art. 19 Mediante o pagamento das despesas de reprodução, cópia da ata será fornecida para qualquer cidadão, independentemente da demonstração de interesse.

CAPÍTULO IV
DA PRESIDÊNCIA

Art. 20 A Presidência do CISAMAPI é composta pelos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário-Geral eleitos dentre os Chefes do Poder Executivo pela Assembleia Geral.

§1º Compete ao Presidente do CISAMAPI, sem prejuízo de outras disposições do contrato de consórcio público do CISAMAPI e deste Estatuto:

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

I - Autorizar o Consórcio a ingressar em juízo;

II - Convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral;

III - Representar judicial e extrajudicialmente o CISAMAPI, cabendo ao Vice-Presidente, substituí-lo em seus impedimentos e suspeições;

IV - Movimentar em conjunto com o Secretário Executivo as contas bancárias e recursos do CISAMAPI, autorizada a delegação desta atribuição;

V - Dar posse aos empregados públicos concursados do CISAMAPI, bem como nomear os empregados públicos em comissão de livre nomeação e exoneração;

VI - Ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

VII - Convocar reuniões com a Secretaria Executiva e Conselho de Secretários;

VIII - Homologar e adjudicar as licitações realizadas pelo Consórcio;

IX - Expedir resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Secretários para dar força normativa às decisões estabelecidas nesses colegiados;

X - Expedir portarias e decretos para dar força normativa às decisões monocráticas de competência do Presidente do CISAMAPI;

XI - Delegar atribuições e designar tarefas para as unidades do CISAMAPI;

XII - Julgar, em última instância, recursos relativos à:

a) Homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

b) Impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação, homologação e adjudicação;

c) decisões proferidas pelo Secretário Executivo na aplicação de penalidades a empregados do Consórcio.

d) demais decisões proferidas pelos órgãos do Consórcio, excluídas as deliberações da Assembleia Geral

XIII - Zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas pela Consolidação do Contrato de Consórcio Público ou por este Estatuto a outro órgão do Consórcio.

XIV – Aprovar para posterior deliberação da Assembleia Geral:

a) Plano Plurianual de Investimentos;

b) Orçamento Anual do exercício seguinte, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de Contrato de Rateio;

XV - Planejar todas as ações de natureza administrativa do CISAMAPI, fiscalizando a Secretaria Executiva na sua execução;

XVI - Elaborar e propor a Assembleia Geral alterações no quadro de pessoal do CISAMAPI;

XVII - Aprovar a celebração dos instrumentos de gestão, contratos e congêneres previstos neste instrumento;

XVIII - Propor o Plano de Carreira dos funcionários do Consórcio;

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Alexo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

XIX - Aprovar previamente a contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos previsto neste instrumento;

XX - Elaborar e promover alteração e/ou revisão do Estatuto do CISAMAPI, com auxílio da Secretaria Executiva, submetendo tal proposição à aprovação da Assembleia Geral;

XXI - Solicitar a cessão de servidores dos entes consorciados;

XXII - Propor à Assembleia Geral a alteração deste instrumento;

XXIII - Definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de investimento do CISAMAPI;

XXIV – Decidir, em única instância administrativa, sobre aplicação de penalidade de demissão de empregado do CISAMAPI;

XXV – Decidir sobre revisão geral anual dos vencimentos dos empregados do Consórcio, observada a existência de previsão no orçamento do CISAMAPI.

XXVI - Deliberar sobre outras matérias de natureza administrativa do CISAMAPI não atribuídas à competência da Assembleia Geral e não elencadas neste artigo.

§2º Em assuntos de interesse comum ou de maior repercussão para as atividades do Consórcio Público, fica autorizado o Presidente a representar os Municípios consorciados perante outras esferas de governo, inclusive com o objetivo de celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, defender as causas municipalistas e/ou regionais, dentre outros assuntos.

§3º As competências previstas neste artigo poderão ser delegadas mediante Portaria específica expedida pela Presidência.

§4º Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Secretário Executivo poderá praticar atos ad referendum do Presidente.

§5º O Presidente, Vice-Presidente e Secretário-Geral serão eleitos para exercer mandato de dois anos, permitida uma única reeleição para o mandato subsequente.

§6° Em caso de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente será realizada a eleição para o seu preenchimento, no prazo de até 60 (sessenta) dias e enquanto não realizada a eleição à Presidência e Vice-Presidência serão exercidas pelos Prefeitos mais idosos sucessivamente.

Art. 21 Compete ao Vice-Presidente do CISAMAPI:

I - Substituir e representar o Presidente em todas suas ausências e impedimentos;

II - Assessorar o Presidente e exercer as funções que lhe forem delegadas;

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maytink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7515-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

III - Assumir interinamente a Presidência do CISAMAPI, no caso de vacância, quando esta ocorrer na segunda metade do mandato, exercendo-a até seu término;

IV - Convocar assembleia extraordinária em até 15 (quinze) dias para eleição de novo Presidente do CISAMAPI, no caso de a vacância ocorrer na primeira metade do mandato, quando o eleito presidirá o Consórcio até fim do mandato original, podendo, se reeleito, ser conduzido ao mandato seguinte.

Art. 22 Compete ao Secretário-Geral do CISAMAPI:

I - Representar o Presidente e o Vice-Presidente em todas suas ausências;

II - Assessorar o Presidente e exercer as funções que lhe forem delegadas;

III – Exercer as demais atribuições que venham a ser estabelecidas neste Estatuto.

CAPÍTULO V
DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 23 A Secretaria Executiva será exercida pelo Secretário Executivo, observado o Estatuto quanto as disposições de nomeação e procedimentos para a sua posse e exercício, observadas as disposições deste instrumento.

Parágrafo único. Além do previsto neste Estatuto compete à Secretaria Executiva:

I - Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, incluídas àquelas de representação junto a órgãos públicos federais, estaduais e municipais, podendo firmar requerimentos, solicitações e quaisquer documentos em nome do Consórcio;

II – Proferir decisão sobre:

a) Homologação de inscrição e de resultado de concursos públicos;

b) Impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à revogação e/ou anulação, adjudicação e homologação de seu objeto;

c) Aplicação de advertência e da penalidade de suspensão a empregados do consórcio;

III – Efetivar, mediante prévia autorização da Presidência, a dispensa ou exoneração de empregados públicos em comissão e de empregado públicos temporários.

IV – Estabelecer, orientar e supervisionar todos e quaisquer procedimentos técnicos, administrativos e operacionais no âmbito do Consórcio, fornecendo, inclusive, subsídios para as declarações e ações do Consórcio;

V – Formalizar termo de convênio e termo de compromisso de estágio no âmbito da Lei n° 11.788/2008;

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Abeixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

VI – Exercer atribuições delegadas pelo Presidente do Consórcio, tais como a ordenação de despesas do consórcio e respectiva responsabilidade pelas prestações de contas.

CAPÍTULO VI
DO CONSELHO DE SECRETÁRIOS

Art. 24 O Conselho de Secretários é órgão normatizador do Consórcio, sendo composto pelos Secretários Municipais de Saúde dos entes consorciados, ou cargo congênere.

§1° Será de competência do Conselho de Secretários:

I - Exercer competências estabelecidas neste instrumento;

II - Elaborar o plano de atividades e as propostas orçamentárias anuais a serem submetidas à Assembleia Geral;

III – Aprovar e alterar tabela oficial de procedimentos e respectivos preços vinculados à gestão de associada de serviços públicos de saúde a ser implementada pelo CISAMPI.

§2° O Conselho de Secretários reunir-se-á extraordinariamente, por convocação de 1/3 dos seus membros ou por iniciativa do Secretário Executivo ou ordinariamente em periodicidade bimestral.

CAPÍTULO IX
DAS DIRETORIAS E DEMAIS ÓRGÃOS

Art. 25 A Diretoria de Contabilidade será exercida pelo Diretor de Contabilidade e será responsável pelas seguintes áreas do CISAMAPI:

I – Contabilidade;

II – Tesouraria;

III – Patrimônio e almoxarifado;

IV – Recursos humanos;

V – Contratos de rateio, contratos de programa, convênios e demais instrumentos congêneres.

Art. 26 A Diretoria Administrativa e Assistencial será exercida pelo Diretor Administrativo e Assistencial que será responsável pelas seguintes áreas do CISAMAPI:

I – Serviços administrativos do consórcio;

II – Licitações e contratações públicas;

III – Zeladoria e limpeza;

IV - Serviços e ações em saúde realizadas pelo CISAMAPI de forma direta e indireta;

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

V – Agendamento de procedimentos, consultas, exames e demais serviços de saúde;

VI - Atendimento a pacientes, incluídos os serviços de arquivamento de informações dos tratamentos;

Art. 27 A Diretoria Técnica será exercida pelo Diretor Técnico do CISAMAPI e terá por atribuição supervisionar e promover a responsabilidade técnica dos serviços médicos prestados por intermédio do CISAMAPI.

Art. 28 Compete à Diretoria Jurídica:

I – Prestar assessoria jurídica aos órgãos superiores do Consórcio, constituídos pela Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Presidência;

II – Prestar assessoria e consultoria jurídica aos demais órgãos e unidades do Consórcio;

III – Realizar a representação do Consórcio perante o Poder Judiciário;

Art. 29 Compete à Diretoria de Controle:

I - Analisar as alterações verificadas nas previsões do orçamento anual e plurianual de investimentos e propor os ajustamentos necessários;

II - Cumprir e fazer cumprir as normas vigentes na administração pública;

III - Desenvolver atividades de atendimento e informação ao público e autoridades:

a) sistematizar as normas de controle;

b) orientar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Consórcio, com vistas à regular e racional utilização dos recursos e bens públicos;

c) orientar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a gestão administrativa, no tocante à administração de pessoal do Consórcio;

d) orientar, aconselhar, fiscalizar e avaliar os setores competentes, responsáveis por licitações e compras, administração da frota de veículos e máquinas e administração patrimonial, estabelecendo os mecanismos do controle interno destes setores;

e) executar os trabalhos de fiscalização da execução contábil e financeira, administrativa e operacional junto aos órgãos do Consórcio;

f) verificar e certificar as contas dos responsáveis pela aplicação, utilização ou guarda de bens e valores públicos e de todo aquele que, por ação ou omissão, der causa à perda, subtração de valores, bens materiais de propriedade ou responsabilidade do Consórcio;

g) emitir relatório, por ocasião do encerramento do exercício, sobre as contas e balanço geral do Consórcio;

h) organizar e manter atualizado o cadastro dos responsáveis por dinheiro, valores e bens públicos, assim como dos órgãos e entidades sujeitos a auditoria pelo Tribunal de Contas do Estado;

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maytink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, America De Almeida Cezar, Jose Braulio Alexo, Jose Roberto Gariff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

i) estabelecer normas de prevenção e controle interno de todos os atos do Consórcio, nas áreas administrativa, financeira, patrimonial e de custos;

h) exercer outras atividades correlatas relacionadas a coordenação da fiscalização, auditoria, controle e conformidade dos atos da gestão fiscal, financeira, orçamentária, patrimonial, recursos humanos, licitações e contratações públicas do CISAMAPI.

Art. 30 Gerência de Transportes, responsável pela coordenação da frota do CISAMAPI e pelo sistema de transporte em saúde de pacientes dos Entes consorciados.

Art. 31 Os órgãos indicados nos arts. 25 a 30 observarão a estrutura, composição de empregados, atribuições e competência complementares que venham a ser dispostas no regulamento de pessoal.

TÍTULO III
DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I
DOS EMPREGADOS PÚBLICOS

Art. 32 Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio os empregados concursados e os contratados temporariamente para empregos públicos previstos no contrato de consórcio público do CISAMAPI e/ou neste instrumento, os nomeados para exercício de emprego público em comissão também previstos no contrato de consórcio, servidores cedidos pelos entes consorciados ou conveniados, e os prestadores de serviços contratados na forma estabelecida pela Lei n° 14.133/2021.

§1° As atividades de Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral, membro do conselho de Secretários bem como a participação dos representantes dos Entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado serviço público relevante.

§2° Os empregados do Consórcio, nomeados em razão de concurso público, os contratados temporariamente e os nomeados para exercer empregos em comissão serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT.

§3° A Assembleia Geral deverá aprovar o regulamento próprio de pessoal, respeitadas as disposições previstas na CLT, bem como as peculiaridades do Consórcio Público.

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maynink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Adelmar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Mauricsan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

§4° Observadas as disposições deste instrumento e do contrato de consórcio público do CISAMAPI, sem prejuízo de estabelecimento de outras disposições, o regulamento de pessoal do Consórcio deverá dispor sobre:

I – Hipóteses e condições de provimento, substituição e vacância;
II – Nomeação, posse e exercício;
III – Avaliação de desempenho;
IV – Reabilitação profissional;
V – Direitos e vantagens;
VI – Hipóteses e condições de concessão de férias;
VII – Jornada de trabalho, compensação e banco de horas;
VIII – Licenças e afastamentos;
IX – Direito de petição;
X – Deveres, vedações e responsabilidades;
XI – Processo administrativo disciplinar;
XII – Hipóteses de aplicação de advertência e das penalidades de suspensão e/ou demissão.

Art. 33 Os agentes públicos do CISAMAPI serão nomeados para o exercício dos empregos públicos:

I - Em caráter permanente:

a) Instituídos no âmbito do CISAMAPI na data da expedição da consolidação do contrato de consórcio;

b) Que venham a ser instituídos em caráter permanente e de forma complementar através deste Estatuto;

II - Em caráter temporário, que venham a ser instituídos:

a) Por deliberação da Assembleia Geral para atendimento de programa criado ou estabelecido pela União, pelo Estado de Minas Gerais, pelo Consórcio ou termo de convênio e instrumentos congêneres a ser desenvolvido pelo CISAMAPI;

b) Constantes de contrato de programa que venha a ser firmado pelo CISAMAPI.

§1° Os empregos públicos já instituídos no âmbito do CISAMAPI se encontram indicados no Anexo I da consolidação de contrato de consórcio público do CISAMAPI e reproduzidos em anexo deste instrumento.

§2° O Estatuto do CISAMAPI, mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá dispor sobre novos empregos públicos que eventualmente venham a ser demandados em caráter permanente pelo Consórcio, hipótese em que deverá tratar da descrição, forma de provimento, número de vagas, lotação, jornada de trabalho e atribuições, ficando autorizada a criação, prescindindo de nova ratificação legislativa, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - Estejam vinculados a órgão permanente do CISAMAPI;

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maynink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, America De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Gariff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Elbi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

II - Observem a estrutura de vencimentos constantes do Anexo III do contrato de consórcio público do CISAMAPI e respectivas atualizações, reproduzido em anexo deste instrumento;

III - Contenham atribuições e pré-requisitos compatíveis com as funções a serem desempenhadas, respeitadas os parâmetros de orientação constantes de norma brasileira de ocupações de abrangência nacional e das respectivas leis de caráter nacional regulamentadoras da profissão acaso existente;

IV - Seja previamente justificada a criação do emprego público, demonstrando-se:

a) a motivação do ato;

b) a origem dos recursos financeiros e a disponibilidade orçamentária que serão utilizados para cobertura dos gastos;

V - Atendam aos parâmetros da área de atuação do Consórcio.

§3° O CISAMAPI, mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá dispor no Estatuto do Consórcio, sobre vantagens de caráter temporário ou permanente vinculadas à concessão de gratificações, bem como de funções gratificadas ou funções de confiança, desde que observadas as condições estabelecidas nos §§2° e 3° deste artigo, dispensada a ratificação por lei dos Entes Consorciados.

§4° O provimento dos empregos, a designação para as funções gratificadas, a concessão de gratificações, de que trata este artigo serão feitos de forma escalonada e condicionada à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária e financeira suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, conforme disposto no §1° do art. 169 da Constituição da República de 1988.

§5° Visando atendimento das hipóteses do inciso II do caput desta deste artigo, fica autorizada a criação de empregos públicos temporários, vinculados à vigência de programa temporário desenvolvido pelo CISAMAPI e/ou da vigência do contato de programa que lhe deu origem, atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - Sejam objeto de deliberação da Assembleia Geral na hipótese da alínea "a" do inciso II do *caput* desta deste artigo ou estejam expressamente previstos em contrato na hipótese da alínea "b" do inciso II do *caput* deste artigo;

II - Contenham atribuições e pré-requisitos compatíveis com as funções a serem desempenhadas, respeitadas os parâmetros de orientação constantes de norma brasileira de ocupações de abrangência nacional e das respectivas leis de caráter nacional regulamentadoras da profissão acaso existente;

III - Estejam vinculados ao objeto do programa temporário desenvolvido pelo CISAMAPI e/ou do contrato de programa, no qual deverão constar as condições, atribuições, denominação, vencimento e demais especificações necessárias para a consecução do seu respectivo objeto;

IV - Observem os padrões de vencimento do Anexo III, permitida a utilização de valores distintos quando, comprovadamente, sejam necessários

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maytink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Abaixo, Jose Roberto Gariff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F585.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

para equiparar àqueles praticados no mercado ou determinado por norma específica.

§6° Os vencimentos constantes do Anexo III deste instrumento observarão a revisão geral anual a ser efetivada por iniciativa do Presidente do Consórcio desde que exista previsão orçamentária suficiente para atendimento da despesa, prescindindo de deliberação da Assembleia Geral.

§7° Efetivada a revisão geral anual, deverá ser expedido Decreto contendo o valor atualizado e consolidado do Anexo III.

Art. 34 Por ato do Presidente do CISAMAPI, respeitada a concordância do empregado público, poderá ser feita alteração definitiva ou provisória, do número de horas da jornada de trabalho, de ofício, em razão do interesse público, especialmente de adequação financeira orçamentária sendo admitido, inclusive, a ampliação de sua jornada de trabalho, desde que respeitadas as disposições expressas em lei.

Art. 35 A dispensa de empregados públicos, ressalvados as hipóteses de empregos públicos em comissão de livre nomeação e exoneração, dependerá da observância do devido processo legal na forma do regulamento de pessoal.

Parágrafo único. Em se tratando de Empregados Concursados deverá ser instaurado Procedimento Administrativo onde seja assegurado direito a ampla defesa e ao contraditório para a demissão.

Art. 36 Será permitido aos empregados públicos concursados o afastamento para o exercício de emprego em comissão no âmbito do CISAMAPI nos termos do que prever o regulamento pessoal.

§1° Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos salvo na hipótese de cessão para exercício de cargo em comissão perante os Municípios consorciados desde que ocorra afastamento não remunerado nos termos do que prever o regulamento pessoal.

§2º Na hipótese de encerramento e extinção do Consórcio, todos os empregados serão demitidos.

§3º Será objeto de regulamentação outras possibilidades de afastamento em normativo próprio de pessoal do Consórcio.

CAPÍTULO II
DO QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS

Art. 37 O quadro de pessoal do Consórcio, observados os anexos da consolidação do contrato de consórcio público do CISAMAPI, será composto:

I - Pelos empregos públicos permanentes descritos no Anexo I deste instrumento e, ainda, de forma complementar, aqueles que venham a ser tratados por intermédio deste Estatuto e eventuais alterações;

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Aveiar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

II - Pelos empregos públicos temporários na forma que dispuser contrato de programa que venha a ser firmado.

§ 1º Os Anexos II e III deste Instrumento fixam os parâmetros a serem observados na instituição de novos empregos públicos através do Estatuto do CISAMAPI, observado, em qualquer caso, de forma cumulativa, as disposições constantes do art. 33 deste instrumento.

§ 2º O Anexo III fixa a tabela oficial de vencimentos de empregados públicos do CISAMAPI, distribuídos entre as diversas naturezas dos empregos públicos, quais sejam:

I - Empregos do quadro permanente sujeitos à concurso público;

II - Empregos em comissão, de livre nomeação e exoneração;

III – Empregos temporários sujeitos a processo seletivo;

IV - As funções gratificadas.

§3° As funções gratificadas somente poderão ser pagas aos empregados integrantes do quadro permanente do Consórcio e serão calculadas mediante aplicação dos percentuais constantes do Anexo III tendo por base de cálculo o valor do menor vencimento do CISAMAPI correspondente ao nível de vencimento 01 (um).

§4° Ressalvada a hipótese de participação em comissão temporária, e observada a restrição de eventual incompatibilidade, é vedado o pagamento cumulativo simultâneo de função gratificada aos empregados do Consórcio, sendo autorizado, no caso de acúmulo de funções, o pagamento de maior valor.

§5° A gratificação de função deverá ser exercida pelos empregados do Consórcio sem prejuízo do exercício das atribuições do emprego de origem, exceto quanto ao exercício da função gratificada de atividade de Controlador Geral (FGCG) e o exercício da função gratificada de atribuições de Agente de Contratação (FGAC) que serão de dedicação exclusiva, no âmbito do Consórcio, permitido o exercício de atividades privadas que não gerem incompatibilidade ou conflito com as atribuições exercidas pelo Consórcio.

§6° Os ocupantes de empregos em comissão, de livre nomeação e exoneração, poderão, eventualmente, realizar atribuições típicas das funções gratificadas, vedado, contudo, o pagamento de qualquer adicional em razão deste exercício.

§7º Na hipótese de indisponibilidade orçamentária e financeira para o custeio das despesas de pessoal, deverão ser tomadas as seguintes medidas:

I - Redução de 100% de despesas com Gratificações e Funções Gratificadas.

II – Se o estabelecido no inciso I não for suficiente deverá ser feita redução de no mínimo 20% de despesas com empregos em comissão.

III – Se o estabelecido nos incisos I e II não for suficiente deverá ser feita redução de no mínimo 50% de despesas dos contratados temporários.

IV – Se o estabelecido nos incisos I, II, e III não for suficiente poderá ser feita a dispensa de empregados concursados.

§8º O disposto no inciso IV deverá observar o disposto no art. 35.

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Berto, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marieyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

CAPÍTULO III
DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 38 Os empregados do Consórcio somente ingressarão mediante contratação celebrada após concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto:

I - Nas hipóteses de nomeação para exercício de emprego público em comissão, de livre nomeação e exoneração;

II - Para atendimento de demandas temporárias

III - Para atendimento de termos de contrato de programa, gestão, parceria, convênio ou instrumento congênere que venha a ser firmado pelo CISAMAPI.

§ 1º Os editais de concurso público, após aprovados pela Secretaria Executiva, deverão ser subscritos pelo Presidente do Consórcio.

§ 2º Após o Presidente do CISAMAPI subscrever o Edital de Concurso Público, o mesmo deverá ser submetido à Assembleia Geral para ciência.

CAPÍTULO IV
DAS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS

Art. 39 A contratação por tempo determinado será efetivada para:

I - A atender necessidade temporária de excepcional interesse público na hipótese de preenchimento de emprego público vago, até o seu provimento por meio de concurso público;

II - Atendimento aos termos de contrato de programa, convênio, parceria ou congênere que venha a ser firmado pelo CISAMAPI.

§ 1º As contratações serão realizadas mediante processo seletivo que deverá atender ao seguinte procedimento:

I - Edital de chamamento, publicado na imprensa oficial em que se defira aos candidatos no mínimo cinco dias úteis para inscrição;

II - Seleção mediante aplicação de critérios objetivos previamente estabelecidos no edital de chamamento, circunscritos à titulação acadêmica e adoção alternativa de um dos seguintes critérios:

a) Aplicação de prova escrita; ou

b) Experiência profissional relacionada com a função a ser exercida no Consórcio.

§2° Prescindirá de processo seletivo as contratações que venham a ser realizadas pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, hipótese em que observarão o seguinte procedimento:

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maynink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

I - Edital de chamamento, publicado no sítio eletrônico do Consórcio e fisicamente em local próprio na Sede do Consórcio, em que se defira aos candidatos no mínimo dois dias úteis para inscrição;

II - Seleção mediante aplicação de critérios objetivos, circunscritos à titulação acadêmica e/ou à experiência profissional relacionadas com a função a ser exercida no Consórcio, previamente estabelecidos no edital de chamamento.

§3º Os contratados temporários exercerão as funções do emprego público vago e perceberão a remuneração para ele prevista.

Art. 40 As contratações temporárias terão prazo de:

I - Até 12 (doze) meses, podendo haver renovação desde que o período total da contratação não ultrapasse o período de 24(vinte e quatro) meses na hipótese prevista no inciso I do *caput* do art. 39;

II - Pelo prazo correspondente à vigência do contrato de programa, convênio, parceria ou congênere na hipótese prevista no inciso II do *caput* do art. 39.

CAPÍTULO V
DOS CONTRATOS, PARCERIAS E OUTROS AJUSTES

Seção I
Normas Gerais

Art. 41 Todas as contratações do Consórcio obedecerão aos ditames da legislação nacional de regência das contratações públicas, do prescrito na consolidação de contrato de consórcio público do CISAMPI, no presente instrumento de Estatuto e das normas e regulamentos que o Consórcio vier a adotar.

Seção II
Do Contrato de Rateio

Art. 42 Será formalizado ao final de cada exercício financeiro para vigorar no exercício seguinte, contrato de rateio, com previsão de aportes a serem cobertos no exercício, com recursos advindos dos Municípios Consorciados destinado à realização de despesas administrativas e da execução da gestão associada de serviços públicos destinados aos usuários do SUS dos Entes consorciados.

Art. 43 Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio para o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Contrato do

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Abeixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

Consórcio, e neste instrumento, devidamente especificados mediante a celebração de Contrato de Rateio.

Art. 44 O repasse dos valores observará o cronograma desembolso estabelecido no contrato de rateio, sendo que os recursos corresponderão às respectivas dotações orçamentárias do Município Consorciado, que constituirá receita do CISAMAPI e, ainda, pelas dotações orçamentárias do Consórcio, que constituirá a despesa do CISAMAPI.

Seção III
Do Contrato de Programa

Art. 45 Ao Consórcio é permitido celebrar contrato de programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou por meio de terceiros, sob sua gestão administrativa ou contratual.

§1° O disposto neste artigo permite que, nos contratos de programa celebrados pelo Consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

§2° O Consórcio também poderá celebrar Contrato de Programa com:

I - Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração direta ou indireta dos Entes consorciados;

II – A administração e indireta de outros Entes públicos da Federação, mesmo que não consorciados, atendidas as finalidades do Consórcio descritas no art. 6°.

§3° São cláusulas necessárias do Contrato de Programa celebrado pelo Consórcio Público, observando-se necessariamente a legislação correspondente, as que estabeleçam:

I - O objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II - O modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III - Os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

IV - O cálculo de tarifas, taxas e de outros preços públicos na conformidade da regulação dos serviços a serem prestados;

V - Procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

VI – Possibilidade de emissão de documento de cobrança e de exercício da atividade de arrecadação de tarifas e preços públicos;

VII - Os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Meyrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F969.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

expansão dos serviços e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

VIII - Os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços;

IX - A forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

X - As penalidades e sua forma de aplicação;

XI - Os casos de extinção;

XII - Os bens reversíveis;

XIII - Os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

XIV - A obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio ao titular dos serviços;

XV - A periodicidade em que o Consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XVI – O foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

Art. 46 No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - Os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - As penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - O momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV - A indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - A identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - O procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas de tarifas ou outras emergentes da prestação dos serviços.

Art. 47 Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio pelo período em que vigorar o Contrato de Programa.

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Berto, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Abiko, Jose Roberto Geriff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

Art. 48 Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

Art. 49 Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operação de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

Art. 50 A extinção do Contrato de Programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou de escopo.

Parágrafo único. O Contrato de Programa continuará vigente nos casos de:

I - O titular se retirar do Consórcio ou da gestão associada;

II - Extinção do Consórcio.

Art. 51 Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimento previstos na legislação de regência.

Art. 52 No caso de desempenho de serviços públicos pelo Consórcio a regulação e fiscalização não poderá ser exercida por ele mesmo.

Seção IV
Dos Convênios, Parcerias e Outros Ajustes

Art. 53 Fica autorizado ao Consórcio firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, convênio de cooperação para os fins do art. 31 do Decreto n° 6.017/2007, parcerias, contrato de gestão, protocolos e outros ajustes congéneres, junto a entidades governamentais ou privadas nacionais ou estrangeiras.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Consórcio poderá comparecer como interveniente em convênios e outros ajustes celebrados por entes consorciados ou terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, inclusive para os fins do parágrafo único do art. 38 do Decreto n° 6.017/2007.

Seção V
Das Licitações e Contratações Públicas

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maytink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Geriff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

Art. 54 As licitações, contratações e alienações públicas observarão a legislação nacional de regência através da Lei n° 14.133/2021, observada as disposições transitórias de aplicação das leis n° 8666/1993 e n° 10.520/2002, observadas as normas constantes da consolidação de contrato de consórcio público do CISAMPI, no presente instrumento de Estatuto e das normas e regulamentos que o Consórcio vier a adotar.

§1° Todos os editais de licitação deverão ser publicados em sítio eletrônico mantido pelo CISAMAPI, no portal nacional de contratação públicas e no Diário Oficial Eletrônico do CISAMAPI, prescindindo de publicação no Diário Oficial Eletrônico do CISAMAPI na hipótese de dispensas formalizadas em razão do valor.

§2° Por deliberação da Assembleia, mediante a expedição de norma específica, poderão ser adotados outros meios de publicidade das licitações e contratos do CISAMAPI.

Art. 55 O CISAMAPI atuará como órgão gerenciador de procedimento auxiliar de registro de preços que tenham por objeto a participação dos Entes Consorciados voltados à formalização de atas de registros de preços nas finalidades descritas no art. 6° deste estatuto.

Parágrafo único. O procedimento previsto neste artigo observará o disposto no art. 86 da Lei n° 14.133/2021 na forma de regulamento a ser expedido.

TÍTULO IV
DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 56 A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

§1° Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste instrumento devidamente especificados mediante a celebração de Contrato de Rateio

§2° O Consórcio, a critério da Secretaria Executiva e dos Municípios integrantes, poderá firmar contrato de programa, a ser disciplinado em ato próprio.

§3° O Consórcio estará sujeito a fiscalização contábil, operacional e patrimonial, pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, inclusive

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Abeko, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-0903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

quanto a legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

CAPÍTULO II
DOS FUNDOS DE NATUREZA CONTÁBIL

Art. 57 Fica criado Fundo de Investimentos do CISAMAPI, de natureza jurídica exclusivamente contábil nos termos do art. 71 da Lei n° 4.320/1964, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados às despesas de capital voltadas para a realização de investimentos de planos, programas, projetos e ações voltadas ao cumprimento das finalidades e objetivos do CISAMAPI.

§1° Constituirão receitas do Fundo de Investimentos do CISAMAPI:

I - Recursos provenientes do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF decorrentes de retenções realizadas pelos CISAMAPI nos pagamentos de serviços prestados por terceiros ao CISAMAPI e transferidos ao CISAMAPI pelos Entes consorciados através de contrato de rateio;

II – Recursos oriundos dos Municípios Consorciados consignados em lei orçamentária e seus créditos adicionais previstos em contrato de rateio destinados a:

a) Manutenção de custos administrativos do CISAMAPI que, ao final do exercício, após a realização de apuração financeira e orçamentária, não estejam compromissados com empenhos processados e/ou não processados, ficando autorizada a sua transferência e vinculação ao Fundo de Investimento do CISAMAPI;

b) Manutenção de custos com ações e serviços públicos de saúde, transporte sanitário e outras destinações previstas pelo contrato de rateio, ficando condicionada a sua transferência e vinculação ao Fundo de Investimento do CISAMAPI mediante previa aprovação pela Assembleia Geral.

III - As resultantes das doações do setor privado, pessoas físicas ou jurídicas;

IV - Rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

V - As advindas de acordos, convênios e termos de parceria;

VI - Transferências de outros Fundos Especiais;

VII - Quaisquer outros recursos lícitos que forem destinados.

VIII - Outras receitas previstas em lei ou destinadas ao Fundo de Investimento CISAMAPI.

§2° Os recursos do Fundo de Investimento do CISAMAPI serão aplicados no financiamento de despesas de capital vinculadas à aquisição de bens móveis, imóveis, equipamentos e obras civis, desde que vinculados às finalidades e objetivos do CISAMAPI.

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maynink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Abeixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

§3° Fica expressamente vedada a utilização de recursos da Conta Investimento CISAMAPI para a manutenção de quaisquer outras atividades, que não sejam as destinadas unicamente às ações previstas neste artigo, exceto na hipótese de aprovação pela maioria absoluta da Assembleia do CISAMAPI.

§4° O Fundo de Investimento ficará vinculado diretamente à Secretaria Executiva do CISAMAPI, tendo sua destinação autorizada por meio de projetos, programas e atividades aprovados pelo Conselho de Secretários.

§5° Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Investimento CISAMAPI", para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, elaborando-se, mensalmente, balancete demonstrativo da receita e da despesa, sujeito a análise e fiscalização da Assembleia Geral do CISAMAPI e, ainda, às normas de consolidação das contas públicas.

§6° Caberá à Secretaria Executiva a Conta Investimento, sob a orientação e controle do Conselho de Secretários do CISAMAPI, cabendo ao Secretário Executivo:

I - Solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho de Secretários;

II - Realizar a ordenação e liquidação das despesas;

III - Realizar, de forma conjunta com o Presidente do CISAMAPI, a assinatura de cheques e quaisquer outras movimentações, presencial ou eletrônica, junto às instituições bancárias de recursos vinculados ao Fundo de Investimento do CISAMAPI;

IV - Exercer demais atividades necessárias ao gerenciamento da Conta Investimento.

Art. 58 Mediante proposta da Presidência, e aprovação da maioria absoluta da Assembleia Geral do CISAMAPI, poderão ser criados, através de resolução, outros fundos de natureza contábil no âmbito do CISAMAPI conforme previsto no art. 71 da Lei n° 4.320/64.

CAPÍTULO III
DA CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO

Art. 59 Todas as demonstrações financeiras serão publicadas na internet, em sítio eletrônico mantido pelo Consórcio.

§ 1° Os entes da Federação que forem admitidos após o Consórcio ter integrado bens a seu patrimônio, terão que também contribuir a este patrimônio na proporção e quantias a serem definidas em instrumento específico, que poderá se dar pela doação de bens ou de serviços.

§ 2° A critério da Assembleia Geral os Entes da Federação que forem admitidos após o Consórcio ter integrado bens a seu patrimônio poderão,

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

mediante deliberação de quórum qualificado de maioria absoluta, ser admitidos sem a contribuição de que trata o § 1º deste artigo, mas os mesmos só farão jus à parcela de patrimônio adquirido após o seu ingresso, observado o disposto no §4° deste artigo.

§ 3º O atual patrimônio do Consórcio é considerado de posse igualitária a todos os municípios que subscreveram o protocolo de intenções do CISAMAPI em 03 de junho de 2009.

§4° Os Municípios que venham a integrar o Consórcio, não enquadrados na situação do §3°, farão jus ao patrimônio do CISAMAPI na proporção da contribuição para a sua formação.

Art. 60 Constituem patrimônio do Consórcio:

I - Os bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - Os bens e direitos que lhe forem doados por entidades públicas, privadas e por particulares.

III – O saldo dos Fundos de natureza contábil nos termos dos arts. 57 e 58.

§ 1° A Alienação, aquisição e oneração dos bens que integram o patrimônio do Consórcio será submetida à apreciação da Assembleia Geral, que a aprovará pelo voto da maioria absoluta dos Municípios consorciados.

§ 2° A alienação de bens móveis inservíveis dependerá apenas de aprovação por maioria simples da Assembleia Geral.

Art. 61 Constituem recursos financeiros do Consórcio:

I – As transferências financeiras mensais dos Municípios consorciados aprovadas pela Assembleia Geral, expressas em contrato de rateio, de acordo com a Lei Federal no 11.107, de 06 de abril de 2005;

II - As tarifas provenientes dos serviços prestados e os preços públicos decorrentes do uso de bens do Consórcio;

III - Os valores decorrentes da emissão de documentos de cobrança e exercício de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por ele administrados ou, mediante autorização específica, pelo ente consorciado;

IV - Os valores destinados a custear as despesas de administração e planejamento;

V - A remuneração de outros serviços prestados pelo Consórcio aos Municípios consorciados ou a outros Entes da Federação, inclusive na forma de fatura/nota fiscal;

VI - A remuneração advinda de contratos firmados e outros instrumentos congêneres;

VII - Os auxílios, contribuições, subvenções e demais recursos de natureza voluntária concedidas por entidades públicas ou privadas em razão de convênios, contratos de repasse, ajustes, termos de cooperação, termos de parcerias ou outros instrumentos congêneres;

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Benito, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

VIII - Os saldos do exercício vinculados aos custos de manutenção da administração do Consórcio, desde que destinados a fundo de natureza contábil mediante expressa e prévia autorização da Assembleia Geral;

IX - As doações e legados;

X – O produto de alienação de seus bens livres;

XI - O produto de operações de crédito;

XII - As rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

XIII - Os créditos e ações;

XIV - O produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título;

XV – Outros rendimentos que lhe caibam por disposição legal ou contratual ou por decisão judicial;

XVI – Outros rendimentos que venham a ser instituídos no Estatuto, além daqueles previstos neste artigo.

§ 1° Os Entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

I - Para o cumprimento dos objetivos estabelecidos no contrato consolidado de consórcio público do CISAMAPI ou neste instrumento;

II - Quando tenham formalizado contrato de rateio ou contrato de programa;

III - Na hipótese de formalização de contrato de gestão, termo de parceria ou contratação formalizada conforme art. 2°, §1°, inciso III da Lei n° 11.107/2005.

§ 2° É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de contrato de rateio, inclusive oriundos de transferências, operação de crédito e outras operações, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas:

§3° Entende-se por despesa genérica aquela em que a execução orçamentária se faz com modalidade de aplicação indefinida, não sendo considerada como genérica as despesas de administração e planejamento, desde que previamente classificadas por meio de aplicação das normas de contabilidade pública.

§4° Os contratos de programa e os contratos a que se refere o inciso III do §1° poderão incluir dotações que extrapolem o respectivo exercício financeiro.

CAPÍTULO IV
DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

Art. 62 Os entes Consorciados respondem subsidiariamente obrigações do Consórcio.

Parágrafo único. Os dirigentes do consórcio público responderão pessoalmente pelas obrigações por ele contraídas caso pratiquem atos em

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Berto, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cazar, Jose Braulio Alexo, Jose Roberto Gariff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

desconformidade com a lei, com o contrato consolidado de consórcio público do CISAMAPI, pelo estatuto ou decisão da assembleia geral.

TÍTULO V
DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

CAPÍTULO I
DA AUTORIZAÇÃO PARA A GESTÃO ASSOCIADA

Art. 63 Fica autorizada a gestão associada dos serviços públicos que constituem os objetivos previstos no art. 6°.

§1° O disposto no *caput* compreende a gestão da contratação e execução dos serviços públicos a que se refere o art. 6°, observado o disposto no §2° deste artigo.

§2° A gestão associada prevista no caput poderá compreender, sem prejuízo do previsto no §1°, a delegação dos serviços públicos serviços previstos no art. 6°, hipótese em que a delegação deverá ser aprovada pela maioria absoluta da Assembleia Geral e posterior efetivação mediante a formalização de contrato de programa, nos termos das normas de contratação de consórcios públicos e do presente instrumento.

§ 2° A gestão associada poderá ainda compreender, no que couber:

I - O exercício das atividades de planejamento, regulação e fiscalização de serviços desde que os serviços não sejam prestados pelo próprio Consórcio, conforme determinado pelo §3° do art. 13 da Lei n° 11.107/2005;

II - A transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, nos termos de contrato de programa.

III – A gestão da contratação de ações e serviços públicos de saúde descritos no art. 6°

§ 3° A gestão associada abrangerá somente os serviços prestados nos territórios dos Entes consorciados.

§ 4° Fica o Consórcio autorizado a licitar e contratar concessão, permissão ou autorizar a prestação dos serviços públicos objeto de gestão associada.

§ 5° A instituição e cobrança de tarifas, preços públicos e taxas, bem como as metas de desempenho observarão, conforme a natureza do serviço e sem prejuízo daqueles definidos na correspondente lei de regência, os seguintes critérios:

I - Definição de investimentos necessários e as correspondentes taxas de depreciação anual;

II - Remuneração do custo de oportunidade, operacional, ambiental e administrativo;

III - Tributos incidentes e encargos financeiros;

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maytink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Abeixo, Jose Roberto Garliff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

IV - Fundo de melhoramento, ampliação e modernização para melhoria do processo;

V - Ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

VII - Geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço

VIII - Recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

IX- Remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

X - Estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

XI - Incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 6° A revisão das tarifas, taxas e dos preços públicos compreenderá a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas ou taxas praticadas e poderá ser:

I - Periódica, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;

II - Extraordinária, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

III - Os fatores de produtividade poderão ser definidos com base em indicadores de outras empresas do setor.

§ 7° Os reajustes de tarifas e taxas de serviços públicos serão realizados observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 64 Na gestão associada dos serviços públicos fica autorizada:

I – O gerenciamento de procedimento auxiliar de registro de preços na forma do art. 86 da Lei n° 14.133/2021 desde que as contratações tenham por objeto as áreas específicas de atuação e objetivos do CISAMAPI;

II - A realização de programas de compras compartilhadas em que a licitações, contratações e compras possam ser realizadas de forma centralizada no CISAMAPI e/ou compartilhada entre os Entes Consorciados;

III – A prestação de serviços, a execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos Entes consorciados;

IV - Aquisição ou administração dos bens para o uso compartilhado dos Municípios consorciados;

V - Outras competências transferidas pelo Município consorciado ao Consórcio mediante formalização de contrato.

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antures De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

Art. 65 No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

Parágrafo Único. Sem prejuízo da realização das prestações de contas previstas na legislação nacional e nas normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I - o investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais saldos de cada Município;

II - a situação patrimonial, especialmente quais bens cada Município adquiriu isoladamente ou em conjunto para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

Art.66 No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares:

§1° Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

a) o investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

b) a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

§2° Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 o Consórcio fornecerá as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas nas contas dos entes consorciados, todas as receitas e despesas realizadas, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente consorciado na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CAPÍTULO II
DO USO DE BENS E SERVIÇOS

Art. 67 Terão acesso ao uso dos bens e serviços do Consórcio os entes consorciados que contribuíram para sua aquisição e promoção.

Parágrafo único. O acesso disposto no caput dependerá da situação deadimplência com o Consórcio.

Art. 68 Observadas as legislações de cada Município, os Entes consorciados poderão ceder ao Consórcio bens de seu próprio patrimônio e os serviços de suas administrações, para uso comum.

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

TÍTULO VI
DO DIÁRIO ELETRÔNICO

Art. 69 Fica instituído o Diário Oficial Eletrônico do Consórcio ou simplesmente D.O.E.C, meio oficial de divulgação dos seus atos.

§1° O D.O.E.C. será veiculado, sem custos, no portal do CISAMAPI na internet, no endereço eletrônico www.cisamapi.mg.gov.br.

§2° O endereço eletrônico indicado no §1° poderá ser alterado por ato expedido pelo Presidente do CISAMAPI, hipótese em que eventual novo endereço eletrônico do portal estará sujeito a ampla divulgação.

§3° O D.O.E.C. poderá ser consultado sem custos e independentemente de cadastramento.

§4° Para fins de aplicação do disposto nos §§1° e 2° do art. 54 da Lei n° 14.133/2021 deverá ser expedido ato regulamentador específico estabelecendo o Ente consorciado de maior nível.

§5° É facultada, em caráter complementar ao D.O.E.C, a publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Minas Gerais mantido pela Associação Mineira de Municípios.

§6° Por deliberação da Assembleia poderão ser adotados outros meios de publicidade pelo Consórcio.

Art. 70 Serão publicados no D.O.E.C:

I – Licitações e contratações públicas, incluídos:

a) Avisos, extratos, retificações e demais comunicações referentes aos editais de licitação;

b) Extratos dos procedimentos auxiliares da licitação previstos no art. 78 da Lei n° 14.133/2021;

c) Interposição de recursos, impugnações, pedidos de reconsideração e respectivas decisões;

d) Extratos de atas;

e) Adjudicações;

f) Homologações;

g) Extratos de contratos e termos aditivos;

h) Contratações diretas realizadas na forma de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação;

i) Demais divulgações em sítio eletrônico oficial previstas nos arts. 54, 94 e 174 da Lei n° 14.133/2021.

II – Demais atos administrativos e atos oficiais do Consórcio conforme regulamento a ser expedido.

§1° As publicações a que ser refere o inciso I do caput, excepcionadas as alíneas "b" e 'i", são aplicáveis no âmbito das Lei n° 14.133/2021, Lei n° 8.666/1993 e Lei n° 10.520/2002, observado o disposto no art. 191 da Lei n° 14.133/2021.

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Gariff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

§2° Os avisos contendo os extratos dos editais serão publicados D.O.E.C e, de forma cumulativa:

I - no Diário Oficial da União, exclusivamente quando se tratar de objeto custeado parcial ou totalmente com recursos federais advindos de convênios, transferências voluntárias e outros ajustes;

II - no Diário Oficial do Estado quando se tratar de objeto custeado parcial ou totalmente com recursos do Estado de Minas Gerais advindos de convênios, transferências voluntárias e outros ajustes;

III – Em jornal diário de grande circulação nas hipóteses de licitações e contratações públicas formalizadas com fundamento na Lei n° 14.133/2021, observado o disposto no caput do art. 176 da referida Lei n° 14.133/2021.

IV – No portal nacional de contratações públicas (PNCP).

§3° A implantação do D.O.E.C deverá ser precedida de divulgação por meio de afixação no quadro de avisos e no portal da internet do Consórcio durante os 10 (dez) dias que a anteceder.

§4° Os direitos autorais dos atos oficiais publicados no Diário Eletrônico são reservados ao Consórcio ou ao respectivo Ente consorciado solicitante da publicação.

§5° As edições do D.O.E.C serão realizadas de segunda a sexta, ressalvadas as hipóteses de feriados e pontos facultativos, sendo que os atos cadastrados e assinados pela autoridade competente após o horário das 17:00 horas serão publicados na edição do dia útil subsequente.

§6° Poderão ser expedidas edições extras do D.O.E.C, inclusive, em caráter excepcional, em dias e/ou horários distintos daqueles indicados no §6° deste artigo.

§7° O D.O.E.C atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da infraestrutura de chaves públicas brasileira - ICP Brasil.

§8° Competirá à Secretaria Executiva designar as pessoas responsáveis pelas assinaturas do D.O.E.C.

§9° Os atos, após serem publicados no Diário Eletrônico, não poderão sofrer modificações ou supressões, ressalvadas as hipóteses de retificações, mediante nova publicação.

§10 Os programas, obras, serviços e campanhas promovidos pelo Consórcio serão comunicados e divulgados à população através de meios de comunicação local e regional, inclusive aqueles mantidos por associações de Municípios.

§11 É facultado aos Entes consorciados a utilização do D.O.E.C. desde que observadas as disposições deste instrumento e demais normas e regulamentos que eventualmente venham a ser expedidos referentes ao D.O.E.C.

TÍTULO VII
DOS ENTES CONSORCIADOS

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cazar, Jose Braulio Abeixo, Jose Roberto Geriff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 71 O Ente consorciado tem direito a:

I – Tomar parte nas deliberações, obedecidas as disposições deste Estatuto e do Contrato do Consórcio, discutindo e votando os assuntos nelas tratados;

II – Propor ao Presidente do Consórcio ou a quem de direito medidas de interesse do Consórcio;

III – Votar e ser votado para ocupar cargos nos órgãos do Consórcio ou integrá-los;

IV – Solicitar por escrito, a qualquer tempo quaisquer informações sobre os negócios e/ou ações do Consórcio;

V – Desligar-se do Consórcio, obedecidas as condições estabelecidas neste Estatuto e na consolidação de contrato de consórcio público do CISAMAPI.

Art. 72 O Ente consorciado tem o dever e obrigação de:

I – Cumprir as disposições da Lei, da consolidação de contrato de consórcio público do CISAMAPI, do Estatuto, das resoluções, atos e regulamentos expedidos no âmbito do Consórcio;

II – Satisfazer pontualmente seus compromissos para com o Consórcio;

III – Prestar ao Consórcio esclarecimentos sobre as atividades desenvolvidas por si que sejam objetos das atividades do Consórcio;

IV – Trabalhar em prol dos objetivos do Consórcio, respeitando os dispositivos estatutários, zelando pelo bom nome do Consórcio, pelo patrimônio deste e pela integração de seus membros.

CAPÍTULO II
DA SAÍDA DO CONSÓRCIO

Seção I
Da Retirada

Art. 73 A retirada do membro do consórcio dependerá, cumulativamente, de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, acompanhado de autorização legislativa emanada de o respectivo Poder Legislativo Municipal.

§1° Para fins de apuração de obrigações, direitos e deveres, será considerada como data de retirada de Município o primeiro dia útil seguinte aquele em que se der, de forma cumulativa, os requisitos constantes do *caput* deste artigo.

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maytink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Abixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvaranga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

§2° O Município que promover a retirada do Consórcio será responsável pelo pagamento das despesas de rateio até a data a que se refere o §1° deste artigo.

Art. 74 A retirada não prejudicará as obrigações constituídas entre o Consórcio e consorciado que se retira.

§ 1º Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de;

I - Decisão de 2/3 (dois terços) dos entes federativos consorciados do Consórcio, manifestada em Assembleia Geral.

II – Expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III – Reserva da lei de ratificação que tenha sido regulamente aprovada pela Assembleia Geral.

§ 2º Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira, e não revertidos ou retrocedidos, como previsto no § 1º, ficarão automaticamente incorporados ao patrimônio do Consórcio.

Seção II
Da Exclusão

Art. 75 São Hipóteses de exclusão do Ente consorciado;

I – A não inclusão pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotação suficiente para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;

II – A subscrição de protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidade igual, assemelhada ou incompatível sem a prévia autorização da Assembleia Geral;

III – A existência de motivos graves, reconhecidos em deliberação fundamentada da Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

§ 1º A exclusão prevista no inciso I do caput somente ocorrerá após prévia suspensão, pelo período de noventa dias, período em que o Ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º Poderão ser previstas outras hipóteses de exclusão, bem como de outras espécies de pena a serem aplicadas a Ente consorciado mediante deliberação da Assembleia Geral.

Art. 76 O procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão observará o direito a ampla defesa e ao contraditório conforme regulamento específico a ser expedido.

§ 1º A aplicação da pena de exclusão dar-se á por meio de decisão da Assembleia Geral exigindo 2/3 (dois terços) dos votos da totalidade dos membros do consórcio.

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maytink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Moi Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cazar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Gariff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

§ 2º Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto pela Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ou as disposições da Lei que vier a substituí-la.

§ 3º Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido a Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, interposto no prazo de 15(quinze) dias contados do dia útil seguinte da publicação da decisão na imprensa oficial.

TÍTULO VIII
DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO

CAPÍTULO I
DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 77 A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral por maioria qualificada de 2/3 dos Municípios consorciados, ratificado mediante lei dos respectivos Municípios.

§ 1º A Assembleia Geral deliberará sobre a destinação dos bens, podendo ser doados a qualquer entidade pública de objetivos iguais ou semelhantes ao Consórcio ou, ainda alienados onerosamente para rateio de seu valor entre os consorciados na proporção também definida em Assembleia Geral.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os Entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantindo o direito de regresso em face dos beneficiários ou dos que deram causa a obrigação.

§3º Com a extinção, o pessoal cedido ao Consórcio retornará aos seus órgãos de origem e os empregos públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho com o consórcio.

CAPÍTULO II
DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO E DO ESTATUTO

Art. 78 A alteração do contrato de consórcio público será definida em assembleia, mediante aprovação da maioria absoluta do Entes consorciados, condicionado a ratificação por lei municipal da maioria absoluta dos Municípios consorciados.

Art. 79 A alteração do Estatuto deverá ser aprovada por quórum qualificado da maioria absoluta dos votos dos Entes consorciados.

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Moi Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

TÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 80 O Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 06 de abril 2005, pelo Decreto n° 6.107/2007, pela consolidação do contrato de consórcio público do consórcio CISAMAPI, pelas leis de ratificações, as quais se aplicam somente aos entes federativos que as emanaram, pelo presente instrumento, pelo regulamento de pessoal e pelos demais atos, normas e regulamentos do Consórcio.

Art. 81 A interpretação do disposto neste instrumento deverá ser compatível com os seguintes princípios;

I – Respeito à autonomia dos Entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II - Solidariedade, em razão da qual os Entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio;

III – Eletividade de todos os órgãos dirigentes do Consórcio;

IV – Transparência, pelo que não poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de Ente Federativo consorciado tenha acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio;

V – Eficiência, que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explicita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

Parágrafo único. Os entes Consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

Art. 82 Quando adimplente com suas obrigações, qualquer Ente consorciado é parte legitima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas no contrato de Consórcio Público.

Art. 83 O Consórcio, no âmbito de sua atuação, por intermédio de seus Órgãos, emitirá os seguintes atos oficiais:

I – Resoluções, de caráter normativo, com efeitos e abrangência interna e externa ao Consórcio, referente às deliberações colegiadas da Assembleia Geral e/ou Conselho de Secretários;

II – Decretos, de caráter normativo e/ou executório, e efeitos internos e externos, referente a ato administrativo praticado pelo Presidente do Consórcio;

III – Portarias, de caráter normativo e/ou executório, e efeitos internos, referente a ato administrativo praticado pelo Presidente do Consórcio.

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maynink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Alexo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

IV – Instruções normativas referentes a atos praticados pela Secretaria Executiva e/ou Diretorias do Consórcio visando da expedição de normas e regulamentos internos de processos administrativos do Consórcio;

V – Ofícios, destinados à comunicação oficial no âmbito externo do Consórcio;

VI – Memorandos, destinados à comunicação oficial no âmbito interno do Consórcio.

§1° A partir da vigência deste instrumento, fica estabelecido um prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a adequação e/ou consolidação dos atos expedidos no âmbito do Consórcio que possuam eficácia na atuação interna e/ou externa do Consórcio.

§2° Os atos a que se referem este artigo serão numerados sequencialmente, em ordem crescente e de forma única por tipo de ato a ser expedido.

§3° Os ofícios, memorandos e portarias terão a numeração reiniciada anualmente, no primeiro dia útil de cada exercício financeiro, sendo que nas demais hipóteses a numeração será contínua, independentemente do exercício financeiro.

Art. 84 As deliberações dos órgãos colegiados do Consórcio serão adotadas mediante aprovação da maioria simples, ressalvadas as hipóteses de quórum qualificado expressamente indicados na consolidação de contrato de consórcio público do consórcio CISAMAPI e no presente instrumento.

TÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 85 Os órgãos permanentes indicados no art. 8° ficarão automaticamente instituídos com a vigência da presente consolidação, observadas as atribuições dos respectivos titulares dos órgãos na forma disposta nos Anexos deste instrumento e, de forma complementar, com o que venha ser disposto no regulamento de pessoal a ser instituído e aprovado pela Assembleia Geral.

Art. 86 O atual plano de Empregos e Salários permanecerá até que seja elaborado o regulamento de pessoal de que trata o presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO: Na elaboração do regulamento de pessoal de que trata este instrumento, deverão ser os atuais empregos públicos do CISAMAPI readequados as normais da consolidação de contrato de consórcio público do consórcio CISAMAPI e deste Estatuto, respeitado o art. 468 da Consolidação das leis do trabalho.

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maytink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Alexo, Jose Roberto Geriff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

Art. 87 O Regulamento de Pessoal deverá ser instituído e aprovado em até 180 (cento e oitenta) dias após a aprovação desta Consolidação.

Art. 88 Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, da Lei n° 14.133/2021 fica o Consórcio expressamente autorizado a optar por licitar ou contratar de acordo com as normas da citada Lei n° 14.133/2021 ou de acordo com a lei n° 8.666/93 e lei n° 10.520/02.

§1° O edital e/ou o contrato, conforme o caso, deverá indicar de forma expressa e formal a lei que regula o respectivo procedimento e/ou instrumento, devendo ser observado, em qualquer das hipóteses, o disposto no art. 191, *caput in fine* e parágrafo único da Lei n° 14.133/2021.

§2° Fica autorizada a manutenção das atuais estruturas administrativas, financeira e de pessoal do Consórcio responsáveis pela execução da lei n° 8666/93 e lei n° 10.520/02 até o decurso do prazo previsto no inciso II do *caput* do art. 193 da Lei n° 14.133/2021.

§3° O Consórcio deverá expedir regulamentação de aplicação da Lei n° 14.133/2021.

§4° A partir do decurso do prazo de que trata o inciso II do *caput* do art. 193 da Lei n° 14.133/2021, eventuais referências à Lei n° 8.666/93 e lei n° 10.520/02 em normas e regulamentos do Consórcio será aplicado o disposto no art. 189 e parágrafo único do art. 191, ambos da Lei n° 14.133/2021.

Art. 89 Durante toda a vigência do exercício financeiro de 2022, a função gratificada de atividade de controlador geral (FGCG) e a função gratificada de atribuições de Agente de Contratação (FGAC) observarão o percentual de 50% (cinquenta por cento), vigorando a partir de 2023 conforme previsto no Anexo I deste instrumento.

Art. 90 Ficam declarados em extinção os empregos públicos de:

I - Técnico em Eletroencefalograma.

II – Enfermeiro com carga horária semanal de trinta horas, lotação Ponte Nova e Polo Rio Casca.

Parágrafo único. Os atuais empregados titulares dos empregos públicos em extinção ficarão mantidos no exercício de suas atribuições até a vacância dos respectivos empregos públicos, quando então serão declarados extintos de forma definitiva.

Art. 91 Esta Consolidação de Estatuto do CISAMAPI é integrada pelos seguintes complementos na forma de anexos:

I – Anexo I contendo o quadro de empregos e funções gratificadas;

II – Anexo II contendo as atribuições e requisitos dos empregos e funções gratificadas;

III – Anexo III contendo os níveis de vencimentos dos empregos;

IV – Anexo IV contendo o organograma do Consórcio.

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maytink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Alexo, Jose Roberto Garriff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

Art. 92 O presente instrumento é formalizado por assinatura eletrônica qualificada dos representantes legais dos Municípios Consorciados, subscritores desta consolidação, em conformidade com o disposto no art. 10, §1° da MP 2.200-2/2001 c/c o art. 4°, *caput,* inciso III da Lei n° 14.063/2020.

Parágrafo único. Para fins de divulgação e vigência deverá ser providenciada a publicação desta consolidação:

I – Em versão resumida, através de extrato na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, contendo o endereço eletrônico onde poderá ser obtida cópia integral da consolidação do contrato do Consórcio;

II – Na íntegra, através de publicação eletrônica no Diário Oficial dos Municípios Mineiros e em sítio na rede mundial de computadores denominada "internet" mantido pelo Consórcio.

Art. 93 Para dirimir eventuais controvérsias desta Consolidação de Estatuto, fica eleito o Foro da Comarca de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais.

Art. 94 O presente Estatuto aprovado pela Assembleia Geral entra em vigor nesta data, observado o disposto no parágrafo único do art. 92.

Ponte Nova, 25 de agosto de 2022.

ASSINATURAS ELETRÔNICAS DOS REPRESENTANTES
LEGAIS DOS ENTES CONSORCIADOS

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, America De Almeida Cazar, Jose Braulio Abeixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

ANEXO I
EMPREGOS PÚBLICOS

Denominação	Provimento	Nível Vencimento	Vagas	Lotação	Carga Horária Semanal
Secretário Executivo	Livre nomeação e/ou exoneração e recrutamento amplo	60	01	Ponte Nova	30H
Diretor Jurídico	Livre nomeação e/ou exoneração e recrutamento amplo	49	01	Ponte Nova	20H
Diretor de Contabilidade	Livre nomeação e/ou exoneração e recrutamento amplo	48	01	Ponte Nova	40H
Diretor Administrativo e Assistencial	Livre nomeação e/ou exoneração e recrutamento amplo	46	01	Ponte Nova	40H
Gerente Transporte	Livre nomeação e/ou exoneração e recrutamento amplo	34	01	Ponte Nova	40H
Chefe Serviço Tesouraria	Livre nomeação e/ou exoneração e recrutamento amplo	32	01	Ponte Nova	40H
Farmacêutico	Vinculado a um programa e seleção pública por processo seletivo simplificado	30	01	Ponte Nova	24H
Enfermeiro	Concurso público	24	01	Ponte Nova	30H
			01	Polo Rio Casca	
		33	02	Ponte Nova	40H
			01	Polo Rio Casca	40H
Diretor Técnico	Livre nomeação e/ou exoneração e recrutamento amplo	23	01	Ponte Nova	08H
Técnico em Contabilidade	Concurso público	17	02	Ponte Nova	40H
Técnico em Eletroencefalograma	Concurso público	17	01	Ponte Nova	20H
Assistente Administrativo	Concurso público	16	03	Ponte Nova	40H
			01	Polo Rio Casca	
Auxiliar de Administração	Concurso público	08	13	Ponte Nova	40H
			03	Polo Rio Casca	
Auxiliar de Serviços Gerais	Concurso público	02	05	Ponte Nova	40H
			02	Polo Rio Casca	

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

Técnico de Enfermagem	Concurso público	01	10	Ponte Nova	24H
			04	Polo Rio Casca	

FUNÇÕES GRATIFICADAS

Denominação	SIGLA	Percentual	Vagas	Carga Horária Semanal
Função gratificada atividades de controlador	FGCGI	100%	01	40H
Função gratificada atividades de compras	FGC	25%	01	40H
Função gratificada atividades de almoxarifado e patrimônio	FGAP	25%	01	40H
Função gratificada atividades de Presidente da CPL	FGCPL	50%	01	40H
Função gratificada atividades de Pregoeiro	FGPRG	50%	01	40H
Função gratificada atribuições Agente de Contratação	FGAC	100%	01	40H
Função gratificada atribuições de equipe apoio agente de contratação	FGEA	25%	03	40H
Função gratificada atribuições de membro CPL	FGMCPL	25%	02	40H
Função gratificada atribuições temporárias	FGT	25%	03	40H

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maynink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Genifr Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D905-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS DE EMPREGOS PÚBLICOS

1. Secretário Executivo
   1.1. Regime Jurídico: CLT
   1.2. Provimento: livre nomeação e exoneração
   1.3. Recrutamento: amplo
   1.4. Requisitos:
      1.4.1. Formação completa em curso de nível superior ou possuir notória experiência em administração pública ou notória experiência na área de saúde pública ou privada
   1.5. Atribuições:
      1.5.1. Exercer as atribuições previstas no Contrato do consórcio e no Estatuto do Consórcio;
      1.5.2. Assessorar a Presidência no desempenho de suas funções;
      1.5.3. Gerenciar informações, auxiliando na execução de suas tarefas administrativas e em reuniões;
      1.5.4. Coordenar e controlar equipes e atividades;
      1.5.5. Coordenar a operacionalização das atividades exercidas pelos Órgãos e empregados do Consórcio;
      1.5.6. Implementar e gerir as diretrizes, programas de trabalho e demais deliberações definidas pela Assembleia Geral, praticando todos os atos que não tenham sido atribuídos formalmente ao Presidente do Consórcio;
      1.5.7. Exercer, por delegação, atribuições de competência do Presidente.

2. Diretor Administrativo e Assistencial
   2.1. Regime Jurídico: CLT
   2.2. Provimento: em comissão de livre nomeação e exoneração
   2.3. Recrutamento: amplo
   2.4. Requisitos: Formação completa em curso de nível superior em uma das seguintes áreas:
      2.4.1. Contabilidade; ou
      2.4.2. Direito; ou
      2.4.3. Economia; ou
      2.4.4. Administração de empresas; ou
      2.4.5. Administração/Gestão Pública.
   2.5. Atribuições
      2.5.1. Realizar as atividades de chefia dos serviços administrativos do CISAMAPI;
      2.5.2. Dirigir as atividades administrativas do Consórcio;

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maytink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

2.5.3. Realizar as atividades de chefia dos serviços prestados pelo Consórcio em sua atividade fim, especialmente quanto aos serviços e ações de saúde;
2.5.4. Dirigir os serviços de agendamento de procedimentos, consultas, exames e demais serviços de saúde;
2.5.5. Coordenar o atendimento a pacientes, incluídos os serviços de arquivamento de informações dos tratamentos;
2.5.6. Dirigir os serviços que envolvam as áreas de zeladoria e limpeza;
2.5.7. Prestar as informações que forem solicitadas pela Assembleia Geral, pela Presidência e pela Secretaria Executiva;
2.5.8. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
2.5.9. Exercer outras atividades correlatas.

3. Diretor Técnico
3.1. Regime Jurídico: CLT
3.2. Provimento: em comissão de livre nomeação e exoneração
3.3. Recrutamento: amplo
3.4. Requisitos: Formação completa em curso de nível superior em medicina e inscrição regular perante o Conselho Regional de Medicina
3.5. Atribuições:
3.5.1. Exercer a articulação, coordenação, controle funcional e assistencial da execução de ações e serviços na área de medicina do CISAMAPI;
3.5.2. Garantir a universalidade, atenção integral e equidade de acesso e aprimoramento da qualidade no desempenho dos serviços de Saúde;
3.5.3. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
3.5.4. Exercer outras atividades correlatas.

4. Diretor Jurídico
4.1. Regime Jurídico: CLT
4.2. Provimento: livre nomeação e exoneração
4.3. Recrutamento: amplo, sendo permitido ao ocupante exercer outras atividades afetas ao exercício da advocacia, constantes do artigo 1° da Lei 8.906, de 1994, desde que sejam compatíveis com as atribuições exercidas no CISAMAPI e que não incorra em acúmulo de cargo ou emprego público vedado pelo art. 37, inciso XVI da Constituição da República de 1988;
4.4. Requisitos: Formação completa em curso de nível superior em direito e inscrição regular perante a Ordem dos Advogados do Brasil;
4.5. Atribuições:

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maytink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

4.5.1. Realizar os atos de assessoramento jurídico aos Órgãos do CISAMAPI;
4.5.2. Cumprir e fazer cumprir as normas vigentes do CISAMAPI;
4.5.3. Propor convênios, contratos, acordos, ajustes e outras medidas que se recomendem para a consecução dos objetivos do CISAMAPI;
4.5.4. Planejar, executar, coordenar e controlar as atividades relativas ao desenvolvimento e aplicação das atividades jurídicas do CISAMAPI;
4.5.5. Planejar, coordenar, controlar e executar contratos e atos preparatórios, bem como anteprojetos de instruções, portarias, decretos quando solicitados;
4.5.6. Emitir pareceres, sob o aspecto legal, em questões várias de caráter econômico, financeiro, social ou administrativo, principalmente naquelas inerentes a convênios estabelecidos pelo CISAMAPI com pessoas naturais ou jurídicas de direito privado ou público;
4.5.7. Elaborar minutas de decretos, portarias, contratos e outros;
4.5.8. Assessorar e representar o Presidente do CISAMAPI, quando designado;
4.5.9. Executar outras tarefas de assessoramento previstas no art. 1° da Lei n° 8.906, de 1994, que sejam afins as atividades do CISAMAPI;
4.5.10. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
4.5.11. Exercer suas atribuições em conformidade com o disposto no art. 20 da Lei n° 8.906/1994;
4.5.12. Exercer outras atividades correlatas.

5. Diretor de Contabilidade
5.1. Regime Jurídico: CLT
5.2. Provimento: livre nomeação e exoneração
5.3. Recrutamento: amplo
5.4. Requisitos: Formação completa em curso de nível superior em contabilidade e inscrição regular perante o Conselho Regional de Contabilidade;
5.5. Atribuições:
5.5.1. Realizar todas as funções de direção e chefia dos serviços de contabilidade, tesouraria, patrimônio e almoxarifado, recursos humanos do CISAMAPI;
5.5.2. Realizar as funções de direção, coordenação e gestão dos contratos de programas, contratos de rateio, convênios e parcerias no âmbito do CISAMAPI;

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D993-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

5.5.3. Realizar as atividades de assessoramento contábil à Presidência e demais Órgãos do CISAMAPI;
5.5.4. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
5.5.5. Exercer outras atividades correlatas.

6. Gerente Transporte
6.1. Regime Jurídico: CLT
6.2. Provimento: em comissão de livre nomeação e exoneração
6.3. Recrutamento: amplo
6.4. Requisitos: Formação completa em curso de nível superior
6.5. Atribuições:
6.5.1. Exercer a direção e o planejamento das atividades operacionais de transporte, e de logística.
6.5.2. Chefiar equipes, gerenciar recursos materiais e financeiros da área de transporte;
6.5.3. Controlar o processo operacional e avaliar seus resultados;
6.5.4. Providenciar meios para que as atividades sejam desenvolvidas em conformidade com as normas e procedimentos técnicos, de qualidade, segurança, meio ambiente e saúde;
6.5.5. Buscar novas tecnologias e assessorar a diretoria e setores da empresa;
6.5.6. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
6.5.7. Exercer outras atividades correlatas.

7. Chefe Serviço Tesouraria
7.1. Regime Jurídico: CLT
7.2. Provimento: em comissão de livre nomeação e exoneração
7.3. Recrutamento: amplo
7.4. Requisitos: Formação completa em curso de nível superior em uma das seguintes áreas:
7.4.1. Contabilidade; ou
7.4.2. Economia; ou
7.4.3. Administração de empresas; ou
7.4.4. Administração/Gestão Pública.
7.5. Formação completa em curso de nível superior
7.6. Atribuições
7.6.1. Exercer as atividades de classificação e lançamentos de receitas;
7.6.2. Realizar o controle de movimentação diária de numerário;
7.6.3. Promover conciliação bancária;
7.6.4. Promover lançamentos de baixa de pagamentos;
7.6.5. Realizar movimentações financeiras física, presenciais e eletrônicas perante instituições bancárias;

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maytink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Cilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, America De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

7.6.6. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
7.6.7. Exercer outras atividades correlatas.

8. Farmacêutico
8.1. Regime Jurídico: CLT
8.2. Provimento: seleção pública mediante processo seletivo simplificado
8.3. Requisitos: Formação completa de curso de nível superior em farmácia e inscrição regular perante Conselho Regional de Farmácia;
8.4. Atribuições
8.4.1. Exercer a gestão do processo de assistência farmacêutica e promover o acesso a medicamentos de qualidade;
8.4.2. Orientar a prática clínica em relação à utilização do medicamento, voltadas principalmente para assistência à doença glaucoma, dando suporte à prescrição e dispensação; contribuir para a efetividade do tratamento;
8.4.3. Garantir a utilização correta de medicamentos e a obtenção de resultados terapêuticos positivos.
8.4.4. Realizar ações técnico-gerenciais participando do planejamento, estruturação e organização da assistência farmacêutica no CISAMAPI;
8.4.5. Coordenar e elaborar o planejamento anual de compras para o CISAMAPI de forma a manter a regularidade no abastecimento de medicamentos;
8.4.6. Executar, acompanhar e assegurar a aquisição dos medicamentos; receber e armazenar adequadamente os medicamentos;
8.4.7. Promover a correta distribuição de medicamentos para os setores do CISAMAPI;
8.4.8. Elaborar, em conjunto com outros profissionais, informes técnicos, protocolos terapêuticos e materiais informativos sobre assistência farmacêutica e medicamentos, bem como promover sua divulgação;
8.4.9. Elaborar, junto à equipe multiprofissional, protocolos e regulações relativas ao fornecimento de medicamentos aos usuários e à dispensação de medicamentos;
8.4.10. Promover e intermediar, junto aos profissionais de saúde, ações que disciplinem a prescrição e a dispensação;
8.4.11. Participar da elaboração de propostas de ações que visem à gestão do risco em saúde;
8.4.12. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
8.4.13. Exercer outras atividades correlatas.

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maytink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Alexo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

9. Enfermeiro
   9.1. Regime Jurídico: CLT
   9.2. Provimento: concurso público
   9.3. Requisitos: Formação completa em curso de nível superior em enfermagem e inscrição regular perante o Conselho Regional de Enfermagem
   9.4. Atribuições
      9.4.1. Direção, organização, planejamento, coordenação, execução e avaliação dos serviços de enfermagem;
      9.4.2. Supervisão e coordenação das atividades dos técnicos em enfermagem do Consórcio com vistas ao desempenho de suas funções;
      9.4.3. Realizar o controle de estoque de material, insumos e medicamentos necessários para o adequado funcionamento da unidade;
      9.4.4. Realizar atividades de educação permanente e reuniões mensais com a equipe de enfermagem;
      9.4.5. Realizar a escala diária e mensal da equipe de enfermagem;
      9.4.6. Verificar a necessidade de manutenção dos equipamentos do setor;
      9.4.7. Realizar a avaliação técnica dos profissionais de Enfermagem e formalizar o arquivamento da avaliação no mínimo uma vez ao ano;
      9.4.8. Promover a adequação e o aprimoramento permanente de manual e normas e rotinas, protocolos e fazer a divulgação e orientação aos colaboradores; coordenar, qualificar e supervisionar todo o cuidado ao paciente;
      9.4.9. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
      9.4.10. Exercer outras atividades correlatas.

10. Técnico em Contabilidade
   10.1. Regime Jurídico: CLT
   10.2. Provimento: concurso público
   10.3. Requisitos: Formação completa em curso de nível médio em contabilidade e inscrição regular perante o Conselho Regional de Contabilidade
   10.4. Atribuições:
      10.4.1. Realizar atividades inerentes à contabilidade do consórcio;
      10.4.2. Identificar documentos e informações, atender à fiscalização e proceder consultoria;
      10.4.3. Executar a contabilidade geral, operacionalizar a contabilidade de custos e efetuar contabilidade gerencial;
      10.4.4. Promover os atos de execução orçamentária do Consórcio;

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Abeixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Elbi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

10.4.5. Elaborar proposta orçamentária e plano plurianual;
10.4.6. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
10.4.7. Exercer outras atividades correlatas.

11. Técnico em Eletroencefalograma
11.1. Regime Jurídico: CLT
11.2. Provimento: concurso público
11.3. Requisitos:
11.3.1. Formação completa em curso de nível médio;
11.3.2. Formação completa para exercício das atribuições de técnico em eletroencefalograma;
11.4. Atribuições:
11.4.1. Preparar materiais e equipamentos para operar o aparelho eletroencefalógrafo para produzir imagens e gráficos funcionais como recurso auxiliar ao diagnóstico. Preparar pacientes e realizar os exames de eletroencefalograma segundo boas práticas, normas e procedimento de biossegurança e código de conduta;
11.4.2. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
11.4.3. Exercer outras atividades correlatas.

12. Assistente Administrativo
12.1. Regime Jurídico: CLT
12.2. Provimento: concurso público
12.3. Requisitos:
12.3.1. Formação completa em curso de nível de médio;
12.3.2. Conhecimento avançado de informática;
12.4. Atribuições:
12.4.1. Executar serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística;
12.4.2. Atender fornecedores e clientes, fornecer e receber informações os serviços;
12.4.3. Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos;
12.4.4. Preparar relatórios e planilhas; executar serviços gerais de escritórios;
12.4.5. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
12.4.6. Exercer outras atividades correlatas.

13. Auxiliar de Administração
13.1. Regime Jurídico: CLT

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Geriff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

13.2. Provimento: concurso público
13.3. Requisitos:
13.3.1. Formação completa em curso de nível de médio;
13.3.2. Conhecimento básico de informática;
13.4. Atribuições:
13.4.1. Executar serviços de apoio nas áreas de administração, estoque, compras, atendimento e faturamento;
13.4.2. Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos;
13.4.3. Preparar relatórios e planilhas;
13.4.4. Executar serviços gerais de escritórios;
13.4.5. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
13.4.6. Exercer outras atividades correlatas.

14. Auxiliar de Serviços Gerais
14.1. Regime Jurídico: CLT
14.2. Provimento: concurso público
14.3. Requisitos: Formação incompleta de curso de nível fundamental (alfabetizado)
14.4. Atribuições:
14.4.1. Executar serviços de limpeza e manutenção das áreas internas e externas do consórcio;
14.4.2. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente;
14.4.3. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
14.4.4. Exercer outras atividades correlatas.

15. Técnico de Enfermagem
15.1. Regime Jurídico: CLT
15.2. Provimento: concurso público
15.3. Requisitos: Formação completa em curso de nível médio de enfermagem e inscrição regular perante o Conselho Regional de Enfermagem
15.4. Atribuições:
15.4.1. Desempenhar atividades técnicas de enfermagem nas unidades do CISMAPI;
15.4.2. Prestar assistência ao paciente, atuando sob supervisão do diretor técnico;
15.4.3. Desempenhar tarefas de auxiliar o médico em exames de apoio diagnóstico, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental utilizado;
15.4.4. Organizar o ambiente de trabalho;

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Berto, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maytink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

15.4.5. Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança;
15.4.6. Realizar registros e elaborar relatórios técnicos;
15.4.7. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
15.4.8. Exercer outras atividades correlatas.

ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS DE FUNÇÕES GRATIFICADAS

16. Função Gratificada Atividades de Controlador – (FGCI)
16.1. Provimento: livre nomeação e exoneração
16.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado
16.3. Requisitos:
16.3.1. Formação completa em curso de nível superior em uma das seguintes áreas:
16.3.1.1. Contabilidade; ou
16.3.1.2. Direito; ou
16.3.1.3. Economia; ou
16.3.1.4. Administração de empresas; ou
16.3.1.5. Administração/Gestão Pública.
16.4. Atribuições:
16.4.1. Avaliar o cumprimento das metas previstas no orçamento do Consorcio, auxiliando em sua elaboração e fiscalizando sua execução;
16.4.2. Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal, nos órgãos e entidades da administração do consórcio, bem como da aplicação das subvenções e dos recursos públicos, por entidades de direito privado;
16.4.3. Exercer o controle das operações de crédito e garantias, bem como dos direitos e haveres do Consorcio;
16.4.4. Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional; fiscalizar o cumprimento do disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
16.4.5. Dar ciência ao Presidente do Consórcio e da Secretaria Executiva, e ao Tribunal de Contas de qualquer irregularidade que tomar conhecimento;
16.4.6. Emitir Relatório sobre as contas do Consórcio, que deverá ser assinado pelo Controlador Interno, assinando igualmente as demais peças que integram os relatórios de Gestão Fiscal e de contas, juntamente com o Presidente do Consórcio e o Contador;

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Abeixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

16.4.7. Emitir relatório de análise de gestão, semestralmente, devendo o mesmo ser de responsabilidade exclusiva do Controle Interno;
16.4.8. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
16.4.9. Exercer outras atividades correlatas.

17. Função Gratificada Atividades de Compras – (FGC)
17.1. Provimento: livre nomeação e exoneração
17.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado
17.3. Requisitos:
17.3.1. Formação completa em curso de nível médio.
17.4. Atribuições:
17.4.1. Realizar todas as atividades de compras do Consórcio, incluídas as atividades de cotações de preços, emissão de ordens de serviço e ordens de fornecimento;
17.4.2. Executar as atividades em conformidade com o regulamento geral de licitações, contratações e compras do Consórcio;
17.4.3. Exercer as atividades da função gratificada sem prejuízo do exercício das funções do vínculo de origem no Consórcio;
17.4.4. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
17.4.5. Exercer outras atividades correlatas.

18. Função Gratificada Atividades de Almoxarifado e Patrimônio – (FGAP)
18.1. Provimento: livre nomeação e exoneração
18.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado
18.3. Requisitos:
18.3.1. Formação completa em curso de nível médio
18.4. Atribuições:
18.4.1. Realizar todas as atividades de controle de almoxarifado e patrimônio do Consórcio;
18.4.2. Executar as atividades em conformidade com o regulamento geral de almoxarifado e de patrimônio do Consórcio;
18.4.3. Exercer as atividades da função gratificada sem prejuízo do exercício das funções do vínculo de origem no Consórcio;
18.4.4. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
18.4.5. Exercer outras atividades correlatas.

19. Função Gratificada Atividades de Presidente da CPL – (FGCPL)
19.1. Provimento: livre nomeação e exoneração
19.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado
19.3. Requisitos:

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Gariff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

19.3.1. Formação completa em curso de nível superior

19.4. Atribuições:

19.4.1. Realizar todas as atividades de presidência da comissão permanente de licitações do Consórcio;

19.4.2. Executar as atividades em conformidade com o regulamento geral de licitações, contratações e compras públicas do Consórcio;

19.4.3. Exercer as atividades da função gratificada sem prejuízo do exercício das funções do vínculo de origem no Consórcio;

19.4.4. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;

19.4.5. Exercer outras atividades correlatas.

20. Função Gratificada Atividades de Pregoeiro – (FGPRG)

20.1. Provimento: livre nomeação e exoneração

20.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado

20.3. Requisitos:

20.3.1. Formação completa em curso de nível superior

20.4. Atribuições:

20.4.1. Realizar todas as atividades de pregoeiro em conformidade com a Lei n° 10.520/02 e normas regulamentares do pregão;

20.4.2. Executar as atividades em conformidade com o regulamento geral de licitações, contratações e compras públicas do Consórcio;

20.4.3. Exercer as atividades da função gratificada sem prejuízo do exercício das funções do vínculo de origem no Consórcio;

20.4.4. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;

20.4.5. Exercer outras atividades correlatas.

21. Função Gratificada Atribuições Agente de Contratação – (FGAC)

21.1. Provimento: livre nomeação e exoneração

21.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado

21.3. Requisitos:

21.3.1. Formação completa em curso de nível superior.

21.4. Atribuições:

21.4.1. Realizar todas as atividades de agente de contratação em conformidade com a Lei n° 14.133/2021 e normas regulamentares do pregão;

21.4.2. Coordenar as atividades da Central de Compras em conformidade com as disposições da Lei n° 14.133/2021;

21.4.3. Executar as atividades em conformidade com o regulamento geral de licitações, contratações e compras públicas do Consórcio;

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maytink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Gariff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

21.4.4. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
21.4.5. Exercer outras atividades correlatas.

22. Função Gratificada Atribuições Equipe de Apoio do Agente de Contratação – (FGEA)
22.1. Provimento: livre nomeação e exoneração
22.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado
22.3. Requisitos:
22.3.1. Formação completa em curso de nível médio
22.4. Atribuições:
22.4.1. Realizar todas as atividades de equipe de apoio ao agente de contratação em conformidade com a Lei n° 14.133/2021 e normas regulamentares do pregão;
22.4.2. Executar as atividades em conformidade com o regulamento geral de licitações, contratações e compras públicas do Consórcio;
22.4.3. Exercer as atividades da função gratificada sem prejuízo do exercício das funções do vínculo de origem no Consórcio;
22.4.4. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
22.4.5. Exercer outras atividades correlatas.

23. Função Gratificada Atribuições Membro da CPL – (FGMCPL)
23.1. Provimento: livre nomeação e exoneração
23.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado
23.3. Requisitos:
23.3.1. Formação completa em curso de nível médio
23.4. Atribuições:
23.4.1. Realizar todas as atividades de membro da comissão permanente de licitações em conformidade com a Lei n° 10.520/02;
23.4.2. Atuar, em regime de cooperação com o pregoeiro, nos processos administrativos de licitações realizados com fundamento na Lei n° 10.520/02 e normas regulamentares do pregão;
23.4.3. Executar as atividades em conformidade com o regulamento geral de licitações, contratações e compras públicas do Consórcio;
23.4.4. Exercer as atividades da função gratificada sem prejuízo do exercício das funções do vínculo de origem no Consórcio;
23.4.5. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
23.4.6. Exercer outras atividades correlatas.

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maytink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Alexo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

24. Função Gratificada Atribuições Temporárias – (FGT)
    24.1. Provimento: livre nomeação e exoneração
    24.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado
    24.3. Requisitos:
        24.3.1. Formação completa em curso de nível médio
    24.4. Atribuições:
        24.4.1. Exercer atribuição de membro de comissão temporária pelo período correspondente à constituição e vigência da comissão;
        24.4.2. Realizar todas as atividades no âmbito da comissão constituída de forma temporária, observando as finalidades da constituição da comissão e o regulamento quanto ao procedimento a ser adotado;
        24.4.3. Executar as atividades em conformidade com o regulamento geral de procedimentos administrativos do Consórcio;
        24.4.4. Exercer as atividades da função gratificada sem prejuízo do exercício das funções do vínculo de origem no Consórcio;
        24.4.5. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
        24.4.6. Exercer outras atividades correlatas.

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maytink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, Americo De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Ganiff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

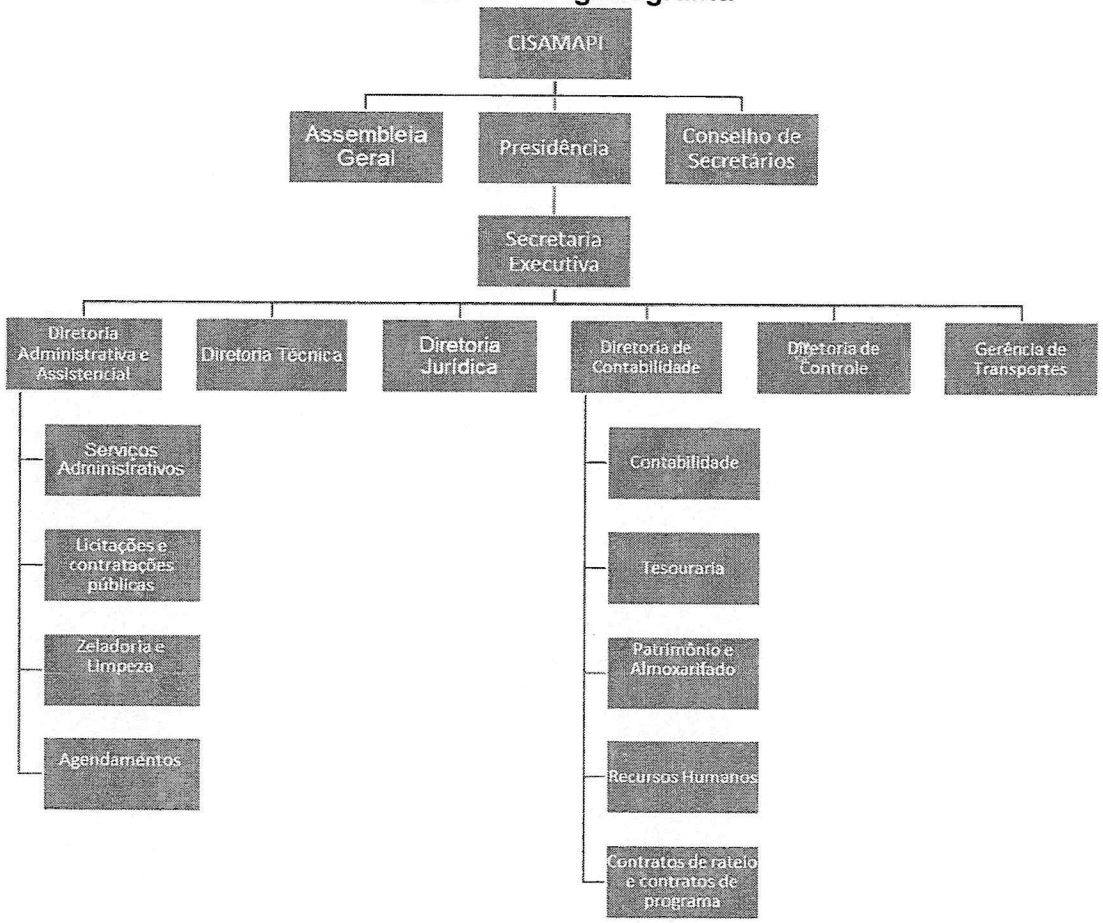
ANEXO III
TABELA DE NÍVEIS SALARIAIS E VENCIMENTOS

Nível	Valor		Nível	Valor
01	R$ 1.102,67		31	R$ 2.688,98
02	R$ 1.124,52		32	R$ 2.711,86
03	R$ 1.142,70		33	R$ 2.811,36
04	R$ 1.184,18		34	R$ 2.820,66
05	R$ 1.227,17		35	R$ 2.887,74
06	R$ 1.271,72		36	R$ 2.992,56
07	R$ 1.317,88		37	R$ 3.101,19
08	R$ 1.343,22		38	R$ 3.213,76
09	R$ 1.365,72		39	R$ 3.330,42
10	R$ 1.415,30		40	R$ 3.451,31
11	R$ 1.466,68		41	R$ 3.576,59
12	R$ 1.519,92		42	R$ 3.706,42
13	R$ 1.575,09		43	R$ 3.840,96
14	R$ 1.632,27		44	R$ 3.980,39
15	R$ 1.691,52		45	R$ 4.124,88
16	R$ 1.727,35		46	R$ 4.156,34
17	R$ 1.751,27		47	R$ 4.274,61
18	R$ 1.816,55		48	R$ 4.322,60
19	R$ 1.882,49		49	R$ 4.410,66
20	R$ 1.950,82		50	R$ 4.429,78
21	R$ 2.021,63		51	R$ 4.590,58
22	R$ 2.095,02		52	R$ 4.757,22
23	R$ 2.102,74		53	R$ 4.929,91
24	R$ 2.108,52		54	R$ 5.108,87
25	R$ 2.171,07		55	R$ 5.294,32
26	R$ 2.249,88		56	R$ 5.486,50
27	R$ 2.331,55		57	R$ 5.685,66
28	R$ 2.416,19		58	R$ 5.892,05
29	R$ 2.503,90		59	R$ 6.105,93
30	R$ 2.621,54		60	R$ 6.321,43

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Maytink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Mol Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, America De Almeida Cezar, Jose Braulio Alexo, Jose Roberto Gariff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F989.

Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

Anexo IV – Organograma



Avenida Ernesto Trivellato-120- Bairro Triângulo – Ponte Nova- MG – CEP 35430-141
CNPJ: 01.095.667/0001-88 Telefone: 31-3819-8800 – Site: www.cisamapi.mg.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por Newton Gabriel Avelar, Adilson Lopes Silva, Marco Aurelio Raminho, Ronaldo Alves Bento, Carlos Jose De Oliveira, Antonio Mayrink Bordoni, Domingos Antunes De Freitas, Luiz Carlos Faustino, Marleyde De Paula Mucida Miranda, Ademar Fernandes Moreira, Jose Eduardo Barbosa Couto, Gilmar De Paula Lima, Wagner Moi Guimaraes, Maurosan Goncalves Machado, Fernando Jose Carneiro Magalhaes, Vitor Henrique Moreira Ferreira De Oliveira, Jose Marcio Gomes Osorio, America De Almeida Cezar, Jose Braulio Aleixo, Jose Roberto Gariff Guimaraes, Jessica Alvarenga Soares, Eder Eloi Alves Pena, Maria Regina De Carvalho Martins e Mauro Pereira Martins.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7519-D903-DAE2-F969.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7519-D903-DAE2-F989 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7519-D903-DAE2-F989

Hash do Documento

EqNMzoFvZ6NGP03IBuE66FkAjt5KsIGGRel4mGn8CfU=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/11/2022 é(são) :

- Newton Gabriel Avelar (Signatário) - 553.386.316-87 em 07/11/2022 15:41 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- Adilson Lopes Silva (Signatário) - 046.468.366-10 em 07/11/2022 14:09 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- Marco Aurelio Raminho (Signatário) - 559.327.897-00 em 07/11/2022 11:30 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- Ronaldo Bento Alves - 035.661.666-50 em 04/11/2022 15:40 UTC-03:00
  Nome no certificado: Ronaldo Alves Bento
  Tipo: Certificado Digital
- Carlos José De Oliveira (Signatário) - 037.799.386-77 em 04/11/2022 14:18 UTC-03:00
  Nome no certificado: Carlos Jose De Oliveira
  Tipo: Certificado Digital
- Antonio Mayrink Bordoni (Signatário) - 251.320.916-87 em 04/11/2022 13:52 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- Domingos Antunes de Freitas (Signatário) - 851.538.346-20 em 04/11/2022 12:58 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital

- Luiz Carlos Faustino (Signatário) - 704.922.476-68 em 03/11/2022 19:12 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- Marleyde de Paula Mucida Miranda (Signatário) - 522.903.956-68 em 01/11/2022 09:12 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- Ademar Fernandes Moreira (Signatário) - 454.529.976-87 em 31/10/2022 09:24 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- Jose Eduardo Barbosa Couto (Signatário) - 300.355.976-15 em 31/10/2022 09:17 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- Gilmar de Paula Lima (Signatário) - 697.293.526-15 em 28/10/2022 15:07 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO - 18.316.273/0001-05
- Wagner Mol Guimaraes (Signatário) - 715.603.006-04 em 27/10/2022 16:21 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- Maurosan Gonçalves Machado (Signatário) - 934.373.076-49 em 27/10/2022 12:15 UTC-03:00
  Nome no certificado: Maurosan Goncalves Machado
  Tipo: Certificado Digital
- Fernando José Carneiro Magalhães (Signatário) - 525.679.316-00 em 27/10/2022 10:27 UTC-03:00
  Nome no certificado: Fernando Jose Carneiro Magalhaes
  Tipo: Certificado Digital
- Vitor Henrique Moreira Ferreira de Oliveira (Signatário) - 052.328.376-80 em 27/10/2022 09:57 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- José Márcio Gomes Osório (Signatário) - 788.460.056-00 em 27/10/2022 09:51 UTC-03:00
  Nome no certificado: Jose Marcio Gomes Osorio
  Tipo: Certificado Digital
- Américo de Almeida Cézar (Signatário) - 202.405.976-72 em 27/10/2022 09:23 UTC-03:00
  Nome no certificado: Americo De Almeida Cezar

Tipo: Certificado Digital

- José Bráulio Aleixo (Signatário) - 756.722.006-72 em 27/10/2022 09:18 UTC-03:00
  Nome no certificado: Jose Braulio Aleixo
  Tipo: Certificado Digital
- Jose Roberto Gariff Guimaraes (Signatário) - 533.299.026-04 em 27/10/2022 08:35 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- Jéssica Alvarenga Soares (Signatário) - 099.105.256-07 em 26/10/2022 19:19 UTC-03:00
  Nome no certificado: Jessica Alvarenga Soares
  Tipo: Certificado Digital
- Eder Eloi Alves Pena (Signatário) - 105.447.386-24 em 26/10/2022 16:36 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- Maria Regina de Carvalho Martins (Signatário) - 231.116.156-34 em 26/10/2022 15:52 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- Mauro Pereira Martins (Signatário) - 399.039.666-87 em 26/10/2022 15:45 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital

CONSOLIDAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DA RESOLUÇÃO 004 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022.

Dispõe sobre a regulamentação da gestão de pessoal, dos deveres e regime disciplinar, e do regimento de procedimentos e normas internas do Consórcio CISAMAPI e dá outras providências.

PREÂMBULO

Art. 1° Esta Resolução, aprovada pela Assembleia Geral do Consórcio CISAMAPI, dispõe sobre a regulamentação da gestão de pessoal, deveres e regime disciplinar e, por fim, o regimento de procedimentos e normas internas do Consórcio observada a seguinte divisão e respectiva subdivisão:

I – Título I referente ao regulamento de pessoal;

II – Título II referente aos deveres e ao regime disciplinar;

III – Título III referente ao regimento de procedimentos e normas internas do Consórcio;

IV – Título IV referente as disposições transitórias e finais.

TÍTULO I
REGULAMENTO DE PESSOAL

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2° Este Título dispõe sobre o regime jurídico e previdenciário dos empregados públicos do Consórcio CISAMAPI, bem como disciplina os empregos públicos e demais direitos, deveres e disposições específicas aplicadas aos recursos humanos do Consórcio.

§1° Para os efeitos deste regulamento considera-se:

I – Servidor: a pessoa legalmente investida em emprego ou função pública, os contratados temporariamente, os servidores públicos colocados à disposição do Consórcio por qualquer outro Ente Público, consorciado ou não, incluídas as entidades estatais de cunho fundacional, autárquica ou paraestatal;

II - Emprego público: o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a servidor, com denominação própria, em número certo e salário pago

pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão, subdivido em:

a) Emprego efetivo: emprego público cujo provimento se dá em caráter efetivo mediante provimento por concurso público;

b) Emprego em comissão: emprego público cujo provimento se dá em caráter de livre nomeação e exoneração, destinado às funções de chefia, direção ou assessoramento e regidos pelos critérios de confiança dos superiores hierárquicos e ao regime de serviço vinculado à convocação de trabalhos excepcionais além da carga horária regulamentar, sem remuneração adicional.

III - Função pública: a atribuição ou conjunto de atribuições que se confere a empregado público:

a) Designado, admitido ou contratado temporariamente para atendimento de substituição, demanda temporária, programa estabelecido por Resolução da Assembleia Geral ou contrato de programa firmado pelo Consórcio; ou

b) Servidor cedido oriundo dos Municípios consorciados e/ou de outros Entes Públicos para o exercício de finalidade específica e por prazo previamente determinado no ato administrativo de cessão.

IV – Salário: retribuição mensal devida ao ocupante de emprego público;

V – Remuneração: salário do emprego, acrescido das vantagens pecuniárias estabelecidas no contrato de consórcio público, no estatuto e neste regulamento.

VI – Gratificação de função: valor pago ao empregado pelo exercício de atividades de maior complexidade e/ou adicionais às atribuições e encargos de seu emprego público, não se incorporando à remuneração e sendo enquanto o empregado permanecer no exercício da função gratificada;

VII – Quadro de pessoal: expressão da estrutura organizacional, definida pelo conjunto de empregos de carreira, empregos isolados, funções gratificadas, funções públicas e empregos em comissão estabelecidos na forma do contrato de consórcio público e, de forma complementar, pelo estatuto do consórcio.

CAPÍTULO II
DO REGIME JURÍDICO

Art. 3° Os empregados públicos efetivos e comissionados, as funções gratificadas e as funções públicas vinculadas ao quadro de pessoal do Consórcio serão regidos pela:

I – Constituição da República de 1988;

II - Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452/1943 e alterações posteriores;

III – Contrato de Consórcio Público do Consórcio CISAMAPI;

IV – Estatuto do Consórcio CISAMAPI;

V – Pelas normas do Título I deste regulamento.

Art. 4° Aos contratados temporariamente será aplicável as normas da CLT, na forma do que disciplina o art. 6°, §2° da Lei nº 11.107/2005 com redação dada pela Lei nº 13.822/2019, observadas as demais disposições constantes dos incisos I e III a V do *caput* do art. 3°.

Art. 5° Será devido o recolhimento de FGTS na forma do que disciplina a CLT c/c a Lei n° 8.036/1990 c/c o art. 6°, §2° da Lei n° 11.107/2005 com redação dada pela Lei n° 13.822/2019.

Art.6° Os servidores dos Municípios consorciados e de outros Entes Públicos recebidos em cessão pelo Consórcio CISAMAPI permanecerão no seu regime jurídico originário.

CAPÍTULO III
DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

Art. 7º Aplica-se aos servidores públicos do CISAMAPI o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, na forma da Constituição Federal e da legislação específica.

Parágrafo Único. Os servidores públicos dos Municípios consorciados e/ou demais Entes públicos recebidos em cessão pelo Consórcio Público, na forma deste regulamento, permanecerão no seu regime previdenciário originário.

CAPÍTULO IV
DO PROVIMENTO

Seção I
Disposições Gerais

Art. 8º São requisitos básicos para ingresso no Quadro Funcional do Consórcio Público:

I - A nacionalidade brasileira;

II – O gozo dos direitos políticos;

III - A quitação com as obrigações militares, se for o caso, e eleitorais;

IV - O nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego público, e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho;

V- Idade mínima de 18 (dezoito) anos, completados até a data da posse;

VI - aptidão física e mental;

§ 1ºAs atribuições do emprego público podem justificar a exigência de outros requisitos, estabelecidos na forma do Contrato de Consórcio Público e/ou Estatuto do Consórcio CISAMAPI, neste Regulamento ou lei de caráter nacional que disponham sobre as atribuições do respectivo emprego público.

§2° Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de emprego público cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, observada a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas no respectivo emprego público, observado o limite de até 20% (vinte por cento) das vagas totais oferecidas no concurso.

Art. 9º O provimento dos empregos públicos far-se-á por ato do Presidente do Consórcio Público, permitida a sua delegação na forma prevista no Estatuto do Consórcio.

§ 1ºSão formas de provimento de empregos públicos:

I – Nomeação;

II - Contratação;

III - Reversão;

IV – Reintegração;

V – Reabilitação.

§2ºOs empregos em comissão serão providos exclusivamente por nomeação.

Seção II
Da Nomeação e da Contratação

Art. 10 A nomeação far-se-á em comissão, inclusive na condição de interino, para empregos em comissão vagos.

§ 1º Prescinde de concurso público a nomeação para emprego de provimento em comissão.

§2º A nomeação do servidor público para emprego de provimento em comissão determina, no ato da posse, o seu afastamento, mediante licença, do emprego público efetivo de que for titular.

§3ºO servidor ocupante de emprego em comissão poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro emprego de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período de interinidade.

§4º A designação para exercício de função gratificada recairá:

I - Em servidor ocupante de emprego público efetivo ou em comissão;

II – Em servidor cedido por Ente Público ao Consórcio;

III – Em caráter excepcional, previamente justificado, em servidor contratado temporariamente ou ocupante de função pública.

Art. 11 A contratação, quando se tratar de provimento de emprego público efetivo, depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Art. 12 Para atender a necessidade temporária o Consórcio poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos no Contrato de Consórcio Público (cláusula 33ª) e Estatuto (art. 39).

Seção III
Da Reversão

Art. 13 Reversão ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - Retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

II - Retorno do servidor readaptado ao desempenho das funções do emprego público efetivo, quando atestada a plena recuperação da capacidade laborativa para tais atividades.

§ 1º A reversão de que trata o Inciso I do caput deste artigo far-se-á no mesmo emprego público anteriormente ocupado, ou naquele resultante de sua transformação.

§ 2º Encontrando-se provido o emprego público, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§3° Não poderá ocorrer reversão de servidor aposentado que já tiver completado setenta anos de idade.

Seção IV
Da Reintegração

Art. 14 Reintegração é a reinvestidura do servidor no emprego público anteriormente ocupado ou naquele resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, se for o caso.

§1º Encontrando-se provido todas as vagas do emprego público o ocupante da última vaga será reconduzido ao eventual emprego público de origem, caso tenha se exonerado de outro emprego junto ao Consórcio Público para assunção deste último ocupado, sem direito a indenização, ou exonerado sem justa causa, com pagamento das indenizações de lei.

§ 2º Na hipótese de o emprego público originário ter sido extinto, o servidor beneficiado pela reintegração será exonerado, com pagamento das indenizações de lei.

Seção V
Da Readaptação Funcional

Art. 15 Observada a legislação trabalhista e previdenciária, o servidor poderá sofrer readaptação funcional.

Art. 16 Readaptação funcional é a investidura do servidor em funções de outro emprego público, cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a qualificação funcional e com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção por junta médica oficial.

§1ºA readaptação decorrerá de processo de reabilitação profissional, de responsabilidade da Previdência Social.

§2° Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado, na forma da Lei.

§3º A readaptação não poderá acarretar mudança de emprego público, aumento ou redução do salário do servidor.

CAPÍTULO V
DA POSSE E DO EXERCÍCIO

Art. 17 Posse é a investidura no emprego público, e se dá com a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades e direitos inerentes ao emprego público efetivo ou em comissão, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

§1º A posse ocorrerá no prazo de quinze (15) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais quinze (15) dias, a requerimento do interessado.

§2º Em se tratando de servidor já integrante do quadro de pessoal do Consórcio Público ou de Município consorciado em outro emprego público ou cargo e que esteja em gozo de licença ou em qualquer outro afastamento legal, o prazo será contado do término do impedimento.

§3º Só haverá posse nos casos de provimento de emprego público por nomeação ou contratação efetiva.

§4º A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

§5º No ato da posse, o servidor apresentará:

I - Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;

Art. 34 Nos termos da jurisprudência firmada no âmbito do Supremo Tribunal Federal, a habilitação do servidor em concurso público e respectiva posse em emprego de provimento efetivo não importará na aquisição, pelo respectivo servidor, de estabilidade no serviço público do Consórcio, vez que o art. 41 da Constituição da República de 1988 não estabelece direito de estabilidade aos empregados públicos.

Art. 35 A demissão de servidor concursado ocupante de emprego público efetivo somente poderá ocorrer mediante expedição de ato motivado em decisão fundamentada proferida em processo administrativo em que sejam assegurados ao servidor o direito ao contraditório e a ampla defesa.

§1ºA exoneração ou demissão de empregados públicos dependerá de ato administrativo motivado no caso de dispensa por iniciativa do Consórcio Público, observada as demais formalidades legais, especialmente o disposto no *caput*.

§ 2º O servidor será demitido:

I – Em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - Por justa causa, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§3° O servidor poderá ser exonerado nas hipóteses previstas neste regulamento, inclusive por desempenho insuficiente de suas atribuições, após procedimento de avaliação periódica de desempenho, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§4º Os empregados públicos efetivos poderão ser exonerados no caso de restrição e/ou extinção do serviço para o qual foram contratados.

§5º A exoneração de que trata a cláusula anterior ocorrerá adotando sequência temporal do mais novo para o mais antigo servidor e do pior classificado para o melhor classificado no edital de concurso que gerou a nomeação.

§6° A exoneração, por iniciativa do Consórcio Público, deverá ser justificada, sem prejuízos das indenizações estabelecidas em lei acaso se processe antes ou posteriormente ao término do período de contrato de experiência.

CAPÍTULO IX
DOS DIREITOS

Seção I
Da Jornada de Trabalho

Art. 36 Os empregos do Consórcio observarão a respectiva jornada de trabalho constante do contrato consolidado de consórcio público e do estatuto do

V- Produtividade e qualidade de trabalho;

VI - Responsabilidade;

VII – Cooperação e compromisso;

VIII – Administração de tempo;

IX – Relacionamento interpessoal;

X – Utilização de material e patrimônio;

XI – Subordinação no atendimento/cumprimento das ordens superiores;

XII - Eficiência.

§1º A avaliação especial de desempenho para fins de acompanhamento do contrato de experiência se processará antes do término do prazo deste.

§2º O afastamento do exercício do emprego efetivo não suspende o prazo do contrato de experiência, exceto nos casos previstos em Lei.

§3° Compete ao chefe imediato fazer o acompanhamento das atividades do empregado em período de experiência, devendo registrar todas as condutas do mesmo durante o exercício do emprego, informando eventuais irregularidades, e infrações funcionais.

Art. 32 A avaliação dos servidores em contrato de experiência será realizada pelo Consórcio apurando-se o preenchimento, pelo avaliado, dos fatores mencionados no artigo anterior.

§1º Realizada a avaliação durante o prazo de vigência do contrato de experiência será emitido parecer conclusivo, sendo que na hipótese de alcance aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento) do total possível será o servidor considerado aprovado no período de experiência.

§2º Se a conclusão da avaliação for contrária à permanência do servidor, lhe será dado conhecimento deste, para efeito de apresentação de defesa escrita, no prazo de dez dias úteis.

§3º Será encaminhada cópia da avaliação e respectiva conclusão, além da defesa do servidor à Presidência do Consórcio Público, que decidirá de forma motivada pela exoneração ou manutenção do servidor.

§4° A apuração dos requisitos mencionados no *caput* deverá processar-se de modo que a exoneração, se houver, seja feita quando findo o período de experiência.

Seção III
Dos Efeitos da Aprovação da Avaliação no Período de Experiência

Art. 33 O servidor aprovado em concurso público e que, cumulativamente, em momento posterior, seja aprovado em avaliação realizada na forma dos arts. 31 e 32 deste regulamento, passará a exercer o emprego público em caráter efetivo, observada a vigência de seu contrato por prazo indeterminado.

pagamento de preço público fixado no próprio edital de concurso, ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

§1º O concurso público terá validade de até dois anos, a contar da sua homologação, prorrogável uma vez, por igual período, a critério do Consórcio.

§2º A aprovação em concurso não cria direito à contratação, mas esta, quando se der, respeitará a ordem de classificação dos candidatos.

Art. 26 A abertura de concurso público se dará por edital, cujo extrato será publicado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias entre a última divulgação e o primeiro dia das inscrições.

§1° No edital deverão constar as seguintes informações´:

I– O número de vagas oferecidas, denominação dos empregos públicos e respectivos vencimentos;

II– O tipo de concurso, se de provas (escrita e/ou prática) ou de provas e títulos, e, se for o caso, os títulos exigidos;

III– As condições para inscrição e provimento do emprego público;

IV – Tipo, natureza e programa das provas;

V– A forma de julgamento das provas e dos títulos;

VI– Os limites de pontos atribuíveis a cada prova e aos títulos;

VII– Os critérios e os níveis de habilitação, classificação e desempate;

IX - A forma de comprovação dos requisitos para a inscrição;

X- A época da:

a) realização das provas, constando o dia, horário e local;

b) publicação nominal das inscrições homologadas com o número da inscrição;

c) publicação dos aprovados por ordem de classificação, constando o número da inscrição e o nome do candidato.

XI– O prazo de validade do concurso, que não excederá de dois anos, a contar de sua homologação, prorrogável por igual período.

§2º Os prazos do edital poderão ser prorrogados através de publicação nos mesmos meios em que se tenha divulgado o extrato do edital.

§3º O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o Consórcio Público mantiver na rede mundial de computadores – internet - bem como na forma de extrato, a ser publicado na imprensa oficial do Consórcio, na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais e em jornal de circulação regional.

Art. 27 Poderão candidatar-se aos empregos públicos do Quadro de Pessoal do Consórcio Público todos os cidadãos que atendam aos requisitos previstos no art. 8º deste regulamento, sendo exigida comprovação no ato da posse.

IV – Falecimento;

V – Aposentadoria.

§1º A demissão será aplicada ao servidor, por justa causa, a bem do serviço público, em virtude de processo administrativo disciplinar ou sentença judicial transitada em julgado, observadas as hipóteses de ocorrência e o procedimento previstos neste regulamento.

§2º A exoneração de emprego público efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

§3º - A exoneração de ofício dar-se-á:

I - Quando não satisfeitas às condições do contrato de experiência;

II - Quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido;

III – Por insuficiência de desempenho, aferida em avaliação periódica.

§ 4º - A exoneração de emprego em comissão e a dispensa de função pública dar-se-á:

I - A juízo da autoridade competente; ou

II - A pedido do próprio servidor.

CAPÍTULO VII
DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 23 Em caso excepcional, atendida a conveniência do serviço, o titular de emprego em comissão poderá ser nomeado ou designado, cumulativamente, para outro emprego da mesma natureza, até que se verifique a nomeação, designação ou reassunção do titular, e, nesse caso, só perceberá a remuneração correspondente a um emprego, cabendo ao servidor a opção.

CAPÍTULO VIII
DO CONCURSO PÚBLICO

Seção I
Disposições Gerais

Art. 24 Os concursos para a seleção de candidatos aos empregos públicos efetivos do CISAMAPI serão realizados observadas as normas do respectivo edital e, de forma complementar, pelo disposto nesta Seção.

Art. 25 O concurso público será de provas (escrita e/ou prática) ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, desde que expressamente previsto no Edital, condicionada a inscrição do candidato ao

II - Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, ou da condição de aposentado por qualquer regime previdenciário público.

§6º Tornar-se-á, automaticamente, sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo.

Art. 18 A posse em emprego público efetivo dependerá de prévia inspeção médica comprovada por atestado médico que declare a aptidão para o exercício do emprego público.

Parágrafo único. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente, para o exercício do emprego público.

Art. 19 Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do emprego público ou da função pública.

§1º O exercício das funções do emprego público terá início dentro de até cinco (5) dias, contados da data:

I - Da publicação oficial do ato, no caso de reintegração ou aproveitamento;

II - Da posse nos demais casos.

§2º Será tornado sem efeito o ato de provimento se não ocorrerem a posse e o exercício nos prazos previstos neste capítulo.

Art. 20 O início, a interrupção e o reinício do exercício, serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo Único. Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao assentamento individual.

Art. 21 O exercício de emprego em comissão exigirá do seu ocupante dedicação integral ao serviço, tendo que cumprir sua jornada regular de trabalho e podendo ser convocado fora dela sempre que houver interesse do Consórcio Público.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não impede que o servidor exerça atividades profissionais e/ou comerciais na esfera privada desde que não gere incompatibilidade e/ou conflito de interesses com as finalidades, objetivos e atuação do Consórcio.

CAPÍTULO VI
DA VACÂNCIA

Art. 22 A vacância do emprego público decorrerá de:

I – Rescisão ou extinção do contrato temporário;

II - Exoneração;

III - Demissão;

Art. 28 Os requisitos relativos à escolaridade e/ou formação técnica ou profissional, a inscrição na entidade profissional competente e os demais requisitos ou habilitações exigidas, deverão ser comprovados no ato da posse, sob pena de revogação do ato de provimento e desclassificação do candidato, além da convocação do sucessor imediato na ordem de classificação, para assunção da vaga.

Art. 29 Para coordenar todas as etapas do concurso público, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, a autoridade competente designará Comissão Especial composta de 03 (três) agentes públicos do CISAMAPI, facultada, em caso de necessidade, a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes Consorciados.

§1º Os agentes públicos mencionados no "caput" deste artigo devem ser ocupantes de emprego público efetivo do CISAMAPI ou de cargo efetivo de qualquer um dos Entes consorciados, admitindo-se inclusive servidores cedidos ao Consórcio Público.

§2º A Comissão Especial deverá fiscalizar a aplicação das provas, se for o caso, tomando as medidas necessárias à manutenção do sigilo.

§3º A Comissão Especial poderá, a seu critério e justificadamente, antes da homologação final, suspender, alterar, anular ou cancelar o concurso, não assistindo aos candidatos o direito à indenização.

§4ºOs casos omissos no edital serão resolvidos pela Comissão Especial.

Art. 30 Aos candidatos serão assegurados amplos meios de recursos, nas fases de pedidos de isenções de taxa de inscrição, homologação das inscrições, divulgação de gabaritos, publicações de resultados parciais ou globais, homologação do concurso e contratação de candidatos.

Parágrafo único. Os recursos serão dirigidos à Comissão Especial.

Seção II
Do Contrato de Experiência e da Avaliação de Desempenho

Art. 31 Ao entrar em exercício, o servidor contratado para emprego de provimento efetivo será submetido a contrato de experiência, por noventa dias, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação especial para o desempenho das funções do emprego público, observados os seguintes fatores:

I - Assiduidade;

II - Pontualidade;

III - Disciplina;

IV- Capacidade de iniciativa;

CISAMAPI e, em qualquer das hipóteses, não poderá ultrapassar duas horas adicionais em relação a carga horária normal, exceto nas seguintes hipóteses:

I - Compensação de horários através de banco de horas, nos termos dos arts. 39 e 40 deste Regulamento;

II - Estabelecimento de regime em escala de turno.

§1° O disposto no *caput* não se aplica a hipótese de servidor ocupante de emprego em comissão, hipótese em que serão observadas as disposições do art. 21 deste regulamento.

§2° Visando o atendimento de programa instituído pela Assembleia Geral, contrato de programa, situação de emergência ou calamidade pública, poderá ser editado ato específico pela Presidência do Consórcio estabelecendo regime em escala turno em que seja observada uma escala com número de horas ininterruptas de trabalho por determinando número de horas ininterruptas de descanso.

§3° As profissões regulamentadas seguirão as respectivas cargas horárias fixadas em Lei de caráter nacional.

§4° O cumprimento da jornada observará, por regra, o horário de funcionamento do Consórcio, com intervalo para almoço de duas horas, competindo aos respectivos titulares das Diretorias, determinar alterações do horário de início e término de trabalho e de intervalo do almoço em razão:

I - De interesse do Consórcio;

II – Mediante solicitação formal e justificada do empregado, desde que não incorra em prejuízo aos serviços do Consórcio.

Seção II
Da Compensação de Jornada de Trabalho

Art. 37 Nos termos do art. 59, §2° da CLT fica estabelecido o sistema individual de compensação de jornada de trabalho aplicável aos servidores ocupantes de emprego público efetivo do Consórcio.

Parágrafo único. O sistema de compensação é aplicável à jornada de trabalho realizada de segunda à sexta feira, excluídos sábados, domingos e feriados.

Art. 38 Eventual excesso de horas trabalhadas que ocorra em um dia deverá ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de seis meses, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo da respectiva carga horária do emprego, acrescido de duas horas adicionais diárias.

§1° Na hipótese de exoneração ou demissão do servidor público sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma do

caput deste artigo, o Consórcio, obrigatoriamente, deverá realizar o pagamento das horas extras não compensadas.

§ 2° Aos servidores vinculados à realização de jornada de trabalho na forma de escala de turno, sem prejuízo das demais disposições deste artigo, são aplicáveis as seguintes disposições específicas:

I - As jornadas de trabalho serão apuradas considerando um período de nove semanas correspondentes a dois meses a execução alternada do número de turnos em uma semana e o número de turnos em outra semana, observada a respectiva escala de duração do turno;

II - A concessão da compensação se dará, sempre, em períodos múltiplos correspondentes à respectiva duração do período de escala do turno com a finalidade de efetivação da folga ao servidor em períodos completos correspondentes aos turnos;

§ 3° Na hipótese de apuração de saldo negativo do banco de horas individual do empregado, a compensação deverá ocorrer no próprio mês de fechamento do saldo, mediante desconto financeiro corresponde na folha de pagamento.

Art. 39 A frequência e controle das horas trabalhadas será apurada por meio do ponto.

§1°. Essa apuração dar-se-á pela marcação de registro de todas as entradas e saídas mediante utilização de:

I – Relógio eletrônico;

II – Relógio mecânico;

III – Relógio eletrônico virtual mediante aplicativo nas hipóteses autorizadas de trabalho à distância;

IV - Folha ou livro de presença.

§2°. A interferência no sistema, no método ou no arquivo que ocasione desvio, inadequação ou alteração no registro afastando-o da realidade fática implica em abertura de processo administrativo com a penalização dos responsáveis.

§3°. A marcação do ponto é ato individual vedado sob as penalidades legais o ato para outrem.

§4°. A frequência também alcança os servidores que eventualmente prestem serviços externos cujo controle estará a cargo da Chefia imediata onde encontre-se lotado o servidor.

§5° Os titulares dos órgãos permanentes do Consórcio previstos, nos incisos IV a IX da cláusula 8ª do contrato consolidado de consórcio público, dadas as especificidades das competências e funções a serem desempenhadas, poderão, mediante expedição de portaria, exercer suas funções de forma híbrida, em regime presencial e teletrabalho.

Art. 40 O Consórcio deverá manter o controle individual do saldo do sistema de compensação de jornada de trabalho previsto nesta Seção, consignando ao servidor livre acesso para fins de consulta do controle realizado.

Seção III
Do Salário e da Remuneração

Art. 41 O salário será pago mensalmente até o quinto dia útil do mês seguinte àquele a que se refere o pagamento e observará o valor correspondente constante:

I - Do Estatuto nas hipóteses de servidor ocupante de emprego efetivo, emprego em comissão ou contratação para substituição ou atendimento de demanda vinculada à emprego efetivo;

II – Da resolução instituído de programa do Consórcio;

III – De contrato de programa ou outro instrumento congênere que venha a ser firmado pelo Consórcio;

IV – Do valor de origem decorrente de ato administrativo expedido por Ente Consorciado ou Ente Público na hipótese de cessão de servidor público com ônus ao Consórcio;

Art. 42 O valor dos salários será revisto anualmente, de forma uniforme e geral, em atendimento ao disposto no art. 37, inciso X da Constituição da República de 1988 e será efetivado mediante ato específico expedido pelo Presidente do Consórcio desde que atendidos os seguintes requisitos cumulativos:

I – Aplicação da revisão geral no mês de janeiro de cada ano;

II –Definição do índice oficial de inflação a ser aplicado, permitida a concessão de ganho real acima do referido índice;

III – Previsão do montante da respectiva despesa decorrente da revisão como despesa na Resolução do orçamento anual do Consórcio;

IV –Comprovação da previsão da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo Consórcio Público mediante certificação de que a revisão não importará em risco nos atendimentos das obrigações e compromissos relativos a investimentos e despesas de caráter continuadas já assumidas ou previstas para serem assumidas no exercício financeiro a que se referir a revisão;

V – Compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho em funções análogas;

VI – Vedação de aplicação da revisão com efeitos retroativos, ressalvada a hipótese do §1°.

§1° Na hipótese de a revisão geral ocorrer em percentual inferior à variação da inflação do ano anterior, medida pelo INPC/IBGE, a diferença poderá integrar futura revisão anual, observadas as condições dos incisos do *caput*, vedada à concessão de efeitos financeiros retroativos.

§2° Para os salários majorados devido à elevação do salário-mínimo ou de piso salarial de categoria fixado por lei de caráter nacional, a referida majoração deverá ser compensada quando da concessão da revisão geral a que se refere o *caput*.

Art. 43 Mediante ato específico e devidamente motivado, observados os requisitos constantes do contrato de consórcio público e estatuto do Consórcio CISAMAPI poderá ocorrer reclassificação do salário inicial de empregos do quadro geral visando adequar o respectivo salário ao valor praticado pelo mercado.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo somente poderá ser realizado após a comprovação de realização da revisão geral a que se refere o *caput* do art. 42 e desde que atendidos os incisos III e IV do referido dispositivo.

Art. 44 O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego.

Art. 45 A carga horária regular do emprego público poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), de comum acordo com o servidor mediante termo escrito, observado o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

Parágrafo único. A remuneração do servidor é irredutível, permitida alterações do salário e/ou vantagens desde que a remuneração final não seja reduzida, ressalvado o disposto no *caput*.

Art. 46 Os descontos autorizados e as consignações em folha de pagamento não poderão ser superiores a trinta por cento da remuneração mensal, abstraídos os descontos legais.

§ 1° As reposições e indenizações ao erário, em valores atualizados pelo INPC/IGBE, tornar-se-ão objeto de desconto, em parcelas mensais não excedentes a 20% (vinte por cento) da remuneração.

§ 2° Os prejuízos causados pelo servidor aos bens e patrimônio públicos, incluídas as multas de trânsito recebidas no uso de veículos do Consórcio, serão de responsabilidade do servidor ao qual se incumbirá de seu pagamento integral, e acaso arcadas pelo CISAMAPI no interesse de seus serviços deverão ser objeto de reposição ou indenização ao erário na forma do§1° deste artigo.

§ 3° O servidor em débito com o erário, que se retirar de forma definitiva do quadro de pessoal do Consórcio, em qualquer uma das hipóteses de vacância

elencadas neste regulamento, terá o prazo de sessenta (60) dias para quitar o débito, sob pena de cobrança judicial.

Art. 47 Ficará suspenso o pagamento da remuneração do emprego público efetivo o servidor:

I - Quando no exercício de emprego em comissão, salvo se o servidor expressamente optar pela remuneração do emprego público de origem;

II – Quando cedido, sem ônus para o Consórcio, a Ente Consorciado ou Ente Público não consorciado;

III – Quando no exercício de mandato eletivo, ressalvado o de Vereador desde que exista compatibilidade de horário;

IV - A remuneração do emprego público durante o afastamento por motivo de gozo de benefício previdenciário pago pelo pela Previdência Social (RGPS/INSS);

Art. 48 O servidor perderá:

I – A remuneração correspondente a carga horária não cumprida por atraso e/ou saída antecipada durante o mês, salvo se autorizada sua compensação;

II - A remuneração do dia e o repouso remunerado imediatamente posterior, se não comparecer ao serviço, salvo motivo justificado;

III - A remuneração do emprego público durante o afastamento por motivo de gozo de benefício previdenciário por doença ou acidente, pagos pela Previdência Social;

IV - A remuneração total durante o afastamento por motivo de prisão criminal ou civil, e/ou cumprimento de pena judicial que não determine a demissão.

Parágrafo único. As disposições deste artigo não se aplicam aos servidores cedidos ao Consórcio por outros Entes públicos, hipótese em que será observada a norma que regula a situação funcional do servidor cedido na sua origem.

CAPÍTULO X
DAS VANTAGENS

Art. 49 Além do salário, poderá ser pago ao empregado ou agente público cedido ou em exercício de representação do Consórcio, as seguintes vantagens:

I– Indenizações;

II - Auxílios pecuniários;

III - Gratificações;

IV– Adicionais.

§1º Não se incorporam a remuneração do servidor para qualquer efeito:

I – Indenizações;

II – Auxílios pecuniários;

III – Gratificações nominadas "Gratificações de Função" pagas em razão de função específica e por prazo determinado no âmbito do Consórcio;

IV – Os adicionais pagos em razão das condições e/ou horário e/ou jornada de trabalho do servidor.

§2º As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

§3º Os adicionais e gratificações devidos aos empregados em razão do exercício do emprego serão calculadas na forma e condições de lei de caráter nacional ou deste regulamento, atendendo as situações especificas de sua aplicabilidade.

Seção I
Das Indenizações

Art. 50 São instituídas as seguintes indenizações:

I - Indenização de transporte ao empregado ou agente público cedido ou em exercício de representação do Consórcio que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos por força das atribuições próprias do emprego e mediante prévia justificativa de impossibilidade de utilização de veículo do Consórcio, observado o valor unitário de R$ 1,43[1] (um real e quarenta três centavos) por quilômetro rodado;

II - Indenização de transporte ao empregado ou agente público cedido ou em exercício de representação do Consórcio que realizar despesas com deslocamento em ônibus rodoviário, não enquadrado no auxílio transporte, para a execução de serviços externos à Sede do CISAMAPI por força das atribuições próprias do emprego decorrente do interesse e determinação do CISAMAPI, calculada a indenização em valor correspondente à tarifa oficial estabelecida para o deslocamento, permitido o pagamento em regime de adiantamento mensal mediante prestação de contas posterior;

III– Indenização de transporte decorrente de viagem ao empregado ou agente público cedido ou em exercício de representação do Consórcio que se deslocar em viagem oficial do Consórcio, desde que a viagem atenda aos seguintes requisitos:

a) Deve possuir caráter eventual ou transitório e ocorrer fora dos limites do território do Consórcio;

[1] Parâmetro adotado: Indenização de despesas de deslocamento por km rodado constante Art. 1°, §1° e Anexo I da Resolução PGJ n° 24 de 11 de maio de 2006 e atualizado no percentual 138,26% referente ao INPC/IBGE acumulado no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2021 conforme tabela de fatores de atualização monetária do TJMG competência janeiro de 2022.

b) Deve ser destinada a objeto de serviço ou interesse das finalidades e objetivos do Consórcio;

c) Deve ser realizada em meios de locomoção aéreo ou, sendo rodoviário, deverá ser previamente justificada a impossibilidade de utilização de veículo do Consórcio;

IV - Diária de viagem ao empregado, detentor de emprego público efetivo ou comissionado, cedido ou não, agente político colocado à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente, que se deslocar, em caráter eventual ou transitório em objetivo de serviço ao CISAMAPI, para custeio das despesas de alimentação ou alimentação e hospedagem;

§ 1° O valor constante do inciso I do *caput* deste artigo poderá ser atualizado pelo INPC acumulado no período, limitado, a qualquer caso, que o valor unitário, por quilômetro rodado na indenização de despesas de deslocamento observe o limite de ¼ (um quarto) do valor do litro do combustível gasolina contratado pelo Consórcio ou apurado pela média de preços praticada no Município sede do Consórcio.

§ 2° A indenização de transporte decorrente de viagem, constante do inciso II do *caput* será paga ao final da viagem, sendo permitida a sua realização na forma de regime de adiantamento.

§ 3ºNos pagamentos de indenizações previstas neste artigo serão aplicáveis as seguintes hipóteses de restituição ao Consórcio:

I – Diárias, quando pagas de forma adiantada em que não ocorra o deslocamento ou que o mesmo ocorra em prazo menor do que o previsto, devendo ocorrer a restituição integral do saldo não utilizado de diárias em até cinco dias úteis contados do término da viagem ou data em que ela deveria ter ocorrido;

II - Adiantamento de viagem em que o deslocamento, por qualquer motivo, não ocorra ou mesmo que ocorra mas com retorno em prazo menor que o previsto, sendo obrigatória a restituição em até cinco dias úteis contados do término de viagem ou da data em que ela deveria ter ocorrido;

§ 4ºOs adiantamentos de viagem serão requeridos de forma não cumulativa e em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem, sendo que o processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

Subseção I
Das Diárias

Art. 51 O empregado, detentor de emprego público efetivo ou comissionado, cedido ou não, agente político colocado à disposição do

Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente, que se deslocar, em caráter eventual ou transitório em objetivo de serviço ao CISAMAPI, terão direito ao recebimento de diária para custeio das despesas de alimentação ou alimentação e hospedagem.

§ 1° O deslocamento deverá observar os seguintes requisitos:

I – Caráter eventual ou transitório;

II – Possui caráter compulsório;

III – Ser destinado ao atendimento das finalidades e objetivos do Consórcio;

IV – Ser realizado fora da sede, considerada como tal a localidade onde o beneficiário da diária estiver em exercício;

§ 2º A diária prevista no caput deste artigo fica limitada a 8 (oito) por mês e 80 (oitenta) por exercício financeiro.

§ 3°Os deslocamentos que excederem a 2 (dois) dias por semana deverão ser justificados previamente no ato de solicitação do pagamento das diárias respectivas.

§ 4º Nos casos em que a soma dos valores efetivamente gastos com hospedagem e alimentação for superior ao valor estabelecido para a diária, o valor excedente poderá ser ressarcido, mediante a apresentação de documentos fiscais hábeis a comprovação das despesas, a critério do Ordenador de Despesa, considerada a natureza, a necessidade, a justificativa e a documentação comprobatória específica, desde que requerida a indenização no prazo especificado para a prestação de contas.

§ 5° A diária será devida em seu valor integral quando o seu beneficiário atender a uma das seguintes hipóteses:

I - A cada período de 24 horas completos de afastamento da sede;

II - Para afastamento igual ou superior a 12 horas e inferior a 24 horas completos, desde que cumulativamente ocorra pernoite.

§ 6º Será devida:

I - Meia diária quando o deslocamento da sede for igual ou superior a 12 horas e inferior a 24 horas e não houver pernoite.

II – 1/3 da diária quando o deslocamento da sede for inferior a 12 horas;

§ 7° A contagem de tempo de afastamento será determinada tomando-se como termos inicial e final, respectivamente, a data e a hora de partida e de chegada à sede.

§ 8° Não é devida diária:

I - Quando o deslocamento da sede for inferior a 6 horas.

II - Em finais de semana ou feriados, salvo devidamente justificado pela chefia imediata e autorizado pelo Ordenador de Despesas;

III - Quando o deslocamento se der para localidade onde o beneficiário da diária possua residência ou outro domicílio;

IV - Cumulativamente com qualquer outra retribuição de caráter indenizatório de despesas com alimentação e/ou hospedagem

§ 9° A solicitação de antecipação de diárias será feita mediante o preenchimento do formulário em modelo próprio a ser expedido.

§ 10 É vedada a concessão de nova antecipação de diária de viagem ao beneficiário que estiver com a prestação de contas irregular ou que já tiver dado causa a duas antecipações de diárias no mês e que estejam pendentes de prestação de contas.

§ 11 O beneficiário da diária deverá, no prazo de cinco dias úteis, realizar a prestação de contas da utilização das diárias, observados os seguintes procedimentos:

I - Relatório de Viagem, com a declaração expressa do beneficiário de que não reside ou não tem domicílio na localidade de destino;

II - Comprovantes de passagem, quando for o caso;

III - Comprovação, por documentos hábeis, da efetiva realização da viagem, prescindindo de comprovação dos gastos realizados o numerário correspondente às diárias;

IV – Restituição das diárias recebidas e não utilizadas em razão da data de início e de término da viagem e da ocorrência ou não de pernoite fora da sede.

§ 12 Ocorrendo o cancelamento da viagem, o valor antecipado deverá ser devolvido, no máximo, em até cinco dias úteis subsequentes ao conhecimento de sua ocorrência.

§ 13 Os valores[2] das diárias que trata esta subseção são fixadas segundo os valores abaixo:

I – Diária em Minas Gerais (integral): R$ 413,00 (quatrocentos e treze reais)

II – Outros Estados

a) Primeira diária (integral): R$ 826,00 (oitocentos e vinte e seis reais)

b) Demais diárias (integral): R$ 619,00 (seiscentos e dezenove reais)

§ 14 Os valores constantes do §13 deste artigo poderão ser atualizados pelo INPC/IBGE acumulado no período mediante ato expedido pela Presidência do Consórcio.

§15 As disposições contidas nesta subseção são aplicáveis a terceirizados do Consórcio desde que tal condição seja expressamente prevista no respectivo instrumento de contratação da prestação terceirizada de serviços.

Seção II

[2] Parâmetro adotado: Valor médio das diárias constante do Anexo I da Resolução PGJ n° 24 de 11 de maio de 2006 e atualizado no percentual 138,26% referente ao INPC/IBGE acumulado no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2021 conforme tabela de fatores de atualização monetária do TJMG competência janeiro de 2022.

Dos Auxílios

Subseção I
Auxílio -Transporte

Art. 52 Será concedido auxílio-transporte mensal ao empregado ou agente público cedido ou contratado temporário, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a lei n° 7.418/1985.

§ 1° O vale-transporte somente será utilizável nas hipóteses de transporte público coletivo urbano ou, ainda, intermunicipal e interestadual de caráter urbano, estabelecidas na forma prevista na lei nº 12.587/2012, operado diretamente pelo Poder Público ou por empresa por ele delegada, em linhas regulares e com tarifas estabelecidas pela autoridade competente.

§ 2° Na hipótese de o Consórcio realizar, por meios próprios ou contratados, em veículos adequados ao transporte coletivo, o deslocamento residência-trabalho e vice-versa dos servidores fica afastada a obrigação de fornecimento de vale-transporte, ressalvada a hipótese em que esse transporte não cubra integralmente os seus deslocamentos, hipótese em que deverá ser fornecido o vale-transporte para os segmentos da viagem não abrangidos pelo referido transporte.

§ 3° É vedada a substituição do vale-transporte por antecipação em dinheiro ou qualquer outra forma de pagamento, ressalvado o disposto no §4°.

§ 4° Na hipótese de indisponibilidade operacional da empresa operadora e de falta ou insuficiência de estoque de vale-transporte necessário ao atendimento da demanda e ao funcionamento do sistema, o servidor será ressarcido pelo Consórcio mediante lançamento em folha de pagamento quanto à parcela correspondente, quando tiver efetuado a despesa para o seu deslocamento por conta própria.

Art. 53 Conforme disposto no art. 111 do Decreto n° 10.854/2021, o vale-transporte em relação a parcela custeada pelo Consórcio:

I - Não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração do beneficiário para quaisquer efeitos;

II - Não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou do FGTS;

III - Não é considerado para fins de pagamento da gratificação de Natal (13° salário); e

IV - Não configura rendimento tributável do beneficiário.

Art. 54 Todo servidor deverá preencher declaração contendo seu endereço residencial e os meios de transporte, coletivo ou individual, utilizadas

para o deslocamento residência-trabalho e vice-versa, possibilitando-se a aquisição, fornecimento e controle do vale transporte, cálculo do valor líquido da indenização, ou declarar expressamente sua renúncia ao benefício.

§ 1ºQualquer alteração nas informações prestadas na forma do parágrafo anterior, devem ser comunicadas imediata e formalmente ao Consórcio, sob pena de responsabilidade.

§ 2º O beneficiário firmará termo de compromisso de utilizar o vale-transporte exclusivamente para o deslocamento efetivo residência-trabalho e vice-versa.

§ 3º A declaração falsa e o uso indevido do vale-transporte constituem falta grave.

Art. 55 É vedada a acumulação do benefício do vale-transporte com outras vantagens relativas ao transporte do beneficiário, ressalvado o disposto na parte final do §2° do art. 52.

Art. 56 O vale-transporte será custeado:

I - Pelo servidor, na parcela equivalente a seis por cento de seu vencimento, excluídos quaisquer adicionais ou vantagens; e

II – Pelo Consórcio, no que exceder à parcela de que trata o inciso anterior.

§1° O Consórcio fica autorizado a descontar mensalmente o valor da parcela de que trata o inciso I do caput do vencimento do servidor que utilizar o vale-transporte.

§2° O valor da parcela a ser suportada pelo beneficiário será descontado proporcionalmente à quantidade de vale-transporte concedida para o período a que se refere vencimento e por ocasião de seu pagamento.

§3° O servidor poderá, na hipótese de a despesa com o seu deslocamento ser inferior a seis por cento do vencimento, optar pelo recebimento antecipado do vale-transporte, cujo valor será integralmente descontado por ocasião do pagamento do vencimento.

§4°A base de cálculo para determinação da parcela custeada pelo beneficiário será:

I - O vencimento, excluídos quaisquer adicionais ou vantagens; e

II - O montante percebido no período, quando se tratar de servidor remunerado por tarefa ou serviço feito.

Subseção II
Auxílio-Alimentação

Art. 57 Será concedido aos empregados públicos ou contratados temporários que exerçam carga horária igual ou superior a 20 (vinte) horas

semanais o auxílio-alimentação, no valor estipulado de R$ 20,00 (vinte reais), por dia trabalhado. **(Modificado pela Resolução 06 de 13 de março de 2023)**

§1º Para fins de concessão do auxílio previsto neste artigo, será considerado a quantidade de dias úteis de cada mês.

§2º O valor do auxílio-alimentação será atualizado pelo INPC/IBGE acumulado no período mediante ato expedido pela Presidência do Consórcio.

§3º Será deduzido do auxílio-alimentação mensal, mediante redução proporcional no valor do auxílio:

I- O período, em dias, em que o empregado faltar injustificadamente ao trabalho ou estiver suspenso disciplinarmente;

II –O período, em dias, em que o empregado faltar ao trabalho por motivo de prisão criminal ou civil.

§4º O auxílio-alimentação será concedido através de cartão eletrônico, recarregável mensalmente, para ressarcimento de despesas com alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro diretamente em folha do servidor.

§5º O auxílio-alimentação possui caráter indenizatório, não sendo considerado como verba salarial para quaisquer efeitos, não se incorporando ao contrato de trabalho e não constituindo base de incidência de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário, conforme expressamente determinado pelo §2° do art. 457 da CLT.

§6º O empregado não terá direito ao auxílio-alimentação durante o período que estiver afastado do emprego público por:

I - Licença sem remuneração;

II – Licença para atividade política;

III - Motivo de gozo de benefício previdenciário por doença ou acidente, pagos pela Previdência Social;

IV- Motivo de prisão criminal ou civil, e/ou cumprimento de pena judicial que não determine a demissão;

V- Atestado médico.

§7º No período de férias, o empregado público que goza do direito de receber tal benefício, receberá o auxílio alimentação no valor correspondente a 22 dias úteis trabalhados.

Seção III
Das Gratificações e Adicionais

Art. 58 No âmbito do Consórcio serão pagas ao servidor as seguintes gratificações e adicionais:

I- 13° Salário;

II – Função gratificada;

III– Adicional por serviço extraordinário;

IV - Adicional de férias;

V - Adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso;

VI - Adicional noturno.

Subseção I
Do Décimo Terceiro Salário

Art. 59 O 13° (décimo terceiro) salário corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fazer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano e será devida a todos os servidores do Consórcio Público.

§1º A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será considerada como mês integral para os efeitos deste artigo.

§2º O 13° salário será pago até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada ano, compensada a importância que, a título de adiantamento, o servidor houver recebido.

§3º Entre os meses de julho e novembro de cada ano, o Consórcio pagará, como adiantamento do 13° salário, de uma só vez, metade do salário recebido pelo respectivo empregado no mês anterior.

§4º O Consórcio Público não estará obrigado a pagar o adiantamento, no mesmo mês, a todos os seus empregados.

§5º Ocorrendo a extinção do contrato de trabalho antes do pagamento de que trata o §2º deste artigo, o Consórcio deverá compensar o adiantamento mencionado com o 13° salário devido, e, se não bastar, com outro crédito de natureza trabalhista que possua o respectivo empregado.

§6º O 13° salário será proporcional:

I- Na extinção dos contratos a prazo, entre estes os de experiência, ainda que a relação de emprego haja findado antes de dezembro; e

II- Na cessação da relação de emprego, ainda que verificada antes de dezembro.

§7º As faltas legais e justificadas ao serviço não serão deduzidas para os fins previstos neste artigo.

§8° Ocorrendo rescisão, sem justa causa, do contrato de trabalho, o empregado receberá o 13° salário devido nos termos deste artigo, calculada sobre a remuneração do mês da rescisão.

Subseção II
Função Gratificada

Art. 60 A função gratificada, a critério da Presidência do CISAMAPI, será concedida, e livremente destituída, pelo desempenho de atribuições excedentes as definidas para o emprego e/ou função de origem, sendo devido, independente

do exercício conjunto de mais de uma das atribuições especiais que lhe forem deferidas, em razão de encargos de especial responsabilidade que venham a desempenhar no CISAMAPI, sem prejuízo de suas atividades regulares, observadas as hipóteses e respectivos valores constantes do Anexo III deste regulamento.

Parágrafo único. A função gratificada somente é devida enquanto perdurarem as atividades que a justifiquem e em nenhuma hipótese será incorporada, para qualquer efeito, à remuneração dos servidores.

Subseção III
Do Adicional por Serviço Extraordinário

Art. 61 O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho do servidor.

§ 1º Serão permitidos serviços extraordinários somente para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada.

§ 2º A contagem de horas extras do servidor em pernoite fora da sede a serviço deverá ocorrer reduzindo-se o tempo mínimo de oito horas de descanso.

§ 3º O serviço extraordinário prestado pelo servidor integrará, pela média do valor dos serviços realizados, nos respectivos períodos aquisitivos, o cálculo do 13° terceiro salário e das férias relativas ao emprego público de que for titular.

§4° Nos termos do art. 62 da CLT, não será devido adicional por serviço extraordinário em favor dos ocupantes de emprego em comissão.

Subseção IV
Do Adicional de Férias

Art. 62 Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, adicional de um terço da remuneração correspondente ao período de férias.

Subseção V
Do Adicional pelo Trabalho Insalubre ou Perigoso

Art. 63 Os empregados efetivos ou contratados de forma temporária que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, perceberão adicionais de insalubridade ou de periculosidade, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes aos trabalhadores em geral, calculados sobre o nível 1 do Anexo I (tabela de níveis salariais e vencimentos) da consolidação do contrato de consórcio público do CISAMAPI .

§1º O empregado que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.

§2º O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos de deram causa a sua concessão.

§3º A concessão do adicional pelo exercício de atividade em condições insalubres ou perigosas far-se-á em obediência às situações estabelecidas na legislação específica.

Subseção VI
Do Adicional Noturno

Art. 64 O adicional devido ao empregado efetivo ou temporário, pelo serviço noturno, prestado no horário entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, corresponderá ao valor-hora acrescido de 20% (vinte por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

CAPÍTULO XI
DAS FÉRIAS

Art. 65 O servidor fará jus a trinta dias de férias, que deverão ser concedidas nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver implementado o período aquisitivo.

§1º Para o implemento do período aquisitivo de férias serão exigidos doze meses de exercício.

§2º É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

§3º É facultado ao Consórcio promover a conversão de 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, desde que requerido pelo empregado interessado no prazo legal para fins de concessão do período restante.

§4º No cálculo do abono pecuniário será considerado o valor do adicional de férias.

§5º As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de emergência, de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

§6° Desde que haja concordância do servidor, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um, devendo o valor correspondente as férias ser pago integralmente no primeiro período de concessão.

§7° É vedado o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.

§8° A concessão das férias será comunicada formalmente ao servidor com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, devendo ser expedido o respectivo recibo da comunicação por parte do servidor.

Art.66 Poderão ser concedidas férias coletivas a todos os servidores ou aos servidores lotados em determinados setores, unidades ou órgãos do Consórcio.

§1° As férias coletivas poderão ser gozadas em 2 (dois) períodos anuais desde que nenhum deles seja inferior a 10 (dez) dias corridos.

§2° Os servidores que contarem com período aquisitivo inferior a 12 (doze) meses gozarão, na oportunidade, férias proporcionais, iniciando-se, então, novo período aquisitivo.

CAPÍTULO XII
DAS LICENÇAS E AFASTAMENTOS

Seção I
Das Licenças

Art. 67 Conceder-se-á ao empregado público efetivo licença:

I - Para serviço militar obrigatório;

II – Para exercício de emprego em comissão;

III – Maternidade, paternidade ou à adotante;

IV - Para concorrer e/ou exercer mandato eletivo.

§1°Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica.

§2° Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do emprego público de que for titular.

§3° A licença para exercício de emprego ou cargo de provimento em comissão poderá ocorrer no âmbito do próprio Consórcio, como também nos demais Entes públicos da administração Federal, Estadual ou Municipal, respectivas Autarquias, Fundações e entidades paraestatais;

Art. 68 A licença decorrente da maternidade, paternidade ou à adotante observará o seguinte prazo:

I – Licença-maternidade com duração de 120 (cento e vinte) dias;

II – Licença-paternidade com duração de 5 (cinco) dias;

§1° O servidor que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida a respectiva licença-maternidade ou licença-paternidade, conforme o caso, nos mesmos períodos indicados nos incisos I e II do *caput* deste artigo.

Art. 69 O empregado público efetivo terá direito a licença, com remuneração, durante período que mediar entre o prazo previsto na legislação eleitoral para a desincompatibilização, devendo retornar normalmente às suas funções no primeiro dia útil seguinte ao pleito a que estiver concorrendo.

§1° Durante o período da licença, o empregado público afastado nos termos deste artigo deverá comprovar, de forma cumulativa:

I – A escolha do seu nome em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo;

II – A formalização de requerimento de registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral;

III – A decisão proferida pela Justiça Eleitoral de deferimento do requerimento de registro de sua candidatura.

§2° O não atendimento de qualquer uma das obrigações indicadas no §1° deste artigo importará na obrigação do empregado público efetivo restituir ao Consórcio a sua remuneração pelo período correspondente:

I – A todo o período da licença remunerada na hipótese de não cumprimento do disposto no inciso I do §1° deste artigo;

II – Ao período compreendido entre o término da convenção partidária e o término do prazo definido no calendário eleitoral para apresentação de requerimento de registro de candidatura na hipótese de não cumprimento do disposto no inciso II do §1° deste artigo.

III – Ao período compreendido entre a apresentação do requerimento de registro de candidatura e a data do pleito na hipótese de não cumprimento do disposto no inciso III do §1° deste artigo.

§4° A hipótese de renúncia/desistência da candidatura, em momento posterior à fase de convenções partidárias, importará em obrigação de retorno imediato do empregado público efetivo às suas funções de origem no prazo improrrogável de dois dias úteis contados da formalização da renúncia/desistência.

§5° Ao empregado público efetivo, investido em mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I- Tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual ficará afastado do emprego;

II- Investido no mandato de Prefeito ou Vice-Prefeito, será afastado do emprego, sendo- lhe facultado optar pela sua remuneração;

III- Investido no mandato de vereador:

a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu emprego, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;

b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do emprego, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

Seção II

Dos Afastamentos

Art. 70 O servidor não poderá ausentar-se do serviço, salvo nas seguintes hipóteses:

I – Até 3 (três) dias úteis, em caso de falecimento de:

a) cônjuge;

b) parente em linha reta até segundo grau;

c) parente em linha colateral até segundo grau;

d) pessoa que viva sob sua dependência econômica;

II - Até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento;

III - Por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada;

IV - Até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva;

V - No período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do Serviço Militar referidas na letra "c" do art. 65 da Lei nº 4.375/1964;

VI - Nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular ou prova análoga para fins de ingresso em estabelecimento de ensino superior;

VII - Pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo.

VIII - Pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro;

IX - Dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para acompanhar sua esposa ou companheira em até seis consultas médicas, ou exames complementares, durante o período de gravidez;

X - Por 4 (quatro) dias por ano para acompanhar filho de até 12 (doze) anos em consulta médica;

XI - Por 2 (dois) dias por ano para acompanhar pais acima de 80 anos, ou caso abaixo de 80 anos e igual ou maior que 60 anos com deficiência ou dependência comprovada para tratamento de saúde, incluídos exames, desde que devidamente comprovado;

XII - Até 3 (três) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovada.

XIII - Realizar estágios especiais ou cursos de atualização e aperfeiçoamento de interesse do Consórcio Público e afins ao emprego público que ocupa, quando expressamente autorizado por autoridade superior do Consórcio responsável pela gestão de recursos humanos.

XIV - Dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para acompanhar parente em linha reta ou colateral, até terceiro grau, com deficiência ou dependência mediante comprovação da necessidade de acompanhamento

pelo empregado do consórcio, limitado, em qualquer caso, a até seis consultas médicas, ou exames complementares por exercício financeiro, desde que comprovado ser o único responsável do respectivo parente;

§1° Para fins de concessão dos afastamentos previstos neste artigo, serão aceitos os seguintes documentos:

I – Certidões expedidas por oficiais de registro civil nas hipóteses dos incisos I e II;

II – Declaração com identificação do órgão ou empresa emitente e do signatário com indicação do respectivo cargo ou função nas hipóteses dos incisos III, IX, X, XI, XII, XIII e XIV.

III – Certidão ou outro documento oficial expedido pelo órgão público competente nas hipóteses dos incisos dos incisos IV, V, VII,

IV – Comprovante de inscrição e das datas das provas na hipótese do inciso VI,

V – Comprovante de exercício de função ou cargo de direção no órgão sindical na hipótese do inciso VIII;

VI – Comprovante de conclusão do estágio ou curso na hipótese do inciso XIII.

§2° As declarações serão recebidas e processadas pelo Consórcio como justificativa para não comparecimento em determinado horário da jornada diária de trabalho do empregado do Consórcio, vedada a sua utilização para justificativa da integralidade de um dia de trabalho.

§3° As declarações de comparecimento em tratamentos de saúde, incluídos exames, tratamentos odontológicos e/ou psicológicos, observado o disposto no §2°, serão limitados a um número de 12 (doze) por exercício financeiro.

§4° As declarações, certidões e demais documentos elencados no §1° somente serão aceitos se indicarem a data de ocorrência do fato e no caso das declarações com a indicação do horário de início e término do atendimento.

CAPÍTULO XIII
DO QUADRO DE EMPREGOS DO CONSÓRCIO

Seção I
Dos Recursos Humanos

Art. 71 Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio:

I – Os ocupantes de empregos públicos efetivos e/ou empregos públicos em comissão;

II – Os contratados temporariamente ou ocupantes de função pública;

III - Os servidores cedidos por Entes consorciados ou por outros Entes integrantes da administração pública Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, incluídas as entidades estatais de cunho fundacional, autárquica ou paraestatal;

IV - Os prestadores de serviços contratados na forma estabelecida pela Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. A atividade de Presidente, 1° e 2° Vice-Presidentes, membro do Conselho Fiscal, bem como a participação dos representantes dos Entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado serviço público relevante.

Seção II
Dos Empregos

Art. 72 Os agentes públicos do CISAMAPI serão nomeados para o exercício dos empregos públicos:

I –De caráter permanente composto por empregos públicos efetivos e empregos públicos em comissão constantes do Anexo II, além de outros empregos públicos efetivos e/ou em comissão que venham a ser criados por deliberação da assembleia geral conforme as determinações do contrato de consórcio público e do estatuto do consórcio;

II –De caráter temporário, vinculados às funções públicos, já instituídas e/ou que venham a ser instituídas:

a) Por deliberação da assembleia do CISAMAPI para atendimento de programa a ser desenvolvido pelo CISAMAPI;

b) Constantes de contrato de programa ou instrumentos congêneres vigentes e aqueles que venham a ser firmados pelo CISAMAPI.

Art. 73 Observados os requisitos gerais constantes deste regulamento, são aplicáveis aos empregos públicos em comissão:

§1º São de livre nomeação e exoneração, regidos pelo critério de confiança e obrigados ao regime de dedicação de jornada de trabalho donde poderão ser convocados a trabalhos excepcionais além da carga horária regulamentar, sem remuneração adicional.

§2ºA nomeação será feita por ato do Presidente do CISAMAPI, autorizada a delegação de tal atribuição mediante expedição de ato específico.

Seção III
Do Desenvolvimento Funcional

Art. 74 O desenvolvimento funcional do emprego público efetivo ocorrerá na forma deste artigo.

§1º O desenvolvimento funcional por qualificação corresponderá a um acréscimo de 3% (três por cento) sobre o salário base do empregado público efetivo, limitado ao máximo de 9% (nove por cento), por força da qualificação

profissional obtida além daquela prevista para ocupação do emprego e que guarde correlação direta com as atribuições deste, observado interstício mínimo de cinco anos de exercício no emprego para cada período aquisitivo.

§2º Para habilitar-se ao adicional por qualificação o empregado efetivo deverá apresentar requerimento e comprovar o atendimento, cumulativo, das seguintes condições:

I- Ter concluído curso de pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado ou ter completado 480 (quatrocentos e oitenta) horas de cursos/seminários/palestras, dentre outros, sempre em temas correlatos com o emprego ocupado.

II– Ter completado 05 (cinco) anos de serviço no Consórcio, ininterruptos ou não, ou interstício de igual tempo para os períodos aquisitivos subsequentes.

§3º Fica prejudicada a contagem regular do período aquisitivo para o adicional de que trata este artigo, se o empregado apresentar qualquer uma das seguintes ocorrências em sua vida funcional:

I- Tiver sido condenado em processo criminal, por decisão definitiva, ou sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II - Tiver mais de 10 (dez) faltas injustificadas no período aquisitivo;

III- Tiver se afastado de suas funções por período contínuo superior a trinta dias, independentemente de percepção ou não de remuneração, exceto se para exercício de emprego de confiança no próprio Consórcio Público ou em Ente consorciado.

§4° O empregado que no decorrer do período aquisitivo incidir nas hipóteses do parágrafo anterior, perderá o tempo decorrido, iniciando-se novo período aquisitivo quinquenal após a cessação do impedimento.

§5º O cumprimento dos requisitos de que trata este artigo, dentro do período aquisitivo considerado, será apurado em processo administrativo próprio, devidamente instruído, sendo que os efeitos financeiros do benefício, acaso concedido, serão estabelecidos no ato administrativo expedido.

§6° Para fins de aplicação do disposto neste artigo é vedada qualquer contagem ou concessão de benefício financeiro em caráter retroativo, devendo ser contado período aquisitivo somente após a vigência do presente regulamento.

CAPÍTULO XIV
DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Art. 75 A contratação por tempo determinado será efetivada para:

I - A atender necessidade temporária de excepcional interesse público na hipótese de preenchimento de emprego público vago, até o seu provimento por meio de concurso público;

II - Atendimento aos termos de contrato de programa que venha a ser firmado pelo CISAMAPI.

III – Atendimento a programa instituído pelo Consórcio mediante deliberação da Assembleia Geral.

Art. 76 As contratações temporárias terão prazo de:

I - Até 12 (doze) meses, podendo haver renovação desde que o período total da contratação não ultrapasse o período de 24(vinte e quatro) meses na hipótese prevista no inciso I do caput do art. 75;

II - Pelo prazo correspondente à vigência do programa ou do contrato de programa na hipótese prevista nos incisos II e III do caput do art. 75.

Art. 77 As contratações serão realizadas mediante processo seletivo que deverá atender ao seguinte procedimento:

I - Edital de chamamento, publicado na imprensa oficial em que se defira aos candidatos no mínimo quinze dias para inscrição;

II - Seleção mediante aplicação de critérios objetivos previamente estabelecidos no edital de chamamento, circunscritos à titulação acadêmica e adoção alternativa de um dos seguintes critérios:

a) Aplicação de prova escrita; ou

b) Experiência profissional relacionada com a função a ser exercida no Consórcio.

§1° Prescindirá de processo seletivo as contratações que venham a ser realizadas pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, hipótese em que observarão o seguinte procedimento:

I - Edital de chamamento, publicado no sítio eletrônico do Consórcio e fisicamente em local próprio na Sede do Consórcio, em que se defira aos candidatos no mínimo cinco dias para inscrição;

II - Seleção mediante aplicação de critérios objetivos, circunscritos à titulação acadêmica e/ou à experiência profissional relacionadas com a função a ser exercida no Consórcio, previamente estabelecidos no edital de chamamento.

§2° Os contratados temporários exercerão as funções do emprego público vago e perceberão a remuneração para ele prevista.

CAPÍTULO XV
DO ESTÁGIO

Art. 78 O estágio será cumprido em setor ou órgão do CISAMAPI ou em órgão ou unidade de Ente Público conveniado ao Consórcio devendo ser observada a premissa de capacidade de oferta ao estudante de aprendizado técnico ou operacional condizente com o curso no qual esteja matriculado.

§1° O estágio, obrigatório ou não-obrigatório, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estudante e o CISAMAPI.

§2° Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso em que o estudante esteja matriculado, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§3° Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso em que o estudante esteja matriculado.

§4° É condição para a concessão do estágio, obrigatório ou não, que o estudante:

I - Esteja matriculado em instituição de ensino médio técnico ou instituição de educação superior, credenciada pelo Ministério da Educação - MEC, em curso de graduação ou em curso de pós-graduação em área que tenha vinculação com atividade meio ou atividade fim do CISAMAPI;

II - Tenha frequência regular atestada pela instituição de ensino, em se tratando de curso presencial;

III - Esteja cursando, no caso do estudante de curso de graduação, no mínimo o terceiro período semestral ou equivalente, observados os critérios definidos em edital de convocação para a seleção pública de estagiários;

IV - Seja aprovado em seleção pública de estagiários .

§ 5° A seleção pública de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será realizada:

I –Diretamente pelo CISAMAPI através de processo seletivo simplificado após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial do Consórcio;

II– Diretamente pela Instituição de Ensino, através de processo seletivo ou cadastro;

III – Diretamente pelo Órgão Público onde o estágio será realizado, na hipótese de instrumento de cooperação formalizado entre o Consórcio e Ente Público, consorciado ou não.

Art. 79 A duração do estágio não poderá exceder a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estágio para pessoa com deficiência.

§1° O prazo de 2 (dois) anos será considerado em cada modalidade de ensino superior, podendo o estudante que já tenha estagiado na modalidade graduação ser admitido no estágio para a modalidade pós-graduação, se aprovado em processo seletivo específico.

§ 2° O cômputo do período mencionado no "caput" deste artigo dar-se-á por curso, quando se tratar da modalidade graduação, desde que o estudante seja aprovado em processo seletivo específico.

§ 3º O estagiário da modalidade pós-graduação, independentemente do número de cursos realizados ou de aprovações em distintos processos seletivos, não poderá perfazer, no total, mais de 2 (dois) anos de estágio.

§ 4º A duração do estágio de graduação e pós-graduação de estudantes com deficiência poderá exceder 2 (dois) anos, estendendo-se até a data de conclusão do curso em que estiver matriculado na data de integralização dos 2 (dois) anos de estágio.

Art. 80 O estagiário será supervisionado por servidor do Consórcio , com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário.

Art. 81 A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais.

§1° A jornada de atividades de estágio será reduzida à metade nos dias de avaliações acadêmicas.

§2º O estagiário terá direito à redução da jornada de atividades em, no máximo, quinze dias por semestre.

Art. 82 O estagiário fará jus a:

I - Bolsa de estágio;

II - Auxílio-transporte;

III – Recesso;

IV - Seguro contra acidentes pessoais contratado pelo CISAMAPI.

§1° A bolsa estágio observará os seguintes valores mensais[3]:

I – Curso de nível médio técnico com jornada de estágio de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, valor mensal de R$ 530,93 (quinhentos trinta reais e noventa três centavos).

II – Curso de graduação:

a) Jornada de estágio de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, valor mensal de R$ 616,00 (seiscentos e dezesseis reais);

b) Jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, valor mensal de R$ 923,00 (novecentos e vinte três reais).

§2° O auxílio-transporte será pago em pecúnia no valor mensal de R$ 100,00 (cem reais) para os estudantes das modalidades e respectivas cargas horárias de qualquer das hipóteses indicadas no §1° deste artigo.

[3] Parâmetro adotado: Arts. 1° e 2° da Portaria n° 5.689/2022 da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

§3° Sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias corridos, a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares.

§4° Em se tratando de estágio celebrado por prazo inferior a 2 (dois)anos, o recesso será concedido de maneira proporcional.

§5°Se o estágio for extinto antes do término de sua vigência, por interesse do estudante, perderá ele os dias de recesso ainda não usufruídos, sendo vedada a indenização pelo valor correspondente.

§6° Os valores da bolsa-estágio e/ou auxílio-transporte será atualizado em janeiro de cada ano pelos mesmos índices aplicados à revisão geral anual da remuneração dos servidores do Consórcio.

§7° O valor do auxílio-transporte será atualizado anualmente pelo INPC/IBGE acumulado no período.

CAPÍTULO XVI
DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 83 É assegurado ao servidor o direito de requerer ao Consórcio em defesa de direito ou de interesse legítimo.

§1° O direito de requerer em cinco anos, quanto aos atos de demissão ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

§2° Decairá em cento e vinte dias, o direito de requerer nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

§3° A prescrição e a decadência são questões de ordem pública, não podendo ser relevada pelo Consórcio.

§4° O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

§5° Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

§6° O requerimento e o pedido de reconsideração de que trata o parágrafo anterior deverão ser despachados no prazo máximo de dez dias úteis e decididos dentro de trinta dias úteis.

§7° - Caberá recurso:

I- Do indeferimento do pedido de reconsideração;

II- Das decisões sobre recursos sucessivamente interpostos.

§8° O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, se houver.

§9° O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de quinze dias úteis, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

TÍTULO II
DOS DEVERES E DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I
DA ACUMULAÇÃO

Art. 84 Ressalvados os casos previstos no art. 37, *caput,* inciso XVI da Constituição da República de 1988, é vedada a acumulação remunerada de empregos públicos, cargos ou funções.

§1º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios.

§2º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§3º Considera-se acumulação proibida a percepção de salário ou vencimento de emprego público efetivo com proventos da inatividade pagos por regime próprio de previdência, salvo quando os empregos públicos ou cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

§4º O servidor vinculado ao regime desta lei que acumular licitamente dois empregos públicos efetivos, quando investido em emprego de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os empregos públicos.

§5º O servidor não poderá exercer mais de um emprego em comissão, exceto no caso previsto no art. 10, §3°, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.

§6º Verificada, em processo administrativo, acumulação irregular de emprego público ou cargo, o servidor será demitido de um destes e restituirá o que tiver percebido indevidamente.

CAPÍTULO II
DOS DEVERES

Art. 85 São deveres do servidor, além de outras obrigações expressas que lhe sejam impostas por lei:

I- Respeitar o regime ou horário de trabalho que lhe for estabelecido bem como o registro de entradas e saídas, horas extras e autorização para tal e ainda proceder a anotação do registro do ponto, inclusive comunicando imediatamente qualquer impossibilidade de comparecimento ao serviço por motivo de doença ou acidente;

II – Acatar, executando com presteza e boa vontade, as ordens superiores que lhe forem dadas exceto quando manifestamente ilegais;

III- Desempenhar suas atribuições com honestidade, lealdade, atenção e critério, visando sempre o atendimento dos objetivos do Consórcio e cooperando para o perfeito andamento dos serviços;

IV- Comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com os colegas de trabalho e com os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, servidores e cidadãos dos Municípios Consorciados, para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensável ao desempenho das tarefas;

V- Apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado, sendo obrigatório o uso de uniforme na hipótese de seu fornecimento pelo Consórcio;

VI –Manter sigilo das informações e fatos que chegar ao seu conhecimento no exercício de suas atribuições, ressalvadas aquelas informações de caráter público sujeitas às regras de transparência e acesso à informação da população;

VII- Comunicar ao seu superior imediato quaisquer fatos ou informações que possam interessar ao Consórcio Público e ao serviço;

VIII - Oferecer, quando pedidas ou espontaneamente, quaisquer sugestões que possam representar melhoria dos serviços;

IX- Atender, na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando exigir o serviço e o interesse público, a critério do seu superior imediato;

X- Atender com presteza:

a) Ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b) À expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) Às requisições para a defesa da Fazenda Pública;

XI- Zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

XII - Representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

XIII – Manter atualizado seus dados cadastrais junto ao Consórcio Público;

XIV - Portar-se de modo probo, respeitando os princípios e regras do ordenamento jurídico dirigidas à Administração Pública;

XV – Observar as normas legais e regulamentares aplicáveis ao Consórcio;

Parágrafo único. A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado a ampla defesa.

CAPÍTULO III
DAS PROIBIÇÕES

Art. 86 Ao servidor é especialmente proibido:

I- Referir-se de modo depreciativo aos superiores ou a seus atos, bem como aos demais servidores do consórcio e representantes dos Municípios;

II- Promover, nas dependências do Consórcio, manifestação de apreço ou desapreço a pessoas ou a entidades, propaganda política ou aliciamento partidário;

III- Receber propinas, comissões ou vantagens indevidas de qualquer espécie, em razão do emprego;

IV- Fornecer informações que possam comprometer o Consórcio ou os Municípios consorciados;

V- Executar, durante o expediente, serviços estranhos ao Consórcio, sendo, também, proibido o uso de material do Consórcio para fins particulares;

VI - Cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VII– Utilizar-se de aparelhos, equipamentos e veículos do Consórcio no interesse particular próprio ou de terceiros;

VIII– Ocupar concomitantemente ao emprego do Consórcio qualquer cargo ou emprego remunerado no serviço público, exceto nos casos de acumulação permitida pela Constituição da República de 1988 e mediante comprovada compatibilidade de horários;

IX– Prestar serviços particulares aos Municípios consorciados, diretamente ou através de interposta pessoa, mediante o recebimento de remuneração ou vantagem, ou exercer atividades incompatíveis com as atividades do Consórcio Público.

X- Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

XI- Recusar fé a documentos públicos e/ou opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

XII- Cometer a pessoa estranha ao Consórcio, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;

XIII- Manter sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau;

XIV –Transacionar com o Consórcio de forma direta ou através de participação em quadro societário ou na condição de empregado de empresa privada, de sociedade civil, exercendo o comércio ou prestação de serviços mediante pagamento de remuneração pelo Consórcio;

XV– Cometer qualquer das condutas tipificadas no art. 482 da CLT;

XVI- Comparecer no trabalho em estado de embriaguez ou sob efeito de qualquer outra droga capaz de afetar a consciência;

XVII- Praticar usura sob qualquer de suas formas;

XVIII- Recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

XIX – Ser desidioso no trabalho.

CAPÍTULO IV
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 87 Pelo exercício irregular de suas atribuições, o servidor está sujeito às sanções disciplinares e outras de caráter trabalhista, bem como à responsabilização civil e criminal.

§1º A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

§2º A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho de emprego ou função pública.

§3º As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

§4º A reparação de eventual prejuízo causado pelo empregado ao Consórcio Público, direta ou indiretamente, é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, observado o limite disposto no art. 48.

§5º Quando necessário, o Consórcio deve promover ação regressiva contra o empregado.

§6º As multas de trânsito são de responsabilidade do empregado que estiver utilizando o veículo, podendo ser pagas pelo Consórcio e descontadas da remuneração do empregado na forma do art. 49.

§7º Sem prejuízo das sanções disciplinares, o empregado pode ser responsabilizado por:

I- Sonegação de valores, objetos, aparelhos e equipamentos confiados a sua guarda e responsabilidade;

II- Faltas, danos, avarias e quaisquer prejuízos que venham a sofrer os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a sua fiscalização, exame ou conferência;

III- Qualquer prejuízo que causar ao patrimônio ou a quaisquer bens e direitos do Consórcio, dos Municípios consorciados ou de terceiros, por dolo, culpa, imperícia, negligência ou omissão.

CAPÍTULO V
DAS PENALIDADES

Art. 88 São penalidades disciplinares:

I – Advertência;

II – Repreensão;

III – Suspensão;

IV – Demissão.

§1ºA pena de advertência será aplicada formalmente quando o empregado deixar de cumprir os deveres funcionais.

§2º A pena de repreensão será aplicada quando o empregado for reincidente na falta de cumprimento de seus deveres, devendo ser escrita e anotada em sua ficha funcional e garantido ao empregado o pleno direito de defesa.

§3º A pena de suspensão ocorre quando houver dolo, ou culpa na falta de cumprimento dos deveres pelo empregado ou por reincidência na falta de cumprimento de seus deveres pela qual já tenha sido repreendido.

§4º A pena de suspensão deve ser graduada em períodos de 03 (três), 07 (sete) ou 15 (quinze) dias, conforme a gravidade da infração cometida e dos danos acarretados aos serviços do Consórcio.

§5º A demissão deve ser aplicada nos casos definidos como falta grave.

§6º Na aplicação das penalidades deve ser considerada a vida funcional do empregado, a natureza e gravidade da falta e os danos que dela decorrerem para o Consórcio ou para terceiros.

§7º As penalidades de advertência e de repreensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três anos da aplicação da respectiva penalidade, se o empregado não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

§8º O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 89 Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, o servidor será notificado, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias contados da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I- Instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por três servidores públicos e, simultaneamente, indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;

II- Instrução sumária, que compreende indiciação, defesa e relatório;

III - Julgamento.

§1º A indicação da autoria de que trata o inciso I dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor, e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§2º A comissão lavrará, até três dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indiciamento em que serão transcritas as informações de que trata o parágrafo anterior, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado, ou por intermédio de sua chefia imediata, para, no prazo de dez dias úteis, apresentar defesa escrita, assegurando-se vista do processo na repartição, observado o disposto no art. 100.

§3º Apresentada à defesa a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da acumulação em exame, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

§4º No prazo de cinco dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão, aplicando-se, quando for, o caso o disposto no §1° do art. 104.

§5º A opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que se converterá automaticamente em pedido de exoneração do outro emprego público ou cargo.

§6º Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplicar-se-á a pena de demissão, destituição ou cassação de disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação serão comunicados.

§7º O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá sessenta dias contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.

§8º O procedimento sumário rege-se pelas disposições deste artigo, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as disposições do Título II deste regulamento.

Art. 90 Para os efeitos deste regulamento, entende-se por:

I- Abandono de emprego público: a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.

II- Inassiduidade habitual: a falta ao serviço, sem causa justificada, por dez dias, intercaladamente, durante o período de doze meses.

Parágrafo único. Na apuração de abandono de emprego ou inassiduidade habitual, também será adotado o procedimento sumário a que se refere o art. 89, observando-se especialmente que:

I- A indicação da materialidade dar-se-á:

a) Na hipótese de abandono de emprego, pela indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço superior a trinta dias;

b) No caso de inassiduidade habitual, pela indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, por período igual ou superior a dez dias intercaladamente, durante o período de doze meses;

II- Após a apresentação da defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará, na hipótese de abandono de emprego, sobre a intencionalidade da

ausência ao serviço superior a trinta dias e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

Art. 91 As penalidades disciplinares serão aplicadas conforme competência determinada pelo contrato de consórcio público e estatuto do Consórcio CISAMAPI.

Art. 92 A demissão do emprego público incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em emprego, cargo ou função pública do Consórcio.

Art. 93 A ação disciplinar prescreverá:

I - Em cinco anos, quanto às infrações puníveis com demissão;

II - Em dois anos, quanto à suspensão;

III– Em um ano, quanto à repreensão;

IV- Em cento e oitenta dias, quanto à advertência.

§1ºO prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§2ºA abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição.

CAPÍTULO VI
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Seção I
Disposições Gerais

Art. 94 A autoridade ou chefia que tiver ciência de irregularidade praticada por qualquer empregado do Consórcio é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa.

§1ºAs denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito ou por meio eletrônico e seja possível confirmar a autenticidade da autoria.

§2º Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

§3º A sindicância será conduzida por Comissão Especial ou Permanente, composta por até três servidores, a qual adotará o procedimento sumário a que se refere o art. 89, com a indicação da materialidade, instrução e notificação para manifestação do interessado, e, após a apresentação da manifestação, elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em

que resumirá as peças principais dos autos e indicará o respectivo dispositivo legal, remetendo o processo à autoridade competente para julgamento e/ou aplicação da sanção.

Art. 95 Da sindicância poderá resultar:

I- Arquivamento do processo.

II- Aplicação de penalidade de advertência, repreensão ou suspensão.

III - Instauração de processo disciplinar.

§1º O prazo inicial para conclusão da sindicância não excederá 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado, a critério da autoridade competente.

§2ºSempre que o ilícito praticado pelo empregado ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 07 (sete) dias ou de demissão do emprego, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

Seção II
Do Afastamento Preventivo

Art. 96 Como medida cautelar e a fim de que o empregado não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do emprego, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

Seção III
Do Processo Disciplinar

Art. 97 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do emprego em que se encontre investido.

§1ºO processo disciplinar será conduzido por comissão processante especial composta de três empregados públicos efetivos ou servidores públicos efetivos cedidos dos Entes consorciados, designados pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

§2º A comissão terá como secretário, servidor designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

§3º Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

§4º A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse do Consórcio.

§5º O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§6º Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§7º Será assegurado transporte aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

§8º As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado, e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 98 O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - Instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão.

II - Inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório.

III - Julgamento.

Subseção I
Do Inquérito

Art. 99 O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

§1º Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa da instrução.

§2º Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 100 Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indiciação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§1º O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias úteis, assegurando-se lhe vista do processo na secretaria do Consórcio.

§2º Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum em 20 (vinte dias) úteis.

§3º No caso de recusa do indiciado em exarar o ciente na cópia do mandado, a recusa não lhe aproveitará, e o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que procedeu ao ato de citação.

§4º O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

§5º Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

§6º Na hipótese do parágrafo anterior, o prazo para defesa será de dez dias úteis, contados do dia útil seguinte à publicação do edital.

§7º Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§8º A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo.

§9° Declarada a revelia, a comissão solicitará a autoridade competente a indicação de defensor ao investigado recaindo a escolha, preferencialmente, em empregado público efetivo ou servidor público efetivo de Ente consorciado com formação em direito ou, alternativamente, poderá ser promovida a contratação de defensor ao investigado a ser pago pelo Consórcio, assegurado o futuro direito de regresso do Consórcio em desfavor do investigado.

§10 É assegurado ao indiciado o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador;

§11 Na apresentação da defesa deverão ser arroladas as testemunhas e indicados os demais meios de prova, inclusive quesitos quando se tratar de prova pericial, que a defesa pretende produzir.

§12 O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§13 Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

Art. 101 A instrução do processo se dará através da inquirição de testemunhas e depoimento do indiciado, após a realização de perícia e produção de outras provas eventualmente requeridas pelo indiciado e deferidas pelo Presidente da comissão.

§1° As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

§2° Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

§3° O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§4° Na hipótese de a testemunha não residir no Município sede do Consórcio, será permitida a tomada do depoimento por intermédio de sistemas tecnológicos de videoconferência, hipótese em que o depoimento deverá ser integralmente gravado em mídia óptica e/ou eletrônica, anexada aos autos.

§5° As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§6° Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

§7° Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

§8° No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§9° O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

Art. 102 Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos 01 (um) médico psiquiatra.

Parágrafo único. O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição de laudo pericial.

Art. 103 Encerrada a fase de instrução, conforme os arts. 101 e 102, será aberta vista ao indiciado para que apresente suas alegações finais em cinco dias úteis.

Parágrafo único. Ultimadas as providências na forma do *caput* deste artigo, serão apreciadas as defesas e todas as provas produzidas nos autos, cabendo a comissão elaborar relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§1º O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§2º Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

§3º O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

Subseção II
Do Julgamento

Art. 104 No prazo de vinte dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§1º Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§2º Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

§3º Reconhecida pela comissão à inocência do servidor, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

§4º Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando transladado na repartição.

Art. 105 O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

§1º Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o servidor de responsabilidade.

§2º Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, o saneamento do processo, com o refazimento dos atos anulados, suprimindo as irregularidades.

§3º O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§4º Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor, sendo defeso a utilização de tal registro em desfavor do empregado para qualquer efeito remuneratório ou funcional.

Art. 106 Após a instauração do processo disciplinar, independentemente de citação, o servidor só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Subseção III
Da Revisão do Processo

Art. 107 O processo disciplinar, em até cinco anos contados da publicação da última decisão proferida nos respectivos autos, poderá ser revisto a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§1º Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do empregado, qualquer pessoa que mantenha parentesco em linha reta ou colateral até o 3° grau poderá requerer a revisão do processo.

§2º No caso de incapacidade mental do empregado, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

§3º No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

§4º A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

§5º O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do Consórcio que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido a autoridade competente para providenciar a constituição de nova comissão processante, na forma deste regulamento.

§6º A revisão correrá em apenso ao processo originário.

§7º Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

§8º A comissão revisora terá 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos.

§9° Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art. 108 O julgamento caberá ao agente que estiver exercendo a função correspondente àquela aplicou a penalidade a época de sua prolatação.

§1º O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

§2º Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do empregado, exceto em relação à destituição do emprego em comissão, que será convertida em exoneração.

TÍTULO III
DOS PROCEDIMENTOS E NORMAS INTERNAS DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I
DO ACESSO A INFORMAÇÃO PÚBLICA

Art. 109 O acesso à informação pública garantido no inciso XXXIII do art. 5º e no inciso II do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da CF se dará, no âmbito da administração do Consórcio, segundo ditames da Lei Federal nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011, Lei Complementar n° 131 de 27 de maio de 2009 e das disposições deste capítulo.

Art. 110 O acesso à informação disciplinado neste capítulo não se aplica:

I - Às informações relativas à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, obtidas no exercício de atividade de controle, regulação e supervisão da atividade econômica cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos;

II - Às hipóteses de sigilo previstas na legislação relativos aos sigilos fiscal, bancário, comercial, profissional, industrial e o segredo de justiça;

III - Ficha cadastral com os dados pessoais do servidor público;

IV - Conteúdo dos envelopes para habilitação e propostas em processos licitatórios de qualquer natureza enquanto a lei exigir que permaneça lacrado;

V –As informações enquadradas na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD como dados sensíveis

Parágrafo único. Havendo dúvida quanto ao sigilo da informação em hipóteses diferentes das enumerada no parágrafo anterior, o acesso somente poderá se dar após a concordância do titular do órgão, mediante decisão fundamentada em que possa ser exercido o contraditório pelo requerente.

Art. 111 A título de orientação, praticidade e segurança na execução das normas deste capítulo deverão ser consideradas as seguintes definições:

I - Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - Documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

III - Informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

IV - Informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

V - Tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VI - Disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VII - Autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

244

IX - Primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

Art. 112 O serviço de informações ao cidadão no âmbito do Consórcio será coordenado pelo Controle Interno, a quem compete orientar, cobrar e fiscalizar a efetividade por parte do Consórcio na prestação deste serviço.

§1° Compete ao Controle Interno também, divulgar orientação ao cidadão quanto a forma de procedimento para o acesso à informação pública, utilizando, para tanto:

I – O Diário Oficial Eletrônico do Consórcio;

II – A página Oficial do Consórcio na "internet".

Parágrafo único. Na página oficial na "internet" deverá fazer constar em destaque, permanentemente, o endereço físico e virtual onde o interessado poderá requerer a informação desejada, inclusive o número do telefone através do qual este poderá ser contactado no horário de expediente.

Art. 113 Nos casos de repasse de recurso público, subvenções sociais ou celebração de contrato de gestão, convênio, acordo com entidade privada sem fins lucrativos, esta deverá ser alertada formalmente da responsabilidade pelo acesso à informação ao qual se submeterá em virtude do recebimento de recursos públicos.

Art. 114 O pedido da informação pública deverá ser feito formalmente por meio físico ou por meio virtual, nele devendo constar, obrigatoriamente:

a) O nome, qualificação e número do documento de identidade do solicitante;

b) O endereço completo do solicitante, inclusive o virtual se tiver;

c) A descrição clara e completa da informação ou do documento desejado.

Parágrafo único. A falta de um dos requisitos previstos no caput deste artigo implicará na devolução do requerimento pelo mesmo meio em que foi feito, sugerindo-se a complementação do dado faltoso ou incompleto para que possa ter prosseguimento.

Art. 115 No caso de o interessado desejar cópia física do documento, esta somente poderá ser entregue depois de autenticada pelo servidor responsável pelo fornecimento, ficando a cargo do solicitante o pagamento do seu custo.

§1° Se o volume de documentos solicitados for significativo e o solicitante tiver urgência em tê-los poderá indicar, no requerimento, a empresa especializada neste serviço para a extração das cópias, desde que sediada neste Município onde se encontra a sede do Consórcio.

245

§2º Igual procedimento previsto no parágrafo anterior se dará, neste caso obrigatoriamente, quando o documento desejado estiver fora dos parâmetros da capacidade de extração do equipamento existente no Consórcio.

§3º Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores o original do documento público somente sairá do órgão por ele responsável sob a guarda de um servidor público que acompanhará a extração da(s) cópia(s) e, neste caso, as cópias serão entregues ao interessado independentemente da autenticação prevista no caput deste artigo.

§4º As cópias extraídas em equipamento do Consórcio somente poderão ser executadas após a comprovação do recolhimento do seu custo em favor do Consórcio.

§5º Será estabelecida tabela de preço por fotocópia, usando como parâmetro o preço praticado pelas empresas especializadas sediadas na região e, havendo divergência de mercado entre estas, o preço a ser praticado deverá ser igual ao do menor custo.

Art. 116 Quando possível e o requerente assim aceitar, a informação poderá ser fornecida em formato digital através da "internet".

Parágrafo único. Na hipótese de a informação solicitada já constar na página oficial virtual do Consórcio, o servidor somente dará esta informação ao requerente, indicando o endereço correto para encontrá-la.

Art. 117 A informação disponível deverá ser respondida sempre que possível de forma imediata.

§ 1º Não sendo possível o acesso imediato da informação na forma disposta no caput deste artigo, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá:

I – Disponibilizá-la no prazo de 20 (vinte) dias, comunicando ao interessado, neste mesmo prazo, o local e modo que a mesma será fornecida ou o endereço onde poderá ser consultada;

II – O prazo referido no inciso anterior poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

§2º Em se tratando de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser, no prazo estabelecido no caput deste artigo, informado da negativa do fornecimento, bem como da possibilidade de recurso, prazo e condições para sua interposição, indicando a autoridade competente para sua apreciação.

Art. 118 O interessado na informação pública que por qualquer motivo não for atendido satisfatoriamente em suas pretensões terá direito a recurso no prazo de 10 (dez) dias da data da ciência da resposta.

§1º O recurso previsto no caput deste artigo será formal, contendo as razões do inconformismo, e dirigido à autoridade superior do órgão responsável

pela resposta, que deverá se manifestar no prazo de 05(cinco) dias úteis da data do protocolo.

§2º Mantida a recusa pela autoridade competente, esta deverá remeter o apelo juntamente com sua decisão a autoridade máxima do Consórcio, em última instância administrativa, ratificará a decisão ou atenderá o acesso à informação desejada.

Art. 119 As informações de utilidade pública, os detalhamentos de todas as receitas, despesas, bem como outras exigidas pela legislação serão publicadas e atualizadas rotineiramente no Portal da Transparência mantido pelo Consórcio, atendendo aos seguintes requisitos:

I - Conter formulário para requerimento de acesso à informação;

II - Conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação, de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

III - Possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

IV - Garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

V - Manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VI - Indicar local que permita ao interessado comunicar-se pessoalmente, por via eletrônica ou telefônica, com o Consórcio;

VII - Adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos da legislação própria.

Art. 120 É dever dos órgãos internos do Consórcio promover, independente de requerimento, a divulgação em seu sítio na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por ele produzida.

Art. 121 Deverão ser disponibilizadas no Portal da Transparência do Consórcio as seguintes informações de interesse público, entre outros:

I - Estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais empregos e seus ocupantes, endereço e telefones dos Municípios Consorciados, endereço eletrônico e telefone de contato, horários de atendimento ao público;

II - Programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;

III - Receita arrecadada;

IV - Repasses ou transferências de recursos financeiros;

V - Execução orçamentária e financeira detalhada em nível de grupo de despesa;

247

VI - Licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, contratos firmados e documentos a eles relacionados, empenhos e liquidações;

VII - Remuneração e vantagens pecuniárias de qualquer natureza dos empregos públicos, com indicação do número de matrícula, emprego público ocupado e respectiva remuneração;

VIII - Diárias de viagens, bem como eventuais adiantamentos e reembolsos de mesma finalidade;

IX - Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade;

X - Contato institucional, telefone e correio eletrônico.

Parágrafo único. As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios.

CAPÍTULO II
DA GESTÃO E UTILIZAÇÃO DA FROTA DO CONSÓRCIO

Seção I
Das Disposições Preliminares

Art. 122 Para os efeitos deste capítulo, consideram-se veículos automotores oficiais aqueles de propriedade do Consórcio, os cedidos por outros órgãos públicos e, ainda, aqueles locados junto a iniciativa privada.

Parágrafo único. O uso dos veículos a que se refere o caput sujeitam-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas na legislação de trânsito vigente, neste capítulo do regulamento e nos atos normativos complementares que venham a ser expedidos.

Art. 123 Os veículos oficiais classificam-se em:

I - De representação; e

II - De serviço.

§1° O veículo de representação, independentemente do atendimento do disposto no §3° do art. 114 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB destina-se ao uso pessoal da Presidência do Consórcio.

§2° Os veículos de serviço são os que se destinam à execução de atividades externas, necessárias ao serviço do Consórcio.

§3°Os veículos de serviço, de acordo com o CTB, classificam-se como:

I - De passageiro;

II - De carga;

III - Misto; e

IV - Tração.

248

Seção II
Da Identificação

Art. 124 Os veículos de serviço, além das placas previstas no CTB, terão inscrições na carroceria que permitam identificar como vinculados ao Consórcio, podendo ser utilizadas inscrições com o nome do Consórcio, sigla ou logotipo/logomarca, conforme estabelecido no §1º do art. 120 do CTB.

Seção III
Da Guarda

Art. 125 O veículo oficial será, preferencialmente, guardado em garagem de propriedade e/ou locada pelo Consórcio.

§1° Na impossibilidade de utilização de garagem do Consórcio, o responsável pelo veículo oficial deverá guardá-lo em local apropriado e seguro.

§2° É expressamente vedada a guarda de veículo particular de servidor, ou mesmo de terceiros, em garagem ou instalação/prédio oficial.

Seção IV
Do Uso

Art. 126 O uso dos veículos só será permitido a quem tenha obrigação constante de representação oficial, pela natureza do emprego ou função, ou necessidade de afastar-se, repetidamente, exclusivamente em serviço do interesse e conveniência do Consórcio, para fiscalizar, inspecionar, diligenciar, executar ou dirigir atividades que exijam o máximo de aproveitamento do tempo, ficando expressamente vedado seu uso:

I - Por servidor, ocupante de cargo ou função cujas atribuições ou tarefas, para o respectivo desempenho ou realização, não impliquem a utilização de veículo ou o seu afastamento do local de trabalho;

II - No transporte de servidores de suas residências ou determinados pontos para os locais de trabalho e vice-versa, com exceção dos servidores aos quais o Consórcio fornece transporte regular para execução de serviços;

III- Em viagens, excursões ou trabalhos estranhos ao serviço público municipal;

IV - Nos dias de sábado e domingo, bem como naqueles declarados feriados ou ponto facultativo, exceto para as atividades e serviços autorizados ou escalados para funcionar nestes dias;

V - Em feiras, supermercados, restaurantes, casa de diversão e similares, outros estabelecimentos comerciais e de ensino e instituições bancárias, exceto quando utilizados para o desempenho de atividades de fiscalização ou inspeção;

VI - Em quaisquer atividades de caráter particular;

VII - No transporte de familiares de servidores ou de pessoas que não estejam vinculadas ao serviço público municipal;

VIII - Desvio e guarda em residências particulares.

§1° Ficam excluídos das vedações estabelecidas nos incisos I a VIII somente os veículos que, especificamente destinados para este fim, estejam sendo utilizados no transporte da Presidência do Consórcio, ou quando trafegarem portando autorização expressa dessas mesmas autoridades.

§2° Também ficam excluídos das vedações estabelecidas nos incisos I a VIII os veículos que estiverem sendo utilizados para o transporte de servidores, quando da execução de serviços extraordinários, fora do expediente normal de trabalho, mediante autorização e justificativa prévia.

§3° Os veículos de serviço destinados às atividades de manutenção da ordem, de atendimento de urgência, de fiscalizações ou arrecadação, de conservação e manutenção de serviços públicos, de abastecimento e atendimento a serviços públicos essenciais, ficam, com as necessárias reservas ou restrições, excluídos das vedações previstas nos incisos I a VIII, desde que estejam sendo utilizados exclusivamente na execução dessas atividades.

§4° É expressamente vedado:

I - O uso de veículo oficial ao servidor público quando afastado, por qualquer motivo, do exercício da respectiva função;

II - Transitar, sob qualquer pretexto, sem que o veículo atenda as condições exigidas pelo CTB;

III - A guarda em garagem particular, salvo na hipótese da inexistência de vaga em garagem oficial ou no caso de recolhimento a oficina para reparo ou conserto autorizado;

IV - Ser parado ou estacionado em local proibido, por indicação de placas, por disposição do art. 181 do CTB ou em local que não ofereça segurança à preservação do veículo;

V - Transitar sem portar documentação e equipamentos exigidos pelo CTB e órgãos normativos, em especial;

Art. 127 A condução dos veículos oficiais somente poderá ser realizada por servidores dos órgãos e entidades integrantes do Consórcio no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições ou tarefas designadas desde que possuidores da Carteira Nacional de Habilitação válida e devidamente autorizados pelo Consórcio.

§1°As autorizações para condução de veículos oficiais, por servidores não ocupantes da função de motorista, só poderão contemplar a condução de

veículos leves, sendo vedada a direção de veículos de transporte coletivo, de cargas ou máquinas pesadas, exceto em casos de emergências, de acordo com a Lei Federal nº 9.327, de 1996.

§2° A autorização de servidores não ocupantes da função de motorista para a condução de veículos oficiais dar-se-á mediante:

I - Solicitação fundamentada acompanhada de cópias dos documentos dos servidores (RG, CNH válida, Identidade Funcional e comprovante de endereço atualizados);

II – Justificativa da necessidade para execução das atribuições do empregado perante o Consórcio;

III - As Portarias de autorização deverão especificar a atividade que será desempenhada pelo servidor autorizado, pelo período máximo de seis meses, renovável quando não houver incidentes desabonadores da conduta do autorizado;

IV - A emissão da Portaria deverá ser precedida do preenchimento de Ficha Cadastral do servidor e de Termo de Compromisso para com o cumprimento das obrigações e deveres decorrentes da mencionada autorização.

§3° Nenhum veículo oficial poderá sair das dependências do Consórcio sem o devido controle/registro que será, preferencialmente, realizado por sistema de posicionamento global denominado "GPS", registrado, em qualquer caso, o horário da saída e do retorno, o itinerário a ser percorrido e a necessidade/finalidade do deslocamento.

Seção V
Do Acidente

Art. 128 O condutor de veículo oficial, que se envolver em acidente de trânsito, deverá providenciar o registro da ocorrência junto à Polícia Civil ou Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG, mesmo que o outro veículo envolvido possua cobertura de seguro de responsabilidade civil facultativo ou que seu condutor se declare culpado pelo acidente e, quando houver vítima, deverá solicitar a perícia junto à Polícia Civil, e, ainda, em qualquer caso, deverá observar as medidas descritas nesta seção e, de forma complementar, os demais procedimentos estabelecidos pelo Consórcio.

§1° Em caso de dano causado a terceiro, por negligência ou imprudência do condutor de veículo oficial, sem prejuízo da ação disciplinar cabível, responderá, perante o Consórcio em ação regressiva, proposta depois de transitar em julgado a decisão de última instância que houver condenado o Consórcio a indenizar o terceiro prejudicado.

§2° O disposto no §1° deste artigo se aplica, também, às hipóteses de ressarcimento realizadas a terceiros, de forma administrativa.

§3° No caso de acidente provocado por dolo ou culpa, além do condutor, responderá pelo dano causado, sem prejuízo das sanções disciplinares cabíveis:

I - O condutor responsável pelo veículo, que tiver cedido a direção deste a pessoa não autorizada; e

II - O servidor público pela fiscalização da saída do veículo que entregar a direção do mesmo a pessoa não autorizada na forma desta seção deste regulamento.

§4° Todo acidente com veículo oficial deverá ser objeto de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, visando apurar causas, efeitos e responsabilidades, mesmo que dele resultem, unicamente, danos materiais.

Art. 129 Os condutores de veículos do Município, quando envolvidos em colisões, acidentes de trânsito ou pane, deverão adotar as seguintes medidas:

I - Colocar o triângulo de segurança e acionar luzes de advertência, bem como utilizar de outros recursos de sinalização, de modo a alertar outros veículos sobre a situação ocorrida e evitar novos acidentes;

II - Comunicar imediatamente a ocorrência do sinistro ao responsável pelo órgão municipal de transportes;

III - Fazer constar, no boletim de ocorrência, a admissão de culpa do outro condutor, quando for o caso;

IV - Abster-se de assinar qualquer acordo, limitando-se a fazer constar no boletim de ocorrência esta circunstância;

V - Fazer anotar nomes, endereços, números de RG e CPF e o depoimento de testemunhas no boletim de ocorrências, e demais dados importantes para o processo de apuração do acidente;

VI - Em caso de fuga do condutor do outro veículo envolvido, dirigir-se à Delegacia de Polícia, narrando o ocorrido, fornecendo, se possível, o número de placa em fuga e indicar testemunhas;

VII - Se, nas situações de acidentes ou colisões, a autoridade de trânsito determinar a retirada do veículo do local, deverá ser solicitado o registro deste fato no boletim de ocorrência;

VIII - Não poderá abandonar o veículo sob sua responsabilidade a menos que encontre um local adequado para estacionar e adote os procedimentos de sinalização necessários;

IX - Não havendo comparecimento da autoridade de trânsito ao local do acidente/colisão sem vítima, deverá deslocar-se, de forma conjunta com os demais envolvidos, até à Delegacia ou Batalhão mais próximo para que seja lavrado o boletim de ocorrência;

X - Havendo a necessidade de remoção de vítimas para serviço médico, se possível utilizar outro veículo que não esteja envolvido no sinistro, evitando, assim, retirar do local o veículo acidentado.

Seção VI
Das Infrações de Trânsito

Art. 130 É proibida a circulação de veículos oficiais que não atendam aos requisitos de segurança, que não disponham dos equipamentos obrigatórios e que não estejam em perfeito estado de funcionamento.

Parágrafo único. Observadas as disposições legais, estarão sujeitos à punição:

I - O responsável pela manutenção do veículo que haja contribuído para o não cumprimento do disposto neste artigo;

II - O motorista ou responsável pelo veículo que deixar de comunicar a quem de direito, as falhas a que se refere este artigo;

III - Quem autorizar o uso do veículo, salvo ser caso de força maior.

Art. 131 O condutor é responsável pelo veículo, inclusive acessório e sobressalente, desde o momento em que receber a chave até a devolução da mesma ao responsável por sua guarda.

Parágrafo único. Ao receber a chave o condutor deverá verificar os dados e proceder a uma adequada inspeção no veículo.

Art. 132 A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.

§1º Será de responsabilidade do servidor responsável pela área de transportes, manter atualizada e comunicar ao superior hierárquico e ao ordenador de despesa, sob pena de responsabilidade solidária, qualquer irregularidade na frota de veículos, inclusive na hipótese de existência de multas de trânsito não pagas e a circulação de veículos com licenciamento e seguro obrigatório vencido.

§2º Recebida a notificação, o responsável pela área de transportes encaminhará a multa, formalmente, para o motorista infrator, informando-o que, no prazo estipulado para tal, deverá apresentar defesa prévia junto ao Órgão de Trânsito ou, alternativamente, efetuar o pagamento da multa, encaminhando, posteriormente, cópia devidamente autenticada pelo agente arrecadador.

§3º Indeferido o recurso apresentado, o motorista infrator deve ser novamente notificado para pagá-la.

§4º Ocorrendo qualquer evento que impossibilite ou dificulte a identificação do condutor do veículo no momento da infração, caberá ao responsável pela área de transporte do Consórcio, sob pena de responsabilidade solidária, tomar todas as medidas administrativas possíveis, e, em último caso, encaminhar os autos para instauração de tomada de contas especial, para fins de identificação do

responsável pela infração ou pela deficiência dos controles internos que a impossibilitaram, o qual será declarado responsável pelo pagamento da multa, devendo ser notificado formalmente para recolhê-los aos cofres públicos.

§5º Caso o notificado se abstenha de recolher o valor de seu débito no interregno aprazado, o responsável pela área de transporte do Consórcio, ex offício, encaminhará solicitação ao responsável pela área de recursos humanos do Consórcio para que este providencie o desconto na folha de pagamento do servidor.

§6º Excepcionalmente, quando for compelido, poderá o Consórcio realizar o pagamento da multa para regularização do licenciamento do veículo no interesse do serviço público, devendo, nesse caso, a autoridade competente adotar as medidas previstas no §4º e §5º deste artigo, devendo ser observada a determinação de que os veículos não circulem com os documentos vencidos, em função da existência de multa cuja responsabilidade esteja em apuração.

§7º Na hipótese de pagamento da multa com recursos do Consórcio para regularização do licenciamento do veículo no interesse do serviço público, enquanto não apurada o responsável pela infração em tomada de contas especial, deverá ser realizado o registro contábil Ativo Realizável - Diversos Responsáveis em nome do Ordenador da Despesa.

§8º Apurado o responsável pela infração, o registro contábil em nome do Ordenador de Despesa deverá ser transferido para o mesmo.

§9º Efetuado o pagamento ou o desconto mensal em folha do servidor, ou, ainda, ajuizada a ação judicial visando o ressarcimento do Consórcio, o Setor de Contabilidade deverá ser notificado para efetuar a respectiva baixa da responsabilidade.

CAPÍTULO III
DA MOVIMENTAÇÃO, REGISTRO E CONTROLE DE MATERIAIS

Art. 133 O registro, o controle e a movimentação dos materiais existentes em almoxarifados do Consórcio para fins de contabilização, apropriação de custos e prestação de contas de gestão far-se-ão em observância ao disposto neste Capítulo.

§ 1º Almoxarifado é unidade armazenadora de material própria, composta de unidade central e unidades descentralizadas, destinada à guarda e conservação de materiais a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços, adequado à natureza dos mesmos e ao volume do estoque existente.

§ 2º Entende-se por materiais passíveis de registro pelo almoxarifado, toda entrada de material a ser consumida ou transferida, exceto quando a entrada de material se der para consumo imediato com destinação específica.

Art. 133 Para os fins deste regulamento entende-se que:

I - Entradas são os acréscimos efetuados no almoxarifado decorrentes de:

a) Doação: recebimento de material de pessoa física ou jurídica não pertencente à Consórcio, obedecidas às disposições legais;

b) Permuta: recebimento de material em contrapartida de outro ativo de mesmo valor;

c) Aquisição: compra de material através da execução orçamentária;

d) Devolução: retorno do material já distribuído, da unidade requisitante para o almoxarifado;

e) Transferência: movimentação de material com troca de responsabilidade de uma unidade administrativa para outra, dentro da mesma entidade;

f) Ajuste contábil: ajuste de informação já contabilizada, referente a valor e/ou quantidade;

g) Incorporação: qualquer entrada não classificada nos itens anteriores.

II - Saídas são os decréscimos efetuados no almoxarifado decorrentes de:

a) Alienação: transferência do domínio do material a terceiros, decorrente de:

1. Venda: forma de alienação do estoque que gera receita;

2. Doação: disponibilização de material próprio, para outra entidade, obedecidas as disposições legais;

3. Permuta: disponibilização do material em contrapartida de outro ativo de mesmo valor.

b) Consumo: transferência de material para a utilização da unidade requisitante;

c) Obsolescência: descontinuação prematura do uso do material, ocasionada por sua desclassificação tecnológica, provocada pelo surgimento de material mais moderno ou melhor adaptado;

d) Imprestabilidade: mudança irreversível das características do material, ocorrida involuntariamente, por força de acondicionamento indevido, fenômenos climáticos, prazo de validade expirado, ação de agentes patológicos ou acidentes;

e) Desuso: material que, embora com características físicas inalteradas e não obsoleto, tem descontinuação de uso causada por redução ou alteração nas atividades da entidade;

f) Extravio: desvio de material, passível de apuração de responsabilidade;

g) Dano: mudança irreversível das características do material, ocasionada pela ação de terceiros, por má utilização, falta de zelo ou desconhecimento do material;

h) Transferência: movimentação de material com troca de responsabilidade de uma unidade administrativa para outra, dentro da mesma entidade;

i) Ajuste contábil: ajuste de informação já contabilizada, referente a valor e/ou
quantidade;

j) Perdas por desgaste natural: desgaste resultante da ação de elementos da natureza;

k) Acerto de preço médio: conforme resultado apurado na fórmula do art. 142.

Parágrafo único. Estorno consiste em lançamento inverso àquele feito erroneamente, anulando-o totalmente, visando outro lançamento para a correção no sistema informatizado corporativo de almoxarifado.

Art. 134 Os órgãos encarregados pela guarda e movimentação dos materiais existentes em almoxarifados descentralizados e o almoxarifado central devem manter escrituração analítica, através de sistema informatizado.

Art. 135 A entrada de dados no sistema informatizado deverá ser efetuada em ordem cronológica das entradas e saídas dos materiais, em até 2 (dois) dias úteis da data da movimentação.

Parágrafo único. Os lançamentos que eventualmente tenham sido efetuados de forma incorreta deverão ser corrigidos procedendo-se ao estorno ou ajuste contábil.

Art. 136 As condições de instalação, segurança e armazenagem dos materiais devem obedecer aos respectivos padrões de uso e estocagem dos materiais.

Art. 137 Constituem documentos contábeis de movimentação de material nos almoxarifados:

I - Nota de Requisição/Fornecimento de Material;

II - Nota Fiscal;

III - Documento de Movimentação de Material – DMM ou equivalente;

§ 1º A Nota de Requisição/Fornecimento de Material, gerada pelo sistema informatizado, constitui documento de saída do almoxarifado, a qual deverá ser emitida pela unidade requisitante em 2 (duas) vias, sendo:

I - 1ª via destinada ao almoxarifado fornecedor, a ser arquivada pela unidade armazenadora de materiais após ter sido devidamente recebida pelo requisitante;

II - 2ª via destinada à unidade requisitante.

§ 2º A Nota Fiscal constitui documento de entrada de material, com obrigatoriedade de atestação em todas as vias por servidores devidamente identificados por nome, cargo e matrícula, devendo 01 (uma) via deste documento ser arquivada em ordem cronológica na unidade armazenadora.

§ 3º O Documento de Movimentação de Material – DMM ou congênere, gerado pelo sistema informatizado, deverá ser emitido em 02 (duas) vias, uma a ser arquivada pelo almoxarifado recebedor e outra para ser arquivada pelo almoxarifado fornecedor
após ter sido devidamente recebida pelo recebedor, e constituirá:

I - Documento de entrada nos casos de:

a) transferência entre almoxarifados;

b) devolução;

c) doação e permuta;

d) ajuste contábil;

e) incorporação;

II - Documento de saída quando ocorrer:

a) transferência entre almoxarifados;

b) obsolescência, imprestabilidade, desuso, extravio e dano;

c) alienação;

d) ajuste contábil;

e) perdas por desgaste natural.

§4º No caso de recebimento de materiais de consumo por doação, os documentos que os acompanham deverão conter o valor de doação.

§5º Na impossibilidade de apuração do valor do bem previsto no parágrafo anterior, a unidade recebedora procederá à sua avaliação por meio de comissão técnica composta no mínimo de três servidores, nomeados pelo titular da unidade administrativa a qual estiver subordinado o responsável pelo almoxarifado.

§6º A emissão do DMM para saídas por obsolescência, imprestabilidade, desuso, extravio e dano de material somente deverá ser formalizada após atendido o disposto no art. 144 e ss. deste Regulamento.

Art. 138 Os documentos a que se refere o art. 137 deverão ser arquivados, ficando à disposição do Controle Interno pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data de aprovação da Prestação de Contas e/ou Tomada de Contas do Responsável por Almoxarifado.

Art. 139 O registro e controle contábil serão realizados com base:

I – No sistema informatizado de controle físico, referido no art. 3º;

II - Nos Demonstrativos de Movimentação de Estoque - DME, para os almoxarifados que ainda não utilizam o sistema informatizado.

III - Nos relatórios resultantes de inspeções efetuadas pelos órgãos de controle interno;

IV - Nos inventários levantados anualmente ou a qualquer tempo pelos responsáveis por almoxarifados, conforme art. 141 deste regulamento.

Art. 140 Os responsáveis pelos almoxarifados descentralizados e do almoxarifado central deverão efetuar o fechamento mensal, no sistema informatizado, até o quinto dia útil do mês subsequente.

Art. 141 Os responsáveis pelos almoxarifados descentralizados e do almoxarifado central realizarão, anualmente, pelo menos 01 (um) inventário geral do material existente em 31 de dezembro, de acordo com o prazo determinado nas normas de encerramento do exercício, ficando a critério de cada responsável a realização de inventários periódicos.

§ 1º O inventário será elaborado contendo no mínimo:

a) o número do item;

b) o código do material;

c) a especificação do material;

d) a unidade de controle;

e) a quantidade em estoque;

f) o valor médio unitário e o valor total.

§ 2º No caso de constatação de sobra de material, após apuradas as eventuais impropriedades, a mesma deverá ser incorporada ao almoxarifado através de DMM.

§ 3º O inventário geral de material deverá ficar arquivado no próprio almoxarifado à disposição dos Controles Interno e Externo, pelo prazo estabelecido no art. 138 deste Regulamento.

Art. 142 A inventariação de que trata o artigo anterior e os DME's referidos no art. 139 obedecerão ao critério de preço médio ponderado (Pm):

§ 1º O preço médio ponderado será apurado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

Pm = V1 + V2 ; sendo:

Q1+ Q2

Pm é o preço médio ponderado;

V1 é o valor monetário das existências anteriores;

V2 é o valor monetário dos acréscimos ocorridos;

Q1 é a quantidade física anterior; e

Q2 é a quantidade física acrescida.

§ 2º Os valores dos acréscimos, decréscimos e preço médio ponderado poderão ser expressos em até 02 (duas) casas decimais.

§ 3º A diferença entre o valor total e o produto da multiplicação do Pm pela quantidade deverá ser lançada como saída para efeito de ajuste.

§ 4º Os valores evidenciados no DME deverão ser expressos com 02 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais, conforme padrão monetário nacional.

Art. 143 Serão considerados como materiais disponíveis para transferência entre almoxarifados ou alienação, aqueles sem movimentação ou com movimentação inferior a 10% do seu estoque nos últimos 06 (seis) meses, e que não tenham incidido em imprestabilidade ou dano.

§ 1º O gerenciamento e acompanhamento da destinação dos materiais disponíveis serão realizados pelo setor competente da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda.

§ 2º Os materiais destinados a projetos específicos, após expirados os prazos de realização dos mesmos, estão sujeitos ao disposto no caput deste artigo.

Art. 144 Serão classificados como materiais em transição de baixa aqueles que tenham incidido em obsolescência, imprestabilidade, desuso, dano ou extravio.

§ 1º A verificação da obsolescência, imprestabilidade e desuso deverá ser apurada e formalizada por comissão nomeada pelo Titular da Unidade Administrativa a qual estiver subordinado o responsável pelo almoxarifado, através do Termo de Constatação de Materiais em Transição de Baixa.

§ 2º Os materiais considerados em transição de baixa, que tenham incidido em obsolescência, imprestabilidade, desuso ou dano, deverão ser oferecidos em transferência, leiloados ou doados, na forma da legislação federal regente de licitações.

§ 3º Não havendo interessados nos materiais previstos no caput os mesmos poderão ser reciclados, incinerados ou enviados para destinação final em aterro controlado ou similar, conforme o caso, excetuando-se aqueles cujo descarte final esteja previsto em lei específica.

§ 4º O Termo de Constatação de Materiais em Transição de Baixa, após aprovação pelo Titular da Unidade Administrativa, deverá ser submetido ao ordenador de despesa do órgão para ratificação e autorização da baixa.

Art. 145 As baixas previstas nos arts. 143 e 144 serão efetuadas pelos valores de cada material registrado no sistema informatizado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após concluídos os procedimentos legais.

Art. 146 Sempre que houver substituição do responsável pelo almoxarifado deverá ser efetuado o confronto das existências físicas com os registros contábeis, através do inventário físico.

§ 1º O confronto mencionado neste artigo deverá ser formalizado em Termo de Transferência de Responsabilidade sobre o Material em Almoxarifados.

§ 2º O levantamento de inventário físico com expedição do Termo de Transferência de Responsabilidade sobre o Material em Almoxarifados deverá ser feito no ato da saída do responsável pelo almoxarifado.

§ 3º Não havendo designação do responsável pelo almoxarifado, o Termo de Transferência de Responsabilidade deverá ser feito para o Titular da Unidade Administrativa.

§ 4º A responsabilidade do servidor substituído cessa após o levantamento físico do estoque do almoxarifado, a conferência e a concordância pelo servidor substituto ou Titular da Unidade Administrativa, que deverá ser formalizada no Termo de Transferência de Responsabilidade sobre o Material em Almoxarifados.

§ 5º No caso de existirem divergências no confronto das existências físicas com os registros contábeis, deverão ser informadas e ficarão sob a responsabilidade do servidor substituído, devendo ser sanadas no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 147 Os responsáveis pelos almoxarifados descentralizados e do almoxarifado central deverão fazer a prestação de contas nos termos e prazos definidos pela Controladoria Geral do Consórcio.

Art. 148 Os casos omissos serão analisados e decididos pela Controladoria Geral do Consórcio.

CAPÍTULO IV
DO HORÁRIO E FUNCIONAMENTO DO CONSÓRCIO

Art. 149 Os órgãos e serviços públicos do Consórcio localizados no prédio sede observarão o horário de trabalho interno e atendimento externo das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta.

Art. 150 O "Dia do Servidor Público" será comemorado em 28 de outubro de cada ano.

§1º Caberá ao Presidente do Consórcio estabelecer ponto facultativo na data de que trata o "caput" deste artigo, se necessário.

§2ºPor conveniência ou necessidade de serviço a comemoração da data de que trata o "caput" deste artigo poderá ser antecipada ou postergada.

TÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 151 Ressalvadas as expressas disposições de contagem de prazo em dias úteis, as demais contagens de prazo estabelecidas neste regulamento observarão a contagem em dias corridos, não incluindo o dia de começo e incluindo o dia do término, não iniciando e não encerrando o prazo em dia que não ocorrer expediente no Consórcio.

Art. 152 O Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº.11.107, de 06 de abril 2005 e ainda:

I - Pelo protocolo de intenções do CISAMAPI, convertido em contrato de Consórcio Público definido como instrumento jurídico de constituição do CISAMAPI e que estabelece todos os objetivos, finalidades, princípios e normas gerais de atuação do Consórcio;

II - Pelas leis de ratificações, as quais se aplicam somente aos Entes federativos que as emanaram;

III – Pelo Estatuto do Consórcio;

IV - Instrumentos jurídicos de normatização interna do Consórcio:

a)Regulamentos e atos expedidos pela Presidência;

b)Deliberações e resoluções expedidas pela Assembleia Geral do Consórcio;

c)Regulamento de Pessoal do Consórcio;

d) Demais regulamentos e normas expedidos no âmbito do Consórcio.

Art. 153 O Consórcio, no âmbito de sua atuação, por intermédio de seus Órgãos, emitirá os seguintes atos oficiais:

I – Resoluções, de caráter normativo, com efeitos e abrangência interna e externa ao Consórcio, referente às deliberações colegiadas da Assembleia Geral;

II – Decretos, de caráter normativo e/ou executório, e efeitos internos e externos, referente a ato administrativo praticado pelo Presidente do Consórcio;

III – Portarias, de caráter normativo e/ou executório, e efeitos internos, referente a ato administrativo praticado pelo Presidente do Consórcio.

IV – Ofícios, destinados à comunicação oficial no âmbito externo do Consórcio;

V – Memorandos, destinados à comunicação oficial no âmbito interno do Consórcio;

VI – Instruções normativas e Ordens de Serviços referentes a atos praticados pelos órgãos de nível superior do Consórcio, incluídos os órgãos de controle e jurídico do Consórcio;

§1° Os atos a que se referem este artigo serão numerados sequencialmente, em ordem crescente e de forma única por tipo de ato a ser expedido.

§2° Os ofícios, memorandos e portarias terão a numeração reiniciada anualmente, no primeiro dia útil de cada exercício financeiro, sendo que nas demais hipóteses a numeração será contínua, independentemente do exercício financeiro.

Art. 154 As deliberações colegiadas previstas neste regulamento serão adotadas mediante aprovação da maioria simples, ressalvadas as hipóteses de quórum qualificado expressamente indicados neste regulamento, no contrato de consórcio público e estatuto do Consórcio e no presente instrumento.

Art. 155 Deverá ser adotado procedimento administrativo aplicável à gestão de recursos humanos e procedimentos internos do Consórcio com a finalidade de promover a adequação destes às normas estabelecidas neste regulamento.

Art. 156 Integram o presente instrumento os seguintes Anexos:
I – Anexo I contendo níveis salariais de empregos públicos;
II – Anexo II contendo empregos públicos permanentes do Consórcio;
III – Anexo III contendo gratificações de função do Consórcio;

Art. 157 Este Regulamento entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1° de janeiro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Nova, 31 de outubro de 2024.

Maria Regina de Carvalho Martins
Secretária Executiva

Jéssica Alvarenga Soares
Diretora Jurídica

ANEXO I

TABELA DE NÍVEIS SALARIAIS E VENCIMENTOS

Nível	Valor		Nível	Valor
01	R$ 1.351,07		31	R$ 2.294,73
02	R$ 1.377,84		32	R$ 3.322,76
03	R$ 1.400,12		33	R$ 3.444,56
04	R$ 1.450,94		34	R$ 3.456,08
05	R$ 1.503,62		35	R$ 3.538,27
06	R$ 1.558,20		36	R$ 3.666,70
07	R$ 1.614,76		37	R$ 3.799,80
08	R$ 1.645,81		38	R$ 3.937,73
09	R$ 1.673,38		39	R$ 4.080,67
10	R$ 1.734,13		40	R$ 4.228,79
11	R$ 1.797,08		41	R$ 4.382,30
12	R$ 1.862,32		42	R$ 4.541,37
13	R$ 1.929,91		43	R$ 4.706,22
14	R$ 1.999,97		44	R$ 4.877,06
15	R$ 2.072,57		45	R$ 5.054,10
16	R$ 2.116,47		46	R$ 5.092,65
17	R$ 2.145,78		47	R$ 5.237,56
18	R$ 2.225,77		48	R$ 5.296,36
19	R$ 2.306,56		49	R$ 5.404,26
20	R$ 2.390,29		50	R$ 5.427,69
21	R$ 2.477,05		51	R$ 5.624,71
22	R$ 2.566,97		52	R$ 5.828,89
23	R$ 2.576,43		53	R$ 6.040,48
24	R$ 2.583,51		54	R$ 6.259,76
25	R$ 2.660,15		55	R$ 6.486,98
26	R$ 2.756,71		56	R$ 6.722,45
27	R$ 2.856,78		57	R$ 6.966,48
28	R$ 2.960,49		58	R$ 7.219,36
29	R$ 3.067,96		59	R$ 7.481,43
30	R$ 3.212,10		60	R$ 7.745,47

ANEXO II

EMPREGOS PÚBLICOS

Denominação	Provimento	Nível Vencimento	Vagas	Lotação	Carga Horária Semanal
Secretário Executivo	Livre nomeação e/ou exoneração e recrutamento amplo	60	01	Ponte Nova	30H
Diretor Jurídico	Livre nomeação e/ou exoneração e recrutamento amplo	49	01	Ponte Nova	20H
Diretor de Contabilidade	Livre nomeação e/ou exoneração e recrutamento amplo	48	01	Ponte Nova	40H
Diretor Administrativo e Assistencial	Livre nomeação e/ou exoneração e recrutamento amplo	48	01	Ponte Nova	40H
Diretor de Licitações, Contratações e Compras Públicas	Livre nomeação e/ou exoneração e recrutamento amplo	48	01	Ponte Nova	40H
Gerente Transporte	Livre nomeação e/ou exoneração e recrutamento amplo	34	01	Ponte Nova	40H
Gestor de Contratos	Livre nomeação e/ou exoneração e recrutamento amplo	33	01	Ponte Nova	40H
Chefe Serviço Tesouraria	Livre nomeação e/ou exoneração e recrutamento amplo	32	01	Ponte Nova	40H
Farmacêutico	Vinculado a um programa e seleção pública por processo seletivo simplificado	30	01	Ponte Nova	24H
Enfermeiro	Concurso público	24	01	Ponte Nova	30H
			01	Polo Rio Casca	
		33	02	Ponte Nova	40H
			01	Polo Rio Casca	40H
Diretor Técnico	Livre nomeação e/ou exoneração e recrutamento amplo	23	01	Ponte Nova	08H
Técnico em Contabilidade	Concurso público	17	02	Ponte Nova	40H
Técnico em Eletroencefalograma	Concurso público	17	01	Ponte Nova	20H
			10	Ponte Nova	

Assistente Administrativo	Concurso público	16	01	Polo Rio Casca	40H
Auxiliar de Administração	Concurso público	08	20	Ponte Nova	40H
			03	Polo Rio Casca	
Faxineiro	Concurso público	02	05	Ponte Nova	40H
			02	Polo Rio Casca	
Técnico de Enfermagem	Concurso público	01	15	Ponte Nova	24H
			04	Polo Rio Casca	

ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS DE EMPREGOS PÚBLICOS

1. Secretário Executivo
   1.1. Regime Jurídico: CLT
   1.2. Provimento: livre nomeação e exoneração
   1.3. Recrutamento: amplo
   1.4. Requisitos:
      1.4.1. Formação completa em curso de nível superior ou possuir notória experiência em administração pública ou notória experiência na área de saúde pública ou privada
   1.5. Atribuições:
      1.5.1. Exercer as atribuições previstas no Contrato do consórcio e no Estatuto do Consórcio;
      1.5.2. Assessorar a Presidência no desempenho de suas funções;
      1.5.3. Gerenciar informações, auxiliando na execução de suas tarefas administrativas e em reuniões;
      1.5.4. Coordenar e controlar equipes e atividades;
      1.5.5. Coordenar a operacionalização das atividades exercidas pelos Órgãos e empregados do Consórcio;
      1.5.6. Implementar e gerir as diretrizes, programas de trabalho e demais deliberações definidas pela Assembleia Geral, praticando todos os atos que não tenham sido atribuídos formalmente ao Presidente do Consórcio;
      1.5.7. Exercer, por delegação, atribuições de competência do Presidente.

2. Diretor Administrativo e Assistencial
   2.1. Regime Jurídico: CLT
   2.2. Provimento: em comissão de livre nomeação e exoneração
   2.3. Recrutamento: amplo
   2.4. Requisitos: Formação completa em curso de nível superior em uma das seguintes áreas:
      2.4.1. Contabilidade; ou
      2.4.2. Direito; ou
      2.4.3. Economia; ou
      2.4.4. Administração de empresas; ou
      2.4.5. Administração/Gestão Pública.
   2.5. Atribuições

2.5.1. Realizar as atividades de chefia dos serviços administrativos do CISAMAPI;
2.5.2. Dirigir as atividades administrativas do Consórcio;
2.5.3. Realizar as atividades de chefia dos serviços prestados pelo Consórcio em sua atividade fim, especialmente quanto aos serviços e ações de saúde;
2.5.4. Dirigir os serviços de agendamento de procedimentos, consultas, exames e demais serviços de saúde;
2.5.5. Coordenar o atendimento a pacientes, incluídos os serviços de arquivamento de informações dos tratamentos;
2.5.6. Dirigir os serviços que envolvam as áreas de zeladoria e limpeza;
2.5.7. Prestar as informações que forem solicitadas pela Assembleia Geral, pela Presidência e pela Secretaria Executiva;
2.5.8. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
2.5.9. Exercer outras atividades correlatas.

3. Diretor Técnico
3.1. Regime Jurídico: CLT
3.2. Provimento: em comissão de livre nomeação e exoneração
3.3. Recrutamento: amplo
3.4. Requisitos: Formação completa em curso de nível superior em medicina e inscrição regular perante o Conselho Regional de Medicina
3.5. Atribuições:
3.5.1. Exercer a articulação, coordenação, controle funcional e assistencial da execução de ações e serviços na área de medicina do CISAMAPI;
3.5.2. Garantir a universalidade, atenção integral e equidade de acesso e aprimoramento da qualidade no desempenho dos serviços de Saúde;
3.5.3. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
3.5.4. Exercer outras atividades correlatas.

4. Diretor Jurídico
4.1. Regime Jurídico: CLT
4.2. Provimento: livre nomeação e exoneração
4.3. Recrutamento: amplo, sendo permitido ao ocupante exercer outras atividades afetas ao exercício da advocacia, constantes do artigo 1° da Lei 8.906, de 1994, desde que sejam compatíveis com as atribuições exercidas no CISAMAPI e que não incorra em acúmulo de cargo ou emprego público vedado pelo art. 37, inciso XVI da Constituição da República de 1988;
4.4. Requisitos: Formação completa em curso de nível superior em direito e inscrição regular perante a Ordem dos Advogados do Brasil;
4.5. Atribuições:
4.5.1. Realizar os atos de assessoramento jurídico aos Órgãos do CISAMAPI;
4.5.2. Cumprir e fazer cumprir as normas vigentes do CISAMAPI;

4.5.3. Propor convênios, contratos, acordos, ajustes e outras medidas que se recomendem para a consecução dos objetivos do CISAMAPI;
4.5.4. Planejar, executar, coordenar e controlar as atividades relativas ao desenvolvimento e aplicação das atividades jurídicas do CISAMAPI;
4.5.5. Planejar, coordenar, controlar e executar contratos e atos preparatórios, bem como anteprojetos de instruções, portarias, decretos quando solicitados;
4.5.6. Emitir pareceres, sob o aspecto legal, em questões várias de caráter econômico, financeiro, social ou administrativo, principalmente naquelas inerentes a convênios estabelecidos pelo CISAMAPI com pessoas naturais ou jurídicas de direito privado ou público;
4.5.7. Elaborar minutas de decretos, portarias, contratos e outros;
4.5.8. Assessorar e representar o Presidente do CISAMAPI, quando designado;
4.5.9. Executar outras tarefas de assessoramento previstas no art. 1° da Lei n° 8.906, de 1994, que sejam afins as atividades do CISAMAPI;
4.5.10. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
4.5.11. Exercer suas atribuições em conformidade com o disposto no art. 20 da Lei n° 8.906/1994;
4.5.12. Exercer outras atividades correlatas.

5. Diretor de Contabilidade
5.1. Regime Jurídico: CLT
5.2. Provimento: livre nomeação e exoneração
5.3. Recrutamento: amplo
5.4. Requisitos: Formação completa em curso de nível superior em contabilidade e inscrição regular perante o Conselho Regional de Contabilidade;
5.5. Atribuições:
5.5.1. Realizar todas as funções de direção e chefia dos serviços de contabilidade, tesouraria, patrimônio e almoxarifado, recursos humanos do CISAMAPI;
5.5.2. Realizar as funções de direção, coordenação e gestão dos contratos de programas, contratos de rateio, convênios e parcerias no âmbito do CISAMAPI;
5.5.3. Realizar as atividades de assessoramento contábil à Presidência e demais Órgãos do CISAMAPI;
5.5.4. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
5.5.5. Exercer outras atividades correlatas.

6 Diretor de Licitações, Contratações e Compras Públicas
6.1 Carga horária: 40 (quarenta) horas semanais, em regime de dedicação exclusiva, permitido o desenvolvimento de atividades na esfera privada desde que não importem em prejuízo ao exercício das atribuições do emprego público no âmbito do CISAMAPI

6.2 Provimento: livre nomeação e exoneração

6.3 Recrutamento: amplo

6.4 Número de vagas: 01 (um)

6.5 Nível de vencimento: 48 (quarenta e oito)

6.6 Classificação Brasileira de Ocupações: 1210-05;

6.7 Pré-requisito:

6.7.1 requisitos gerais: inerentes aos empregados públicos relativos a:

6.7.1.1 Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou gozar das prerrogativas previstas no artigo 12 da Constituição Federal e demais disposições legais, no caso de estrangeiro;

6.7.1.2 Ter, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos na data do provimento;

6.7.1.3 Estar quite como Serviço Militar, para candidatos do sexo masculino;

6.7.1.4 Estar em gozo dos seus direitos civis e políticos;

6.7.1.5 Estar quite com a Justiça Eleitoral;

6.7.1.6 Não registrar antecedentes criminais, por meio de sentença transitada em julgado;

6.7.1.7 Não ter sido exonerado a bem do serviço público ou por justa causa (Federal, Estadual ou Municipal) em consequência de processo administrativo;

6.7.2 formação completa em curso de nível superior em uma das seguintes áreas (alternativo não cumulativo):

6.7.2.1 direito
6.7.2.2 contabilidade
6.7.2.3 administração de empresas
6.7.2.4 gestão pública
6.7.2.5 economia

6.7.3 Objetivo Geral (atribuições):

6.7.3.1 Promover a direção dos serviços de planejamento, gestão e execução de licitações, contratações, compras,

almoxarifado do Consórcio, incluindo as seguintes atividades:

6.7.3.1.1 Estabelecer estratégias operacionais

6.7.3.1.2 Realizar análise de tendências de políticas públicas aplicáveis ao Consórcio e aos Entes Consorciados;

6.7.3.1.3 Fixar metas;

6.7.3.1.4 Realizar o planejamento e a direção dos trabalhos de elaboração do plano anual de contratações do Consórcio;

6.7.3.2 Promover todos os atos de direção da área de gestão de contratos administrativos do Consórcio, incluindo as seguintes atividades;

6.7.3.2.1 Avaliar e submeter à autoridade superior do setor requisitante os relatórios sobre a execução dos contratos elaborados pelos fiscais do contrato;

6.7.3.2.2 Adotar as medidas que antecedem ao envio da solicitação de prorrogação do contrato;

6.7.3.2.2 Exercer outras atividades correlatas previstas em regulamentos.

6.7.3.3 Exercer as demais atividades compatíveis com a CBO ou que lhe forem delegadas por autoridade superior

7. Gerente Transporte
   7.1 Regime Jurídico: CLT
   7.2 Provimento: em comissão de livre nomeação e exoneração
   7.3 Recrutamento: amplo
   7.4 Requisitos: Formação completa em curso de nível superior
   7.5 Atribuições:
   7.5.1 Exercer a direção e o planejamento das atividades operacionais de transporte, e de logística.
   7.5.2 Chefiar equipes, gerenciar recursos materiais e financeiros daárea de transporte;
   7.5.3 Controlar o processo operacional e avaliar seus resultados;
   7.5.4 Providenciar meios para que as atividades sejam desenvolvidas em conformidade com as normas e procedimentos técnicos, de qualidade, segurança, meio ambiente e saúde;
   7.5.5 Buscar novas tecnologias e assessorar a diretoria e setores da empresa;
   7.5.6 Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
   7.5.7 Exercer outras atividades correlatas.

8 Gestor de Contratos
   8.1 Carga horária: 40 (quarenta) horas semanais
   8.2 Provimento: livre nomeação e exoneração
   8.3 Recrutamento: amplo
   8.4 Número de vagas: 01
   8.5 Vencimento mensal: NÍVEL 33 (TRINTA E TRÊS)
   8.6 Pré-requisito:
   8.6.1 requisitos gerais inerentes aos empregados públicos do Consórcio CISAMAPI;

   8.6.2 formação completa mínima em nível superior completo;
   8.7Objetivo Geral (atribuições):

   8.7.1 exercer a coordenação das atividades de acompanhamento e fiscalização, com o auxílio, se for o caso, da equipe de fiscais designados, bem como responsabilizar-se pelos atos preparatórios à instrução do processo e encaminhamento de demandas aos setores competentes, visando à formalização, dentre outros, dos procedimentos de prorrogação, alteração, reequilíbrio econômico-financeiro, reajuste, repactuação, pagamento, aplicação de sanções e extinção de contratos;
   8.7.2 promover reunião inicial, sempre que a natureza da prestação do serviço ou do fornecimento de bens a exigir,

para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros, observando as disposições previstas em edital e em normativos incidentes;

8.7.3 registrar em termo específico os assuntos tratados na reunião inicial, devendo estar presentes o gestor, os fiscais ou equipe responsável pela fiscalização do contrato, o representante legal e/ou o preposto da empresa e, se for o caso, o servidor ou a equipe de Planejamento da Contratação;

8.7.4 realizar reuniões periódicas com o preposto, em conjunto com os fiscais ou equipe responsável pela fiscalização do contrato, de modo a garantir a qualidade da execução e os resultados previstos para a execução do objeto;

8.7.5 manter o histórico de gestão do contrato, que conterá os registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem cronológica;

8.7.6 encaminhar as demandas de correção à contratada, podendo delegar essa competência ao fiscal técnico do contrato;

8.7.8 definir a periodicidade, de acordo com as particularidades do objeto, para a realização de pesquisa de mercado a ser realizada pelo fiscal para fins de comprovação da vantajosidade dos preços registrados e contratados;

8.7.9 propor, sempre que cabível, medidas que visem à revisão de preços registrados e contratados, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que possibilite a racionalização de gastos;

8.7.10 acompanhar a execução do contrato, inclusive em sistema eletrônico, em especial, quanto ao prazo da vigência, à garantia contratual, aos aspectos orçamentários e financeiros e ao encerramento do instrumento contratual, adotando, tempestivamente, medidas para evitar o risco de solução de continuidade na prestação de serviços ou no fornecimento de bens e suas respectivas coberturas;

8.7.11 coordenar a atualização contínua do Mapa de Gerenciamento de Riscos durante a fase de gestão do contrato, executando as ações preventivas e de

contingência, juntamente com os demais membros da equipe de fiscalização;

8.7.12 avaliar e submeter à autoridade superior do setor requisitante os relatórios sobre a execução dos contratos elaborados pelos fiscais do contrato;

8.7.13 adotar as medidas que antecedem ao envio da solicitação de prorrogação do contrato;

8.7.14 adotar as medidas que envolvam a alteração do contrato por aditamento da vigência do prazo ou descrição qualitativa e/ou quantitativa do objeto do contrato, incluídas as hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro;

8.7.15 realizar negociação perante as empresas por ocasião da prorrogação contratual;

8.7.16 encaminhar o processo ao setor de contratos, devidamente instruído com a documentação e justificativa necessárias, quando houver necessidade de providências relativas: à alteração contratual, qualitativa ou quantitativa, para melhor adequar seus termos às necessidades do órgão; à rescisão do contrato, quando houver conveniência para o Consórcio ou quando ocorrerem quaisquer dos motivos legalmente previstos; e aos reajustes, repactuações e reequilíbrios econômico-financeiros, juntamente com a documentação pertinente, devidamente conferida, nos termos da legislação vigente;

8.7.18 avaliar e submeter à autoridade competente, devidamente justificados, os requerimentos da contratada, em caráter excepcional, de alteração do prazo inicial da prestação de serviços ou do início das etapas de execução, de conclusão e de entrega, cumpridas as formalidades exigidas na legislação;

8.7.19 realizar o recebimento definitivo, juntamente com o fiscal nos contratos de obras, em termo circunstanciado, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços e/ou do fornecimento dos bens, caso a atribuição não seja de comissão especialmente constituída para essa finalidade, com base na análise dos relatórios e de toda documentação apresentada pela fiscalização;

8.7.20 avaliar e decidir a respeito da indicação de glosas, de pagamentos proporcionais ou redutores resultantes da aplicação de indicadores de níveis mínimos de desempenho, e de eventual retenção de pagamento legalmente permitida, recomendados pelos fiscais do contrato em relatório fundamentado;

8.7.21 comunicar à empresa, quando houver glosa parcial, para que emita nota fiscal ou fatura com valor exato

dimensionado, evitando assim, efeitos tributários sobre o valor glosado pelo Consórcio;

8.7.22 autorizar a emissão da nota fiscal ou fatura, por meio de notificação ao preposto da contratada ou por outro meio juridicamente idôneo, para que emita com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado, se for o caso, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções, caso haja irregularidade que impeça a liquidação e o pagamento da despesa, indicando as cláusulas contratuais pertinentes;

8.7.23 encaminhar para o setor de execução orçamentária e financeira o processo de pagamento devidamente instruído, observando o prazo previsto no instrumento contratual, e o prazo para recolhimento dos tributos, se houver, com a nota fiscal ou fatura e demais documentos comprobatórios da prestação do serviço ou do fornecimento do bem, juntados pelos fiscais de contrato e devidamente conferidos e assinados, desde que não haja necessidade de manifestação prévia da autoridade competente;

8.7.24 notificar à contratada, por escrito, para adoção de medidas pertinentes, quando detectadas falhas ou defeitos na execução do contrato, fixando prazo para a regularização;

8.7.25 notificar à contratada, por escrito, para, dentro do prazo legal, apresentar defesa prévia quanto ao descumprimento de obrigação contratual e aos registros de ocorrência que não forem sanados pela contratada no âmbito da gestão e fiscalização, indicando os fatos que configuram o descumprimento e as cláusulas ou dispositivos legais descumpridos;

8.7.26 encaminhar à autoridade competente, por intermédio da autoridade superior do setor requisitante, o processo administrativo específico de apuração de descumprimento de obrigação contratual, devidamente instruído, após as ocorrências descritas no inciso anterior, com toda a documentação pertinente, manifestando-se, em conjunto com o fiscal, se for o caso, acerca da análise da defesa porventura apresentada pela contratada, com a sugestão da penalidade, se houver;

8.7.28 solicitar ao setor de execução orçamentária e financeira a liberação da garantia contratual em favor da contratada, após o encerramento do contrato, desde que não haja qualquer pendência contratual e, nos casos de contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, mediante documentação comprobatória de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação;

8.7.29 elaborar relatório com registros das ocorrências, incluindo análise de riscos, sobre a prestação dos serviços e soluções referentes ao período de sua atuação, na hipótese de desligamento ou afastamento definitivo das funções de gestor;

8.7.30 providenciar a expedição pela autoridade municipal competente, visando atendimento de solicitação, atestado de capacidade técnica ou documento equivalente, com base em avaliação do fiscal técnico, acerca da execução do objeto contratado;

9 Chefe Serviço Tesouraria

9.1 Regime Jurídico:CLT

9.2 Provimento: em comissão de livre nomeação e exoneração

9.3 Recrutamento: amplo

9.4 Requisitos: Formação completa em curso de nível superior em uma dasseguintes áreas:

9.4.1 Contabilidade; ou

9.4.2 Economia; ou

9.4.3 Administração de empresas; ou

9.4.4 Administração/Gestão Pública.

9.5 Formação completa em curso de nível superior

9.6 Atribuições

9.6.1 Exercer as atividades de classificação e lançamentos de receitas;

9.6.2 Realizar o controle de movimentação diária de numerário;

9.6.3 Promover conciliação bancária;

9.6.4 Promover lançamentos de baixa de pagamentos;

9.6.5 Realizar movimentações financeiras física, presenciais e eletrônicas perante instituições bancárias;

9.6.6 Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;

9.6.7 Exercer outras atividades correlatas.

10 Farmacêutico

10.1 Regime Jurídico: CLT

10.2 Provimento: seleção pública mediante processo seletivo simplificado

10.3 Requisitos: Formação completa de curso de nível superior em farmácia e inscrição regular perante Conselho Regional de Farmácia;

10.4 Atribuições

10.4.1 Exercer a gestão do processo de assistência farmacêutica e promover o acesso a medicamentos de qualidade;

10.4.2 Orientar a prática clínica em relação à utilização do medicamento,

voltadas principalmente para assistência à doença glaucoma, dando suporte à prescrição e dispensação; contribuir para a efetividade do tratamento;

10.4.3 Garantir a utilização correta de medicamentos e a obtenção de resultados terapêuticos positivos.

10.4.4 Realizar ações técnico-gerenciais participando do planejamento, estruturação e organização da assistência farmacêutica no CISAMAPI;

10.4.5 Coordenar e elaborar o planejamento anual de compras para o CISAMAPI de forma a manter a regularidade no abastecimento de medicamentos;

10.4.6 Executar, acompanhar e assegurar a aquisição dosmedicamentos; receber e armazenar adequadamente os medicamentos;

10.4.7 Promover a correta distribuição de medicamentos para os setores do CISAMAPI;

10.4.8 Elaborar, em conjunto com outros profissionais, informes técnicos, protocolos terapêuticos e materiais informativos sobre assistência farmacêutica e medicamentos, bem como promover sua divulgação;

10.4.9 Elaborar, junto à equipe multiprofissional, protocolos e regulações relativas ao fornecimento de medicamentos aos usuários e à dispensação de medicamentos;

10.4.10 Promover e intermediar, junto aos profissionais de saúde, ações que disciplinem a prescrição e a dispensação;

10.4.11 Participar da elaboração de propostas de ações que visem à gestão do risco em saúde;

10.4.12 Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;

10.4.13 Exercer outras atividades correlatas.

11 Enfermeiro

11.1 Regime Jurídico: CLT

11.2 Provimento: concurso público

11.3 Requisitos: Formação completa em curso de nível superior em enfermagem e inscrição regular perante o Conselho Regional de Enfermagem

11.4 Atribuições

11.4.1 Direção, organização, planejamento, coordenação, execução e avaliação dos serviços de enfermagem;

11.4.2 Supervisão e coordenação das atividades dos técnicos em enfermagem do Consórcio com vistas ao desempenho de suas funções;

11.4.3 Realizar o controle de estoque de material, insumos e medicamentos necessários para o adequado funcionamento da unidade;

11.4.4 Realizar atividades de educação permanente e reuniões mensais com a equipe de enfermagem;
11.4.5 Realizar a escala diária e mensal da equipe de enfermagem;
11.4.6 Verificar a necessidade de manutenção dos equipamentos do setor;
11.4.7 Realizar a avaliação técnica dos profissionais de Enfermagem e formalizar o arquivamento da avaliação no mínimo uma vez ao ano;
11.4.8 Promover a adequação e o aprimoramento permanente de manual e normas e rotinas, protocolos e fazer a divulgação e orientação aos colaboradores; coordenar, qualificar e supervisionar todo o cuidado ao paciente;
11.4.9 Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
11.4.10 Exercer outras atividades correlatas.

12 Técnico em Contabilidade
12.1 Regime Jurídico: CLT
12.2 Provimento: concurso público
12.3 Requisitos: Formação completa em curso de nível médio em contabilidade e inscrição regular perante o Conselho Regional de Contabilidade
12.4 Atribuições:
12.4.1 Realizar atividades inerentes à contabilidade do consórcio;
12.4.2 Identificar documentos e informações, atender à fiscalização e proceder consultoria;
12.4.3 Executar a contabilidade geral, operacionalizar a contabilidade de custos e efetuar contabilidade gerencial;
12.4.4 Promover os atos de execução orçamentária do Consórcio;
12.4.5 Elaborar proposta orçamentária e plano plurianual;
12.4.6 Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
12.4.7 Exercer outras atividades correlatas.

13 Técnico em Eletroencefalograma
13.1 Regime Jurídico: CLT
13.2 Provimento: concurso público
13.3 Requisitos:
13.3.1 Formação completa em curso de nível médio;
13.3.2 Formação completa para exercício das atribuições de técnico em eletroencefalograma;
13.4 Atribuições:
13.4.1 Preparar materiais e equipamentos para operar o aparelho eletroencefalógrafo para produzir imagens e gráficos funcionais como recurso auxiliar ao diagnóstico. Preparar pacientes e realizar os exames de eletroencefalograma

segundo boas práticas, normas e procedimento de biossegurança e código de conduta;

13.4.2 Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;

13.4.3 Exercer outras atividades correlatas.

14 Assistente Administrativo

14.1 Regime Jurídico: CLT

14.2 Provimento: concurso público

14.3 Requisitos:

14.3.1 Formação completa em curso de nível de médio;

14.3.2 Conhecimento avançado de informática;

14.4 Atribuições:

14.4.1 Executar serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística;

14.4.2 Atender fornecedores e clientes, fornecer e receber informações os serviços;

14.4.3 Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos;

14.4.4 Preparar relatórios e planilhas; executar serviços gerais de escritórios;

14.4.5 Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;

14.4.6 Exercer outras atividades correlatas.

15 Auxiliar de Administração

15.1 Regime Jurídico: CLT

15.2 Provimento: concurso público

15.3 Requisitos:

15.3.1 Formação completa em curso de nível de médio;

15.3.2 Conhecimento básico de informática;

15.4 Atribuições:

15.4.1 Executar serviços de apoio nas áreas de administração,estoque, compras, atendimento e faturamento;

15.4.2 Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos;

15.4.3 Preparar relatórios e planilhas;

15.4.4 Executar serviços gerais de escritórios;

15.4.5 Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio eno Estatuto do Consórcio;

15.4.6 Exercer outras atividades correlatas.

16 Auxiliar de Serviços Gerais

16.1 Regime Jurídico: CLT

16.2 Provimento: concurso público

16.3 Requisitos: Formação incompleta de curso de nível fundamental(alfabetizado)

16.4 Atribuições:

16.4.1 Executar serviços de limpeza e manutenção das áreasinternas e externas do consórcio;

16.4.2 Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidadee proteção ao meio ambiente;

16.4.3 Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio eno Estatuto do Consórcio;

16.4.4 Exercer outras atividades correlatas.

17 Técnico de Enfermagem

17.1 Regime Jurídico: CLT

17.2 Provimento: concurso público

17.3 Requisitos: Formação completa em curso de nível médio de enfermagem e inscrição regular perante o Conselho Regional de Enfermagem

17.4 Atribuições:

17.4.1 Desempenhar atividades técnicas de enfermagem nas unidades do CISMAPI;

17.4.2 Prestar assistência ao paciente, atuando sob supervisão do diretor técnico;

17.4.3 Desempenhar tarefas de auxiliar o médico em exames deapoio diagnóstico, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental utilizado;

17.4.4 Organizar o ambiente de trabalho;

17.4.5 Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas eprocedimentos de biossegurança;

17.4.6 Realizar registros e elaborar relatórios técnicos;

17.4.7 Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio eno Estatuto do Consórcio;

17.4.8 Exercer outras atividades correlatas.

Obs.: (**Anexo II alterado pela Resolução n° 003 de 16 de dezembro de 2022; pela Resolução n° 011 de 11 de agosto e 2023 e pela Resolução n° 17 de 18 de dezembro de 2023**).

ANEXO III
FUNÇÕES GRATIFICADAS

Denominação	SIGLA	Percentual	Vagas	Carga Horária Semanal
Função gratificada de exercício de atividade de nível superior na Diretoria de Contabilidade	FGANS	120%	01	40H
Função gratificada atividades de controlador	FGCGI	100%	01	40H
Função gratificada atividades de compras	FGC	25%	01	40H
Função gratificada atividades de almoxarifado e patrimônio	FGAP	25%	01	40H
Função gratificada atividades de Presidente da CPL	FGCPL	50%	01	40H
Função gratificada atividades de Pregoeiro	FGPRG	50%	01	40H
Função gratificada atribuições Agente de Contratação	FGAC	100%	02	40H
Função gratificada atribuições de equipe apoio agente de contratação	FGEA	25%	03	40H
Função gratificada atribuições de membro CPL	FGMCPL	25%	02	40H
Função gratificada atribuições temporárias	FGT	25%	03	40H

ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS DE FUNÇÕES GRATIFICADAS

1. Função Gratificada Atividades de Controlador – (FGCI)
   - 1.1. Provimento: livre nomeação e exoneração
   - 1.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado
   - 1.3. Requisitos:
     - 1.3.1. Formação completa em curso de nível superior em uma dasseguintes áreas:
       - 1.3.1.1. Contabilidade; ou
       - 1.3.1.2. Direito; ou
       - 1.3.1.3. Economia; ou
       - 1.3.1.4. Administração de empresas; ou
       - 1.3.1.5. Administração/Gestão Pública.
   - 1.4. Atribuições:
     - 1.4.1. Avaliar o cumprimento das metas previstas no orçamento do Consorcio, auxiliando em sua elaboração e fiscalizando sua execução;
     - 1.4.2. Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal, nos órgãos e entidades da administração do consórcio, bem como da aplicação das subvenções e dos recursos públicos, por entidades de direito privado;

1.4.3. Exercer o controle das operações de crédito e garantias, bem como dos direitos e haveres do Consorcio;
1.4.4. Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional; fiscalizar o cumprimento do disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
1.4.5. Dar ciência ao Presidente do Consórcio e da Secretaria Executiva, e ao Tribunal de Contas de qualquer irregularidade que tomar conhecimento;
1.4.6. Emitir Relatório sobre as contas do Consórcio, que deverá ser assinado pelo Controlador Interno, assinando igualmente as demais peças que integram os relatórios de Gestão Fiscal e de contas, juntamente com o Presidente do Consórcio e o Contador;
1.4.7. Emitir relatório de análise de gestão, semestralmente, devendo o mesmo ser de responsabilidade exclusiva do Controle Interno;
1.4.8. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio eno Estatuto do Consórcio;
1.4.9. Exercer outras atividades correlatas.

2. Função Gratificada Atividades de Compras – (FGC)
   2.1. Provimento: livre nomeação e exoneração
   2.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado
   2.3. Requisitos:
      2.3.1. Formação completa em curso de nível médio.
   2.4. Atribuições:
      2.4.1. Realizar todas as atividades de compras do Consórcio, incluídas as atividades de cotações de preços, emissão de ordens de serviço e ordens de fornecimento;
      2.4.2. Executar as atividades em conformidade com o regulamento geral de licitações, contratações e compras do Consórcio;
      2.4.3. Exercer as atividades da função gratificada sem prejuízo do exercício das funções do vínculo de origem no Consórcio;
      2.4.4. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio eno Estatuto do Consórcio;
      2.4.5. Exercer outras atividades correlatas.

3. Função Gratificada Atividades de Almoxarifado e Patrimônio – (FGAP)

3.1. Provimento: livre nomeação e exoneração
3.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado
3.3. Requisitos:
3.3.1. Formação completa em curso de nível médio
3.4. Atribuições:
3.4.1. Realizar todas as atividades de controle de almoxarifado epatrimônio do Consórcio;
3.4.2. Executar as atividades em conformidade com o regulamentogeral de almoxarifado e de patrimônio do Consórcio;
3.4.3. Exercer as atividades da função gratificada sem prejuízo doexercício das funções do vínculo de origem no Consórcio;
3.4.4. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio eno Estatuto do Consórcio;
3.4.5. Exercer outras atividades correlatas.

4. Função Gratificada Atividades de Presidente da CPL – (FGCPL)
4.1. Provimento: livre nomeação e exoneração
4.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado
4.3. Requisitos:
4.3.1. Formação completa em curso de nível superior
4.4. Atribuições:
4.4.1. Realizar todas as atividades de presidência da comissão permanente de licitações do Consórcio;
4.4.2. Executar as atividades em conformidade com o regulamento geral de licitações, contratações e compras públicas do Consórcio;
4.4.3. Exercer as atividades da função gratificada sem prejuízo do exercício das funções do vínculo de origem no Consórcio;
4.4.4. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio eno Estatuto do Consórcio;
4.4.5. Exercer outras atividades correlatas.

5. Função Gratificada Atividades de Pregoeiro – (FGPRG)
5.1. Provimento: livre nomeação e exoneração
5.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado
5.3. Requisitos:
5.3.1. Formação completa em curso de nível superior
5.4. Atribuições:
5.4.1. Realizar todas as atividades de pregoeiro em conformidade com a Lei n° 10.520/02 e normas regulamentares do pregão;

5.4.2. Executar as atividades em conformidade com o regulamento geral de licitações, contratações e compras públicas do Consórcio;
5.4.3. Exercer as atividades da função gratificada sem prejuízo do exercício das funções do vínculo de origem no Consórcio;
5.4.4. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
5.4.5. Exercer outras atividades correlatas.

6. Função Gratificada Atribuições Agente de Contratação – (FGAC)
   - 6.1. Provimento: livre nomeação e exoneração
   - 6.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado
   - 6.3. Requisitos:
     - 6.3.1. Formação completa em curso de nível superior.
   - 6.4. Atribuições:
     - 6.4.1. Realizar todas as atividades de agente de contratação em conformidade com a Lei n° 14.133/2021 e normas regulamentares do pregão;
     - 6.4.2. Coordenar as atividades da Central de Compras em conformidade com as disposições da Lei n° 14.133/2021;
     - 6.4.3. Executar as atividades em conformidade com o regulamento geral de licitações, contratações e compras públicas do Consórcio;
     - 6.4.4. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
     - 6.4.5. Exercer outras atividades correlatas.

7. Função Gratificada Atribuições Equipe de Apoio do Agente de Contratação – (FGEA)
   - 7.1. Provimento: livre nomeação e exoneração
   - 7.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado
   - 7.3. Requisitos:
     - 7.3.1. Formação completa em curso de nível médio
   - 7.4. Atribuições:
     - 7.4.1. Realizar todas as atividades de equipe de apoio ao agente de contratação em conformidade com a Lei n° 14.133/2021 e normas regulamentares do pregão;

7.4.2. Executar as atividades em conformidade com o regulamento geral de licitações, contratações e compras públicas do Consórcio;
7.4.3. Exercer as atividades da função gratificada sem prejuízo do exercício das funções do vínculo de origem no Consórcio;
7.4.4. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
7.4.5. Exercer outras atividades correlatas.

8. Função Gratificada Atribuições Membro da CPL – (FGMCPL)
   8.1. Provimento: livre nomeação e exoneração
   8.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado
   8.3. Requisitos:
      8.3.1. Formação completa em curso de nível médio
   8.4. Atribuições:
      8.4.1. Realizar todas as atividades de membro da comissão permanente de licitações em conformidade com a Lei n° 10.520/02;
      8.4.2. Atuar, em regime de cooperação com o pregoeiro, nos processos administrativos de licitações realizados com fundamento na Lei n° 10.520/02 e normas regulamentares do pregão;
      8.4.3. Executar as atividades em conformidade com o regulamento geral de licitações, contratações e compras públicas do Consórcio;
      8.4.4. Exercer as atividades da função gratificada sem prejuízo do exercício das funções do vínculo de origem no Consórcio;
      8.4.5. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;
      8.4.6. Exercer outras atividades correlatas.
9. Função Gratificada Atribuições Temporárias – (FGT)
   9.1. Provimento: livre nomeação e exoneração
   9.2. Recrutamento: restrito a empregado concursado
   9.3. Requisitos:
      9.3.1. Formação completa em curso de nível médio
   9.4. Atribuições:
      9.4.1. Exercer atribuição de membro de comissão temporária pelo período correspondente à constituição e vigência da comissão;
      9.4.2. Realizar todas as atividades no âmbito

da comissão constituída de forma temporária, observando as finalidades da constituição da comissão e o regulamento quanto ao procedimento a ser adotado;

9.4.3. Executar as atividades em conformidade com o regulamento geral de procedimentos administrativos do Consórcio;

9.4.4. Exercer as atividades da função gratificada sem prejuízo do exercício das funções do vínculo de origem no Consórcio;

9.4.5. Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio eno Estatuto do Consórcio;

9.4.6. Exercer outras atividades correlatas.

10. Função Gratificada de Exercício de Atividade de Nível Superior na Diretoria de Contabilidade (FGANS)

10.1 Provimento: livre nomeação e exoneração

10.2 Recrutamento: restrito a empregado público concursado

10.3 Requisitos:

10.3.1. Formação completa em curso de nível superior em contabilidade;

10.3.2. Registro regular perante Conselho de Classe Competente

10.3.3 Exercício das atividades da função gratificada exclusivamente no âmbito da Diretoria de Contabilidade

10.4 Atribuições:

10.4.1 Promover a direção dos serviços de planejamento, gestão e execução das atividades vinculadas a contabilidade do CISAMAPI, incluindo as seguintes atividades:

10.4.1.1 Estabelecer estratégias operacionais

10.4.1.2 Realizar análise de tendências de políticas públicas aplicáveis ao Consórcio e aos Entes Consorciados;

10.4.1.3 Fixar metas;

10.4.1.4 Realizar o planejamento e a direção dos trabalhos de elaboração de proposta orçamentária e sua respectiva execução;

10.4.1.5 Realizar o planejamento da gestão fiscal e patrimonial do CISAMAPI;

10.4.2 Promover, por meio de vínculo de fidúcia, a coordenação de programas de políticas públicas ou de equipes de servidores, realizando a coordenação, avaliação e o planejamento;

10.4.3 Prestar assessoramento à Diretoria de Contabilidade atuandoinclusive nas hipóteses de impedimento, suspeição ou ausência do seu titular;

10.4.4 Executar outros trabalhos compatíveis com suas atribuições de coordenação que forem determinados pela autoridade nomeante, ao qual se vincula por confiança e cujas instruções deverá observar;

10.4.5 Exercer as atribuições previstas no Contrato do Consórcio e no Estatuto do Consórcio;

10.4.6 Exercer outras atividades correlatas.

Obs: Anexo III alterado pela Resolução nº 003 de 16 de dezembro de 2022 e pela Resolução nº 011 de 11 de agosto de 2023 e pela Resolução nº 17 de 18 de dezembro de 2023.

ADVERTÊNCIA
Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da União

Ministério da Saúde
Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 419, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Torna pública a relação de estabelecimentos de saúde incluídos no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde para o tratamento medicamentoso do glaucoma no âmbito da Política Nacional de Atenção Oftalmológica.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 288/SAS/MS, de 19 de maio de 2008, que define os critérios para a credenciamento e habilitação das Unidades de Atenção Especializada e dos Centros de Referência em Oftalmologia no Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria 2.065/SAS/MS, de 16 de dezembro de 2016, que mantém as habilitações em Saúde Ocular dos estabelecimentos de saúde incluídos no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e estabelece que, para a inclusão de novos estabelecimentos, os gestores estadual, distrital e municipais do SUS deverão seguir todos os requisitos estabelecidos na Portaria nº 288/SAS/MS, de 19 de maio de 2008, e ficam sujeitas à aprovação da Comissão Intergestores Tripartite (CIT);

Considerando a necessidade de se tornar pública a relação dos estabelecimentos de saúde constantes no SCNES, sob o código 0506 - Tratamento do Glaucoma com Medicamentos, no âmbito da Política Nacional de Atenção Oftalmológica; e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET) e do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle (DRAC), da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), resolve:

Art. 1º Ficam mantidos, no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), sob o código 0506 - Tratamento do Glaucoma com Medicamentos no âmbito da Política Nacional de Atenção Oftalmológica, os estabelecimentos de saúde constantes no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. As competências iniciais já registradas deverão ser mantidas, para fins de histórico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ESTABELECIMENTOS HABILITADOS PARA REALIZAÇÃO DE TRATAMENTO DO GLAUCOMA COM MEDICAMENTOS NO ÂMBITO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO OFTALMOLÓGICA (05.06)

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	CNES	NOME DO ESTABELECIMENTO	CNPJ
AL	ARAPIRACA	2005417	Chama	047102100001-24
AL	ARAPIRACA	6593984	Centro da Visão e Audição	057284460001-50
AL	ARAPIRACA	5480299	IOFAL	058261300003-63
AL	ARAPIRACA	5660416	Centro Alagoano da Visão	092439520001-00
AL	ARAPIRACA	6768458	ININS	114837950001-52

AL	MACEIO	2006979	Instituto de Olhos de Maceió	001222560001-71
AL	MACEIO	3025330	IOFAL	058261300001-00
AL	MACEIO	6516718	CERVI	114574730001-39
AL	MACEIO	2006944	Hospital de Olhos Santa Luzia	123053710001-60
AL	MACEIO	5222931	Saúde Integrada	182169730001-28
AL	MACEIO	3531449	SEOMA	699779080001-56
AL	MACEIO	2006499	Instituto da Visão	700140300001-32
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	3818152	Pró Visão	009239780001-25
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	3719839	Centro Avançado da Visão	078172290001-62
AL	PENEDO	5269415	IOFAL	093140390001-58
AL	SANTANA DO IPANEMA	7007035	Hospital de Olhos HOPI	144175320001-33
AL	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	2010151	Santa Casa de Misericórdia de São Miguel dos Campos	127376800001-00
AL	UNIAO DOS PALMARES	6849814	Hospital União	093140390004-09
AM	MANAUS	3499359	Vision Clínica	070800500001-75
BA	ALAGOINHAS	2487322	Santa Casa de Misericórdia de Alagoinhas	161307830001-68
BA	BARREIRAS	7218613	ISOB	173410470002-00
BA	BRUMADO	7172141	Instituto da Visão	173655180001-21
BA	CONDEUBA	6752357	Instituto Multi Saúde	128381090001-81
BA	EUNAPOLIS	3017826	Day HORC Eunápolis	059423070001-25
BA	FEIRA DE SANTANA	2402025	SOS Serviço de Olhos Santana	022796320001-61
BA	FEIRA DE SANTANA	3220214	Clihon Hospital de Olhos de Feira de Santana	024461590001-60
BA	FEIRA DE SANTANA	4025423	Instituto de Oftalmologia de Feira de Santana	034564670001-39
BA	FEIRA DE SANTANA	5398398	CEOP	039576380001-03
BA	FEIRA DE SANTANA	3050637	H COE Hospital de Olhos	058193760001-46
BA	FEIRA DE SANTANA	2772620	Oftalmed	46021580001-92
BA	GUANAMBI	7276877	IOBA	141683570002-79
BA	ILHEUS	6043607	Hospital de Olhos de Ilhéus	096013120001-25
BA	ILHEUS	6671993	CENOE	129689750001-97

286

BA	ILHEUS	2415933	Elclin	130096670001-05
BA	IRECE	6790445	Clínica de Oftalmodiagnóstico LTDA	000818760003-71
BA	IRECE	2533162	Hospital Geral Santa Luzia	037127380001-70
BA	IRECE	2532751	Hospital Geral São Paulo	342586650001-11
BA	ITABUNA	2470357	Day HORC	131883700001-46
BA	ITABUNA	2698218	Hospital de Olhos Beira Rio	967922540001-69
BA	ITAPETINGA	2415739	CEOQ	050893790001-71
BA	JEQUIE	2444801	Oftalmos	343244910001-48
BA	JUAZEIRO	2786176	Fundação Banco de Olhos Vale do São Francisco LTDA	053145630006-82
BA	JUAZEIRO	2598086	Clínica de Olhos Santa Clara	132325410001-97
BA	MURITIBA	2506114	Cliom LTDA Clínica de Olhos de Muritiba	405149600001-94
BA	PARIPIRANGA	7553811	Policlínica Moisés Andrade	128381090002-62
BA	PAULO AFONSO	2549905	Hospital Paulo Afonso	139371310068-59
BA	PORTO SEGURO	3547248	IOB Instituto de Olhos da Bahia	007242090001-06
BA	PORTO SEGURO	7957319	CENOE Porto Seguro	129689750003-59
BA	SALVADOR	2466562	Oftalmodiagnose Hospital de Olhos	000818760001-00
BA	SALVADOR	2804913	Núcleo Médico Ocular	000820800001-71
BA	SALVADOR	6688	CDTO	007934900001-20
BA	SALVADOR	7188	CLIOPI	034013810001-09
BA	SALVADOR	20893	IMEP	071561380001-23
BA	SALVADOR	3859	Hospital Geral Roberto Santos	139371310053-72
BA	SALVADOR	7288603	IOBA Roma	141683570003-50
BA	SALVADOR	4960	Hospital Santa Luzia	151758390001-38
BA	SALVADOR	3816	Hospital Universitário Professor Edgard Santos	151807140002-87
BA	SALVADOR	6157	Hospital Humberto Castro Lima	152009670001-94
BA	SALVADOR	5932	Clínica Oftalmológica Urbano Sampaio Filho	161600120001-13
BA	SALVADOR	3542998	Alclin Itaigara	339214950004-93
BA	SALVADOR	4031229	Pró Oftalmo	339671670001-85

BA	SALVADOR	3356124	Kátia Freitas Oftalmologia	343770440001-57
BA	SALVADOR	3575497	Clivan Instituto de Oftalmologia	869474620002-17
BA	SALVADOR	6556	CLOC	967780970001-37
BA	SANTALUZ	6689876	Adrivana Oliveira Cunha e Cia LTDA	060472580001-20
BA	SANTA MARIA DA VITORIA	7282656	ISOB	173410470004-64
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	7474369	ISOB	173410470005-45
BA	VITORIA DA CONQUISTA	5635233	CEOQ	050893790002-52
BA	VITORIA DA CONQUISTA	5995841	HOC	092910540001-28
CE	ACARAU	2724022	Clínica de Oftalmologia Acaraú	042402210001-98
CE	ARACATI	2372967	Hospital Municipal Dr. Eduardo Dias	076847560001-46
CE	BARBALHA	2611570	Instituto de Olhos de Barbalha	030680810001-50
CE	BARBALHA	2564211	Hospital Maternidade São Vicente de Paulo	032845050001-13
CE	BATURITE	6273181	Clínica Oftalmológica LP LTDA	106734760001-47
CE	BREJO SANTO	2480697	Hospital de Olhos do Ceará	122212480001-61
CE	BREJO SANTO	6965849	Clinoft	139687290001-06
CE	CAMOCIM	3058409	Clínica de Olhos de Camocim	052545790001-32
CE	CANINDE	2527413	Hospital e Maternidade Regional São Francisco	071135580001-22
CE	CASCAVEL	2514710	Hospital e Maternidade Nossa Senhora das Graças	071269980006-29
CE	CAUCAIA	8014825	Policlínica de Caucaia	076161620001-06
CE	CEDRO	7227205	CIAR	107488010002-74
CE	CRATEUS	2481103	Oftalmoclínica Dr. Luiz Humberto de Mendonça	020845430001-60
CE	CRATEUS	5793041	CINCO	030004650002-11
CE	CRATO	6967906	Centro Especializado Retina e Catarata	052880280002-70
CE	CRATO	2415534	Centro de Oftalmologia do Cariri	056207450001-77
CE	CRATO	2415240	Centro de Saúde Teodorico Teles	075879750001-07
CE	CRATO	2415488	Hospital e Maternidade São Francisco de Assis	609757370054-63
CE	FORTALEZA	3030849	IOF	010704800001-20
CE	FORTALEZA	3051803	CCO Centro Cearense de Oftalmologia	025727260001-24

287

CE	FORTALEZA	7000154	CCO Centro Cearense de Oftalmologia	025727260002-05
CE	FORTALEZA	3488578	Bioclínica	031727900001-80
CE	FORTALEZA	5121957	Escola Cearense de Oftalmologia	070503530001-45
CE	FORTALEZA	2561492	Hospital Universitário Walter Cantídio	072726360002-12
CE	FORTALEZA	2497654	HGF Hospital Geral de Fortaleza	079545710014-29
CE	FORTALEZA	6655947	Instituto de Olhos José Lucena da Rocha	105771180001-30
CE	FORTALEZA	2561484	Hospital de Olhos Neusa Rocha	416548640001-04
CE	ICO	6852483	Centro de Diagnóstico Senhor do Bonfim	109998240001-70
CE	ICO	2611309	Hospital Regional de Icó Prefeito Walfrido Monteiro Sobrinho	118967770001-00
CE	IGUATU	2675633	Hospital de Olhos Dr. Rene Barreira	040036340001-59
CE	IGUATU	2675560	Hospital Regional de Iguatu	413392010001-03
CE	INDEPENDENCIA	2723913	Centro Integrado de Cirurgia Oftalmocinco	030004650001-30
CE	IPU	2552612	Clínica de Olhos Luiz H Mendonça	006232820001-83
CE	ITAPAGE	6580130	Instituto de Oftalmologia de Itapajé	120399450001-04
CE	ITAPIPOCA	2426420	Clínica Dr. Márcio Moreira	237284960001-10
CE	ITAPIPOCA	6578497	Clínica Visão de Itapipoca	737848600001-37
CE	JUAZEIRO DO NORTE	3416690	Centro Especializado em Retina e Catarata	052880280001-90
CE	JUAZEIRO DO NORTE	5117364	Instituto de Olhos do Cariri	081772420001-67
CE	LIMOEIRO DO NORTE	2563614	Instituto de Olhos do Vale do Jaguaribe	007015550001-60
CE	MARACANAU	2372193	HOMA	415740470001-46
CE	MARANGUAPE	7015224	Bioclínica	146745740001-50
CE	MORADA NOVA	2327996	Santa Casa de Morada Nova	076772630001-89
CE	PACAJUS	6741452	Centro de Excelência Médica	132432700001-75
CE	PARACURU	2561905	Centro de Saúde Iracema Braga Sanders	075922980001-15
CE	QUIXADA	2328402	Hospital Municipal Dr. Eudásio Barroso HMEB	070592800011-24
CE	QUIXADA	3741583	Clínica de Especialidade Médica CEM Quixadá	234447480001-89
CE	QUIXERAMOBIM	2328380	Hospital Regional Dr. Pontes Neto	077443030001-68
CE	QUIXERAMOBIM	6125972	Policlínica de Quixeramobim	077443030001-68

CE	REDENCAO	2664666	Hospital e Maternidade Paulo Sarasate	077569270001-03
CE	RUSSAS	2328011	Hospital e Maternidade Divina Providência de Russas	006552670001-17
CE	SAO BENEDITO	8006407	Oftalmoclínica Ibiapaba	038933120001-60
CE	SAO GONCALO DO AMARANTE	2427125	Hospital Geral Luíza Alcântara Silva	075336560001-19
CE	SENADOR POMPEU	2798425	Clínica de Olhos e Ouvidos Dr. Miguel Franco	723134300001-74
CE	SOBRAL	2424533	Clínica de Olhos de Sobral	035857320001-89
CE	SOBRAL	3021114	Santa Casa de Misericórdia de Sobral	078183130001-09
CE	SOBRAL	2424592	Oftalmoclínica Sobralense	234600660001-60
CE	TAUA	7066848	Clínica de Olhos Santa Tereza	154628840001-73
CE	TIANGUA	3019446	Clínica de Oftalmologia Santa Luzia	048830730001-20
ES	VILA VELHA	2494442	Hospital Evangélico de Vila Velha	281279260001-61
ES	VITORIA	4044916	Hospital das Clínicas	324791640001-30
GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	3122468	Instituto de Olhos Águas Lindas	058897710001-03
GO	ANAPOLIS	2569809	HOA	004674440001-31
GO	APARECIDA DE GOIANIA	3225143	Hospital de Olhos de Aparecida	061551070001-95
GO	GOIANIA	2659832	Centro de Referência em Oftalmologia UFG	015676010001-43
GO	GOIANIA	2338424	Hospital das Clínicas	015676010002-24
GO	GOIANIA	2338386	Fundação Banco de Olhos de Goiás	026007400001-94
GO	GOIANIA	7002777	Cliame	032915310001-79
MA	GRAJAU	2462745	Centro de Especialidades Ambulatoriais Dr. Itamar Guará	063770630001-48
MA	IMPERATRIZ	5371198	Clínica de Olhos Dr. Jose Afrânio	079009810001-72
MA	IMPERATRIZ	6897525	CAV Centro Avançado da Visão	142863580001-37
MA	PACO DO LUMIAR	6970060	Hospital do Olho Paco do Lumiar	028245080001-30
MA	PARNARAMA	6360645	Policlínica 1 De Maio	061151170001-05
MA	PRESIDENTE DUTRA	6141994	Centro de Olhos de Presidente Dutra	351671050001-14
MA	SAO LUIS	3549097	Oftalmo Day Clinic	046782510001-80
MA	SAO LUIS	6649270	Centro de Olhos Maranhense	061765990001-03
MA	SAO LUIS	2726653	Hospital Universitário HUUFMA	062791030002-08

MG	ALMENARA	2108992	Hospital Deraldo Guimarães	201806340001-80
MG	ARACUAI	5824591	CISMEJE	007459320001-63
MG	BELO HORIZONTE	2695049	Nm Núcleo Médico LTDA	045903350001-68
MG	BELO HORIZONTE	4034236	Hospital Universitário Ciências Médicas	171782030006-80
MG	BELO HORIZONTE	27014	Santa Casa de Belo Horizonte	172098910001-93
MG	BELO HORIZONTE	26808	Hospital Evangélico de Belo Horizonte	172147430001-67
MG	BELO HORIZONTE	27049	Hospital das Clínicas da UFMG	172179850034-72
MG	BELO HORIZONTE	26719	Centro Oftalmológico de Minas Gerais	173576410001-09
MG	BELO HORIZONTE	3265846	Centro Municipal de Oftalmologia de Belo Horizonte	187153830001-40
MG	BELO HORIZONTE	2200414	Fundação Hilton Rocha	226699150019-56
MG	BETIM	3476014	CISMEP	058028770001-10
MG	BETIM	2125943	Centro R E Especialidades Divino Ferreira Braga	187153910001-96
MG	CONTAGEM	2188937	Eldorado Clínica Oftalmológica LTDA	011126650001-50
MG	CONTAGEM	2154676	IMOC Instituto Mineiro de Olhos Contagem LTDA	084087230001-36
MG	CONTAGEM	7221029	CEOC Centro Especializado em Oftalmologia de Contagem	176414310001-30
MG	CONTAGEM	2189941	Centro de Consultas Especializadas Iria Diniz CCE Iria Diniz	182120840001-92
MG	DIVINOPOLIS	2159252	Hospital São Joao De Deus	201460640001-02
MG	GOVERNADOR VALADARES	2222159	CROS Centro de Referência em Oftalmologia Social	206228900001-80
MG	GOVERNADOR VALADARES	2118661	Hospital Bom Samaritano	227091090002-16
MG	GUANHAES	2144530	Hospital Regional Imaculada Conceição	207243570001-20
MG	IBIRITE	2197715	Centro de Especialidades de Ibirité	187154900001-78
MG	IPATINGA	3404382	Núcleo Avançado em Oftalmologia	030026210002-83
MG	IPATINGA	2805421	Hospital de Olhos Vale do Aço LTDA	050111790001-04
MG	ITABIRA	2218690	Hospital Municipal Carlos Chagas	198784040027-40
MG	ITANHANDU	2764792	Casa de Caridade de Itanhandu	212042760001-61
MG	ITUIUTABA	2200902	Hospital São Jose	213200640001-40
MG	JANAUBA	2764032	Centro Oftalmológico de Janaúba	045486270001-32
MG	JUIZ DE FORA	3154920	ACISPES	012034850001-83

MG	JUIZ DE FORA	2153742	Associação dos Cegos em Juiz de Fora	215935200001-25
MG	MIRAI	2161702	Casa de Caridade São Vicente De Paulo	225323110001-34
MG	MONTES CLAROS	2149990	Hospital Santa Casa de Montes Claros	226699310001-10
MG	MURIAE	4042085	Casa de Caridade de Muriaé Hospital São Paulo	227804980001-95
MG	PASSOS	2775999	Santa Casa de Misericórdia de Passos	232788980001-60
MG	PATROCINIO	2152991	Hospital das Clínicas de Patrocínio LTDA	033756100001-68
MG	PIRAPORA	2119528	Hospital Dr. Moisés Magalhães Freire	091523450001-35
MG	PIUMHI	2172887	Serviço de Diagnóstico por Imagem e Exames Laboratoriais	167813460001-04
MG	PONTE NOVA	2099497	CISAMAPI	010956670001-88
MG	UBA	2195437	Hospital Santa Isabel	253358030001-28
MG	UBERABA	2206595	Hospital de Clínicas da UFTM	254374840002-42
MG	UBERLANDIA	2146339	Ambulatório Amélio Marques	256483870001-18
MG	VICOSA	2128047	CISMIV	023263650001-36
MS	CAMPO GRANDE	9733	Hospital São Julião Cedami Casa Vovó Túlia	032738850001-90
MS	CAMPO GRANDE	9717	Santa Casa	032765240001-06
MS	CAMPO GRANDE	21784	CEM Centro Especializado Municipal Pres. Jânio Quadros	035015090001-06
MS	CAMPO GRANDE	9709	Ebserh Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian	151264370018-91
MS	FATIMA DO SUL	2558610	Hospital da SIAS	019511770001-36
MS	PONTA PORA	6499929	Centro Regional de Especialidade Dr. João Kayatt	034347920001-09
MS	SAO GABRIEL DO OESTE	6452116	Centro de Especialidades Médicas	153895880001-94
MS	SIDROLANDIA	3510409	Clínica de Especialidades Médicas	035015740001-31
MT	ALTO PARAGUAI	2768143	ESF II Hélio Correa da Costa	036485320001-28
MT	BARRA DO GARCAS	2395762	Centro de Referência Regional de Especialidade em Saúde	034392390001-50
MT	CACERES	2534460	Hospital Regional Dr. Antonio Fontes	044413890001-61
MT	CACERES	3771393	COC Centro Oftalmológico de Cáceres	071720790001-87
MT	CUIABA	2473062	Hospital de Olhos de Cuiabá	001085580001-95
MT	CUIABA	2659107	Hospital Geral	034684850001-30
MT	CUIABA	2534436	Instituto Lions da Visão	039846240001-89

MT	CUIABA	4069463	Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso	044413890001-61
MT	CUIABA	6331378	Centro Cuiabano de Excelência em Oftalmologia LTDA	096445780001-55
MT	CUIABA	2495015	Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá	150843380001-46
MT	CUIABA	2655411	Hospital Universitário Júlio Muller	330045400001-00
MT	JUINA	4069803	Hospital Municipal de Juína	153592010001-57
MT	MIRASSOL D'OESTE	2395231	Centro de Saúde de Mirassol D´Oeste	037554770001-75
MT	NOVA MUTUM	2398664	Centro de Saúde Rural	247721620001-06
MT	PRIMAVERA DO LESTE	2397552	Centro de Especialidade Médica Osvaldo Cruz	019740880001-05
MT	RONDONOPOLIS	2396807	CEADAS Centro de Especialidades Apoio e Diagnóstico Albert Sabin	033471010001-21
MT	RONDONOPOLIS	2604434	Hospital Regional Irmã Elza Giovanella	044413890001-61
MT	SINOP	6292313	CEM Centro de Especialidades Médicas de Sinop	150240030001-32
MT	SORRISO	2533871	AME Ambulatório Multiprofissional de Especialidades	032390760001-62
MT	SORRISO	2795469	Centro de Reabilitação Renascer	032390760001-62
MT	VARZEA GRANDE	2390833	Centro Especializado em Saúde CES	035075480001-10
PA	ANANINDEUA	2328844	Clínica de Olhos São Lucas	007360390001-71
PA	ANANINDEUA	6250564	Hospital Modelo de Ananindeua	106787900001-12
PA	ANANINDEUA	7278853	HOF Ananindeua	108471150002-50
PA	ANANINDEUA	7283423	Clínica Dr. Galileu	183942750001-12
PA	BELEM	5022517	HOF Hospital Oftalmológico Dra. Cynthia Charone	077742110001-20
PA	BELEM	2694751	Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza	346217480001-23
PA	CASTANHAL	3314391	Hospital Oftalmológico Dra. Cynthia Charone HOF	063134760001-69
PA	PARAUAPEBAS	7371586	Policlínica Municipal de Parauapebas	229809990001-15
PB	CAMPINA GRANDE	2363194	Oftalmoclínica Saulo Freire LTDA	005182510001-62
PB	CAMPINA GRANDE	2363054	Clinica de Olhos Francisco Pinto	093791570001-44
PB	JOAO PESSOA	5842026	Oftalmoclínica Saulo Freire LTDA	005182510002-43
PB	JOAO PESSOA	2357402	Centro Medico Audiovisual LTDA	039151580001-80
PB	JOAO PESSOA	2755785	Memorial Santa Luzia LTDA	044086730001-36
PB	JOAO PESSOA	6442862	Centro de Olhos da Paraíba	114814580001-26

PB	POMBAL	2592088	Centro de Saúde Avelino Queiroga	089486970001-39
PB	SOUSA	7329555	Sistema de Assistência Social e de Saúde SAS	076789500003-80
PE	AGRESTINA	2433877	Hospital Geral Amélia Gueiros Leite	100752320001-62
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	24244	GOPE	021609610001-99
PE	CARUARU	3719278	Clínica de Olhos Caruaru	044821400001-02
PE	CARUARU	5309859	Clínica de Olhos Harley Street	070227200001-05
PE	GARANHUNS	7237715	Oftalmo PE	128690110001-91
PE	GOIANA	8013233	Hospital da Visão de Goiana	026018250001-97
PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	6528791	IMOP	119213330001-70
PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	3650413	SEOPE 3	354705740004-50
PE	LIMOEIRO	5408563	IOP Instituto de Olhos de Pernambuco	086687450001-35
PE	OLINDA	7642288	IMEPE	138828070001-47
PE	OLINDA	2345196	CLINOPE	353159930002-56
PE	OLINDA	2571528	SEOPE 2	354705740002-99
PE	PAULISTA	7283601	CEVIPE	134369620001-30
PE	PETROLINA	5332575	FBOVSF	053145630004-10
PE	RECIFE	884	PCO	104553500001-04
PE	RECIFE	558	US 217 Centro Médico Sen. José Ermírio de Moraes	105650000001-92
PE	RECIFE	485	Fundação Altino Ventura	106678140001-38
PE	RECIFE	2777460	Hospital Santo Amaro	108697820004-04
PE	RECIFE	1961	Oftalmo	108967850003-48
PE	RECIFE	2319187	IOR	109700770001-48
PE	RECIFE	477	Hospital Oswaldo Cruz	110225970013-25
PE	RECIFE	396	Hospital das Clínicas	241344880002-99
PE	RECIFE	795	CLINOPE	353159930003-37
PE	RECIFE	2354942	SEOPE	354705740001-08
PE	RECIFE	2354888	Hospital de Olhos Santa Luzia	410440090001-81
PI	TERESINA	2726971	Hospital Getúlio Vargas	065535640104-43

290

PR	CAMPO LARGO	3477940	Clínica de Olhos de Curitiba Instituto de Córnea e Catarata SC LTDA	005292930002-80
PR	CASCAVEL	2737493	Clínica de Olhos Dr. Romeu Tolentino	024093210001-70
PR	CASCAVEL	2738384	Instituto da Visão	025512360001-41
PR	CORNELIO PROCOPIO	6602789	Hospital de Olhos de Cornélio Procópio	123424830001-91
PR	CURITIBA	2384299	Hospital de Clínicas	750956790002-20
PR	CURITIBA	15636	Hospital de Olhos do Paraná	761040580001-47
PR	CURITIBA	15245	Hospital Universitário Evangélico de Curitiba HUEC	765756040002-09
PR	CURITIBA	15563	Hospital Infantil Pequeno Príncipe	765915690001-30
PR	CURITIBA	16209	Oftalmoclínica Curitiba	807648890001-12
PR	FRANCISCO BELTRAO	6424341	Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecoits F B	764168660045-60
PR	GUARAPUAVA	2741687	CIS Centro Oeste	036015190001-13
PR	JACAREZINHO	3647153	Hospital de Olhos Norte Pioneiro	074424790001-65
PR	LONDRINA	2578506	HOFTALON Hospital De Olhos	071943410001-94
PR	MARINGA	3477304	Instituto do Ver Vítreo e Retina	056841550001-08
PR	MARINGA	6466265	Hospital da Visão do Paraná	101437370001-17
PR	PARANAGUA	2683083	Clínica de Olhos	776330060001-20
PR	PARANAVAI	2753685	Clinica de Olhos Paranavai LTDA	769537020001-51
PR	PARANAVAI	2754738	Santa Casa de Paranavaí	797244230001-04
PR	PATO BRANCO	5371902	Clinica de Olhos Granzotto	087228240001-87
PR	UMUARAMA	5757711	Hospital de Olhos de Umuarama	083120790001-06
PR	UMUARAMA	2594471	Clinica Oftalmológica Umuarama	808968060001-49
RJ	BELFORD ROXO	2296764	Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora da Glória	307925270001-67
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	2287250	Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campos	289610840001-49
RJ	DUQUE DE CAXIAS	2277549	Serviço de Assistência Social Evangélico SASE	339741060004-98
RJ	ITAPERUNA	2278855	Hospital São Jose do Avaí	296406120001-20
RJ	MESQUITA	6224806	Walgland de Freitas Bodrim Castro	105330520001-87
RJ	NITEROI	12505	Hospital Universitário Antonio Pedro	285232150003-78
RJ	NITEROI	12610	Hospital de Olhos Santa Beatriz	300792220001-02

RJ	NOVA IGUACU	2281988	Clínica Central	425992580001-04
RJ	PETROPOLIS	3148130	Clínica de Olhos Dr. Tannure	365371730001-90
RJ	PIRAI	2267187	Hospital Flávio Leal	314242450001-70
RJ	RIO BONITO	2296241	Hospital Regional Darcy Vargas	315174930001-65
RJ	RIO DE JANEIRO	2269880	MS HGB Hospital Geral de Bonsucesso	003945440202-91
RJ	RIO DE JANEIRO	2273659	MS Hospital Federal da Lagoa	003945440204-53
RJ	RIO DE JANEIRO	2269988	MS HSE Hospital dos Servidores do Estado	003945440211-82
RJ	RIO DE JANEIRO	2269481	SMS Hospital Municipal da Piedade Ap 32	033903450001-97
RJ	RIO DE JANEIRO	2270102	Centro Medico Darke	294174580001-22
RJ	RIO DE JANEIRO	2269783	UERJ Hospital Universitário Pedro Ernesto	335400140017-14
RJ	RIO DE JANEIRO	2280167	UFRJ Hospital Universitário Clementino Fraga Filho	336636830053-47
RJ	RIO DE JANEIRO	2295415	Hospital Universitário Gaffrée e Guinle	340230770002-80
RJ	RIO DE JANEIRO	2270498	CEPOA Clinica de Oftalmologia	421613070001-14
RJ	RIO DE JANEIRO	2270099	CAME	735212960001-60
RJ	SAO GONCALO	2291525	Oftalmoclínica São Gonçalo	395224040001-80
RJ	VALENCA	2295075	Hospital Gustavo Monteiro Júnior	323528090001-79
RJ	VOLTA REDONDA	25143	Hospital Municipal Dr. Munir Rafful	032726990001-37
RN	ACU	2410532	Hospital Geral de Oftalmologia	024218280001-49
RN	ALEXANDRIA	2407566	Hospital Maternidade Joaquina Queiroz	080211230001-10
RN	ALEXANDRIA	6081347	Complexo Hospitalar e Centro de Imagem Elizabete Dantas	101403240001-89
RN	CAICO	3733114	Instituto de Olhos do Serido IOS	063485900001-24
RN	CAICO	6733581	Clínica de Olhos Dr. Salvador Santos	133019290001-00
RN	PARNAMIRIM	2473402	CRO	356527830001-72
RN	GOIANINHA	6855512	Prontoclínica	015027460002-47
RN	JOAO CAMARA	5886368	Hospital Clínica Visão	036875430001-17
RN	MOSSORO	2389088	Hospital Geral de Oftalmologia	010122010001-71
RN	MOSSORO	2371685	Clínica de Otorrinos	245210560001-50
RN	NATAL	3931943	Centro Avançado de Oftalmologia	015027460001-66

291

RN	NATAL	3665216	Visão Clinica	036949110001-54
RN	NATAL	3052338	Instituto da Visão	044578360001-70
RN	NATAL	6505546	Clínica de Olhos Los Angeles	092901940001-81
RN	NATAL	2409178	Oftalmoclínica Natal	241947220001-92
RN	PAU DOS FERROS	2687895	Instituto de Oftalmologia de Pau dos Ferros	036309590001-07
RN	SANTA CRUZ	6514995	OFTALMED Hospital de Olhos	107221980001-70
RN	SANTO ANTONIO	7172176	Update	027668750004-77
RN	SAO GONCALO DO AMARANTE	7174527	Hospital de Olhos da Zona Norte	157516500001-46
RS	CAXIAS DO SUL	2223538	Hospital Geral	886487610018-43
RS	ERECHIM	2707918	Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim	894212590001-10
RS	FARROUPILHA	6631908	Clinica Oftalmofar LTDA	034556740001-79
RS	FAXINAL DO SOTURNO	2244101	Hospital de Caridade São Roque	898913370001-40
RS	IJUI	2261057	Hospital de Caridade de Ijuí	907305080001-38
RS	PASSO FUNDO	2244969	Hospital de Olhos Lions Passo Fundo	007653840001-33
RS	PELOTAS	2253046	UCPEL Hospital Universitário São Francisco de Paula	922389140002-94
RS	PORTAO	2232170	Hospital de Portão	882636860001-54
RS	PORTO ALEGRE	2693801	Associação Hospitalar Vila Nova	049944180001-12
RS	PORTO ALEGRE	2237601	Hospital de Clínicas	870205170001-20
RS	PORTO ALEGRE	2237571	Hospital Nossa Senhora da Conceição	927871180001-20
RS	PORTO ALEGRE	2237253	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	928150000001-68
RS	PORTO ALEGRE	5026253	Hospital Porto Alegre	928311630002-15
RS	PORTO ALEGRE	2237881	Hospital Banco de Olhos de Porto Alegre	929628690020-06
RS	SANTO ANGELO	2259907	Hospital Santo Ângelo	962104710001-01
RS	TENENTE PORTELA	5384117	Hospital Santo Antônio Tenente Portela	085791640001-27
RS	TRES DE MAIO	2250837	Hospital São Vicente De Paulo	929628690007-20
RS	TRES PASSOS	2265664	Oftalmoclínica Três Passos LTDA	000636170001-56
SC	ARARANGUA	3251411	Clínica de Olhos São Jose	056991580002-04
SC	BLUMENAU	3533778	Clínica de Olhos Santa Isabel	073986400001-40

SC	CHAPECO	2537443	Clínica de Olhos Dr. Delso Bonfante SC LTDA	007534930001-30
SC	CHAPECO	6361315	Secretaria Municipal de Saúde	830218080001-82
SC	FLORIANOPOLIS	3321452	HOF Hospital de Olhos de Florianópolis	021459080001-19
SC	FLORIANOPOLIS	6292224	Instituto de Olhos de Florianópolis II	818662380002-87
SC	FLORIANOPOLIS	2691841	Hospital Governador Celso Ramos	829512450008-35
SC	FLORIANOPOLIS	3157245	Hospital Universitário	838995260001-82
SC	ITAJAI	2522691	Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen	601949900022-00
SC	SAO JOSE	2555646	Hospital Regional de São José Drhomero Miranda Gomes	829512450010-50
SE	ARACAJU	6644155	IOSE	109744060002-00
SE	ARACAJU	2240	CEMAR Augusto Franco	131287800001-00
SE	ESTANCIA	6755941	IOSE	109744060004-71
SE	ITABAIANA	6312454	IOSE	109744060001-29
SE	LAGARTO	7081685	IOSE	109744060005-52
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	6671322	IOSE	109744060003-90
SE	PROPRIA	7253958	IOSE	109744060006-33
SE	PROPRIA	6813437	Medical Vision Clinica de Olhos	137687120001-05
SP	ARARAQUARA	2082527	Santa Casa de Araraquara	439649310001-12
SP	ARARAQUARA	7221967	CRESEP Hospital de Olhos	563587810001-45
SP	BARIRI	2791676	Organização Social Vitale Saúde	446902380001-61
SP	BARUERI	6095666	Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran	465230150008-01
SP	BRAGANCA PAULISTA	2704900	Hospital Universitário São Francisco na Providência de Deus	532212550051-00
SP	BURITAMA	2079461	Santa Casa de Misericórdia São Francisco Buritama	444354510001-27
SP	CAFELANDIA	2791684	Santa Casa de Cafelândia	459236870001-75
SP	CARAGUATATUBA	2056860	CEM Dra. Zilda Arns Neumann Caraguatatuba	464828400001-39
SP	CARDOSO	2082071	Santa Casa de Cardoso	563638070001-43
SP	CATANDUVA	2058618	Hospital da Visão Chimello	045059740001-88
SP	CATANDUVA	2089327	Hospital Padre Albino Catanduva	470748510008-19
SP	CATANDUVA	2089335	Hospital Escola Emílio Carlos Catanduva	470748510009-08

292

SP	GUARATINGUETA	2031027	Assistência Médica Especializada	466805000001-12
SP	HERCULANDIA	2080281	Hospital São José de Herculândia	725517990001-15
SP	IBIRA	2082551	Santa Casa de Ibirá	483210380001-92
SP	ITU	3322629	Ambulatório de Especialidades Médicas	466344400001-00
SP	JACAREI	2084937	Serviço Integrado de Medicina	466941390001-83
SP	JUNDIAI	2701561	Instituto Jundiaiense Luiz Braille Unidade I	509588590001-86
SP	LENCOIS PAULISTA	2077582	Hospital Nossa Senhora da Piedade	514251060001-78
SP	PALMEIRA D'OESTE	2079291	Santa Casa de Palmeira D´Oeste	505707530001-00
SP	RANCHARIA	2081873	Hospital e Maternidade de Rancharia	556867860001-34
SP	SANTA BARBARA D'OESTE	6212581	AME Ambulatório Médico de Especialidades Santa Bárbara D´Oeste	463745000265-84
SP	SANTA BARBARA D'OESTE	2066637	Centro de Especialidade	464224080001-52
SP	SANTA BARBARA D'OESTE	2079232	Hospital Santa Bárbara	567253850001-09
SP	SAO CARLOS	2080931	Santa Casa de São Carlos	596103940001-42
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	6056148	AME Ambulatório Médico de Especialidades de São José do Rio Preto	463745000187-27
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	2091305	H O Redentora Hospital de Olhos	499756000001-64
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	2097656	HORP Hospital do Olho Rio Preto	518468710001-61
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	2077396	Hospital de Base de São José do Rio Preto	600037610001-29
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	2085577	Hospital Argia Provisão	516199060002-00
SP	SAO PAULO	2091550	Instituto CEMA de Oftalmologia e Otorrinolaringologia	034563040001-56
SP	SAO PAULO	2688638	Instituto Suel Abujamra	050954740001-88
SP	SAO PAULO	2075962	Hospital da Santa Casa de Santoo Amaro	570389520001-11
SP	SAO PAULO	2077485	Hospital São Paulo Hospital De Ensino da UNIFESP São Paulo	616995670001-92
SP	SAO VICENTE	3518108	IBV Instituto Brasileiro de Visão São Vicente	048278270001-24
SP	SOROCABA	2078813	Hospital Oftalmológico de Sorocaba	507955660002-06
SP	SUMARE	2083981	Hospital Estadual Sumaré	463745000137-68
SP	TAQUARITINGA	2747308	Hospital de Olhos Lions Manoel Dante Buscardi	014212190001-27
SP	TAUBATE	3126838	Hospital Regional do Vale do Paraíba	609757370072-45
TO	ARAGUAINA	6216420	Ambulatório de Especialidades	018307930001-

			Araguaína	39
TO	AUGUSTINOPOLIS	2468972	Hospital Regional de Augustinópolis	250531170051-23
TO	DIANOPOLIS	2786095	Hospital Regional de Dianópolis	250531170031-80
TO	GURUPI	2786109	Hospital Regional de Gurupi	250531170056-38
TO	PORTO NACIONAL	2468778	Centro Oftalmológico de Porto Nacional	373158840001-83
TO	PALMAS	7024010	Vision Laser	133514120001-18

RICARDO BARROS

Saúde Legis - Sistema de Legislação da Saúde

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 01.095.667/0001-88
Razão Social: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA MICROREGIAO DO VAL
Endereço: AV ERNESTO TRIVELLATO 120 / TRIANGULO / PONTE NOVA / MG / 35430-141

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/01/2026 a 15/02/2026

Certificação Número: 2026011701050091262361

Informação obtida em 21/01/2026 09:45:21

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

294

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS **Negativa**	CERTIDÃO EMITIDA EM: 21/01/2026 CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 21/04/2026

NOME: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA MICROREGIAO D		
CNPJ/CPF: 01.095.667/0001-88		
LOGRADOURO: AVENIDA ERNESTO TRIVELLATO		NÚMERO:
COMPLEMENTO:	BAIRRO: TRIANGULO	CEP: 35430141
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: PONTE NOVA	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: http://www.fazenda.mg.gov.br => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2026000957772390

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

PONTE NOVA

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA MICROREGIAO DO VALE DO PIRANGA
CNPJ: 01.095.667/0001-88

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o eproc, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judicias em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 02 de Dezembro de 2025 às 08:04

PONTE NOVA, 02 de Dezembro de 2025 às 08:04

Código de Autenticação: 2512-0208-0434-0450-3552

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

CNES | Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde

Ministério da Saúde (MS)
Secretaria de Atenção Especializada da Saúde (SAES)
Departamento de Regulação Assistência e Controle (DRAC)
Coordenação-Geral de Gestão de Sistemas de Informações em Saúde (CGSI)

Ficha de Estabelecimento Identificação

Data: 24/01/2025

CNES: 2099497 Nome Fantasia: CISAMAPI CNPJ: 01.095.667/0001-88

Nome Empresarial: CONSORCIO INTDE SAUDE DA MICROREGIAO DO Natureza jurídica: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Logradouro: AVENIDA ERNESTO TRIVELATO Número: 120 Complemento: --

Bairro: TRIANGULO Município: 315210 - PONTE NOVA UF: MG

CEP: 35430-141 Telefone: (31)3817-4060 Dependência: INDIVIDUAL Reg de Saúde: 0008

Tipo de Estabelecimento: CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE Subtipo: OUTROS Gestão: MUNICIPAL

Diretor Clínico/Gerente/Administrador: VIVIANE CORDEIRO DE OLIVEIRA

Cadastrado em: 30/10/2001 Atualização na base local: 23/08/2024 Última atualização Nacional: 14/01/2025

Horário de Funcionamento:

Dia semana	Horário
SEGUNDA-FEIRA	07:00 às 17:00
TERÇA-FEIRA	07:00 às 17:00
QUARTA-FEIRA	07:00 às 17:00
QUINTA-FEIRA	07:00 às 17:00
SEXTA-FEIRA	07:00 às 17:00

Data desativação: -- Motivo desativação: --

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa	CERTIDÃO EMITIDA EM: 02/12/2025 CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 02/03/2026

NOME: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA MICROREGIAO D		
CNPJ/CPF: 01.095.667/0001-88		
LOGRADOURO: AVENIDA ERNESTO TRIVELLATO		NÚMERO: 120
COMPLEMENTO:	BAIRRO: TRIANGULO	CEP: 35430141
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: PONTE NOVA	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: http://www.fazenda.mg.gov.br => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2025000941374635

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA MICROREGIAO DO VALE DO PIRANGA
CNPJ: 01.095.667/0001-88

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:48:33 do dia 28/11/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 27/05/2026.
Código de controle da certidão: **414D.07BB.D00C.D189**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA MICROREGIAO DO VALE DO PIRANGA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 01.095.667/0001-88
Certidão nº: 73808201/2025
Expedição: 02/12/2025, às 07:59:19
Validade: 31/05/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA MICROREGIAO DO VALE DO PIRANGA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **01.095.667/0001-88, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

MINAS GERAIS

Verificar Autenticidade

Certidão de Débitos

Avenida Caetano Marinho, 306 - Centro Histórico CNPJ: 23804149000129 CEP: 35430001 Telefone: 3138195454

Certidão Negativa de Débitos

INFORMAÇÕES DO CONTRIBUINTE

Nome/Razão Social:

CONSORCIO INTER.SAUDE.DA MICRO REG DO V PIRANGA

CNPJ/CPF:

01.095.667/0001-88

Endereço:

Avenida Ernesto Trivellato, 120, Não informado, Triângulo, Ponte Nova, MG, Cep - 35430-141

INFORMAÇÕES DA CERTIDÃO

Número de Controle:

120379

Chave de Autenticidade:

67EFB1EA6BF9DF766DE952843B6DB61C01

Verifique a autenticidade no link abaixo ou leia o Qr code no cabeçalho:

http://webcidadao.com.br:80/web-cidadao-web/login?codAux=9CJEZ5&pagina=VALIDAR_AUTENTICIDADE&codigoAutenticacao=67EFB1EA6BF9DF766DE952843B6DB61C01

Ressalvado o direito de o Município de Ponte Nova cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima identificado, que vierem a ser apuradas após a emissão desta Certidão, certifico na forma da Lei Municipal 2.058/95 e suas posteriores alterações, que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas a tributos Municipais administrados pela Secretaria Municipal de Fazenda

Prefeitura Municipal de Ponte Nova, Segunda-feira, 1 de Dezembro de 2025

Qualquer rasura invalida a certidão.

Validade do documento: 90 DIAS

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE MARIANA
Praça Juscelino Kubitschek, - Centro - Mariana - MG
CEP: 35420-003 CNPJ: 18.295.303/0001-44 Telefone: (31) 3557-9018
E-mail: compras@mariana.mg.gov.br Site: 3135579018

Solicitação de Compra Nº 29/2026

CONTRATO DE PROGRAMA PARA EXECUCAO DE SERVICOS PUBLICOS DE SAUDE VOLTADO AO TRANSPORTE REGIONALIZADO

Solicitante: MARILENE ROMAO GONCALVES **Data da Solicitação:** 21/01/2026
Organograma: 0700100008 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Local de Entrega: SEDE DO MUNICIPIO
Objeto: CONTRATATO DE PROGRAMA PARA DELEGACAO DA EXECUCAO ORCAMENTARIA AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA MACRORREGIAO DO VALE DO PIRANGA - CISAMAP, PARA QUE ESTE REALIZE, EM NOME DO MUNICIPIO DE MARIANA , A GESTAO A EXECUCAO DOS SERVICOS PUBLICOS DE SAUDE VOLTADOS AO TRANSPORTE REGIONALIZADO ELETIVO DE PACIENTE DO SUS.
Justificativa: TAL CONTRATACAO TEM COMO OBJETIVO VIABILIZAR A DELEGACAO DA EXECUCAO ORCAMENTARIA A ENTIDADE CISAMAP, PARA GESTAO DE ACOES E SERVICOS PUBLICOS DE SAUDE
Observações:

Itens solicitados:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unit. Previsto	Preço Total Previsto
1	12,000	MS	CONTRATACAO DE EMPRESA LEGALMENTE CONSTITUIDA E TECNICAMENTE CAPACITADA PARA EXECUCAO PRESTACAO DE SERVICO DE TRANSPORTE SANITARIO ELETIVO REGIONALIZADO DE USUARIOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS) PARA O EXERCICIO DE 2026. - CONTRATACAO DE EMPRESA LEGALMENTE CONSTITUIDA E TECNICAMENTE CAPACITADA PARA EXECUCAO PRESTACAO DE SERVICO DE TRANSPORTE SANITARIO ELETIVO REGIONALIZADO DE USUARIOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS) PARA O EXERCICIO DE 2026.	15.195,0000	182.340,00
2	12,000	MS	CONTRATACAO DE EMPRESA LEGALMENTE CONSTITUIDA E TECNICAMENTE CAPACITADA PARA EXECUCAO PRESTACAO DE SERVICO DE TRANSPORTE SANITARIO ELETIVO REGIONALIZADO DE USUARIOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS) PARA O EXERCICIO DE 2027 - CONTRATACAO DE EMPRESA LEGALMENTE CONSTITUIDA E TECNICAMENTE CAPACITADA PARA EXECUCAO PRESTACAO DE SERVICO DE TRANSPORTE SANITARIO ELETIVO REGIONALIZADO DE USUARIOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS) PARA O EXERCICIO DE 2027	16.258,6500	195.103,80
3	12,000	MS	CONTRATACAO DE EMPRESA LEGALMENTE CONSTITUIDA E TECNICAMENTE CAPACITADA PARA EXECUCAO PRESTACAO DE SERVICO DE TRANSPORTE SANITARIO ELETIVO REGIONALIZADO DE USUARIOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS) PARA O EXERCICIO DE 2028 - CONTRATACAO DE EMPRESA LEGALMENTE CONSTITUIDA E TECNICAMENTE CAPACITADA PARA EXECUCAO PRESTACAO DE SERVICO DE TRANSPORTE SANITARIO ELETIVO REGIONALIZADO DE USUARIOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS) PARA O EXERCICIO DE 2028	17.396,7600	208.761,12
4	12,000	MS	CONTRATACAO DE EMPRESA LEGALMENTE CONSTITUIDA E TECNICAMENTE CAPACITADA PARA EXECUCAO PRESTACAO DE SERVICO DE TRANSPORTE SANITARIO ELETIVO REGIONALIZADO	18.614,5300	223.374,36

DE USUARIOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS) PARA O EXERCICIO DE 2029 - CONTRATACAO DE EMPRESA LEGALMENTE CONSTITUIDA E TECNICAMENTE CAPACITADA PARA EXECUCAO PRESTACAO DE SERVICO DE TRANSPORTE SANITARIO ELETIVO REGIONALIZADO DE USUARIOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS) PARA O EXERCICIO DE 2029

3Q2

Máscara	Descrição da Despesa	Valor Estimado

Preço Total Itens: 809.579,28

Mariana, 21 de Janeiro de 2026.

.....
MARILENE ROMAO GONCALVES

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE MARIANA
NOTA DE BLOQUEIO
C.N.P.J.: 18.295.303/0001-44
Município: MARIANA

Data: 21/01/2026
Usuário: pansierenunes

Nº do Bloqueio: **1318868/2026**
Data do Bloqueio: 05/01/2026

Órgão:	07.000	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA
Unidade:	07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
Funcional:	10.122.0024	Administração Geral
Projeto/Atividade:	2.490	GESTÃO DE CONSÓRCIOS E PARCERIAS EM SAÚDE
Elemento:	3.3.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público
Código reduzido:	79	

303

Informamos que o saldo da dotação encontra-se suficiente e já foi bloqueado, conforme descrito abaixo

Histórico	Data Bloqueio	Processo administrativo	Saldo da Dotação	Valor Bloqueado	Valor Desbloqueado	Saldo Atual
1.500.000.1002	05/01/2026	29/2026	1.819.037,60	182.340,00	0,00	1.636.697,60

CONTRATATO DE PROGRAMA PARA DELEGACAO DA EXECUCAO ORCAMENTARIA AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA MACRORREGIAO DO VALE DO PIRANGA - CISAMAP, PARA QUE ESTE REALIZE, EM NOME DO MUNICIPIO DE MARIANA , A GESTAO A EXECUCAO DOS SERVICOS PUBLICOS DE SAUDE V

Fonte de Recursos:

Número:	Descrição:	Valor:
1.500.000.1002	Recursos não Vinculados - Saúde 15%	182.340,00

Anderson Lopes Coelho Stoppa
..236-**
ASSESSOR TÉCNICO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA GERAL DE COMPRAS

305

ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Exmo. Sr. Secretário,

Ocorrendo a necessidade de abertura de processo para:

CONTRATATO DE PROGRAMA PARA DELEGACAO DA EXECUCAO ORCAMENTARIA AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA MACRORREGIAO DO VALE DO PIRANGA - CISAMAP, PARA QUE ESTE REALIZE, EM NOME DO MUNICIPIO DE MARIANA, A GESTAO A EXECUCAO DOS SERVICOS PUBLICOS DE SAUDE VOLTADOS AO TRANSPORTE REGIONALIZADO ELETIVO DE PACIENTE DO SUS.

Solicito que seja a mesma autorizada nos moldes da lei 14.133/21. Sendo assim, sugerimos o uso do procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO** para o caso.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

07 01 10 0024 122 2490 317170 1500
07 01 10 0024 122 2490 317117 1500
07 01 10 0024 122 2490 447170 1500

Valor Global Estimado: R$ 809.579,28 (oitocentos e nove mil reais quinhentos e setenta e nove reais e vinte e oito centavos)

Mariana, 05 de janeiro de 2026.

Érika Alves Quirino
Coordenadora Geral de Compras

De acordo:

Marilene Romão Gonçalves
Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA GERAL DE COMPRAS

305

Termo de Abertura/autuação

Aos 05° dias do mês de janeiro do Ano de **2026**, nesta cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais, faço abertura dos Autos do **PRC 29/2026**. Os autos do presente processo são autuados com folhas, incluindo o presente termo. Do que, para constar, lavro o presente termo.

Erika Alves Quirino
Coordenadora Geral de Compras

PARECER EM PROCEDIMENTO DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº 01/2026
PROCESSO Nº 29/2026

OBJETO: CELEBRAÇÃO CONTRATATO DE PROGRAMA PARA DELEGACAO DA EXECUCAO ORCAMENTARIA AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA MACRORREGIAO DO VALE DO PIRANGA - CISAMAP, PARA QUE ESTE REALIZE, EM NOME DO MUNICIPIO DE MARIANA, A GESTAO A EXECUCAO DOS SERVICOS PUBLICOS DE SAUDE VOLTADOS AO TRANSPORTE REGIONALIZADO ELETIVO DE PACIENTE DO SUS.

A Coordenadoria Geral de Compras do Município de Mariana, em atendimento ao pleito da Ilma. Secretaria Municipal de Obras e Gestão Urbana, com fulcro no artigo 30, do Decreto Municipal nº 11.812, de 23 de abril de 2024, vem apresentar seu parecer opinativo acerca do procedimento de Dispensa de Licitação nº 01/2026, nos limites de sua competência, visto tratar-se de competência exclusiva do ordenador de despesas, a responsabilidade pelos processos de inexigibilidade e dispensa de Licitação.

Assim como determina o artigo 30, do mesmo regulamento Municipal, que dispõe no seguinte sentido:

> **Art. 30.** As demais hipóteses de dispensa de licitação deverão ser apreciadas pela Coordenadoria Geral de Compras, pela Procuradoria Geral do Município e, quando solicitado, pela Controladoria Geral do Município, que deverão exarar pareceres de natureza opinativa acerca dos pontos atinentes às suas competências funcionais.

Deste modo, não cabe a esta Coordenadoria adentrar os critérios de conveniência e oportunidade dos atos administrativos, cabendo tão somente a manifestação acerca da possibilidade da aplicação do instituto da Dispensa de Licitação para o pleito sob análise.

Sendo assim, passa-se as considerações iniciais e ato contínuo ao posicionamento opinativo dessa unidade.

CONSIDERANDO a justificativa da unidade requisitante, sobre a necessidade de execução dos serviços em tela;

CONSIDERANDO que a gestão compartilhada entre os municípios, além da integração da região nos termos do art. 25, § 3º, da Constituição Federal, reduz significativamente os custos, vista que a contratação via consórcio público é mais vantajosa aos municípios consorciados;

CONSIDERANDO que o CISAMAP promoveu a contratação do serviço, colocando à disposição dos municípios consorciados os mesmos;

CONSIDERANDO que foi autorizado, através de V. Ex.ª a participação do município na nos serviços prestados pelo CISAMAP cujo objeto é execução orçamentaria ao consorcio intermunicipal

de saúde da macrorregião do vale do piranga - CISAMAP, para que este realize, em nome do município de mariana, a gestão a execução dos serviços públicos de saúde voltados ao transporte regionalizado eletivo de paciente do sus.

CONSIDERANDO o cabimento de dispensa de licitação ao presente procedimento, visto as premissas autorizativas do artigo 75, inciso XI, da lei 14.133 de 01º de abril de 2021;

Outrossim, não compete a esta Coordenadoria de Compras prover a análise de conveniência e oportunidade do ato administrativo em tela, visto que este compete exclusivamente ao ordenador de despesas da pasta requisitante.

Destarte, com fulcro no texto da Lei nº 14.133/21, especialmente por seus artigos 75, inciso XI, Lei 11.107/2005 opino pela possibilidade da **DISPENSA** de licitação, no que tange a celebração de contrato de programa junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga;

E conforme art. 24 do Decreto Municipal nº 11.812 de 23 de abril de 2024, que regulamenta os procedimentos administrativos de contratação sob a égide da Lei 14.133/2021: "*Fica dispensado o parecer jurídico nos casos de licitações compartilhadas onde o Município figure como órgão participante, visto que o feito já, fora submetido a análise jurídica do órgão ou entidade responsável por processar e julgar o feito*". Sendo assim, encaminhamos o feito em tela à Procuradoria Geral do Município para elaboração do contrato.

E, por fim, antes do eventual ato de autorizar a contratação, encaminhe-se o feito ao ordenador de despesas, para conhecimento dos pareceres acostado, para que tenha subsídios suficientes para sua adequada análise de conveniência e oportunidade.

Mariana, 05 de janeiro de 2026.

Érika Alves Quirino
Coordenadora Geral de Compras

Pela Procuradoria,

Deixo de emitir parecer e análise jurídica em razão do disposto no artigo 24 do Decreto Municipal 11.812/2024.

09/01/2026

Roberta Castro Lana Menezes
Procurador Jurídico
OAB/MG 186.768

AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA PELA AUTORIDADE COMPETENTE

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 01/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 29/2026

OBJETO: CELEBRAÇÃO CONTRATATO DE PROGRAMA PARA DELEGACAO DA EXECUCAO ORCAMENTARIA AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA MACRORREGIAO DO VALE DO PIRANGA - CISAMAP, PARA QUE ESTE REALIZE, EM NOME DO MUNICIPIO DE MARIANA, A GESTAO A EXECUCAO DOS SERVICOS PUBLICOS DE SAUDE VOLTADOS AO TRANSPORTE REGIONALIZADO ELETIVO DE PACIENTE DO SUS.

CONSIDERANDO a justificativa da unidade requisitante, sobre a necessidade de execução dos serviços em tela;

CONSIDERANDO que a gestão compartilhada entre os municípios, além da integração da região nos termos do art. 25, § 3º, da Constituição Federal, reduz significativamente os custos, vista que a contratação via consórcio público é mais vantajosa aos municípios consorciados;

CONSIDERANDO que o CISAMAP promoveu a contratação do serviço, colocando à disposição dos municípios consorciados os mesmos;

CONSIDERANDO a premissa autorizativa do artigo 75, Inciso XI, a Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO os pareceres favoráveis à ratificação do presente procedimento de inexigibilidade de licitação, pautados na legalidade do mesmo, sendo estes exarados pela Coordenadoria de Compras, pela Procuradoria Geral do Município e pela Controladoria Interna do Município, após sanados os apontamentos.

Destarte, com fincas no texto da Lei nº 14.133/21, especialmente em seu artigo 75, inciso XI, Lei 8080/90 e Lei 11.107/2005 **AUTORIZO** por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com a devida celebração da respectiva contratação, nos termos da Lei.

Mariana, 10 de janeiro de 2026.

Marilene Romão Gonçalves
Secretária Municipal de Saúde